

Deliso Villa

# História Esquecida



# História Esquecida

Ao emigrado desconhecido,  
em nome de uma nação  
que tem o dever  
de recordar.



Avenida Goiás, 600 - Centro  
São Caetano do Sul (SP)  
CEP 09521-300  
Telefones: 4221-9008 / 4221-7420  
[www.mp.usp.br/fpm](http://www.mp.usp.br/fpm)  
email: [fundacao.promemoria@imes.com.br](mailto:fundacao.promemoria@imes.com.br)

## Projeto Editorial da Fundação Pró-Memória de São Caetano do Sul Séries Cadernos de História, Documenta e Ensaios

Direção: Aleksandar Jovanovic

### **Volumes Publicados:**

1. José de Souza Martins, *Diário de Fim de Século. Notas sobre o Núcleo Colonial de São Caetano no século XIX*. São Caetano do Sul: Fundação Pró-Memória de São Caetano do Sul, 1998.
2. *8º Grupamento de Incêndio 32 anos de História*. São Caetano do Sul: Fundação Pró-Memória de São Caetano do Sul, 1998.
3. Wilson Loduca, *São Caetano: de várzeas alagadiças a príncipe dos municípios*. São Paulo: Editora Hucitec -São Caetano do Sul: Fundação Pró-Memória de São Caetano do Sul: Prefeitura de São Caetano do Sul, 1998.
4. Yolanda Ascencio, *Meio século de Legislativo em São Caetano*. São Caetano do Sul: Fundação Pró-Memória de São Caetano do Sul, 1998. 2ª edição revista e ampliada, 1999.
5. Sonia Maria Franco Xavier (org.), *Jayme da Costa Patrão:...um traço marcante na autonomia*. São Caetano do Sul: Fundação Pró-Memória de São Caetano do Sul, 1998.
6. Rui Ribeiro, *Notas de Realejo. Estudos sobre Literatura e MPB*. São Caetano do Sul: Fundação Pró-Memória de São Caetano do Sul, 1999.
7. Guido Carli, *Stí àni gera... cussí (Antigamente era assim)*. São Caetano do Sul: Fundação Pró-Memória de São Caetano do Sul, 1999.
8. Agvan de Andrade Matos, Rosemeire Bento Simões (org.), *Cotidiano Redescoberto, alunos desvendam a História no Bairro Prosperidade*. São Caetano do Sul: Fundação Pró-Memória de São Caetano do Sul: Escola Estadual Laura Lopes, 1999.
9. *Anais do III Congresso de História do ABC. À Sombra das Chaminés. A Produção da Cultura no ABC*. São Caetano do Sul: Fundação Pró-Memória de São Caetano do Sul, 1999.

Este livro integra o *Projeto Editorial da Fundação Pró-Memória*, do período administrativo 1997-2000, cujo objetivo é resgatar a História do Município e da região através da publicação de pesquisas e documentos inéditos.

Deliso Villa

# História Esquecida

Tradução do italiano: Adriana Pucci



ISBN 85-86788-15-5  
Feito o depósito legal

Título original: *Storia dimenticata*  
© Deliso Villa, 1995  
1ª edição - Meneghini, Vicenza

---

FICHA CATALOGRÁFICA:

V76h Villa, Deliso História Esquecida. Tradutora Adriana Pucci./  
Deliso Villa./ Fundação Pró-Memória de São Caetano do Sul:  
São Caetano do Sul; 2000./ Série Documenta

I. Emigração-italianos-Brasil. 2. Italianos-  
Brasil-História. 3. Sociologia

---

Ficha composta por Jussara Ferreira Muniz

# Índice

## Primeira Parte

Era uma vez a Itália .....	14
Um país antigo e imóvel castigado por males terríveis.....	15
Uma pátria para poucos.....	19
Uma estranha história de malas desaparecidas .....	21
Chega o alfabeto .....	23
A cartilha do jovem pastor abruzzese .....	25
Escuridão no Mezzogiorno .....	27
O Caso Sicília .....	31
Os católicos: marginalizados e confusos.....	34
Os socialistas: zangados e ameaçadores .....	37
Duas roseiras escarlates .....	39
Assim nasceu a Itália dos trabalhos servis.....	41
Toda a Europa emigra .....	43
O fim das sociedades rurais.....	47
Balanco de uma época.....	49

## Segunda Parte

Uma viagem pela História da Itália .....	51
A longa marcha .....	52
A Itália cruza a linha de chegada.....	54
Assim nasceu na Itália o poder central .....	56
O mercado dos rapazes .....	58
1868: o imposto sobre a fome .....	59
A emigração como ruptura .....	60
Roma, 1870: um Papa prisioneiro .....	62
Chegam os recrutadores .....	63
Primeiros debates .....	65
1876: cai a Destra Storica .....	67
Aonde vai a Itália? .....	68
Chegam os números .....	70
Entre compaixão e protestos .....	71
Dois lutos para a Itália e para a Igreja .....	73
O Governo afirma: não podemos fazer nada .....	74
As duas Itálias .....	76
Começa a grande migração Vêneta .....	78
Por que o Brasil? .....	81
Por que a Argentina?.....	83
A gente mais sedentária, mais ligada à terra... ..	85
O dedo do pé do vilão .....	87
A taxa sobre o passaporte .....	88

No oceano, a bordo de velhas carroças .....	89
As terríveis dificuldades da viagem .....	91
Emigração e colônias .....	93
1887: o ano das decisões .....	95
Horizonte .....	97

### **Terceira Parte**

Um bispo para um povo desprezado .....	99
Servo de todos em nome do Evangelho.....	100
Uma comunidade instruída, reconciliada e sem fronteiras .....	103
A difícil prova das urnas eleitorais .....	104
O erro de Leão XIII .....	106
Educar o país para a paz .....	108
Um chamado: cuidar da salvação dos emigrados .....	111
O apelo à nação .....	114
Padres pobres para gente abandonada.....	117
A mobilização dos leigos .....	120
Não aos recrutadores.....	122
A emigração como ponto de encontro para a pacificação do país .....	125
Gênova: os mistérios do porto.....	127
New York: aos pés da estátua da liberdade .....	131
A paróquia italiana como lugar de fraternidade e de crescimento .....	134
O pequeno órfão .....	137
No meio das florestas para construir países.....	139
Um grandioso plano de colonização .....	142
Tontitown, a cidade dos milagres .....	145
Um punhado de padres pobres, audazes, generosíssimos .....	147
Freiras especiais para emigrados.....	149

### **Quarta parte**

Como realmente foram as coisas.....	152
Criar obstáculos à emigração: um ato injusto e cruel .....	153
O mito da grande Itália .....	155
Três cifras assustadoras.....	157
A questão da propriedade pública da terra no Sul .....	158
“Rerum Novarum”: movem-se os católicos .....	159
A opção pela paz.....	161
A grande loucura militar .....	163
Agosto de 1893: Aigues-Mortes... Terrível! .....	166
1893: catástrofe bancária .....	167
1894: a Sicília rebela-se .....	168
Ádua: massacre.....	170
1895 - 1900: o terrível último quinquênio.....	172
O exército da miséria .....	174
Uma família em dificuldades .....	174

1898: os canhões de Bava Beccaris .....	177
A desforra dos maltrapilhos .....	179
O assalto às economias dos emigrados .....	182
As culpas dos católicos .....	184
A pequena grande invenção feita por um pobre emigrado .....	186
1900: o emigrado mata seu Rei .....	188
A lei da emigração: o último assalto .....	190
1901: uma boa lei, porém insuficiente .....	193
Scalabrini nos Estados Unidos .....	195
Cara a cara com o presidente Roosevelt .....	198
Uma obra para os mondadores dos campos de arroz .....	200
O milagre econômico italiano .....	202
O retorno de Giolitti .....	205
Monsenhor Bonomelli e os emigrados na Europa .....	207
Mire!...Mire!... Mire!.....	210
Monsenhor Scalabrini no país do café.....	212
Para os emigrados de todo o mundo .....	215
1905: o bispo está morrendo... ..	218

### **Quinta parte**

O Significado de uma história .....	223
Por que esquecer? .....	224
Cem anos de emigração .....	226
Interrogações sobre a Itália .....	228
A revolução que faltou .....	230
Uma Igreja que não sabe perdoar .....	232
A árvore Scalabrini .....	234
Uma assustadora “bomba demográfica” .....	236
A grande invasão.....	238
Quando chegará Scalabrini? .....	240
A espera .....	242
Epilogo .....	243

Primeira  
Parte

## Era uma vez a Itália

A história da emigração, para ser compreendida, deve ser enquadrada num horizonte amplo e profundo. Um período longo faz-se necessário para que se entenda o que acontece nas regiões, nos países e nos continentes; por trás dos acontecimentos, por menores que sejam, há sempre uma estrutura imóvel que resiste há séculos.

A emigração envolve sociologia, geografia, religião, política, antropologia, capitalismo, socialismo e civilização. É um pedaço de vida do qual a história não pode abrir mão.

Como todas as histórias, a emigração é fundada sobre um conflito permanente, o qual faz com que se confrontem, sem exceções, para além e aquém das fronteiras, os ricos e os pobres, o egoísmo e a solidariedade, o medo e a esperança.

## Um país antigo e imóvel castigado por males terríveis

**E**m 1887 a Itália dava seus primeiros passos. Era uma Itália ainda pequena, desconexa e pobre.

O jovem Reino fora proclamado havia somente 26 anos<sup>1</sup>. Apenas 17 anos haviam se passado desde que Roma se tornara capital. Nove anos, somente, separavam 1887 da morte de Vittorio Emanuele II<sup>2</sup> e de Pio IX. Giuseppe Garibaldi<sup>3</sup> falecera na ilha de Caprera cinco anos antes. O outro grande protagonista do *Risorgimento*<sup>4</sup>, Giuseppe Mazzini<sup>5</sup>, precedera-o em dez anos. Cavour<sup>6</sup>, em 21.

Reinos e grão-ducados diluíam exaustivamente suas fronteiras dentro de um Estado maior e mais complexo. Surgiam as primeiras indústrias. As primeiras ferrovias tentavam encurtar as distâncias entre o Norte e o Sul.

Onze anos antes, o ministro Minghetti anunciara ao Parlamento que, depois de duríssimos anos de economia, “finalmente tinha sido alcançado o equilíbrio da balança”. Para alcançar essa meta, o Estado italiano vendera tudo o que pudera vender: bens estatais e eclesiásticos, linhas ferroviárias, a *Regia dei Tabacchi*<sup>7</sup>. E esmagara o povo com impostos desumanos.

A jovem Itália encontrava-se diante de imensos problemas, dentre os quais destacavam-se os governantes ainda inexperientes e a própria falta de uma tradição que sustentasse aquele Estado novo. Muitíssimas eram, também, as obras por fazer: escolas, estradas, hospitais, aquedutos, saneamento. E ainda: harmonizar sete exércitos, sete línguas, sete moedas, sete regulamentos alfandegários, sete modos diversos de se ver e se aplicar a justiça...

A malária ainda matava 40.000 pessoas por ano (também Cavour tinha morrido de malária); a pelagra, 100.000. O cólera, somente entre 1884-87, matara 55.000 pessoas. As estatísticas oficiais falam de cerca de 400.000 mortos por ano. Metade daquelas cifras era formada por pequenas cruces brancas, que representavam crianças com menos de cinco anos, as quais acabaram nos cemitérios porque a comida era escassa, a higiene, escassíssima e o médico, inalcançável.

Entre os 3.672 mineiros de enxofre sicilianos submetidos a uma visita médica (nas minas de enxofre trabalhavam também centenas de rapazes muito jovens), apenas 203 foram declarados aptos ao serviço militar. O resto era gente destruída, que devia ser jogada fora.

No momento da unificação, a Itália tinha menos de 400.000 operários. Havia poucas fábricas; o trabalho era feito, de preferência, em casa, segundo um antigo costume artesanal que, ainda hoje, está vivo em muitas regiões italianas.

Roma possuía apenas 180.000 habitantes; Milão, 240.000; Turim,

200.000; Gênova, 150.000; Palermo, 180.000. Nápoles, já naquela época extraordinária e miserável, era a segunda cidade da Europa: sua população chegava a 430.000 habitantes.

Em 1887, A Itália era, pois, um país em grande parte agreste, antigo e imóvel. De aproximadamente 30 milhões de habitantes, pelo menos 21 milhões eram camponeses. Moviam-se nos campos com o gesto lento dos antepassados: tanto na Sicília quanto no Vêneto, muitos ainda utilizavam um arado muito rudimentar, o mesmo que Cincinato<sup>8</sup>, dois mil anos antes, havia utilizado.

A grande massa populacional dos italianos nascia, vivia e morria num mesmo lugar, à sombra de um mesmo campanário, ligada a pequenos costumes, a tradições ancestrais, a duras privações, a raras festas animadas. Numa Europa onde a Inglaterra já havia feito sua revolução industrial e onde a França e a Alemanha levavam adiante, em etapas aceleradas, a formação de um potente aparato industrial, a Itália surgia como “um país de miseráveis analfabetos”, cuja renda correspondia a uma quarta parte da renda inglesa e a um terço da francesa. Um país tão forte, tão desprovido de ferro e carvão, que os franceses se perguntavam, com uma ponta de ironia: “O que quer fazer a Itália?”.

Também no setor agrícola a Itália estava atrasada. Apenas o Piemonte, graças a Cavour, havia-se aproximado do nível europeu: as novas classes empreendedoras eram o verdadeiro protagonista do desenvolvimento econômico da região. Na planície do Rio Pó, do mesmo modo, despontava, aqui e ali, um capitalismo agrário evoluído. As empresas agrícolas estavam nas mãos de grandes locatários que as conduziam através do plantio de arroz e de pastagens, integrando-as com a criação de animais e com a produção de derivados do leite. Serão estes arrendatários que se transformarão em empreendedores: serão eles a constituir na Itália as primeiras fábricas. A transformação do arrendatário da planície do Pó em empreendedor marca o nascimento do capitalismo italiano e a entrada da Itália na era industrial.

No entanto, também na Lombardia havia muita miséria. No campo, ao lado dos *cavallanti* (aqueles que conduziam os cavalos), dos *bifolchi* (conduziam os bois), dos *fattutto* (disponíveis para qualquer trabalho), dos *omen de fer* (ceifeiros), moviam-se muitos *giornalieri*. Estes últimos - está escrito num documento - “*dispõem de um salário mesquinho, de uma comida miserável e de uma acomodação esqualida. Trazem estampada a pobreza nas faces franzinas e provocam arrepios nas almas bem-nascidas*”. Estes *giornalieri*<sup>9</sup> encontravam-se às portas de Milão, a rica, culta e benéfica capital lombarda. E eram os mais pobres agricultores da Lombardia. Igualmente na Itália central, sobretudo na Toscana, o panorama agrícola apresentava elementos positivos. Prevalcia a parceria agrícola<sup>10</sup>, à qual os proprietários de terra haviam-se mantido fieis por razões predominantemente sociais. A parceria, de fato, condenava à imobilidade, mas, ao mesmo tempo, assegurava a tranqüilidade num momento no qual os

agricultores começavam a se rebelar. Contrariamente à Lombardia, a Toscana não assistirá à passagem do senhor de terras ao senhor de chaminés. Não precisamos inventar nada para descrever a vida dos italianos naqueles anos difíceis. Temos, de fato, à disposição, uma impressionante *Inchiesta agraria*<sup>11</sup>, a primeira solicitada pelo jovem Parlamento italiano. Sete anos de trabalho custou essa pesquisa, cuja documentação está reunida em 15 volumes, que chegaram às mãos dos italianos exatamente naqueles anos, de 1881 a 1886. O inquérito, dirigido por Jacini (um católico moderado, várias vezes ministro, que se fez conde por ter se empenhado na realização do *túnel de Simplon*<sup>12</sup>), oferece-nos um retrato preciso, região a região, das condições de vida da maior parte dos italianos.

Uma vida austera, de necessidades, em que o dinheiro para remédios falta e as roupas exibem sucessivos remendos, em que os doentes são estendidos na manjedoura e o porco cresce em casa como membro da família. Vender os filhos é um hábito bastante difuso, tanto no Norte como no Sul. Em Altamura, na região da Puglia, todos os anos, na ocasião de *Ferragosto*<sup>13</sup>, os meninos são colocados à venda em praça pública, como se fossem uma mercadoria qualquer.

Centenas de milhares de italianos vivem ainda em grutas ou em cabanas sem janelas, feitas de ramos e barro. Dezenas de milhares de famílias vivem ainda em condições alucinantes nos úmidos *bassi*<sup>14</sup> de Nápoles, nos sassi de Matera escavados na rocha, nos bairros operários das cidades. Segundo dados de 1879, há nesses locais, freqüentemente, uma densidade populacional de dez pessoas por cômodo:

*“Na mesa do camponês setentrional, - lê-se num relatório - a carne aparece não mais do que uma vez por mês; nas tarimbas<sup>15</sup> dos cafoni<sup>16</sup> do sul, não mais de uma vez por ano. Os camponeses do Norte alimentam-se exclusivamente de milho porque custa menos e sacia mais. Os trabalhadores rurais da Puglia comem quase exclusivamente pão preto de cevada, preparado duas ou três vezes por ano...”*

E, no entanto, também sobre este pedaço de pão, escasso e duro como pedra, havia sido imposta uma taxa, a famigerada *tassa sul macinato*<sup>17</sup>. Por causa dessa taxa, nasceram sanguinosas revoltas na Sicília e ao longo do Rio Pó.

Em fevereiro de 1874, em Nápoles, um trabalhador rural que se preparava para embarcar num navio foi maltratado por um funcionário. Irritado, o homem pegou da sacola de viagem a primeira coisa que foi parar em suas mãos e arremessou-a com força contra o guarda. Era um pedaço de pão preto. O homem foi preso e condenado a dois meses de cárcere. Havia ofendido um oficial público.

1 - O acontecimento ao qual o autor faz referência é a unificação nacional da Itália ou proclamação do *Regno*, que ocorreu, justamente, em 1861 (N.T.)

2 - Vittorio Emanuele II (Turim, 1820 - Roma, 1878): Rei da Sardenha e, a partir de 1861, da Itália (N.T.)

- 3** - Giuseppe Garibaldi (Nice,1807-Caprera,1882): militar e político. Idealista republicano que participou de guerras de independência tanto no sul Península Itálica quanto na América Latina (N.T.)
- 4** - O chamado *Risorgimento* italiano corresponde ao período, no século XIX, em que houve os acontecimentos políticos e militares que culminaram com a independência e com a formação de um estado unitário italiano (N.T.)
- 5** - Giuseppe Mazzini (Gênova,1805-Pisa,1872):outra figura importante do *Risorgimento*, Mazzini lutou, entre outras coisas, contra a hegemonia do Piemonte após a unificação e a favor de uma Constituinte que se estabelecesse através do sufrágio universal (N.T.)
- 6** - Camillo Benso Cavour ou Conde de Cavour (Turim,1810-1861): um dos principais políticos da época. Sua vida política incluiu passagens por ministérios e incursões pela carreira diplomática (N.T.)
- 7** - *Regia dei Tabacchi*: monopólio do tabaco e de seu beneficiamento (N.T.)
- 8** - Cincinato: referência Lucius Quinctius Cincinnatus (séc. V a.C.) que, depois de ter sido cônsul e ditador, tornou a cultivar os próprios campos (N.T.)
- 9** - *Giornalieri*: a palavra italiana usada para designar tal tipo de trabalhador refere-se a diário, diarista (N.T.)
- 10** - Parceria agrícola: o termo está sendo usado para traduzir *mezzadria*; o termo arrendatário, mais adiante, traduzirá *mezzadro* (N.T.)
- 11** - *Inchiesta agraria*: o nome, mantido como no original, designa um inquérito parlamentar para o qual forma-se uma comissão de investigação e pesquisa (N.T.)
- 12** - *Túnel de Simplon* (Traforo del Sempione , no original): passagem que liga a Suíça à Itália (N.T.)
- 13** - *Ferragosto*: festividade cívica e religiosa que acontece dia 15 de agosto (N.T.)
- 14** - *Bassi*: habitações paupérrimas, típicas dos bairros históricos de Nápoles (N.T.)
- 15** - *Tarimbas*: estrados altos de madeira (N.T.)
- 16** - *cafoni*: termo que designava os trabalhadores rurais simplórios do Sul da Itália (N.T.)
- 17** - *Tassa sul macinato*: imposto sobre a trituração de cereais (N.T.)

## Uma pátria para poucos

**E**m 1861, o direito de votar era ainda reservado a poucos cidadãos: cerca de 600.000 em toda a Península. Eram os que possuíam um patrimônio ou uma renda. O direito ao voto comprava-se mediante pagamento de uma soma significativa, despesa com que poucos podiam arcar.

Votava-se com o *Collegio Uninomiale*<sup>18</sup>: elegia-se, em cada circunscrição, apenas um candidato. Votavam, pois, somente os mais abastados; quem entrava no Parlamento era necessariamente rico e potente.

O resultado de tal sistema foi um Parlamento com uma forte coloração classista: advogados, grandes proprietários rurais, *uomini d'onore*<sup>19</sup> expoentes da nobreza, da indústria, do comércio. A parte mais numerosa da população (os operários, os camponeses, os professores, os artesãos, os pequeno-burgueses...) não contava com nenhum representante no Palácio em que se discutiam as leis e se tomavam as decisões. Foi este Parlamento anômalo que decidiu a unificação da Itália. Naquela ocasião histórica, as massas populares não existiam.

No início não era assim: o processo de unificação da Península tinha uma base popular, ainda que limitada. Nos movimentos insurrecionais que estouraram em Roma em 1848 e 1849 e naqueles ocorridos sucessivamente em Milão (as cinco esplêndidas “*Giornate*”<sup>20</sup>), nas revoltas deflagradas em Brescia, em Veneza e na Sicília, havia o povo. Descera sobre as barricadas. Não gritara apenas contra a Áustria e contra os Bourbons, clamando por liberdade; gritara também contra os *signori*<sup>21</sup>, invocando justiça.

Aqueles que queriam a Itália unida estavam divididos em duas correntes: os *democratas* e os *moderados*<sup>22</sup>. Democratas eram Mazzini e Garibaldi: com eles estavam intelectuais, pequeno-burgueses, estudantes, artesãos, alguns operários. Eram eles que, pedindo um Estado novo, falavam em revolução.

Infelizmente Garibaldi, grande nos campos de batalha, como homem político não valia nada; e Mazzini, pensador e profeta, como homem de ação era um autêntico fracasso. Faltou, assim, um elemento essencial para se fazer uma revolução, ou seja, um forte séqüito popular. Além de tudo, Mazzini sempre se recusara a dar um conteúdo social a sua doutrina; e Garibaldi, quando tivera essa oportunidade (por exemplo, na Sicília), preferira renunciar a ela para não perder o apoio dos burgueses, os únicos que, àquele tempo, participavam do movimento *risorgimentale*<sup>23</sup>.

No final, foram os *moderados* a prevalecer. Tinham em si, na pessoa de Cavour, um autêntico homem de estado; na retaguarda, o Piemonte, com um exército valente e uma diplomacia eficiente. Possuíam, além do mais, uma maior coesão social: reuniam os nobres, os burgueses grandes e médios, os *notabili*<sup>24</sup>.

Foram os *moderados*, então, que se tornaram os protagonistas do processo de unificação da Itália. Pertenciam à escola liberal, então cheia de glória,

a mesma que levava muitos países da Europa às portas da liberdade, abatera soberanos e tiranos e hasteara a bandeira dos direitos civis. Tinham, além disso, um grande projeto: inserir a Itália na Europa.

No início, seu programa era o de fazer da Itália um Estado descentralizado, uma espécie de confederação como a Suíça, que deixasse muito espaço às regiões, de maneira que fossem favorecidos a autonomia e o dinamismo de cada estado que tivesse aceitado a unificação.

No Sul, porém, justamente naqueles anos, tinham-se deflagrado insurreições violentíssimas, gerando medo em muitos habitantes da Península, que se convenceram, assim, de que apenas um Estado forte permitiria que as muitas diferenças existentes na Península fossem superadas. E foi assim que, mais pela força dos acontecimentos em si do que pelo cálculo político, o Estado acabou prevalecendo sobre as regiões.

Os *moderados*, logo, mudaram seu programa: recusaram a República e a Assembléia Constituinte e limitaram-se a agregar ao Piemonte, um após o outro, os vários estados, através de um plebiscito do qual podia participar apenas uma minoria. Ao invés de um só Estado novo, obteve-se um Piemonte estendido por toda a Península, com seu Rei e suas leis.

Este fato modificou substancialmente, aos olhos do povo, o significado do *Risorgimento*. Deveria ter sido uma guerra de liberação e, ao final, transformou-se numa guerra de conquista. O poder permanecera nas mãos de seus antigos detentores. A liberação em relação à Austria e aos Bourbons não se caracterizara, para os pobres, como uma liberação em relação a reis, generais, bispos, proprietários de terra, advogados. Não lhes oferecera a oportunidade de se tornarem senhores do próprio destino. Haviam vencido os *moderados*: aqueles que tinham um patrimônio, uma cultura. Apesar do *Risorgimento*, os humildes permaneceram como antes: sem voz, sem um fragmento de poder.

As massas populares terão, ainda por algumas décadas, um peso tão irrelevante que nem mesmo entrarão no conceito de *povo*. Quando se fala de *povo*, naqueles anos, entende-se à burguesia: os funcionários, os comerciantes, os advogados... Todos os outros (que correspondem a quatro quintos da população) nada contam.

A fisionomia do novo Estado italiano será, sem tirar nem pôr, uma cópia da fisionomia do Piemonte: um Estado fortemente centralizado, segundo um modelo tomado emprestado da França. Será o Rei a distribuir os cargos de governo e será o Rei a empossar em cada província um governador aparentemente onipotente. Nem mesmo o pequeno administrador local será escolhido pelo povo.

Mas, atenção: nem o governador dispõe de um poder real. É simplesmente o representante da autoridade central, sua orelha, seu olho vigilante. É um cabo de transmissão, desprovido de responsabilidade: sua tarefa é vigiar e informar.

Quando se formarem as primeiras correntes de emigração, o Governo intervirá - como em todas as coisas - através dos governadores. Será a eles que pedirá informações sobre movimentos da população e a eles confiará a

tarefa de criar obstáculos às partidas. Ou seja, a uma autoridade vinda de Roma, expressão de um poder ainda distante do povo.

Aqueles que participavam da vida política (tanto os herdeiros de Cavour quanto os sucessores de Garibaldi e Mazzini) constituíram, de fato, um grupo de poder insensível às necessidades das massas populares.

Apenas no ano de 1882 o direito de voto será concedido a cerca de dois milhões de cidadãos; somente naquele ano os socialistas conseguirão mandar ao Parlamento seu primeiro representante. Quanto aos católicos, deverão esperar outros vinte anos antes de ver eleitos seus candidatos.

Desse modo, as massas populares permaneceram realmente alheias à vida política do País; continuaram a identificar o estado com os *signori*. Sua inserção ocorrerá apenas depois de muitas crises e conflitos sanguinosos. Mazzini avisara: “*Prestem atenção, se as massas não entram como protagonistas no processo de formação da Itália, permanecerão alheias à nação e um dia transformar-se-ão em suas inimigas...*” Como, de fato, aconteceu.

É com este estado de espírito que muitos emigrantes subiram em barcos a vapor em Gênova, Nápoles, Palermo, em Marselha, em Antuérpia, quase fugindo de um país ingrato que nunca tinha sido sua verdadeira pátria.

## Uma estranha história de malas desaparecidas

*Giuseppe Lafonte, um escritor que permaneceu praticamente desconhecido, imagina, num conto, que também os emigrados participam das eleições de final de século, e que tal participação havia sido solicitada pelo grupo democrático mazziniano; aos italianos que estavam partindo, juntamente com o passaporte vermelho, entregava-se uma cédula eleitoral, que deveria ser conservada para o grande dia, não importando para onde viajassem.*

*Eram eleições importantes. Uma lista previa, entre outras coisas, a instituição de uma República fundada sobre o povo, como, em seu tempo, pedira Mazzini. E sabia-se que, entre os italianos no exterior, a proposta tinha sido discutida e havia encontrado grande aceitação. Pela primeira vez, os emigrados podiam influir, em modo decisivo, nas escolhas do país.*

*A apuração dos votos era aguardada com evidente nervosismo. De New York, de Buenos Aires, do Rio de Janeiro, de Londres haviam partido os malotes diplomáticos, controlados rigidamente pelos cônsules, lacrados pelos embaixadores. Continham as cédulas amarelas e azuis utilizadas para a votação. O recurso às urnas transformara-se numa espécie de referendo a favor do Estado-Rei ou do Estado-Povo.*

*Os malotes, escoltados por carabinieri, haviam alcançado,*

por mar, a Península. De Palermo, de Nápoles, de Gênova haviam sido encaminhados simultaneamente para a capital, onde um esquadrão da polícia montada aguardava.

Aquele movimento de homens e cavalos ao redor dos grandes malotes alarmara um grupo de delinqüentes, os quais tinham ouvido falar do misterioso tesouro que, vindo da Rússia, através de Londres, deveria ser transferido aos depósitos da Banca Nazionale. Assim, quando os trens chegaram a Roma, antes mesmo que alcançassem o desembarque, foram assaltados e os malotes, levados e escondidos nos becos próximos, para, a seguir, serem carregados em vagões e mandados para um destino desconhecido.

Nada mais se soubera dos malotes; mas muitos homens políticos suspiraram aliviados, porque o Reino estava salvo. E nunca se descobrira se, por trás das manobras do grande furto tivesse estado, servindo-se dos delinqüentes, por acaso, o ministro dos Assuntos Internos, um sujeito tranqüilo vindo do campo, quase insignificante, porém, astuto como sabem, às vezes, ser os camponeses; dizia-se que, a fim de defender a ordem pública, o ministro estaria disposto a vender a alma ao diabo...

---

18 - *Collegio Uninomiale*: sistema de sufrágio em que, como a autor indicará, há a presença de apenas um candidato por partido em cada colégio eleitoral (N.T.)

19 - *Uomini d'onore*: o termo pode significar homens de bem. Referindo-se à Máfia, porém, indica aqueles que seguem seu código (N.T.)

20 - *Giornatele*: cinco dias (*cinque giornate di Milano*), entre 18 e 23 de março de 1848, durante os quais os milaneses combateram e expulsaram os austríacos (N.T.)

21 - *Signori*: senhores, com o sentido de proprietários de terras ou de homens ricos (N.T.)

22 - *Democratas e moderados*: estes termos serão mantidos em itálico quando o autor assim o fizer no original (N.T.)

23 - *Risorgimentale*: relativo ao Risorgimento (N.T.)

24 - *Notabili*: notáveis, aqui, tem o sentido de poderosos (N.T.)

25 - *Carabinieri*: soldados que têm funções de polícia militar e são encarregados de tutelar a ordem pública (N.T.)

## Chega o alfabeto

**E**m 1887, Giuseppe Verdi apresentava no Scala<sup>26</sup> um extraordinário *Otello*; Carducci<sup>27</sup> escrevia as últimas *Rime Nuove*; Giovanni Pascoli preparava timidamente as *Myricae*<sup>28</sup>. *Il Cuore* de De Amicis<sup>29</sup> havia apenas iniciado sua fabulosa carreira. Nos estábulos, onde à noite se reuniam as famílias, liam-se em voz alta, capítulo a capítulo, *Le Avventure di Pinocchio*<sup>30</sup>.

Nos jornais apareciam os primeiros folhetins: *La Cieca di Sorriento*, *I misteri di Napoli*... Circulavam também péssimos romances históricos. Nas escolas e nos salões literários, muito ainda se discutia sobre Goldoni<sup>31</sup>, tão apaixonado pela vida num século tão teatral como o XVIII.

Comentavam-se as páginas de Alfieri<sup>32</sup>, de Parini<sup>33</sup>, de um Foscolo<sup>34</sup> muito amargo, do *contino* Leopardi<sup>35</sup>, tomado por misérias materiais e pela grandeza poética.

Mas, no ar, havia a tentativa de elevar a cultura ao povo, a tentativa de ajudá-lo a ler, a ver coisas novas. Dia a dia, a gente humilde descobria o poder da palavra, entrevia o nexos que une a fábula à realidade; compreendia que - também na vida - pode-se sonhar com o faz-de-conta, mas encontram-se os *carabinieri* e registram-se as fugas, retornos, derrotas e transformações.

Era uma tentativa devida. Nunca, como naquela época, compreendera-se tão bem que o verdadeiro esteio do dos velhos regimes havia sido a ignorância. Francesco IV di Modena até mesmo ameaçara de morte aqueles que soubessem ler ou escrever. Justamente porque não sabiam ler, os italianos permaneceram surdos aos apelos de Mazzini e o *Risorgimento* havia sido um negócio para poucos.

Em 1861, de 26 milhões de habitantes, apenas 600.000 falavam o italiano. Vinte e cinco anos depois, da cada 100 italianos, ao menos 70 ainda assinavam com uma cruz em lugar do nome. Nas escolas do Reino usava-se abundantemente o dialeto. No Vêneto, falava-se freqüentemente de *Itália* e de *itálgiani*. Na Sardenha e nas zonas de montanha, o Catecismo era impresso em italiano e em dialeto. Até o Rei era fraco em italiano: na Corte usava-se mais o piemontês que a língua de Dante.

Na Península viviam populações diferentes, que falavam línguas muito diversas. Faltavam, é verdade, salas de aula e professores: mas, sobretudo, faltava uma língua comum. E este era um drama, porque a língua não é somente um meio de comunicação, mas um instrumento mental graças ao qual um povo alimenta sua alma.

Manzoni<sup>36</sup> havia oferecido ao país, com *i Promessi Sposi*, um grande modelo lingüístico. Sua intenção era justamente construir *uma língua para todos*, não apenas para os letrados. Mas era uma batalha difícil, até porque cada região tentava defender seu patrimônio lingüístico como parte essencial de sua história.

Na batalha das línguas impusera-se, por fim, o toscano, porque a língua escrita variava pouco em relação à falada e era usada tanto por cultos quanto por incultos. Era, portanto, a única língua “viva” existente, então, na Península. Mas os outros pensaram para aprendê-la. Os meninos tiveram de aprendê-la na escola, aos pedaços, ano após ano, como fazem hoje com o alemão e o inglês. Para muitos, o italiano continuou a ser uma espécie de língua importada, imposta pelos patrões. Uma língua que combatia o dialeto com todas as suas antigas raízes.

Isto também contribuiu para isolar a cultura da sociedade. A língua que se falava nas academias, nos tribunais e no Parlamento continuou, ainda por muito tempo, a ser incompreensível para o homem da rua. Por muito tempo ainda os emigrados pareceram, aos olhos estrangeiros, *miseráveis analfabetos*.

O problema diante do qual se encontrava a Itália naqueles anos era, todavia, mais complexo. Não era apenas um problema de linguagem: era um problema de cultura. Uma questão histórica bastante espessa que, até hoje, foi resolvida apenas em parte.

Calabreses, lígures, toscanos, vênnetos e sicilianos não só falavam línguas diversas, mas também tinham culturas diferentes, uma história própria, costumes e mentalidades originais. Era necessário agora reuni-los, oferecer-lhes uma cultura comum capaz de superar suas diferenças, maturando finalmente uma consciência nacional.

Antes da unificação, tal tarefa tinha sido assumida por escritores e poetas. Quando, porém, a pátria foi conquistada, os grupos intelectuais foram tomados por uma profunda desilusão; para alguns escritores e poetas aquela longa estação teve, até mesmo, a cor da tragédia.

A Itália unida (aquela pátria *si bella e perduta*<sup>37</sup>, encontrada apenas entre as páginas dos romancistas e nos versos dos poetas) tornara-se realidade após guerras, revoltas, heroísmos individuais e coletivos. Pois bem, aquela unidade idealizada e fortemente desejada aparecia agora como uma forma vazia, uma espécie de licença poética e retórica.

A passagem do *Risorgimento* aos problemas da Itália unida (a passagem da poesia à prosa) foi longa, dificultosa e não isenta de erros. Apesar da unificação, a cultura italiana permaneceu como uma cultura de classes, alimentada pela burguesia. As massas populares foram excluídas dessa cultura por um bom tempo.

A emigração traz à baila, de modo cruel, essa realidade. Os emigrados continuam a ser, por muitas décadas, um povo sem voz. A cultura oficial ignora-os. Não encontram em todo o país um só romancista que interprete em modo épico suas aventuras nem um poeta que ofereça aos parentes, como um gesto de adeus, o som pungente de seus versos.

A cultura burguesa, que sempre ignorou os humildes, ignora os emigrados. Carducci, que canta com rimas rumorosas as glórias da nova Itália, nem ao menos percebe que, a sua volta, centenas de milhares de operários, camponeses, artesãos e modestos literatos passam fome e são obrigados a fugir.

A emigração destaca outra carência básica da cultura italiana. A cultura “laica” (no sentido de cultura independente do pensamento e da autoridade do clero) revela-se incapaz de compreender a cultura camponesa, porque esta é simples, inocente e religiosa.

O *laico* habituou-se a pensar na religião como numa forma de ignorância: o camponês que vai à missa parece-lhe uma pobre criatura que ainda não conseguiu se desvincular dos mitos e dos medos.

Há uma ruptura profunda entre o *laico* que se formou nas cidades e o humilde trabalhador que permaneceu nos campos. O intelectual tem dificuldades para se comunicar com os homens do campo e quase se envergonha disso.

É-lhe difícil também porque não compreende sua linguagem e ignora seus valores. Ao mesmo tempo, o camponês recusa a cultura da cidade, desprovida de humanidade e, muito frequentemente, anti-religiosa.

Será assim também nas terras de emigração. Em muitos países, os primeiros a chegar foram com frequência os intelectuais. Também para eles a cultura dos pobres, justamente por causa de sua alma religiosa, era considerada uma *não cultura*, alguma coisa que não se adaptava às regras modernas da civilidade. Eram persuadidos de que o mundo camponês, para ascender à democracia, à liberdade, à cultura, devesse renunciar a seus valores originais. Renunciar também à Igreja, também à Fé.

Quando nossos emigrados, reunidos nas terras da América, começaram a construir novas comunidades, esses intelectuais *laicos* não foram capazes de entender suas exigências mais profundas. E quando nossos emigrados tiveram de resistir aos nacionalismos locais que queriam absorvê-los, não foi a campo para apoiá-los. Deixaram-nos sós, preferindo muitas vezes sua derrota.

### **A cartilha do jovem pastor *abruzzese*<sup>38</sup>**

*Luigi Carollo nascera na planície de Sulmona. Conhecia a Maiella<sup>39</sup> com todos os seus contrafortes, as muitas grutas, os desfila-deiros carregados de memória. Sabia que se esconderam, nos mesmos lugares em que outrora viveram inumeráveis eremitas, centenas de criminosos, prisioneiros de guerra, evadidos, jovens que queriam escapar do alistamento militar, todos igualmente assistidos pela população.*

*Quando era rapaz, participara do chamado “pelegrinaggio delle sette montagne” que partia do Santuario della Trinità, sobre Subiaco<sup>40</sup>. Antigamente essa peregrinação era um dever de consciência para os bons cristãos.*

*Quando foi para a América, Luigi tinha 14 anos; e por ter frequentado apenas algumas vezes a escola, por causa das ovelhas que precisava conduzir ao pasto, dos longos invernos e da mãe doente, não conhecia o italiano.*

*A professora, para ajudá-lo, antes da viagem, havia-lhe apresentado uma cartilha. Assim, Luigi tinha feito a primeira série do ensino fundamental no navio, enquanto as ondas o erguiam e o vento sacudia as palavras do livro.*

*Os primeiros tempos tinham sido duros para o jovem emigrado, sobretudo quando precisava ir à venda para fazer compras e tinha de se fazer entender com expressões que não eram americanas nem italianas, apenas possuíam o tenro som da expressão falada dos Abruzzi.*

*Um dia precisava comprar um pouco de farinha de castanha e não conseguia explicar-se. Experimentou utilizar as mãos, tentou com algumas palavras, e nada. Naquele instante, lembrou-se da cartilha, com as belas páginas brancas, as palavras grandes acompanhadas pelos desenhos. Correu para casa, pegou o livro, encontrou a página preenchida por uma esplêndida castanha e levou-a, sempre correndo, à venda.*

*A dona da venda sorriu, divertindo-se. Também Luigi sorriu. E voltou para casa, sempre sorrindo, com um pacotinho de farinha de castanhas, apertando sobre o braço o livro das páginas alvas, com as palavras grandes acompanhadas por desenhos.*

**26** - Teatro alla Scala: célebre teatro lírico de Milão, inaugurado em 1778 (N.T.)

**27** - Giosue Carducci (Val di castello, 1835- Bologna, 1907). Poeta, crítico literário e professor universitário. No início de sua vida pública, era republicano e *mazziniano*, combatendo a via monarquista apontada pelo *Risorgimento*. Em 1878, porém, abraça a causa da monarquia. Em 1906, recebe o Prêmio Nobel de Literatura (N.T.)

**28** - Giovanni Pascoli (San Mauro di Romagna, 1855 - Bologna, 1912). Poeta. Foi aluno e sucessor de Carducci na Universidade de Bologna. Deixou vasta obra, tanto em italiano como em Latim. As *Myricae* foram sua primeira publicação, em 1891 (N.T.)

**29** - Edmondo De Amicis (Oneglia, 1846 - Bordighera, 1908). Escritor e oficial militar. Participou de várias batalhas, inclusive da tomada de Roma em 1870. Sua carreira de escritor teve início com contos sobre a vida militar. Obteve sucesso internacional com a publicação do *Cuore*, obra em forma de diário de um estudante, permeado de contos literários de inspiração patriótica (N.T.)

**30** - *As Aventuras de Pinóquio*, de Carlo Collodi (Florença, 1826 -1890), foram publicadas inicialmente em jornal para crianças, em capítulos (N.T.)

**31** - Carlo Goldoni (Veneza, 1707 -Paris, 1793) Autor de comédias teatrais que pregava a restauração da dignidade do teatro cômico, a qual julgava perdida pela tradição da *Commedia dell'arte*, gênero em que predominava a improvisação e o uso de máscaras (N.T.)

**32** - Vittorio Alfieri (Asti, 1749 - Florença, 1803) escritor de família nobre que deixou obras de inspiração política e moral (N.T.)

**33** - Giuseppe Parini (Bosisio, 1729 -Milão, 1799) Escritor proveniente de família modesta, defendia a idéia de uma tarefa didática para literatura, sem negar, contudo, a importância do cuidado com a forma. (N. T)

**34** - Ugo Foscolo (Zante, 1778 - Turnham Green, 1827) Poeta e oficial militar, escreveu, entre outras importantes obras, o famosíssimo *I Sepolcri*, em que, combatendo um édito de Napoleão que proibia sepulturas em centros urbanos, faz a apologia da memória resguardada pelo túmulo dos grandes italianos sepultados na Igreja de Santa Croce, em Florença. (N.T.)

**35** - Giacomo Leopardi (Recanati, 1798 - Nápoles, 1837) Escritor que desde a primeira infância demonstrou incrível habilidade para os estudos. Aprendeu o grego e o hebraico de forma autodidata, e desfrutou intensamente da biblioteca riquíssima de seu pai. A clausura para os estudos será importante na definição de uma concepção de mundo do poeta, que acredita que a salvação do homem está na aceitação de sua condição e em sua comunhão com a natureza. Suas principais obras são: *Operette Morali* (1824); *Zibaldone* (1820-26) e *Canti* (1826). Recebeu a alcunha *contino* por ser filho de um conde (N.T)

**36** - Alessandro Manzoni (Milão, 1785-1873): escritor, considerado um modelo de língua e de estilo. Sua obra mais importante é o romance *I Promessi Sposi*, cuja edição definitiva data de 1842 (N.T.)

**37** - *Sí bella e perduta* (tão bela e perdida): trecho do Coro dos Hebreus (*Va' Pensiero*), da ópera *Nabucodonosor* (*Nabucco*), de Giuseppe Verdi, encenada pela primeira vez no *Scala* de Milão em 1942. Essa ópera, sobretudo a ária *Va' Pensiero*, foi recebida pelo público como um hino do *Risorgimento* e da luta contra a dominação austríaca (N.T.)

**38** - Da região dos *Abruzzi* (N.T.)

**39** - Maiella: relevo montanhoso da região, denominado *Massiccio della Maiella* (N.T.)

**40** - Subiaco: cidade da região do Lácio (N.T.)

## Escuridão no *Mezzogiorno*<sup>41</sup>

O *Mezzogiorno* era, já naquela época, um problema para a Itália. Num país atrasado em relação à Europa setentrional, o Sul, sufocado por antigos vínculos feudais, desprovido de estímulos e de liberdade, aparecia ainda mais atrasado.

Em 1850, entre 1800 municípios do Reino de Nápoles, 1500 não contavam com estradas. Em muitas zonas nem mesmo sabiam o que era o dinheiro; as trocas faziam-se em espécie, como no tempo de Cicerone<sup>42</sup>. Era tudo muito simples. No fundo, como dizia um ministro do Rei Bourbon<sup>43</sup>, “*sustentar um assalariado rural custa menos do que sustentar um asno*”.

No momento da unificação, os cofres de Turim estavam vazios, enquanto aqueles de Nápoles estavam cheios de ouro. Só que o Piemonte, além de arcar com as despesas imensas impostas pela guerra de independência, preocupava-se em equipar o estado construindo estradas, ferrovias, portos, canais. O Rei Bomba<sup>44</sup>, ao contrário, como seus *cafoni*, não acreditava nem mesmo no papel-moeda impresso por seu banco. O Reino era absolutamente desprovido de equipamentos, mas o ouro estava seguro nos cofres de estado.

Em termos de indústrias, havia duas de notáveis proporções: os estabelecimentos mecânicos de Pietrasanta, que pertenciam ao estado e não se preocupavam, portanto, com problemas de custo, e as algodoarias de Salerno, que haviam sido construídas por empreendedores suíços, os quais as geriam, em condições de monopólio, tranqüilamente.

Feita a Itália, a indústria meridional não resistiu à concorrência: as máquinas de Pietrasanta foram substituídas por aquelas da *Ansaldo*<sup>45</sup> de Gênova, menos custosas; as algodoarias de Salerno por aquelas de Busto Arsizio<sup>46</sup>, mais bem aparelhadas. Para salvar o que podia ser salvo, o Estado precisou intervir: foi a primeira intervenção pública feita na Itália para afastar uma indústria da falência.

No setor agrícola a situação era, para dizer o mínimo, bizarra. A terra, de fato, pertencia a quem não tinha amor pelo campo; quem trabalhava os campos era apenas um servo, o herdeiro dos escravos. Havia, aqui e ali, grandes propriedades burguesas, nascidas através da usurpação de bens estatais e da compra de terras tiradas da Igreja. Mas eram poucas. Na Puglia encontravam-se empresas agrícolas concebidas com critérios modernos. Eram, porém, raras ilhas.

Havia um estrato bastante amplo de feitores, que, contudo, serviam-se de assalariados incertos e, em relação aos camponeses pobres, praticavam a usura, a terrível usura que, no Sul, fazia morrer gente.

Na região da Campania e nas províncias de Bari e Lecce, incluindo seus arredores, estavam presentes uma pequena e uma média burguesias que exercitavam profissões urbanas: médicos, advogados, funcionários.

Eram aqueles que haviam escolhido viver na cidade porque para eles, desde sempre, a terra tinha sido uma fonte de renda a ser espremida sem comedimentos, juntamente com os homens que nela trabalhavam.

Com raras exceções, não havia no *Mezzogiorno* caseiros ou arrendatários. O camponês meridional não possuía vínculo algum que o ligasse à terra. A sua condição era a de verdadeiro miserável que nada possui, desesperado e sem amparo. Sua condenação era a de viver a cada dia, de depender sempre de alguém.

Por isso, havia no Sul uma terrível vontade de terra e as pessoas reclamavam-na com violência. Não era apenas o desejo de possuir: era a vontade de sair do nada, de conquistar uma dignidade. Haviam, assim, recebido com entusiasmo Garibaldi: porque tinham esperanças na distribuição das terras. Durante a *spedizione dei Mille*<sup>47</sup>, os homens haviam-se, até mesmo, atirado sobre as terras dos galantuomini, mas tinham sido contidos e espancados. A nova Itália havia desiludido suas esperanças.

O caso de Nápoles é esclarecedor. No século XVII, foi o engenho napolitano o primeiro na Itália a acolher o pensamento de Cartesio<sup>48</sup>. E, no fim do século XVIII, intelectuais napolitanos foram os primeiros na Itália estabelecer um contato com as sociedades patrióticas francesas, tramando, a partir desse contato, a introdução das instituições democráticas na Península. Foram eles que, em 1799, proclamaram a República napolitana.

Resistiram por seis meses. Então Ferdinando IV<sup>49</sup>, apoiado pela marinha inglesa e pelos bandos católicos do cardinal Ruffo, retornou a Nápoles. A repressão foi feroz. Oito mil patriotas foram enviados para a morte. Morreram com dignidade e coragem. Entre os mártires de 1799, estavam os melhores expoentes da nobreza e da burguesia, grandes estudiosos, muitos bispos. Vincenzo Cuoco (um dos poucos a escapar do massacre) e Giustino Fortunato escreveram páginas belíssimas sobre os mártires meridionais e sobre sua malograda revolução.

Desde então o Sul não se recuperou mais. A causa mais grave de seu atraso foi justamente o fracasso daquela revolução política e o conseqüente fracasso da reforma agrária que se tentou executar entre os séculos XVIII e XIX.

Foi o fracasso da nova burguesia meridional, que se contentava em viver da terra. Desta nova classe dirigente eram provenientes os *moderados* que apoiaram Cavour contra os Bourbons e contra Garibaldi. Eles aceitavam os novos senhores piemonteses, contanto que fossem mantidas suas prerrogativas de barões. Por esse motivo, nunca procuraram a adesão das massas. O povo do Sul - mais ainda que o do Norte - foi cortado do movimento *risorgimentale*. Os galantuomini, apenas eles, converteram-se em massa na Itália unida. Não queriam encarar o campo em revolta, patrulhados pelos *briganti*<sup>50</sup>.

Justamente, os *briganti*: um capítulo trágico da história da Itália. Muitos deles tinham saído das filas do exército dos Bourbons, daquela massa de quase 100.000 homens mandados de volta a casa logo depois da

unificação, sem um centavo, disponíveis a qualquer aventura para sobreviver. Os outros haviam sido criados pela miséria pela falta de caminhos, por padrões cruéis, pelos maus tratos ao físico, pela conscrição obrigatória, pelos governos excessivamente policiais.

O trabalhador rural rústico estava carregado de rancores reprimidos porque o Estado o havia liberado de certas obrigações medievais, mas não lhe havia dado nada com o que nutrir essa conquista. Também a distribuição das terras estatais e eclesiásticas tinha ido parar nas mãos dos influentes e dos espertalhões. Assim, acrescera-se ao antigo ódio contra os antigos senhores o ódio aos anticristos liberais que se haviam servido da unificação da Itália para seus próprios interesses e, agora, oprimiam os camponeses com rapacidade revoltante.

Os briganti, no *Mezzogiorno* haviam-se já, há tempos, transformado numa instituição. Os Bourbons e a igreja haviam-se servido deles para expulsar os franceses. A *Carboneria*<sup>51</sup> tinha entrado em acordo com eles para apoiar Cavour. Todo o movimento risorgimentale do Sul ficou, por tudo isso, poluído.

Como sempre, o Governo considerava o *brigantaggio*<sup>52</sup> não como um problema social a ser corrigido com reformas, mas como um problema de delinqüência comum a ser oprimido com ações policiais. Aproveitando-se da situação, os *briganti* abandonaram os bosques da Lucânia e atacaram as cidades, massacrando seus exércitos de defesa. O mais grave era que o povo, com o aparecimento dos *briganti*, manifestava-se, ignorando autoridade, polícia e *galantioumini*, com luminárias, festas e canto do *Te Deum*, porque o clero, por sua vez, estava todo a seu lado. Na fantasia popular, o *brigante* tinha-se tornado o paladino dos pobres, o intérprete da revolta das classes rurais contra os novos senhores.

Foi como a explosão de uma bomba. O eco no país e no mundo foi enorme. O Governo mandou a campo 120.000 soldados. Houve massacres de uma parte e de outra. As baixas do exército, ao que parece, superaram aquelas de todas as guerras até então combatidas contra a Áustria. Este fato deu-se entre os anos de 1860 e 1865. Todo o Sul foi tratado como uma colônia em revolta. Também muitos bispos foram expulsos, fugiram ou foram presos.

A guerra não foi combatida apenas com armas, mas também com corrupção e negociatas. Grande parte da desolação do *Mezzogiorno*, com suas encostas áridas, é fruto da caça ao homem que se alastrou naqueles anos desatinados.

No final de 1865, a tragédia tinha terminado. Ficaram as causas e as conseqüências. O jovem Estado italiano havia vencido sua primeira guerra civil, mas seu preço tinha sido altíssimo. As populações do *Mezzogiorno*, por muitos anos, viam nos soldados italianos os destacamentos de um exército invasor. A estação dos *briganti* tinha terminado. Começa aquela dos emigrantes.

Este é o *Mezzogiorno* que os italianos conheciam então, o lugar co-

mo se mostrava na superfície. Certamente mais atrasado que o *Settentrione*<sup>53</sup>, mais velho e imóvel, mas, aparentemente, igual ao resto da Itália. Veremos, mais adiante, em qual período e através de quais homens os italianos descobriram que, na Península unificada pelo Risorgimento, há não uma, mas duas Itálias.

---

41 - *Mezzogiorno* (meio-dia): expressão empregada para fazer-se referência à Itália do Sul (N.T.)

42 - Marcus Tullius Cicero: político, orador e filósofo romano que viveu entre 106 e 43 a.C (N.T.)

43 - No original, *ministro borbonico*, o que também significa retrógrado (N.T.)

44 - *Re Bomba*: foi o apelido dado pelos sicilianos ao Rei da dinastia Bourbon que dominava o Reino das Duas Sicílias àquela época, devido a bombardeamentos ordenados pelo soberano por causa dos movimentos de independência (N.T.)

45 - *Ansaldo*: indústria eletromecânica fundada em 1853 (N.T.)

46 - Busto Arsizio: cidade da Lombardia, ainda hoje um importante centro têxtil (N.T.)

47 - *Spedizione dei Mille*: expedição militar chefiada por Garibaldi, ocorrida em 1860, cujo escopo era o de abater o regime dos Bourbons na Itália meridional. A expedição partiu de Quarto, perto de Gênova, e desembarcou em Marsala, na Sicília (N.T.)

48 - Cartesio: nome latinizado de Descartes (N.T.)

49 - Ao ser expulso de Nápoles, por ocasião da proclamação da República, o Rei Ferdinando IV estabeleceu-se na Sicília. Por isso, o autor fala em retorno do soberano (N.T.)

50 - *Briganti*: a palavra brigante significa marginal, fora-da-lei que vive de furtos. Neste contexto histórico, porém, adquire uma acepção especial, que será explicada pelo autor (N.T.)

51 *Carboneria*: sociedade secreta de ideologia liberal, surgida no reino de Nápoles (N.T.)

52 - *Brigantaggio*: movimento dos briganti (N.T.)

53 - *Setentrione*: Região Norte da Península (N.T.)

## O Caso Sicília

Na paisagem meridional, tão carregada de contradições e de tensões, a Sicília apresenta-se com uma carteira de identidade precisa. A ilha tem uma história, uma população sua, uma língua própria, uma condição social diferente daquela das outras regiões italianas, diversa até mesmo das terras do Sul.

Segundo alguns especialistas, a Sicília é uma nação a parte. Na ilha, o feudalismo resistiu por mais tempo. Por isso, as tensões são mais ardentes e, quando explodem, assumem aspectos mais trágicos do que no resto da Itália.

No final de 1789, quando os Bourbons, a bordo da nave capitânia de Nelson<sup>54</sup>, chegaram pela primeira vez à Sicília, a ilha era realmente uma terra misteriosa. Nem os próprios os sicilianos a conheciam, porque a falta de estradas tornava a ilha inacessível em muitas partes. Os proprietários rurais, que dividiam entre si a maior fatia de chão, possuíam um conceito tão absoluto de sua soberania que não admitiam interferências da parte do poder central. Abstinham-se até mesmo do censo.

Presume-se que a população chegasse a um milhão e meio de pessoas. Palermo, com 180.000 habitantes, era uma das cidades mais populosas da Itália. Como Nápoles, apresentava o mais descarado contraste entre a miséria e a pompa.

A Sicília era chamada de *terra dos nobres*: lá havia, de fato, 142 príncipes, 688 marqueses, 1500 duques e barões, somados. Seus emblemas mais marcantes eram a paixão pelo luxo como sinal de potência, a arrogância e o exagerado conceito das próprias prerrogativas. A sua era, realmente, uma sociedade petrificada.

Das 360 vilas da Sicília, 280 viviam em regime de senhoria feudal. Em suas terras, o barão comportava-se como um soberano absoluto. Os habitantes eram praticamente servos da gleba, obrigados a prestar *corvées*, isto é, jornadas de trabalho gratuito. O dinheiro era absolutamente desconhecido. Aqueles que viviam no feudo não podiam mudar de domicílio: contra os rebeldes, os fidalgos tinham sua polícia e seus cárceres.

Também a justiça era muito feudal. Os magistrados sicilianos juravam fidelidade ao Rei, que era, porém, um soberano sempre distante: primeiro em Madri, depois em Nápoles, mais tarde em Roma. O barão local, ao contrário, ainda que tratante, era siciliano e, como tal, deveria ser defendido contra as pretensões da autoridade “estrangeira”. Assim o fidalgo, que já era senhor de tudo, podia permitir-se bancar o prepotente: sabia que podia contar com a justiça siciliana.

Como todos os territórios em regime feudal, a Sicília vivia quase exclusivamente de agricultura. Uma dezena de famílias possuía propriedades vastíssimas: o príncipe Butera, por exemplo, extraía, sozinho, de suas terras 10% de todo o rendimento da ilha.

Dois terços da população nem mesmo conheciam o pão de trigo. Comiam pão de milho, mas também esse era um luxo reservado aos dias de festa. O alimento comum era constituído de simples *focaccine* amassadas com tremoço e castanhas.

O mercado de trigo estava nas mãos de poucos comerciantes atacadistas,

que eram livres para fazer o que quisessem. As cidades eram apenas centros militares e administrativos, além de ser o ponto de encontro da nobreza para seus brilhos e prazeres. Tudo estava a serviço dos senhores. Em Palermo, Goethe descobriu que nas ruas era deixado o esterco para fornecer um macio tapete às carruagens dos nobres. E ninguém disso se lamentava...

É interessante ver como era organizado o feudo siciliano, porque isso nos permite conhecer como era formada, em suas estruturas fundamentais, a sociedade da ilha. Cada feudo tinha um *casamento*<sup>55</sup> que constituía o centro da empresa rural. Ao redor, como na sociedade feudal, havia o olivedo e as vinhas.

Uma parte do feudo era colocada à disposição dos trabalhadores, com um contrato de dois ou três anos. Em compensação, os agricultores deviam ao proprietário (ou ao *gabellotto*<sup>56</sup>) um rendimento em espécie. Se o patrão antecipava sementes ou ajuda em espécie, os camponeses deviam devolver cada coisa com o acréscimo de juros.

Estavam sob as ordens do proprietário negociantes, padeiros, aprendizes, palafreiros, *curatoli* (trabalhadores contratados aptos a serviços diversos), *bifolchi* etc. Havia o *soprastante*<sup>57</sup> que dirigia tudo e o *primo campiere* que dava ordens aos *campieri*<sup>58</sup>, os quais, por sua vez, faziam rondas a cavalo para vigiar os trabalhadores.

Para que se obtivesse proteção, era necessário pagar vários impostos, como o *diritto di guardia e o diritto di cuccia*<sup>59</sup> (meio tûmulo de trigo para cada “*salma*”<sup>60</sup> de terra). Em muitos lugares, havia o *diritto di estimo* (para o primeiro ano), o *diritto di Messa* (para os serviços religiosos) e o *diritto di prima notte*, para poder contrair núpcias e salvar as mulheres do desejo dos patrões.

Cercado por esses vínculos, o camponês siciliano não tinha saída. Fora do feudo não havia outras terras disponíveis. Se queria viver, era obrigado a suportar em silêncio. Apenas a emigração oferecer-lhe-á a oportunidade de arrebentar aquelas terríveis amarras. A viagem com destino à América será, para ele, a viagem com destino à libertação.

Máfia é uma palavra árabe naturalizada siciliana e, hoje em dia, inserida em todas as línguas do mundo.

Segundo alguns historiadores, a Máfia tem uma data de nascimento precisa: 1860, quando se realizou a unificação da Península. A Máfia nasce como oposição ao serviço de interesses precisos. É o fruto do compromisso entre o poder central do estado e as classes dominantes sicilianas. Segundo outros, na origem da Máfia está o *gabellotto*, o homem que controlava as terras no lugar do proprietário que ficara na cidade e era, portanto, o verdadeiro senhor da vida e da morte.

Os estudos mais recentes partem, por sua vez, dos códigos culturais da nação siciliana: a honra, a amizade, a esperteza. É desse código que se serve a Máfia para desfrutar as vantagens da nova ordem social e civil proveniente da unificação da Itália.

Na ilha, então, havia uma sociedade extremamente simplificada: poucos grandes latifundiários, poucos burgueses residentes nas cidades e uma grande massa de camponeses pobres. A Máfia insere-se justamente nesse magro tecido social.

É a resposta de um certo grande capital agrário meridional frente à indústria que se está desenvolvendo no Norte. É ao mesmo tempo a reação dos proprietários locais à chegada das instituições estatais, que se instalam, com seus códigos, em todo o território nacional. É, em suma, a Sicília rural que se rebela ante o Norte que a subjuga; a Sicília que procura se separar do Estado unitário, do qual não se sente parte.

O jogo é conduzido pelos empreendedores rurais, que atuam como mediadores entre proprietários e camponeses, entre política e necessidade, periferia e centro, mercado nacional e internacional. Na prática, uma irmandade violenta e parasitária de homens de negócios, que persegue sem escrúpulos os próprios interesses.

Para as pessoas comuns, que ignoram os jogos de poder, os mafiosos são violentos, porém homens honrados, bandidos, mas cavalheiros. Numa sociedade na qual os fracos são submetidos a explorações constantes, a capacidade dos mafiosos de intervir e proteger é apreciada.

Essa era a Máfia das origens, ligada à terra. Depois da segunda guerra mundial, chegou uma segunda geração de mediadores: a Máfia da construção, dos serviços públicos, dos financiamentos estatais, que teceu uma rede de relações com os homens do poder.

Hoje tudo é diferente. A Máfia perdeu sua antiga alma mediadora. São ignorados os códigos culturais tradicionais. Transformou-se em Piovra<sup>61</sup>.

Dom Sturzo, fundador do Partido Popular (o primeiro capítulo dos católicos italianos), havia, no início de século, escrito uma comédia sobre a Máfia. Era em cinco atos, dos quais, porém, os amigos tinham apenas encontrado quatro. O quinto foi elaborado por Diego Fabri com um final feliz (o justo que finalmente triunfa, o bem que vence o mal...) pensando estar, assim, fielmente interpretando o pensamento do autor. A comédia foi transmitida pela televisão.

Apenas muito tempo depois, casualmente, os amigos localizaram o epílogo original escrito por Sturzo. Realmente uma surpresa: no último ato, a Máfia vence e mata o herói.

Apenas um caso? Ou um aviso profético?...

---

54 - Visconde Horatio Nelson (1758-1805): almirante inglês a serviço dos Bourbons, teve significativa participação na queda da República Napolitana (N.T.)

55 - *Casamento*: construção ou grande casa popular. Pode indicar, ainda, as pessoas que habitam essa construção (N.T.)

56 - *Gabellotto*: cobrador de impostos (N.T.)

57 - *Soprastante*: superior, chefe (N.T.)

58 - *Campiere*: termo que designa o guarda particular de propriedades rurais (N.T.)

59 - *Cuccia* significa, em italiano atual, o lugar onde dormem os cães. Em sentido irônico, é uma sinônimo de cama. Aqui a idéia de leito associa-se ao túmulo (N.T.)

60 - *Salma*: antiga medida de extensão de terra usada na Sicília (N.T.)

61 - *Piovra*: ao pé da letra, a palavra significa polvo. O termo é muito usado na linguagem jornalística atual, é uma sinônimo de máfia com o sentido de organização criminosa ramificada, com os tentáculos expandidos pela sociedade (N.T.)

## Os católicos: marginalizados e confusos

O mundo arcaico e rural da Idade Média tinha sido, para a Igreja, um mundo fácil. O camponês não pede explicações; a própria estrutura do feudalismo, hierárquica e militarista, predis põe-no à submissão.

Mas já em 1300/1400 as coisas mudam. As cidades crescem: a urbanização transforma radicalmente o panorama. Chegam artesãos, comerciantes, operários, banqueiros. Para resolver seus problemas, não se dirigem mais ao padre, mas às corporações: não mais à Bíblia, mas à Ciência; não mais à lei canônica, mas ao direito civil. O bispo perde a função de legislador e de juiz.

Fato mais grave, nasce a ruptura entre a Igreja e a cultura. Antes o pensamento era dominado pela presença de Deus e era, conseqüentemente, monopólio da Igreja. Agora há pessoas que se podem dedicar ao estudo: são os humanistas. Nasce a cultura laica, que caminha com as próprias pernas.

O homem põe a si mesmo como a medida de todas as coisas. O mundo passa a ser a imagem do homem. A Razão recusa-se a ser subalterna da Fé. A filosofia, a literatura, a história tornam-se profanas. Nascem os estados nacionais, ou seja, centros de poder que concorrem com o poder eclesiástico. Nasce a imprensa: o livro põe fim ao predomínio espiritual do clero.

Em Wittemberg, em 1517, o grande drama da consciência cristã: irrompe o movimento protestante. Em 1534 é consumado o cisma inglês. A esses múltiplos desafios, acusada e recusada por muitos, responde com o Concílio de Trento.

De Trento saiu, indubitavelmente, uma Igreja melhor. As Ordens monásticas retomaram seu antigo rigor. O clero foi submetido a um banho purificador que transformou radicalmente seus costumes. Um outro grande resultado foi a renúncia gradual, por parte do Papado, a suas tentações temporais. Agindo assim, evitava as pressões e as adulações dos imperadores.

Mas ao lado do ativo há também o passivo. O Concílio não se resolveu em Trento, mas em Paris, em Madri, em Innsbruck, nas negociações com os chefes de estado civis. Assim, liquidou-se uma aliança equivocada entre dois poderes profundamente diversos, mas igualmente autoritários.

Em Trento não foi resolvido o problema de consciência levantado por Lutero e por Calvino. A Igreja teve medo do homem, de sua inteligência, de seus direitos, de suas dúvidas, de suas rebeliões, em suma, da liberdade que o próprio Deus lhe havia concedido. A Igreja acreditou poder salvá-lo erguendo-se com força em defesa dos direitos de Deus, impondo a mensagem contida na Bíblia como uma coisa que o homem deveria aceitar sem discussões. Definiu-se, ainda, como fiadora única e insubstituível do diálogo que se estabelece entre Deus e o Homem.

Apenas o padre deveria decidir o que era o bem e o que era o mal. Por isso, foi-lhe atribuído o direito de censura, foi-lhe concedida a faculdade de vasculhar a alma dos fiéis, de punir o pecado da opinião.

Quando na Península, na onda do Iluminismo e da Revolução Francesa,

aparecerão os primeiros apelos à liberdade de pensamento e aos direitos civis, não serão apenas os soberanos em dificuldades e sua cruel polícia a fazer oposição, mas também a Igreja com todo seu aparato administrativo e toda a potência de seus dogmas. E isto criará um conflito feroz entre a cultura laica e aquela religiosa, entre quem queria uma Itália livre não apenas politicamente e uma Igreja incrustada na defesa dos direitos errados. E o dano será gravíssimo porque a Igreja perdeu, aos olhos de muitos, a capacidade de falar de Deus.

Esse passeio pelos longos campos da história pode parecer supérfluo, mas ajuda a entender o drama político e religioso que despedaçou os italianos na segunda metade do século XIX e que se concluiu (só em parte e deixando muitos vestígios) com a Conciliação de 1929.

A unificação da Itália, com a ocupação dos territórios pontifícios, criara no país uma profunda ruptura. De fato, o novo Estado italiano nascera laico. E para resolver os problemas de relacionamento entre os poderes civil e eclesiástico, havia estabelecido entre os dois uma distinta separação.

Entre 1850 e 1860 o Piemonte, por influência de Cavour, aprovava uma série de leis laicas, que iam da abolição de numerosas Congregações religiosas à absorção de bens eclesiásticos, incluindo até a adoção do casamento civil. Esta legislação laica, levada adiante com uma forte animosidade anticlerical, foi introduzida em todos os territórios italianos à medida que entravam no novo estado unitário.

Quando as tropas do general Cadorna entraram em Roma (1870), a ruptura tornou-se dilacerante. Por muitos anos, extinguiu-se qualquer possibilidade de diálogo entre a Igreja e o Estado. Não houve lugar senão para as represálias. A Itália transformou-se num país dividido por rígidas paliçadas.

Visto com olhos modernos, o problema pode parecer uma batalha arcaica combatida, por ambas as partes, com estúpido fanatismo. É necessário, porém, recordar que os Jesuítas do século XIX (e não apenas eles) viam no *Risorgimento* apenas um complô tramado pela maçonaria e pelos judeus para destruir a Igreja. Garibaldi e Mazzini não hesitavam em afirmar publicamente que o Papa era o *câncer da Itália* e definiam o padre, com muita ênfase, como o *assassino da alma*.

Pio IX temia sinceramente que o novo Estado italiano colocasse em risco a salvação espiritual de milhões de pessoas. O Papa Mastai<sup>62</sup>, que no plano pastoral tem grandíssimos méritos, era pouco sensível à dimensão histórica dos acontecimentos. Era-lhe difícil adaptar a Igreja às estruturas mutáveis da sociedade.

Adicionemos a tudo isso os estadistas católicos mortos pela oposição (Pellegrino, Rossi, Moreno...) e será mais fácil compreendermos porque a Igreja, tomada de surpresa, tenha-se fechado em si mesma em posição de surpresa. Em vez de se colocar ao lado da crescente burguesia, que tinha em mãos as rédeas da história, Pio IX preferiu ficar perto do povo camponês, pobre e sem história, mas crente, condenando-se, por isso mesmo, a um longo período de marginalização.

A realidade, mais uma vez, era mais complexa. O ataque que liberais e

reformistas dirigiam ao Papa era dirigido mais à Igreja e a suas estruturas, frequentemente sufocantes, do que à religião. O próprio Cavour, embora tivesse levado adiante com grande determinação seu programa laico, quis morrer como bom cristão. Também Vittorio Emanuele II era um homem de fé, e cada vez que o Parlamento submetia uma lei que dizia respeito à Igreja a sua assinatura, preocupava-se em amenizar-lhe o impacto.

Havia, pois, espaço para um confronto, ainda que difícil. Infelizmente tal confronto não houve. Não o quis Pio IX, convencido de não poder renunciar a seus territórios para poder exercitar em modo autônomo sua autoridade moral no mundo. E não o consentiu o Governo italiano, que continuou a despejar sua fúria contra a Igreja italiana, aumentando-lhe os sofrimentos e os medos.

Poucos continuaram a tentar e a acreditar numa conciliação entre a Igreja e o Estado italiano: o grosso das massas católicas entrincheirou-se por muitos anos longe do Estado. Tornara-se tão difícil conciliar a consciência religiosa com a civil que o Vaticano proibira os católicos de participar das eleições políticas.

Este veto (“non expedit”, como se dizia então, ou seja, não é oportuno ir votar) durou quase cinquenta anos, tempo demasiado para que não causasse danos gravíssimos à Igreja e ao país.

A oposição dos católicos foi vista pelas classes dirigentes como uma autêntica secessão, menos violenta do que aquela levada adiante pelos socialistas, mas igualmente nefasta. Este contraste doloroso entre Igreja e Estado terá reflexos também no terreno da emigração. Exatamente porque a igreja os ajudava, os emigrados não receberam do Estado - laico e anti-religioso - toda a ajuda que teriam podido receber e à qual, além do mais, tinham direito.

## Os socialistas: zangados e ameaçadores

**S**e a primeira metade do século XIX tinha sido dominada pelo liberalismo, a segunda metade do século registra o socialismo entrado em cena. Enquanto o liberalismo marca a passagem de uma sociedade democrática a uma sociedade burguesa, o socialismo marca a passagem de uma sociedade burguesa a uma sociedade de massa.

É um grave erro ver no liberalismo apenas o aspecto econômico. A ideologia liberal rechaça, antes de mais nada, o poder absoluto: combate a monarquia, os governos despóticos, as ditaduras populares as igrejas. O liberalismo foi, no século XIX, a religião da liberdade.

Todavia, o liberalismo, mais do que uma filosofia, é a expressão de um grupo social, a doutrina que melhor serve aos interesses de uma classe. O liberalismo, de fato, desenvolve-se onde há profissionais e comerciantes; operários e camponeses, ainda que representem a maioria da população, não entram em sua ótica. O mérito de ter feito com que as massas populares saíssem do isolamento pertence ao socialismo.

O liberalismo - dizem, em síntese, os socialistas - constitui uma força revolucionária até combater o poder absoluto; quando a burguesia chega ao poder, transforma-se em força conservadora. Os direitos que conquista, guarda-os para si. Protege-os bem da distribuição ao povo...

Cabe, assim, ao movimento socialista dismantlar a nova ordem criada pela sociedade burguesa, exatamente como, algumas décadas antes, a grande burguesia havia desordenado as instituições aristocráticas. O momento é favorável porque a revolução industrial cria rapidamente novas categorias sociais. Surgem ferroviários, carteiros, telefonistas, professores, empregados de grandes lojas, bancários. Concomitantemente, a urbanização transforma a vida de comunidades inteiras.

O movimento operário não se limita a pedir condições de vida melhores. Visa mudar a sociedade, preparar o advento de uma ordem social mais justa. Nasce naquele período o “messianismo” da classe operária, convencida a sofrer e trabalhar para a redenção de toda a humanidade.

Nasce, ao mesmo tempo, o movimento operário anárquico, que refuta maciçamente a propriedade, ataca o estado, o exército, a política, a religião. É a temporada dos atentados: morrem, sob os golpes dos anarquistas italianos, o Presidente francês Carnot, o Rei Umberto de Itália, a Imperatriz Elizabete da Áustria.

O movimento socialista subdivide-se tumultuosamente em muitas tendências, mas, no final, é o socialismo marxista que alcança a supremacia. O marxismo torna-se a filosofia reconhecida pelo movimento operário. De doutrina especulativa, o socialismo passa a ser força política organizada.

Nos países ocidentais, a classe operária nasce nas fábricas. Na Itália, onde as fábricas são escassas, é meia operária e meia camponesa. A sua base é o lar do campo, carregado de rebeliões, mas arredo à disciplina de par-

tido. Por isso, os socialistas italianos permanecerão por muito tempo doentes de maximalismo e de indisciplina.

Precisamente, a primeira Sociedade Operária italiana nasce de uma iniciativa de Mazzini. Nasce em Londres, entre os emigrados, na mesma cidade e no mesmo período em que Karl Marx lança seu famoso apelo aos proletários de todo o mundo. Mazzini, porém, pensa em termos patrióticos: quer a libertação de Roma e de Veneza; o social interessa-lhe menos. E, depois, odeia Marx porque baseia sua batalha na luta de classes.

Será Bakunin, a mando de Marx, a mobilizar pela primeira vez as massas italianas. Bakunin é uma estranha personagem vinda da Rússia, um homem dotado de extraordinária capacidade de fascinar, com imagens simples, populações desesperadas.

Bakunin relembra, então, aos trabalhadores italianos que eles estão excluídos irremediavelmente do Estado. O poder é monopólio de classes privilegiadas; se estas procura agora integrá-los melhor em suas instituições, é para melhor sufocá-los.

O sistema não se presta a reformas. É, simplesmente, destruído. E não para que seja substituído por um outro, mas para que o indivíduo seja liberado de qualquer forma de autoridade e, assim, possa, finalmente, tornar-se senhor de seu destino.

Este maximalismo, adaptado a uma sociedade subdesenvolvida com era a italiana de então, exerceu um notável fascínio também sobre muitos intelectuais e deixou profundas raízes no sulco do socialismo italiano.

Aquela que nasce na Península é, portanto, uma Internacional Socialista diferente. Não visa o poder por vias legais, mas prevê uma revolução permanente. Uma revolução confiada não a uma partido organizado, mas à livre iniciativa dos operários. Não tem como alvo o Estado burguês, mas sim o Estado nacional. Visa, consciente ou inconscientemente, desfazer a Itália.

São organizados, antes em Bolonha e depois em Benevento, insanos planos de insurreição. Intervêm *carabinieri* e exército. Por sorte, a massa não se deixa levar por essa revolução impossível. O anarquismo entra em crise. Começa-se a pensar num partido capaz de levar as batalhas socialistas às cadeiras do Parlamento.

A este desafio, a opinião burguesa reage rudemente com os estados de sítio e as perseguições. O caso Andréa Costa é emblemático. Costa é o primeiro socialista que conseguirá, em 1882, entrar no Parlamento. Sua chegada é vista por muitos como um sinal de esperança: o sinal de que talvez seja possível domar a revolução operária.

Todavia, Costa é repetidamente repreendido e encarcerado, não porque faça alguma coisa ilegal, mas simplesmente por ser socialista, e, sendo socialista, “*suspeita-se que seja ladrão, viciado e vagabundo*”. “*O que o senhor quer - diz-lhe um dia o juiz - sei que o senhor é uma pessoa honesta, mas por razões de segurança pública devo adverti-lo...*”.

O Partido Socialista publicamente dito nasce na Itália com um atraso de vinte anos em relação aos outros países da Europa ocidental. É fruto da

aliança entre os trabalhadores braçais, os artesãos da Romagna e os fortes grupos operários da Lombardia. O partido marca o ingresso, na vida do país, de uma nova força autenticamente popular, mesmo que ainda inculta, da qual a Itália não poderá abrir mão.

Com o surgimento dos trabalhadores socialistas, seguidos com alguma distância por aqueles católicos, as massas populares italianas começam finalmente a sair de seu perigoso isolamento.

O mérito de ter afastado católicos e socialistas das tentações subversivas pertence a Giolitti<sup>63</sup>. Seu plano político é integrar as massas populares nas estruturas do país, reconciliando o povo com o Estado. Mas esse objetivo será alcançado tarde, depois de um itinerário que tem gosto de lágrimas e de sangue, apenas na véspera da primeira guerra mundial.

Em 1887 a meta ainda está distante. O país está profundamente dividido e cheio de rancores. Os que decidem emigrar fazem-no, frequentemente, com o punho erguido como sinal de protesto. Naquele ano, a Itália ainda é um país estranho onde não há espaço para um protesto legalizado. Falta uma válvula de escape.

Nos outros países o protesto é expresso através da greve. Na Itália (onde a greve é punida com a prisão), somente com a revolta ou com a emigração.

### *Duas roseiras escarlates*

*Padre Luigi tinha voltado cansado das visitas, pelos altos-fornos da Lorena, ao longo da estrada que leva de Differdange a Esch-sur-Alzett. Tinha estado numa família em que uma senhora anciã, presa à cama por dois meses, havia mandado chamá-lo. Vira o síndico, a quem tinha feito recomendações em nome de uma família que procurava abrigo. Tinha passado pelo hospital para cumprimentar um pedreiro que tinha caído da escada e quebrado um braço. Havia ido à escola, onde um grupo de rapazinhos estava a sua espera para o catecismo. E agora precisava cumprir os ofícios, havia já alguém à espera.*

*Ao chegar, padre Luigi passara na Capela. Tirara o gorro e aproximara-se da pia de água benta. Ia molhar a mão quando teve um sobressalto: no meio da água, escuro e repugnante, boiava um escarro...*

*Padre Luigi tivera um gesto de raiva. Perguntou-se imediatamente quem poderia ser o desgraçado que tinha entrado na igreja não para orar, mas para ofender.*

*Tinha alguns nomes. Um, em particular: um friulano<sup>64</sup> alto e magro, que chegara da Itália havia cinco anos, socialista roxo, irritante blasfemo. Cuidava do trabalho que reunia numa barraca caindo aos pedaços. A esposa era simpática. O filho, de cinco anos e*

*meio, freqüentava a Creche da Missão.*

*Padre Luigi dissera a Jesus algumas palavras de desculpas, depois pegara o baldinho litúrgico e dirigira-se à horta. Tinha duas roseiras. Sobre a primeira, despejara a parte limpa da água, sobre a segunda, o resto contaminado pelo horrível escarro. Dentro de si dizia que aquela plantinha, sob o peso de tanto ódio, apagar-se-ia para sempre.*

*Quando a primavera se aproximava, padre Luigi, com sempre, tinha encontrado algo para fazer em torno das plantinhas. Queria ver com seus próprios olhos, na planta atingida pelo escarro, os sinais do castigo.*

*Ao invés disso, na estação das flores, as rosas estavam lá, todas elas. Inclusive as da plantinha atingida pelo cuspe. Aliás, essas eram mais numerosas e pareciam ser mais belas.*

*E padre Luigi não conseguiu evitar o pensamento de que aquele ódio, seguramente errado, não era de se jogar, inteiramente, fora. Dentro dele havia, quem sabe, um pouco de amor.*

*Para isso tinham chegado as rosas. Para fazer lembrar que o amor, mesmo quando é errado, quando faz sofrer, sempre produz - para estupor de muitos - as suas magníficas rosas escarlates.*

---

**63** - Giovanni Giolitti (Mondovì, 1842 - Cavour, 1928). Político. Primeiro Ministro em 1892, refugiou-se na Alemanha por estar envolvido em escândalos. Volta à Itália em 1897, destacando-se como homem da Esquerda moderada. Mais tarde, comete seu grande erro político ao desprezar o poder do fascismo, acreditando ser possível usar esse movimento para seus interesses e, depois, mantê-lo sob controle (N.T.)

**64** - *Friulano*: da região Friuli-Venezia-Giulia (N.T.)

## Assim nasceu a Itália dos trabalhos servis

**O** atraso da Itália não é fruto do azar: é a conseqüência da escolha errada feita pela Espanha nos anos em que se formaram as nações modernas.

Tudo começou no tempo das guerras de religião, quando Lutero e Calvino se rebelaram contra a Igreja de Roma, reivindicando liberdade de consciência. Foi então que a Espanha escolheu apoiar a Igreja. E escolhendo a Igreja, escolheu também um tipo de sociedade que o mundo moderno já havia superado e condenado.

Era uma sociedade estável, que sufocava qualquer desejo de liberdade. No topo da pirâmide estavam os nobres e os padres. O poder estava concentrado em suas mãos. Eram com freqüência homens admiráveis: pelo Papa e pelo Rei eram capazes de heroísmos incríveis. Todavia, a estrutura da sociedade fundava-se no princípio da autoridade: o povo era uma massa acéfala, mantida sob controle com a obediência.

A economia não podia não sofrer as conseqüências desta falta de homens responsáveis e de livre iniciativa. A Espanha tinha tudo para se tornar uma grande potência industrial: o imenso mercado europeu, saídas privilegiadas para o mar, as frotas mercantis de Gênova e da Catalunha, os artesãos italianos e flamengos e, além disso, o ouro do México e do Peru. Só que esse ouro, em vez de ser utilizado com fins produtivos, servia para manter o exército, a pagar a burocracia e a comprar terras.

Assim, enquanto a Europa do Norte realizava sua grande revolução industrial, a Espanha continuava ligada a uma economia agrária puramente parasitária. Apesar das montanhas de lingotes de ouro, Felipe, Rei da Espanha, estava sempre cheio de dívidas. Tinha declarado falência, como um privado qualquer, por exatamente três vezes. Ao herdeiro deixara um império vastíssimo, mas sem dote.

A Itália participa da crise da Espanha. A hegemonia de Madri na Península passa a ser definitiva com a Paz de Chateau-Cambresis (1559). Terminam as lutas entre as cidades, entre os estados. Vice-reis e guardas espanhóis garantem a ordem dada à península, que permanece inalterada até o fim de 1700.

A Itália adapta-se sem reagir à escolha de Madri. Os nobres, que no Norte da Europa se transformam em comerciantes e industriais, na Península tornam-se proprietários de terra e vivem de renda, sem estímulos ou iniciativas. Enquanto na Europa setentrional desenvolve-se uma nova sociedade feita de homens livres e responsáveis, na Itália recompõe-se a antiga sociedade feudal, onde há lugar apenas para patrões e servos.

De país industrial a Itália passa rapidamente a ser um país agrícola. Quando o campo entra em crise, os camponeses deixam as lavouras. No decorrer do século XVII, a *Marremma*<sup>65</sup> toscana perde um terço de sua população e transforma-se num imenso pântano. Na zona rural romana, a terra cultivada reduz-se a um décimo: apenas ovelhas lá pastam.

Também as indústrias entram em crise. Franceses, ingleses e holandeses aprenderam com os italianos e agora os superam, porque são mais livres e têm maiores estímulos e, além disso, dispõem de capital. Os canteiros navais italianos quase não trabalham mais. Até a indústria têxtil fica muito reduzida.

Os nobres vivem de renda. Os bens eclesiásticos, que são isentos de impostos, aumentam enormemente e chegam a ocupar um terço do território italiano. Essa

situação fez com que a Itália desse um salto retrospectivo de alguns séculos, justamente no momento em que a Europa do Norte dava audaciosos saltos para frente. As raízes do longo atraso italiano afundam neste terreno.

A Itália, sob a autoridade da Espanha, é um país em paz, porém submetido. Não apenas política e economicamente, mas também espiritualmente. Os italianos não mais se rebelam. Na Itália não há uma consciência individual segura dos próprios direitos e deveres, disposta a tudo para salvar a própria autonomia dos abusos da autoridade, tanto civil quanto eclesiástica. A Contra-reforma havia despido os italianos dessa couraça, tornando-os disponíveis a tudo.

É nesse período que se desenvolve nos italianos a propensão aos trabalhos *servis*. Ainda hoje, porque começaram a sê-lo quatro séculos atrás, os italianos são os melhores mordomos, os melhores recepcionistas, os melhores engraxates. Os italianos começaram a medir as próprias ações segundo um parâmetro puramente utilitário, desvinculado de compromissos morais. Enquanto nos povos anglo-saxões amadurecia o sentimento de pertinência a uma comunidade, os italianos cuidavam apenas e interesses pessoais.

Desde então a Itália, por cerca de três séculos, não teve uma História. Era apenas o reflexo de seus sucessivos padrões. Poucas décadas haviam bastado para que a Itália dos séculos áureos fremente de energia competitiva, mostruário de grandes personalidades, se transformasse num esqualido cemitério.

A Península, que até então havia exportado para toda a Europa artistas e construtores, que fizera surgir esplêndidas construções ao longo da estrada que, partindo de Paris, através da Boêmia e da Polônia, conduz a Moscou e a Leningrado, agora exporta seus pobres. Não aqueles que circulavam na Idade Média, quando a pobreza era vista como um estado eletivo (Cristo quisera ser pobre), mas os novos pobres criados pela sociedade moderna, que recusam o trabalho e se tornam facilmente bandidos e fanfarrões.

Todas as estradas da Europa, naqueles anos, estavam cheias de pobres. São os mesmos de que fala Victor Hugo em *Os Miseráveis*: vagabundos, miseráveis imundos, vendedores de falsas relíquias, soldados em debandada, falsos aleijado. Os governantes precisavam dessa gente e dela se serviam de acordo com suas necessidades.

A Itália deu sua contribuição a essas estranhas caravanas de jovens engajados em peregrinações desordenadas através das estradas da Europa. Também eles misturavam ao sofrimento a risada, à fome a pilhéria e o exibicionismo, à pobreza a fantasia e a velhacaria.

Atrás deles chegarão, não tardando muito, outras companhias de pobres. Não mais aqueles preguiçosos habituados ao ócio, preocupados em defender seu direito a não trabalhar, mas pobres sinceros, em busca de uma terra a ser cultivada, de um esforço a ser realizado com a família para construir o futuro.

A chegada destes novos peregrinos às estradas da Europa e da América indica que também os italianos haviam redescoberto a nobreza da labuta e que a Itália já estava pronta para entrar na era moderna.

---

65 - *Maremma*: nome que, em italiano, designa uma planície pantanosa situada ao longo do mar. Por antonomásia, passou a significar a planície que se estende do Sul da Toscana ao Norte do *Lácio*, hoje saneada e cultivada (N.T.)

## Toda a Europa emigra

Não se entende a emigração italiana se é ignorado o fato de ela fazer parte da colossal transmigração que, no século XVII, levou cerca de 60 milhões de europeus além do oceano e que é fruto, ao mesmo tempo, de um impressionante aumento da população e do rápido processo de industrialização que se realiza no continente.

A passagem da sociedade rural a um novo modo de conviver, à sombra das sociedades que crescem, constitui talvez o maior fato histórico do século XX e seguramente uma transformação decisiva na história do homem.

A aventura começa em 1492. Com a chegada de Colombo às praias das Antilhas a terra, repentinamente, dilata-se: os homens são obrigados a redesenhar os continentes e a repensar o mundo. A grande epopéia das *Repubbliche marinare italiane*<sup>66</sup> chega ao fim. Começa aquela de Espanha, Portugal, Inglaterra, França, Holanda. A nova geografia relega a Itália às margens.

O Ocidente alarga-se: a América entra em seu recinto. Ainda é uma terra longínqua, legendária, mas a conquista está em pleno desenvolvimento e logo seus efeitos extraordinários far-se-ão sentir sobre os conquistadores. Os primeiros são os espanhóis, com suas pequenas e notáveis caravelas. Os “conquistadores”<sup>67</sup> (um punhado de destemidos que agia por conta própria) invadem o novo continente, não para colonizá-lo, mas para tomar posse de ouro, prata, especiarias, escravos, impérios.

Começam a chegar navios carregados de tesouros vindos da América. Chegam escravos que logo morrem. Chegam produtos desconhecidos: a batata, o tomate, o tabaco, o milho... É o fim de um mundo: o mundo arcaico e rural da idade Média é estremecido por novas vozes, solicitações e esperanças. Em poucos anos, essa emigração predatória termina. As terras da América do sul, onde se agitam ao vento as bandeiras de Portugal e Espanha, tornam-se rapidamente vazias e desoladas.

É na América do Norte que as coisas mudam, Inglaterra e França não se limitam a conquistar, mas transferem ao novo mundo agricultores e comerciantes. Atrás dos *Padres Peregrinos*<sup>68</sup> desembarcam nas costas do Atlântico grupos de europeus que querem construir, naquelas terras novas, uma nova sociedade, fundada sobre a liberdade, o respeito às idéias e o direito a ser feliz. A América passa a ser uma terra para todos, onde a Europa descarrega suas tensões e sonhos. Misturam-se raças, populações, culturas, religiões, bandeiras.

Também a Itália participa da construção do novo mundo. Inicialmente com os grandes navegadores (Colombo, Caboto, Vespucci, Verrazano, Pigafffetta, Malaspina...) cujos nomes fazem parte da história; depois, com exploradores, arquitetos, missionários, escultores e grandes artesãos.

Há nomes italianos no exército de Dom Pedro de Mendoza que atua ao longo do Rio da Prata; nomes italianos no momento da distribuição das terras argentinas e entre os Jesuítas que defendem os *indios*<sup>69</sup> em suas extraordinárias missões.

O Brasil acabara de proclamar sua independência e os primeiros colonos italianos assentavam-se em seus estados. A América do Norte ainda era em parte inexplorada quando lá chegaram os primeiros missionários italianos. Padre Brezzani foi torturado pelos índios e Padre Saetta foi morto entre o Grand Canyon e a Califórnia.

O centro comercial da região em que se encontra atualmente Chicago foi aberto pelo explorador Enrico Tonti; seu irmão Alfonso foi o primeiro a chegar à região onde se encontra, hoje, Detroit, a capital do automóvel.

O assentamento de milhões de europeus nas terras do Novo Mundo constitui um dos maiores acontecimentos da história. Não a chegada esporádica de pequenos grupos nos séculos XVII e XVIII, mas a onda impetuosa que vai da Europa para o outro lado do Atlântico a partir de todo o século XIX, até o início da primeira guerra mundial.

Algumas cifras. Em 1800 a Europa tinha 187 milhões de habitantes; em 1900, mais de 400 milhões. Nesse período, dezenas de milhões de habitantes haviam deixado seus países para procurar um espaço além-mar. A Europa - pela primeira vez - está superpovoada. A agricultura não basta para dar alimento a todos. Ao mesmo tempo, a industrialização dá seus primeiros passos e não é capaz de garantir emprego a todos.

Já em 1709 a grande miséria convencera o governo inglês a conceder gratuitamente a viagem aos pobres que queriam partir para a América. E o número de pedidos fora tão alto que o Parlamento assustara-se, re-freando, assim, as partidas. Agora, porém, toda a Europa está sob pressão. As guerras napoleônicas, que haviam devastado o continente, chegam ao fim; as famílias recompuseram-se; os jovens tocam sua vida. Bastam vinte anos para tornar a pressão insuportável.

È neste período que a emigração se transforma. Antes, emigravam soldados, prisioneiros, funcionários. Partiam com as armas, eram vigiados pelo Governo. Agora são as pessoas que decidem emigrar, levando consigo, no lugar das armas, instrumentos de trabalho. Partem em modo pacífico, para trabalhar a terra e plantar. À medida que os grandes espaços americanos se enchem de famílias e que as terras disponíveis caem nas mãos do grande capital (como no Brasil, na Argentina, na Austrália), os emigrantes passam de colonos a operários, os pioneiros tornam-se assalariados.

Começa a emigração da Europa agrícola à América industrial; os camponeses europeus entram nas grandes cidades americanas. É o mercado internacional de trabalho que se estende pelos dois lados do Atlântico, deslocando milhões de famílias; é a indústria que guia estas colunas intermináveis.

De acordo com os fluxos dos emigrados britânicos, alemães e escandinavos, observando-se o movimento dos emigrados italianos e daqueles do Oriente Médio, pode-se traçar o mapa da industrialização da Europa, pode-se acompanhar, país a país, a história da penosa adaptação das várias economias às crescentes indústrias. É a emigração que elimina os obstáculos e torna possível a estrada para o desenvolvimento econômico.

O grosso desta nova emigração é formado por camponeses que ficaram sem terra, por operários desempregados e por burgueses falidos. Há também (e são muitos) aqueles que emigraram por motivos diferentes. Por exemplo, os irlandeses deixam, em grande parte, a *isola del trifoglio*<sup>70</sup> não apenas por serem expulsos pela fome, mas também porque são católicos. Os protestantes ingleses tomaram posse de suas terras e querem transformá-los em escravos. Os irlandeses rebelam-se. Serão eles que darão vida, nos Estados Unidos, à Igreja Católica Americana.

Há os hebreus que se refugiam na América para escapar aos “pogrom”<sup>71</sup> que explodem de tempos em tempos no turbulento império otomano e nas terras da Santa Rússia. Em 1848, após o fracasso da revolução, uma leva de emigrados deixa a Alemanha: são aqueles que, derrotados, não querem se adaptar à reação triunfante. Mas é a partir de 1840 que tem início a grande emigração europeia. No princípio, apenas Inglaterra e Irlanda lideram o pelotão de frente: calcula-se que até 1900 tenham deixado a Grã-Bretanha cerca de 25 milhões de pessoas.

A emigração alemã, também maciça, desenvolve-se de 1850 a 1890. A onda termina quando a rápida industrialização do país assegura emprego à mão-de-obra local. Também a Suécia, arrasada pela crise agrícola, conhece naqueles anos uma forte corrente emigratória, assim como o pequeno Luxemburgo. As pessoas partem em massa, abandonando países inteiros, deixando em muitos uma sensação de assombro.

Desde 1880, o centro de gravidade desloca-se em direção à Europa Oriental e Mediterrânea. São as populações da Rússia que emigram, aquelas da Áustria-Hungria, da Itália, dos países balcânicos, do império turco. O filme *América! América!*, de Elia Kazan, ilustra de modo eficaz a aventura destes emigrantes gregos e armênios que se retiram, fugindo aos muitos massacres, e sonham com uma vida finalmente livre no novo mundo.

Entre 1840 e 1880, as pessoas que deixaram a Europa chegam a 13 milhões: de 1880 a 1890, ou seja, em apenas dez anos, o ritmo das partidas duplica-se. Calcula-se que, no total, mais de 60 milhões de europeus tenham-se estabelecido nas terras do além-mar. Somados aos 400 milhões de habitantes que se encontram no continente em 1900, dão uma idéia exata do extraordinário crescimento da população. Sem a emigração a Europa teria tido, no final do século, uma população de 500 milhões de habitantes. Em apenas 100 anos a população europeia havia-se literalmente triplicado.

Aonde vão esses europeus? Trinta e dois milhões estabelecem-se nos Estados Unidos. Cerca de oito milhões (principalmente italianos, es-

panhóis e alemães), na América do Sul. Para milhões de europeus a América passa a ser a terra das promessas.

Nasce uma nova grande Europa. Nascem uma nova Espanha, uma nova Itália, uma nova Inglaterra, uma nova Alemanha. Estes emigrados que partem sem esperança de retornar levam consigo seu estilo de vida, suas instituições, sua língua, sua religião. Emigram para que se livrem da miséria, mas também para fugir do despotismo e das desigualdades sociais. Têm a intenção de fazer parte de uma sociedade diferente, baseada na liberdade e na igualdade. Graças a essa colossal emigração, a influência da Europa estende-se no mundo. É o triunfo do velho continente como centro de civilização.

Em 1898 os Estados Unidos declaram guerra à Espanha, obtêm sobre ela, em poucos meses, uma série de vitórias e a obrigam a renunciar ao pouco que sobrou de seu império em terra americana. É a primeira derrota da terra mãe em relação à “Nova Europa”. Todavia, até a primeira guerra mundial, será a Europa a dominar o mundo com a ciência, a técnica, o comércio, a política, os hábitos, a civilização.

As conseqüências dessa predominância modificaram a fisionomia do mundo. A Europa foi, por muito tempo, o centro do mundo. O mundo, até ontem, seguiu o modelo da Europa.

---

66 - *Repubbliche marinare*: denominação tradicional das cidades de Amalfi, Gênova, Pisa e Veneza. (N.T.)

67 - “Conquistadores”: no original, em espanhol, com esta mesma grafia e entre aspas (N.T.)

68 - Padres Peregrinos: nome dado aos 102 puritanos que formavam o primeiro grupo de imigrantes ingleses na América. Fundaram a cidade de Plymouth em 1620 (N.T.)

69 - *índios*: no texto original, o termo aparece em espanhol, e, portanto, sem acento agudo (N.T.)

70 - *Isola del trifoglio*: referência à Irlanda. Assim como *la verde isola*, tal expressão cunhou-se pelo fato de a ilha ter dois terços de sua área total cobertos por pastagens e pradarias (N.T.)

71 - Pogrom: movimentos promovidos no Império Russo contra os judeus (N.T.)

## O fim das sociedades rurais

**S**egundo os estudos mais recentes, no território italiano viviam, na época neolítica, de 200 a 500.000 pessoas. É uma coisa extraordinária porque, *se é verdade que os camponeses começam a existir em idade pré-histórica, quer dizer que as raízes da verdadeira história são bem anteriores ao início da escrita*. E quer dizer que não se pode fazer história bem (inclusive a recente) sem levar em conta as sociedades rurais e o peso que sempre tiveram nas peripécias humanas.

Em 1800 todos os Estados são ainda prevalentemente rurais. Os camponeses representam nove décimos da humanidade. A população, contudo, cresce rapidamente e pela primeira vez a terra não basta para dar de comer a todos. Pela primeira vez não há terras suficientes para que todos os que vivem no campo possam trabalhar. E o continente Europa explode.

Um fato merece nossa atenção. Por séculos as cidades tinham estado profundamente integradas ao ambiente rural que as cercava. Agora, tudo muda. A cidade, de algum modo, assume uma liderança e o campo se urbaniza. Em 1800, apenas duas cidades, em toda a Europa, conseguiam chegar a 500.000 habitantes; às vésperas da primeira guerra mundial, havia 150 cidades nessas condições.

É uma mudança assustadora. Por milênios a terra tinha sido a matriz de cada vida e de cada cultura; agora, é toda a sociedade que tende a se tornar urbana. É justamente essa transformação (o fim das sociedades rurais, a passagem da população do campo à cidade) que constitui uma das principais causas do colossal êxodo de milhões de pessoas do velho continente ao Novo Mundo.

Nas pequenas comunidades (e a Itália é formada de milhares de pequenas comunidades) vê-se melhor o efeito dessas transformações. Na economia rural do antigo regime, havia todo um sistema de servidão coletiva que permitia que as pessoas que não possuíam terras se sustentassem. Quem nada possuía podia utilizar os terrenos comunais ou aqueles da Igreja; podia fazer com que os animais pastassem em terras que não lhe pertenciam mas que o *divieto di recinzione*<sup>72</sup> tornava acessíveis a todos. De certa maneira, ricos e pobres viviam juntos.

Na nova sociedade nada disso existe mais. Os antigos vínculos são abolidos, afirma-se a liberdade de cercar e cultivar os terrenos. É uma grande vantagem para aqueles que já possuem propriedades, porque podem obter ganhos maiores. Entram numa economia baseada em trocas e lucro, expandem suas posses, começam a construir um patrimônio. Mas aqueles que foram privados da possibilidade de usar os terrenos comunais e da Igreja não podem mais viver da terra. São obrigados a deixar as vilas, a procurar trabalho nas cidades, a emigrar. A essa gente resta a desqualificação, a miséria. A mesma revolução, então, leva a resultados contraditórios: alguns se tornam mais ricos, outros até mesmo miseráveis.

Isso se verificou na Península com as guerras de independência e com a unificação do país. Também na Itália foram abolidos os antigos vínculos feudais. As terras que pertenciam aos nobres e à Igreja foram colocadas a venda. De repente, toda a população indigente perde a proteção que a rede de relações pessoais lhe assegurava desde sempre. Agora toda essa população vive numa sociedade anônima, em que as relações são jurídicas, impessoais e materializadas pelo dinheiro. Aquisição, venda, remuneração, salário: fora do sistema não há salvação.

Uma parte da opinião pública conserva, por algum tempo, a nostalgia da antiga sociedade, hierarquizada, é verdade, mas feita de relações pessoais, oferecendo aos inferiores uma certa compensação por seu estado de dependência. Aqueles que ainda pensam no Rei, alguns partidários de um *catolicismo social* e também uma parte dos socialistas ainda choram pela antiga ordem. Gostariam de restaurar esta sociedade paternalista, onde a proteção do superior garantia que o inferior não morreria de fome. Na sociedade liberal não há socorro, nem contra a miséria nem contra a desqualificação.

A crônica italiana oferece-nos, a esse respeito, um exemplo esclarecedor. Na zona de Montello, perto de Piave, havia 6000 hectares de bosque nos quais viviam alguns milhares de pessoas. Chamavam-nas *bisnunti* (ou seja, duas vezes nada, porque não possuíam nada, eram pobretões sem valor) e também comunistas porque utilizavam as terras comuns.

O uso era antigo: tinha sido concedido alguns séculos antes pela República de Veneza. Quando o Vêneto (1866) foi anexado à Itália, o bosque passou para as mãos do Estado. E o estado, como todo bom patrão, confiscou o que havia. Os *comunistas* procuraram resistir. O Governo não hesitou em fazer com que o exército interviesse. O bosque ficou praticamente destruído.

As pessoas, dizimadas pela febre amarela, emigraram em massa para o Brasil, entre 1886 e 1895. Acabaram em grande parte nas fazendas de São Paulo, cultivando as plantas de café no lugar dos escravos negros, libertados havia pouco tempo.

## Balanço de uma época

**E**ra uma vez a Itália... Parece o começo de uma fábula para crianças. É, no entanto, a narração de nossa infância, a história de um país que chegou atrasado ao encontro com as nações e que foi, por isso, obrigado (pela História) a arrastar-se pela estrada do progresso.

Há cem anos, quando a emigração já havia atingido dimensões alarmantes, a Itália era um país em dificuldades: jovem, atrasado, sem experiência, sem matérias-primas. Na Península estavam sendo construídas as primeiras escolas; os italianos estavam começando a se conhecer.

Na nova Itália tudo era dividido: a direita entre conservação e modernização, a esquerda entre reformas e revolução, os socialistas entre reivindicações e anarquia, os católicos entre recusa e conciliação. O Estado era muito frágil: apoiava-se em apenas uma classe, uma burguesia ainda escassa, egoísta e assustada. As classes populares não tinham direito ao voto: para elas o Estado era um patrão abusivo, que deveria ser combatido com todas as forças.

A emigração italiana nasce neste contexto. Faz parte de um fenômeno grandioso que envolve toda a Europa, a manifestação de uma sociedade que cresce em número e que se transforma. O mundo velho desaparece a duras penas e nasce, sob a pressão do capitalismo emergente, entre muitos sofrimentos, uma sociedade nova.

A emigração pega o país de surpresa. Ninguém estava preparado: nem o Governo, nem o Parlamento, nem a Igreja, nem os partidos. Nem mesmo o Partido Socialista, que, no entanto, era o partido dos deserdados.

Nossa narração ajuda a compreender por que a emigração italiana, num certo sentido necessária, tenha sido a mais numerosa de todas, a mais desesperada, a mais suja, a mais ignorante, a mais abandonada e a mais explorada.

**Segunda  
Parte**

## Uma viagem pela história da Itália

A história da emigração italiana é a história de uma sociedade antiga e fechada, levada pelos furacões das transformações que estão mudando a face do país. É a longa história das classes pobres que caminham em direção à libertação e ao bem-estar.

Para que seja compreendida, a emigração italiana deve ser inserida nos acontecimentos do país como parte essencial de um crescimento que demandou, seguramente, escolhas difíceis, mas registrou também muito egoísmo e muitos erros.

Uma história da Itália que ignore a emigração é uma história errada. Para saber como cresceu o país, para entender como se desenvolveu o capitalismo italiano, é indispensável recordar que milhões de camponeses foram expulsos de suas terras e milhões de trabalhadores preferiram escolher, espontaneamente, com frequência como sinal de protesto, uma nova pátria.

Por isso, a história da emigração faz parte da história da Itália.

## A longa marcha

A emigração italiana começa timidamente nos anos 1830-60. Os primeiros a se mover (fazem-no há tantos anos, mas agora em maior número) são os trabalhadores que vivem encostados às fronteiras, ao longo das áspers vales de Como, Bergamo, Belluno, Udine. Movem-se os piemonteses, os *bergamaschi*, os *bellunesi*, os *friulani* homens e mulheres, incansáveis andarilhos. Vão ganhar a estação<sup>73</sup> na França, na Suíça, nos países do vasto império austríaco. Trabalham na agricultura e na construção de estradas, pontes e ferrovias.

Aos poucos, o fenômeno atinge as populações das zonas alpinas. Logo atinge o Vêneto e a Lombardia. Há também a emigração política: depois de cada insurreição, há gente refugiada além das fronteiras. Entre esses fugitivos está Mazzini. Será justamente em terra de emigração, em Marselha, que o jovem patriota (estamos em 1831: Mazzini tem apenas 26 anos) dará vida à *Giovane Italia*<sup>74</sup> e fará uma bela bandeira para suas futuras batalhas.

Partem os lígures: vão aos Estados Unidos, mas estabelecem-se sobretudo ao longo do Prata, o imenso estuário formado pelo Paraná e pelo Uruguai, que banha Buenos Aires e Montevideú e termina, num ritmo majestoso, no Atlântico. Não são aqueles camponeses de sempre à procura de terra: são pescadores, artesãos e comerciantes. São homens aventureiros. Procuram novos espaços para uma vida nova. É lá que se encontrará Garibaldi ao receber o chamado dos compatriotas italianos, quando embarcará para a Península, a bordo do *Speranza*, junto a 50 *camicie rosse*<sup>75</sup>.

Partem os toscanos: os marmoristas de Carrara, os *figurinai*<sup>76</sup> de Lucca, os anarquistas de Livorno e de Monte Amiata. Partem os primeiros meridionais, aos quais o confisco dos bens eclesíasticos negou o acesso às terras comuns, das quais usufruíam havia séculos.

A data de início da emigração propriamente dita, todavia, é 1860. Coincide com o nascimento da Itália; marca a passagem da *emigração tradicional* a uma *emigração nova*. Envolve pela primeira vez, de uma maneira mais consistente, não mais burgueses empreendedores, mas os camponeses. Desta vez, não por uma estação, mas para sempre. São os pequenos proprietários os primeiros a partir. São arrendatários e, portanto, não os mais pobres, mas aqueles que possuem alguma coisa e não podem mais levar a vida adiante.

São os primeiros sinais de uma crise que, por décadas, atacará as sociedades rurais. O fogo foi aceso pela Revolução Francesa, que aboliu as propriedades comuns (últimos resquícios do sistema feudal) e tirou terras da Igreja. Chegam também à Península novos pactos agrários, novas figuras de proprietários; vai amadurecendo, penosamente, uma nova ordem agrária.

Ao mesmo tempo, a unificação da Península quebrou os pequenos

mercados regionais e criou um mercado único, aberto à concorrência internacional. Esta situação, para muitos, gera incômodos. Enfrenta-se, pela primeira vez, a idéia de que talvez seja preferível partir, tentar no exterior uma nova aventura.

As partidas são favorecidas, entre outras coisas, pela disponibilidade de alguns governos da América do Sul (em particular a Argentina) que procuram na Europa mão-de-obra agrícola. É esta porta escancarada que encaminha ao novo mundo as primeiras colônias da emigração italiana.

O ano zero de nossa emigração é 1860, quando começa a longa marcha dos italianos à procura de novos espaços, na Europa e na América.

---

73 - No original, lê-se *fare la stagione*. A expressão indica que esse movimento migratório era relativo a uma estação (emigração sazonal), não estabelecendo ainda, portanto, uma emigração definitiva (N.T.)

74 - *Giovane Italia* ou *Giovine Italia*: associação política fundada por Mazzini em Marselha, em 1831, cuja proposta era a luta pela criação de um Estado italiano unitário, democrático e republicano (N.T.)

75 - *Camicie rosse*: nome dado aos voluntários seguidores de Garibaldi em diversas campanhas, cunhado por causa da cor do uniforme que usavam, adotado pela primeira vez pela Legião italiana no Uruguai, em 1846 (N.T.)

76 - *figurinai*: fabricantes ou vendedores de estatuetas (N.T.)

## A Itália cruza a linha de chegada

**D**epois de 1860 a emigração transoceânica passa a ser consistente. A América é um imenso continente vazio que acende a fantasia dos pobres e dos aventureiros.

Formam-se as primeiras comunidades italianas no Chile, no Peru, nos Estados Unidos. Na Filadélfia já existe uma igreja nacional italiana. Também em Londres está ativa, já há alguns anos, uma igreja italiana que tem uma escola vespertina anexa, por vontade de San Vincenzo Pallotti. Grande parte dos emigrados, porém, estabelece-se ao longo do Rio da Prata, onde é fácil encontrar trabalho. Naquela região havia, já então, mais de 100.000 italianos.

São anos excitantes, cheios de esperanças. Em Suez, começa a construção do canal que encurtará as distâncias entre a Europa e o imenso continente asiático e a Austrália. Garibaldi reúne mil *camicie rosse*, desembarca em Marsala, liberta a Sicília já insurreta, chega a Nápoles e põe em mira, decisivamente, Roma. Será detido por Vittorio Emanuele II, que entra em cena para legalizar a revolução.

Mas a história continua a caminhar a passos largos.

– Em 17 de março de 1861 é proclamada a unidade da Itália.

– Em 6 de junho morre Cavour.

– Em 1864 a capital é transferida para Florença.

– Em 1866 a terceira guerra de independência (uma estranha guerra à italiana, estragada pelos contrastes entre os chefes militares) chega ao fim, com duas amargas derrotas, em Custoza e em Lissa, mas permite igualmente que o *tricolore*<sup>77</sup> seja levado ao Vêneto.

Começam as primeiras desilusões. Na Sicília as massas camponesas tinham-se levantado ainda antes que chegasse Garibaldi, exigindo as terras de seus maus patrões. Em Bronte a multidão enfurecida ocupara o feudo da família Nelson. O Governo não quisera ceder: não queria perder o apoio da burguesia da terra. O pobre povo não tinha muito peso num conflito em que estavam envolvidos três Imperadores, um Rei e um Papa, além das classes dos proprietários e dos iluminados.

Ao local havia sido enviado Nino Bixio, lugar-tenente de Garibaldi, que havia reprimido a revolta com métodos sumários. Os camponeses do Sul tinham sido advertidos: a libertação do domínio dos Bourbons não significava sua libertação. Declarados cidadãos pela lei, permaneciam, de fato, servos e oprimidos.

O desabamento de tantas esperanças provocou no Sul uma feroz reação popular. Um pouco instigada pelos Bourbons, que procuravam retornar ao trono de Nápoles, um pouco encorajada pela lembrança da *reazione* contadina de 1799, a população rebelou-se.

A revolta foi enlameada por muitas destruições e muitos massacres. Foi necessário mobilizar um exército de 120.000 soldados, sob as ordens

dos mais belos nomes do exército piemontês, para derrotar as esquadras dos *briganti* que mal superavam 4.000 homens.

Para comandar as tropas, com o título de general, foi escolhido Carmine Crocco, um ex-pastor que já tinha sido soldado dos Bourbons, cuja mãe tina morrido por culpa do patrão por uma estúpida história de um cão de caça. As pequenas tropas montadas, espalhadas pelos bosques da Lucânia, usando com inteligência a técnica da guerrilha e, aparentemente, apoiadas pela população, resistiram bravamente por cinco anos ao que era considerado um exército de ocupação.

Ao final, Crocco caiu numa armadilha e seus homens foram, em grande parte, massacrados. Os corpos, com freqüência decapitados, permaneceram por muito tempo expostos nos locais devastados, exatamente como então se costumava fazer nas colônias para manter dominadas as populações irrequietas. Desta forma, a paz voltou às terras áridas do Sul. Da terra de onde tinham saído os briganti, sairão apenas emigrantes.

## Assim nasceu na Itália o poder central

O período de 1860 a 1870 é fundamental para a formação da Itália: é naqueles anos, de fato, que o novo Estado italiano redefiniu sua forma, do ponto de vista jurídico e administrativo.

O Piemonte havia começado a refletir sobre a questão já em 1853 e preparara um projeto que agradara a muitos. O projeto previa a criação de *grandes províncias* que, grosso modo, correspondiam às regiões: elas eram dotadas de poderes bastante amplos, que levavam em conta as diferenças históricas e as experiências feitas por cada região.

O sistema regional, contudo, parecia a Cavour uma fórmula perigosa para a jovem Itália. Entre outras coisas, os homens influentes do Sul exigiam um estado forte porque se sentiam ameaçados pela população. O Governo deveria ser o escudo de seus medos.

Enquanto o debate estava em pleno desenvolvimento, impôs-se a realidade, feita de problemas impetuosos. A questão de Roma<sup>78</sup> era iminente; a liberação de Veneza era ruidosamente exigida por Mazzini e por Garibaldi. Havia a Itália a ser construída. Apenas um poder central forte teria sido capaz de enfrentar problemas tão difíceis.

Não havia tempo para um exame das propostas. Adotou-se, provisoriamente, um sistema centralizado copiado do exército, com a intenção de se retomar o problema apenas fosse possível. Na verdade, as coisas tomaram um outro rumo. Quando Roma foi libertada, as linhas essenciais do Estado já estavam construídas. Ninguém teve a coragem de modificá-lo. O provisório passou a ser definitivo.

Também isso mostra o caráter anômalo do nascimento da Itália: um país desejado por poucos, feito às pressas e colocado numa estrutura provisória que não mais foi modificada.

O defeito mais visível dessa solução provisória é uma centralização excessiva. Como observa Jacini: *É uma centralização sem igual em nenhum país, nem mesmo na França que, no entanto, é a terra da centralização por excelência. Tudo termina nos ministros. Tudo é regalado, absorvido pelo poder central, até os detalhes mais insignificantes. Os escritórios que representam o Governo nas várias províncias nada podem. Sem poder, apenas transmitem ao centro as petições e dele recebem, para transmitir aos interessados, as respostas dos ministros, oniscientes, onipotentes...*

O Reino é dividido em 59 províncias, muito diferentes entre si. O laço que as une ao poder central é rígido: não permite autonomia alguma. A figura mais importante é o governador, que tem a tarefa de garantir a correta administração pública nas várias províncias.

Infelizmente, o Estado italiano nasce frágil: nasce numa Península onde o *servidor do Estado*, por uma antiga tradição, transforma-se facilmente num *cortigiano*<sup>79</sup>. Não será difícil aos homens do Governo transfor-

mar o governador no instrumento de um partido político. Todos os governantes farão uso dos governadores como se fossem servos. Assim fará Depretis<sup>80</sup>, assim farão, em modo escandaloso, Crispi<sup>81</sup>, Giolitti e, mais tarde, Mussolini.

Serão necessárias duas guerras e uma ditadura para que o governador reencontre seu papel: funcionário de um Estado de direito, para o qual todos os cidadãos são iguais perante a lei.

---

**78** - Questão de Roma: problema político entre o Estado italiano, que desejava ter em Roma sua capital e o papado, que queria manter seu poder temporal sobre a cidade. Depois de 1860, com a iminência da unificação, a questão acentuou-se. Revolveu-se em parte com a ocupação da cidade pela Itália em 1870, após a queda de Napoleão, já que a França combatia a ocupação militar de Roma. A questão com o papado terminou apenas em 1929, com o Tratado de Latrão, que reconhecia a soberania do papa sobre o Estado do Vaticano (N.T.)

**79** - *Cortigiano*: o termo traduz-se literalmente por cortesão, mas pode significar, como neste caso, funcionário sem escrúpulos e adulator (N.T.)

**80** Agostino Depretis (Mezzana Corti, 1813 - Stradella, 1887): político que ocupou vários cargos durante sua carreira, esteve à frente do Governo durante onze anos, de 1876 a 1887 (N.T.)

**81** - Francesco Crispi (Ribera, 1818 - Nápoles, 1901): Ministro do Interior no governo Depretis e posteriormente Ministro do Exterior e *Pesidente del Consiglio* (N.T.)

## O mercado dos rapazes

**A** Itália ainda tem uma capital provisória e no Parlamento já se fala de emigração. Mas é um debate breve. Não se fala daqueles que são obrigados a partir. O problema é visto em seus aspectos marginais, que incomodam: um problema que perturba a ordem pública. O fato que é denunciado com maior insistência é a *tratta dei bianchi*, ou seja, o comércio de rapazes italianos que são vendidos e levados ao exterior. Por que se fala sobre esses fatos? Simplesmente porque *oferecem horrendo espetáculo nas estradas de Londres, Manchester, Birminham e New York, tornando pública a miséria italiana*.

Conclui-se o debate com o problema entregue ao Ministro do Interior, que intervém pedindo aos governadores que se oponham ao mercado de rapazes; acrescenta que *não se deve deixar partir para a América e para a Algéria os trabalhadores que não possam apresentar uma prova de que tenham uma ocupação garantida e meios suficientes de subsistência*.

A conseqüência é grave. Para evitar controles absurdos os emigrantes procuram outros caminhos. Chegam à França ou à Bélgica; embarcam em Marselha, em Le Havre, em Antuérpia e até nos portos ingleses. Nasce assim a emigração clandestina. A partir desse momento, emigrar torna-se mais custoso e doloroso.

No debate sobre a emigração entram em cena, pela primeira vez, os armadores genoveses.

Gênova transformara-se, naqueles anos, num centro comercial de notável importância, o primeiro porto do Mediterrâneo para o comércio do couro, do qual grande parte era responsabilidade dos italianos residentes na área do Rio da Prata. A emigração começava a render também em termos econômicos. O fato de que, para embarcar, os italianos fossem obrigados a procurar o exterior, evitando os portos italianos, constituía, segundo os armadores, um dano intolerável ao país.

Pede-se que as coisas mudem. Não para que haja menos sofrimento para os emigrantes, mas porque a emigração renda em termos econômicos e favoreça o renovamento da frota mercantil nacional.

## 1868: o imposto sobre a fome

No horizonte, entretanto, despontam novos sinais. Em 1816 mais de 20 milhões de escravos conquistam a liberdade na Rússia dos Czares. Em 1864 nasce a Internacional Socialista: Karl Marx lança uma mensagem de libertação aos proletários de todo o mundo. Nasce a Cruz Vermelha Internacional (1864), na tentativa de tornar as guerras menos cruéis. Nos Estados Unidos (1861-65) a libertação dos escravos negros conclui-se com um conflito aterrorizador: 600.000 mortes, em grande parte causadas por epidemias.

Também no campo católico há sinais, mas são de difícil leitura. Com o *Sillabo*<sup>82</sup> (1864) a Igreja condena o liberalismo, o laicismo e o catolicismo liberal. É a primeira vez - comenta um histórico - que a Igreja *condena um século*, com todos os seus valores, ainda que sujeitos a reservas. A ruptura entre a Igreja e a sociedade civil acentua-se em modo alarmante.

A Itália, ainda muito jovem, conhece as primeiras crises. O país avança, não obstante as muitas contradições. Enfrenta a dessecação do Lago del Fucino, estabelece corajosos melhoramentos na região de Ferrara e ao sul de Verona, constrói estradas e ferrovias dando particular atenção ao Sul, a indústria e o comércio obtém seus primeiros êxitos. *A galleria del Frejus*, iniciada em 1857 para consentir a ligação ferroviária com a França também durante os meses de inverno, vai sendo concluída. Aparecem, todavia, também as primeiras cisões. As indústrias setentrionais, mais bem organizadas, tornam supérfluas aquelas do Sul, que são obrigadas a fechar as portas.

O país caminha, mas na prática é apenas uma parte da Itália que avança. O grosso do país, que vive de agricultura, permanece substancialmente parado e muitas vezes sente a repercussão do desenvolvimento e das crises da industrialização.

A gota d'água è a *tassa sul macinato* proposta pelo Governo em 1868 para aumentar a arrecadação do Estado. Em si, não uma grande coisa, mas é tremenda para os pobres que raramente encontram o pão. A mó é equipada com um contador como aqueles da luz elétrica: quem retira o produto paga ao moleiro um ágio de duas liras por quintal. O consumidor da cidade não sente muito a diferença, porque é o atacadista que paga o imposto e dilui seu ônus no varejo. Mas o peso é imediato ao camponês, que, além de tudo, tem aquele contador diante de seus olhos, como uma provocação.

Contra essa insuportável taxa há na Península repetidos levantes, que o poder sufoca com todo o rigor da lei e lançando mão também do exército. Ouvem-se gritos significativos: sobretudo na região da planície do Rio Pó: *Viva o Papa!*, *Viva Francesco VI!*, *Viva a República!*

Essa primeira guerra do pão termina com 250 mortos, 1000 feridos e 4000 presos. A taxa, contudo, ainda que leve aos cofres do estado uma

cifra modesta, resistirá incrivelmente até 1866. E muitos odiarão o Estado por ser tão injusto a ponto de não respeitar a pobreza.

Mais uma vez, muitos preferirão procurar, sob outro céu, uma pátria diferente.

### ***A emigração como ruptura***

*Tentemos pensar o que foi a emigração para o antigo mundo camponês. Qual efeito perturbador teve para o Sul, imóvel e conformado, o simples gesto de caminhar. Que carga subversiva teve para a sociedade siciliana, ainda submetida a rígidas leis feudais, a decisão de partir.*

*Não acontecia uma coisa parecida havia séculos. O horizonte permanecera fechado por centenas de anos e dentro dele havia somente poucas habitações, poucas pessoas e poucos hábitos. Ninguém mudava de vilarejo. Ninguém caminhava. De repente, uma duas, dez pessoas movem-se. Não aceitam mais sua condição. Procuram algo diferente, procuram um local de embarque...*

*É como se uma janela se escancarasse sobre uma paisagem escura, mostrando uma terra nova. Não um sonho ou uma ilusão, mas uma terra que poderia ser alcançada.*

*Aquela sim, foi uma revolução: a única e verdadeira revolução que se fez no Mezzogiorno. Porque a emigração realmente liberou os pobres do fatalismo, dos patrões opressivos, de uma igreja possessiva, de uma sociedade imóvel, de um conformismo mortificante. Os patrões que se opunham às partidas faziam-no não apenas por motivos econômicos; estavam assustados com as novidades que apareciam no horizonte. Aquelas partidas eram piores do que uma revolução, porque escapavam de seu controle. Eles haviam domado a revolução de Garibaldi e de Cavour e, com seus homens, controlavam o Parlamento, mas nada podiam contra aqueles que tinham decidido partir.*

*Aquelas partidas rompiam um poder que remontava à Idade Média. Para os barões da Sicília os antigos cárceres privados e as chibatadas dos picciotti<sup>83</sup> não mais eram eficazes.*

*Pela primeira vez o trabalhador que nada possuía, que nunca havia possuído nada, descobria que podia mudar as coisas. Entendia que também ele tinha uma dignidade, um poder, uma esperança. O fato de que nem mesmo o patrão onipotente pudesse detê-lo era para ele uma descoberta surpreendente. Era uma vitória, uma revolução.*

*Por isso podemos dizer - com razão - que a emigração modificou o Sul mais do que todas as estradas lá construídas. Mais do que as ferrovias, as escolas, a reforma agrária, o serviço de alista-*

*mento. Modificou as pessoas por dentro. Obrigou homens e mulheres a fazer escolhas terríveis, a quebrar laços cobertos de sangue e de antigas recordações, a tomar as rédeas de seu destino pela primeira vez.*

*Ninguém jamais poderá dizer de que coisa foram capazes esses humildes emigrados, saídos da Península para vencer sua aposta. Quanto sofrimento e quantas privações acumularam-se em suas costas, por anos intermináveis, muitas vezes por toda a vida, para que os filhos pudessem atingir difíceis objetivos.*

*Foram necessárias duas, mesmo três gerações antes que os filhos dos filhos percebessem que haviam cruzado a linha de chegada. A viagem tinha começado longe, sob o sol do Mezzogiorno, quando o piccioto tentara deter os emigrados com gritos ameaçadores, mas eles tinham continuado a caminhar sem parar, porque aquela era sua aventura, a aventura de seus filhos.*

---

**82** - *Il Sillabo*: uma coletânea de oitenta proposições, publicadas pelo Papa Pio IX em 1864, que condenam teorias ideológicas ou teológicas e práticas políticas consideradas nocivas à Igreja Católica (N.T.)

**82** - *picciotti*: rapazoleira. O termo é usado para designar os jovens sicilianos que em 1860 uniram-se às tropas de Garibaldi na luta contra os Bourbons e também os jovens integrantes da organização mafiosa. O contexto indica que aqui se tem em mente a segunda acepção (N.T.)

## Roma, 1870: um Papa prisioneiro

Os acontecimentos sucedem-se rapidamente. Depois de meses de tensões e de jogos diplomáticos, Napoleão III e Bismarck enfrentam-se nos campos de batalha. A França é clamorosamente derrotada em Sedan . O Imperador francês torna-se prisioneiro de guerra.

Cai assim o última grande obstáculo que se opunha à libertação de Roma. Os soldados do general Cadorna chegam aos históricos muros. Antes que a cidade seja ocupada, Vittorio Emanuele II envia ao Papa uma carta em que lhe suplica, com *afeto de filho e fé de católico*, que não oponha uma inútil resistência. O Ministro da Guerra Govone, católico convicto, perturba-se tanto por aquilo que deve fazer que enlouquece e termina num manicômio.

Pio IX não apresenta resistência, mas não aceita renunciar a sua cidade. Está seguro de que não teria liberdade no exercício de suas funções se fosse privado de Roma. O exemplo de Pio VI, feito prisioneiro por Napoleão, está fresco na memória. Em 20 de setembro de 1870, as tropas italianas entram na cidade através da brecha de Porta Pia . Finalmente a Itália tem sua capital.

Um dos últimos interventos da administração papal é feito pelo Tribunal, que examina o caso de dois jovens surpreendidos ao ler o *Fanfulla*, um jornal liberal. Os dois jovens são condenados a 20 anos de prisão.

Sem se render, Pio IX fecha-se no palácio do Vaticano, perto da tumba de São Pedro. Considera-se prisioneiro de guerra. Recusa-se a reconhecer o estado italiano. Com ele, também os católicos fecham-se num silêncio que parece protesto e recusa. São os anos mais escuros dos católicos italianos.

A conquista de Roma encerra o período *risorgimentale*, tão cheio de esperanças e desilusões. Começa para a Itália um capítulo novo de sua história. Nesta história a emigração ocupa um lugar cada vez mais importante.

O fim da estação heróica é selado pela morte de Mazzini. O grande profeta do Risorgimento falece em Pisa, em 1872, só e abandonado. Suas última palavras foram: *E a Itália?... A Itália de meus sonhos?...* Ninguém o acompanha ao campo-santo. Ninguém profere uma palavra em sua homenagem.

Não obstante algumas decisões que cheiravam a terrorismo, Mazzini foi a consciência moral dos italianos. Tinha uma visão tão alta da vida, entendida como um dever e uma missão a serem cumpridos, que, no fim, ninguém teve coragem de segui-lo.

Exerceu (e ainda exerce) um grande fascínio sobre as *élites*<sup>84</sup> cultas. As massas não tinham condições de entender seu apelo. Além de tudo, nem mesmo possuíam o alfabeto.

Um velho emigrado, que o havia conhecido na Suíça e ficara seu amigo, escreveu: *a coisa mais importante que aprendi com ele é que, para se regenerar um país, não se deve depositar a confiança em apenas uma classe. Há o perigo de que se seja excluído, de que se terminar como um exilado no próprio país.*

É a história de milhões de operários e camponeses, obrigados a viver, entre abusos e desolações, como exilados em sua própria pátria.

---

84 - *élites*: a palavra foi mantida em francês, como no original (N.T.)

## Chegam os recrutadores

O país atravessa um difícil fase de ajustes. Depois da unificação, e fato, todas as reservas foram rapadas para financiar as estruturas do Estado: estradas, ferrovias, escolas, o Exército, a Marinha. Não há mais dinheiro para outras coisas também importantes.

É necessário reconhecer que, neste esforço imenso, o Estado não esquece o *Mezzogiorno*: 50% das somas utilizadas (e, muitas vezes, um percentual maior) é destinado ao Sul. Todavia, a agricultura meridional não renuncia ao antigo espírito feudal. Os patrões não têm vontade alguma de mudar; os guardiães de plantão limitam-se a desfrutar dos camponeses sem permitir que eles vivam. A emigração aparece para muitos como a única solução possível, ainda que, de longe, cheguem histórias inquietantes

Há por exemplo, a história de um cargueiro (estamos no inverno de 1873) cheio de camponeses *abruzzesi* com destino a Buenos Aires, onde os esperam parentes e amigos que, porém acaba chegando a New York. Ou aquela outra que fala de algumas centenas de imigrantes que haviam vendido tudo, entregado o dinheiro a um agente de emigração e, penosamente, alcançado o porto de Nápoles. Ali descobriram ter sido enganados e foram enviados de volta a casa, por conta do Estado, entre muitas lágrimas e maldições.

Sobre a emigração, de qualquer maneira, não há ainda cifras precisas, mas fala-se já de 100.000 partidas ao ano. A quota maior dirige-se, com muitas idas e vindas, aos países europeus.

Até o irromper da emigração de massa propriamente dita (ou seja, por volta de 1880), o fluxo maior é, pois, da emigração temporânea, que tem origens antigas e diz respeito, particularmente, às províncias de Bergamo, Brescia, Belluno, ao planalto de Asiago, à área montanhosa de Carnia e à região de Trentino. Mas agora, imperceptivelmente, esta forma de emigração muda, torna-se quase estável. O operário passa dez meses no exterior e apenas dois em casa; e isso se repete a cada ano.

Há vozes que pedem que as portas sejam escancaradas. A emigração é, irremediavelmente, um fato necessário; deveria ser potencializada, porque das comunidades italianas no exterior podem nascer novas correntes de comércio. Porém, enquanto essas pessoas pedem o abandono da política restritiva, levada adiante até agora pelo Governo, os proprietários rurais do Sul reclamam um freio mais rígido para a emigração.

Os proprietários de terra têm uma única preocupação: os camponeses que partem deixam um vazio que pode ser preenchido apenas com aumentos de salários. E não querem aceitar isso. É melhor obrigar as pessoas a permanecer no lugar.

Os proprietários rurais têm seus homens no Parlamento; não lhes é difícil impor soluções cômodas, atribuindo toda a culpa aos *recrutadores*, que começam bem naquela época a percorrer a Península em busca de trabalhadores e de famílias que possam encaminhar para as Américas., São sobretudo a Argen-

tina e o Brasil, naqueles anos, que executam grandes planos de colonização e batem às portas da Itália.

Em 1873 o ministro Lanza<sup>85</sup>, pressionado pela opinião pública, promulga uma nova circular para disciplinar o fenômeno da expatriação. É mais uma vez uma circular restritiva, em que se sente a mão pesada dos proprietários rurais. Mais uma vez apela-se aos governadores para que desencorajem a emigração, fazendo com que o público conheça, com detalhes de toda a sua cruzeza, as experiências terríveis por que passam, muitas vezes, aqueles que embarcam.

A conseqüência é que se intensifica a emigração clandestina. O Governo, de um lado, desaconselha, adverte, anuncia penas mais graves aos recrutadores; do outro, oferece aos emigrantes *compaixão para com uma classe bastante desventurada de cidadãos*. Nada mais.

Enquanto isso (1874), em Imola e na região de Benevento, rebentam motins insurreccionais alimentados pelos anarquistas de Baukunin. A insurreição termina mal. Desaba a convicção de que as massas populares possam se insurgir espontaneamente, apenas com algum fogo aceso aqui e ali. Encaminha-se um socialismo mais maduro, que procura organizar os trabalhadores, dando-lhes um preciso desenho político e um programa de reivindicações do mesmo modo preciso.

A rede dos agentes de emigração já alcança toda a Península.

*“Usurários, padres, prefeitos, tabeliães - escreve a propósito Giustino Fortunato - encontram neste trabalho um novo modo de aplicar a habitual arte do mediador, que a pequena burguesia meridional costumava exercitar em qualquer operação econômica que fosse realizada sobre as massas camponesas....”*

Acontece, assim, que os emigrantes são cedidos por responsáveis pelo recrutamento às companhias de navegação, que depois os fazem viajar só na imaginação. Acontece que também os intermediários se transformem em agiostas. Dos recrutadores (estamos em Bari, em 1874) os emigrantes recebem emprestados 100 ducados em papel. Terão que devolver 150, em ouro. A operação é feita por grupos de dez pessoas, e cada uma delas é responsável por todo o grupo. Se alguém morre durante a travessia ou depois por doenças infecciosas, aqueles que se salvam, mesmo que seja apenas um, devem pagar por todos. Se as economias são enviadas para casa, são confiscadas no correio.

No entanto, não faltam exemplos que teriam podido sugerir estradas diversas para vencer o terrível flagelo. Por exemplo, na província de Como, o antigo hábito de ir trabalhar na Suíça tinha sido eliminado através do desenvolvimento de novas indústrias no local e com o aumento dos salários dos operários.

---

<sup>85</sup> - Giovanni Lanza (Casale Monferato, 1810 - Roma, 1882): presidente do *Consiglio* italiano de 1869 a 1873. Organizou a ação militar que invadiu Roma e teve como resultado o fim do poder temporal dos papas. Um plebiscito ratificou a anexação do Lácio e de Roma ao reino da Itália em 1871 (N.T)

## Primeiros debates

**I**mpõe-se uma solução. Escreve um jornal napolitano: “Aos grupos de camponeses que, guiados por um ancião ou por um padre, estabelecem-se na América meridional partindo dos confins de Salerno, da Calábria ou da Basilicata..., para este êxodo que deixará as mulheres sem sustento e os campos sem trabalho, é urgente tomar medidas.”

Giovanni Florenzano, economista e deputado napolitano ligado à *Sinistra*, intervém no debate. “A emigração - escreve - representa um dano ao país, um grave perda de capital humano. A força de uma nação, cuja economia baseia-se na terra é a agricultura, que deve ser desenvolvida. A população, ao invés de diminuir, aumenta, e cada embarcação que zarpa de nossos portos, carregada de camponeses, abre-se um sulco de dores e danos no abandonado solo da pátria...”.

A solução - acrescenta - poderia ser encontrada nas colônias, dando, naquelas terras, um desafogo às populações meridionais. Nasce assim aquele sonho colonialista bastante difuso no *Mezzogiorno*, que Crispi - filho do Sul - recolherá mais tarde e que causará á Itália inúmeros problemas.

Naqueles anos (1870-80) é sempre o *Meridione*<sup>86</sup> que está no centro das atenções. É cada vez mais evidente que a emigração representa uma das manifestações mais vistosas da questão social. A emigração é estreitamente ligada às condições do Sul e às relações de produção existentes nos campos.

Pasquale Villari<sup>87</sup>, com as suas *Lettere Meridionali* (1876), faz escola. O problema do camponês e o problema meridional são apresentados como problemas nacionais, intimamente ligados aos interesses daquela casta agrária que fizera a unificação e que agora detinha o poder.

Villari pede a reforma dos pactos agrários e o aumento da capacidade agrícola. A sua, todavia, é uma visão arcaica: a Itália é sobretudo campo e assim deve permanecer no quadro da Europa. Enquanto se espera uma solução, como remédio á antiga miséria nada resta a não ser a emigração. O problema da emigração agrava-se: a solução imposta pela Destra, que consiste em recorrer a simples medidas de policiamento, entra em crise. Ao congresso dos economistas, ocorrido em Milão (1875), pede-se uma lei que enfrente finalmente o problema, a exemplo dos países mais desenvolvidos.

A crise mundial de 1873-74 faz-se sentir em modo nefasto na Península. A produção diminui e o uso de grandes embarcações a vapor, assim como a chegada de grandes quantidades de cereais da América a preços reduzidos arrasam a agricultura italiana. É o modelo liberal que está em crise.

Os industriais, sobretudo setentrionais, clamam por uma mudança de rumo na direção do país. Intérprete desta nova exigência é Leone Carpi

(ex-mazziniano, ex-deputado da Sinistra), especialista em problemas econômicos.

*“É absurdo - escreve - esperar que se consiga tornar forte um país visando uma agricultura que não consegue satisfazer as necessidades internas e produz entre oito e dez hectolitros de grãos por hectare, contra os 22 dos ingleses... Não se pode confiar no sol e na chuva para levar em frente um país de 30 milhões de pessoas. Não se pode deixar a economia por conta da lei do “deixar acontecer”...”*

*A emigração não é senão a manifestação de uma crise que atinge toda a nação...”*

As prisões estão lotadas de briganti e de ladrões rurais. Alguém propõe a criação de colônias penais além do Oceano (por exemplo, na Nova Zelândia ou na América centro-meridional) e ao despejo do excedente de prisioneiros naquelas terras.

Apesar de seu conteúdo bizarro, a proposta será examinada, mas, depois, abandonada.

---

86 - *Meridione*: região sul da Península (N.T.)

87 - Pasquale Villari ( Nápoles, 1826 - Florença, 1917): historiador e político, foi um expoente do movimento liberal napolitano. Publicou importantes obras como as *Lettere meridionali*, mencionadas no texto, e os *Studi sull' emigrazione* (1909) (N.T.)

## 1876: cai a *Destra Storica*<sup>88</sup>

A vida política é balançada por um importante acontecimento: a direita é derrubada e, pela primeira vez, a esquerda assume o Governo. A classe dirigente liberal, com Cavour, Ratazzi, Farini, Lanza e Sella havia obtido, aos olhos do País, grandes méritos. Fizera a Itália e dera-lhe uma lei, uma moeda, um exército, uma administração, uma balança equilibrada. Construíra estradas, escolas, ferrovias. Um resultado ainda mais digno de mérito por ter sido obtido com meios limitados, num tempo breve, através da superação de enormes obstáculos.

A *Destra*, contudo, tinha sido responsável por dois graves erros: construir a nova Itália como se estivesse tratando de um fato pessoal, sem envolver o povo e sem dar atenção alguma aos pobres.

A chegada da esquerda ao poder marca uma mudança no país. Antes, era a burguesia centro-setentrional que levava vantagem, por causa do aumento das classes mercantis e indústrias abertas ao progresso. Agora entra em cena a burguesia meridional, dentro da qual se desenvolvem as resistências conservadoras das classes ligadas à terra. O quadro mudou.

Mudou também o quadro da Europa. A França, tradicional ponto de referência da Itália, foi derrotada pela Alemanha de Bismarck: chegou o momento de o país caminhar com suas próprias pernas.

Toda a agricultura européia atravessa um período de crise. A América despeja suas mercadorias, a preços baixíssimos, por todas as partes. Para os países indústrias, em que a agricultura ocupa um papel secundário, é um dano. Para a Itália, um desastre. A consequência é que se dá um impulso aos investimentos na indústria, para cujo setor é canalizada boa parte dos recursos que antes eram reservados ao campo.

O quadro econômico do país passa por uma profunda transformação. Sentem-se, cada vez mais, as exigências dos indústrias, as quais contradizem aquelas dos agricultores.

O porta-voz dos indústriais é Alessandro Rossi, que havia fundado, em Schio, o mais moderno lanifício italiano e havia sido eleito senador. Rossi apóia a exigência de que os produtos italianos sejam protegidos da concorrência através da adoção de pesadas tarifas alfandegárias, pelo menos até o momento em que as indústrias italianas sejam capazes de resistir.

Tinham feito assim todos os Estados no período de seu desenvolvimento industrial. Este era, para a classe dirigente, o interesse do país.

---

88 - *Destra Storica*: partido liberal moderado que esteve à frente do governo italiano de 1861 a 1876 (N.T.)

## Aonde vai a Itália?

Neste ponto da história da Itália impõe-se uma reflexão. É, de fato, neste período que o país toma uma estrada que o levará longe e que trará profundas conseqüências para seu crescimento.

A primeira data fundamental é 1876. É ao ano que marca a chegada ao poder da *Sinistra storica*<sup>99</sup>, quer dizer, dos seguidores de Mazzini e de Garibaldi, os mesmos que pediam a revolução havia anos e que apelavam ao povo. Não há uma mudança apenas na direção do país; o próprio país mudou. Despontam no horizonte as exigências de uma sociedade em transformação que não sente mais os grandes ideais do Risorgimento e reclama reformas concretas.

Novas forças fazem pressão: os homens da indústria, das finanças, do comércio. Ao mesmo tempo, sentem-se os gemidos e gritos das classes desfavorecidas. Os que vivem da terra estão passando por dificuldades e pedem ajuda. É o momento das escolhas: pela primeira vez na Península, anuncia-se o embate entre o antigo mundo rural e a sociedade capitalista emergente.

A agricultura ainda representa para a Itália sua atividade principal; os produtos agrícolas ainda constituem a quota mais importante das exportações. A indústria, ao contrário, dá naquele momento seus primeiros passos. O núcleo mais importante é constituído pelas modernas manufaturas de Schio, Valdagno, Biella, Busto Arsizio e Prato, pela marinha mercantil que se está habituando a transportar os emigrantes para as Américas e pela aciaria de Termi, que marca o nascimento da siderurgia italiana.

A grande reviravolta da Itália, naqueles anos decisivos, dá-se nesse confronto. O país precisaria de um líder, de um movimento político de grande fôlego, capaz de interpretar todas as exigências do país e de conduzi-lo para uma meta comum.

Infelizmente, a Itália surge com uma imprevista fragilidade: está exposta à chantagem dos mais fortes. O novo Governo, presidido por Depretis, não tem maioria no Parlamento; é obrigado cada vez a comprar os votos de que necessita, distribuindo todo o tipo de prêmios. É uma condição inevitável, mas melancólica. As mãos, que antes eram limpas, começam a ser sujas. É nessas condições que Depretis guiará o país por cerca de dez anos, levando adiante, de qualquer maneira, seu programa de reformas. Em 1876 aprova a lei Coppini, relativa à obrigação da instrução elementar; em 1882, estende o direito ao voto a novas categorias de cidadãos; em 1883, alivia a famigerada taxa sobre o pão, sem, contudo, conseguir extingui-la.

É o máximo que se podia obter de um Parlamento em que apenas a burguesia tinha seus representantes e onde os partidos eram reduzidos a fragmentos. Mas é demasiado pouco para um país que tem fome, clama por justiça e se confronta com a Europa.

É nesse contexto que começa a grande reviravolta que mudará a Itália. E quase ninguém se dá conta disso. Silenciosamente, os proprietários de terras perdem seu poder em favor dos senhores das finanças e da indústria. Salvam-se apenas os empreendedores agrícolas do Norte e do Centro. O *Mezzogiorno* conhece os primeiros sinais de sua condenação. A grande emigração italiana encontra aqui sua principal fonte. A derrota dos campos logo será transformada num rio tumultuoso formado por milhões de camponeses expulsos de suas terras, porque na Península são as personagens das finanças e da indústria que trilham seu caminho e o Governo é incapaz de comandá-las. É apenas o governo da burguesia, e de uma burguesia dividida; não é o governo de todo um povo.

---

89 - *Sinistra storica*: expressão (não tão usual como *Destra storica*) usada pelo autor para fazer referência ao partido democrático, de esquerda, que alcançou o poder em 1876, com o gabinete de Depretis (N.T.)

## Chegam os números

**J**ustamente naquele ano (1876) começa a publicação das cifras oficiais relativas à emigração. Assim, sabemos que em 1876 transferiram-se ao exterior 108.771 italianos, dos quais 19.756 de forma permanente e 89.015 em caráter temporário.

Sabemos também que a cidade com maior número de emigrados é Belluno, seguida por Cremona e Mântova. Depois vêm Lucca e Bergamo. Muito intensa é a emigração para a França, a Suíça e a Austrália. Ainda reduzida, porém, em direção aos Estados Unidos. O grosso da emigração permanente dirige-se para a Argentina e o Brasil.

A chegada dos números é significativa porque se trata das primeiras estatísticas na área social que são feitas na Itália. Isto prova que as classes dirigentes se interessam pelo fenômeno da emigração; mas é um interesse curioso.

Não se procuram as cifras para que se possa chegar às raízes do mal e assim fazer os consertos necessários. Simplesmente se procura avaliar quantos são aqueles que partem não obstante a oposição dos proprietários de terras, fechados na defesa de seus interesses.

Para as classes dirigentes essas partidas representam um fato positivo, porque oferecem aos que estão zangados a possibilidade de refazer a vida no exterior. Por isso, a pressão social torna-se mais leve.

As cifras da emigração são também utilizadas pelo Governo para afirmar que o problema não é assim tão grave como se pinta; o grosso da emigração, de fato, é ainda formado por aqueles que se estabelecem em países da Europa, com viagens de ida e volta. E aquela, para o Governo, não é emigração verdadeira. As cifras oficiais, de qualquer maneira, não representam toda a realidade.

A emigração clandestina é sempre numerosa, como são numerosos os que partem talvez para França ou para a Alemanha (sendo, portanto, classificados como emigrados temporários) para só depois embarcar para as Américas.

As estatísticas, de fato, resultam 25% mais baixas do que a realidade. Por exemplo, em 1887, as estatísticas italianas falam de 52.325 italianos que partiram para a Argentina, enquanto as estatísticas argentinas declaram que o país recebeu 67.139 italianos. No mesmo ano, fala-se de 37.221 italianos que foram aos Estados Unidos, enquanto as estatísticas de New York falam de 46.256 italianos que chegaram.

A chegada da esquerda ao poder tinha sido saudada pelas classes populares com manifestações de júbilo; as pessoas esperavam, como tinha sido prometido, uma maior atenção aos problemas sociais.

Na realidade, nada muda no mundo da emigração. Até a famosa *circolare Lanza*, que tantos problemas havia causado aos emigrantes, é cancelada para logo depois ser reativada. Continua, portanto, a política emigratória puramente policial inaugurada pela Destra em 1868.

Agostino Bertani, estudioso dos problemas da emigração, denunciou, em 1876, de modo clamoroso, os abusos exercidos sobre os emigrados pelo cônsul italiano em New York. O cônsul, de fato, recusava-se a aplicar nos passaportes as tarifas reduzidas previstas para os pobres, lucrava com as economias enviadas à Itália pelos emigrados e desenvolvia, sobretudo, atividades comerciais. O fato é significativo, pois o referido cônsul não foi penalizado nem transferido.

Em geral, o comportamento do corpo consular, sobretudo diante da maciça dimensão que a emigração assumiu, era de indiferença perante os problemas sociais decorrentes. Os emigrados não eram cidadãos dignos de ajuda e defesa, mas rústicos inoportunos que, com sua miséria e ignorância, ofendiam a pátria.

Comportavam-se, em suma, exatamente como as classes burguesas na Itália. Cobrar tributos dos camponeses emigrantes era uma regra difundida numa sociedade feudal, à qual o cônsul era ainda ligado por questões materiais e de mentalidade.

## Entre compaixão e protestos

Há um certo movimento também no Parlamento, ao qual chegam alguns projetos de lei sobre a emigração. O primeiro, em 1876, por iniciativa do ministro Finali<sup>90</sup>; em 1877, por iniciativa de Nicotera<sup>91</sup>; em 1978, há uma proposta dos deputados Minghetti<sup>92</sup> e Luzzatti<sup>93</sup>. Nenhum desses projetos será examinado.

Em compensação, há muita comoção em torno dos acontecimentos relativos aos emigrados. Encontramos traços desse sentimento nos textos poéticos de Zanella<sup>94</sup> e nos contos de De Amicis, e também nas páginas dos jornais.

O Ministro do Interior, para desencorajar a chamada *mania da América*, pedira aos Governadores que difundissem histórias tristes sobre a emigração. Estas histórias dramáticas, tiradas dos jornais ou narradas em cartas, eram afixadas nas portas das igrejas e das câmaras municipais e nas salas de aula.

A mentalidade dos italianos, em todos os níveis, permanecera como uma mentalidade camponesa. A emigração não era vista como um mal que poderia ser combatido ou abrandado, mas como um infortúnio natural a ser suportado com muita paciência.

As autoridades e os jornais pediam medidas restritivas. Desaconselhava, re-freavam. E as pessoas, silenciosas, tristes, zangadas, continuavam a partir. O riacho transformara-se em torrente e preparava-se para assumir sem demora as dimensões de rio impetuoso.

Os cantos dos emigrantes ofereciam um alívio aos que partiam. Eles eram sustentados pela esperança, mas sentiam-se abandonados pela pátria e por uma classe dirigente indiferente e impiedosa. Os que partiam não sabiam o que fazer de uma piedade composta apenas de palavras e sentiam, confusos, que nada valiam. Não partiam simplesmente: eram expulsos. O País não sabia o que fazer com eles.

Há um documento que exprime perfeitamente o estado de ânimo dos que partiam. É uma carta escrita por camponeses da Lombardia. É endereçada ao ministro Nicotera, autor de uma circular restritiva no setor da emigração. A carta é datada de 1876 e é assinada por muitas pessoas. Eis alguns trechos dela:

*“... Encare-nos, senhor barão. As nossas faces pálidas e amareladas e nossas maçãs do rosto afundadas, com sua muda eloqüência, não lhe são testemunhas de excessiva fadiga e de absoluta falta de nutrição? Nossa vida é tão amarga que por pouco não é morte. Cultivamos o trigo e não sabemos o que é o pão branco. Cultivamos vinhas e não bebemos vinho. Criamos animais e nunca comemos carne. Vestimos farrapos, moramos em covis... E com isso, o senhor não pretende que emigremos? Oprimidos e vexados em todas as maneiras possíveis, vamo-nos embora, para que o senhor viva melhor...”*

90 - Gaspare Finali (Cesena, 1829 - Marradi, 1914): Ministro da Agricultura entre 1873 e 1876 e das Obras Públicas entre 1890 e 1891 (N.T.)

91 - Giovanni Nicoterra (Sambiasa, 1828 - Vico Equense, 1894): Ministro do Interior por duas vezes, em 1876 e em 1891 (N.T.)

92 - Marco Minghetti (Bologna, 1818 - Roma, 1886): político que ocupou vários cargos durante sua carreira, chegando a ser, entre 1862 e 1876, ministro e presidente do *Consiglio* por várias vezes (N.T.)

93 - Luigi Luzzatti (Veneza, 1841 - Roma, 1927): economista e político. Deputado em 1871 pela Destra, assumiu durante sua vida política vários cargos. Foi, entre 1891 e 1906, Ministro do Tesouro por diversas vezes, conseguindo fortalecer significativamente a lira (N.T.)

94 - Giacomo Zanella ((Chiampo, 1820 - Cavazzale, 1888): poeta, sacerdote e docente de Literatura Italiana na Universidade de Padova (N.T.)

## Dois lutos para a Itália e para a Igreja

**O** ano de 1978 é marcado por dois lutos: Vittorio Emanuele II morre em 9 de janeiro; depois de poucas semanas, morre Pio IX.

Com a morte do primeiro Rei da Itália desaparece uma das grandes personagens do *Risorgimento*, um homem de espessura não muito grande, polêmico sob muitos aspectos, mas amado sinceramente pelos italianos. Foi um soberano afortunado: ganhou de presente metade de seu reino dos aliados e a outra metade, dos súditos. Tudo o que fez lhe resultou vantajoso, inclusive as derrotas. Seu sucessor ao trono é Umberto I, uma personagem fria, sem grandes paixões. Não será um grande Rei. Ao contrário, sua esposa, Margherita di Savoia, será uma grande rainha, amada pelo povo. Carducci ficará fascinado por ela.

A morte de Pio IX marca o final de uma época. Perde-se um pontífice pio, a seu modo autoritário, mas distante da História. Certo de houvesse a necessidade de um reino para que se exercitasse um ministério essencialmente espiritual, não aceitou renunciar ao que já havia perdido. Em vez de abrir aos católicos as portas do país, fechou-os nas catacumbas, das quais sairão com dificuldade após anos de sofrimento.

Pio IX sustenta até o fim uma recusa intransigente em relação à civilização laica. Sua preocupação é tutelar a integridade e a unidade do mundo católico, salvar os fiéis das doutrinas liberais. É ele que cria a *Azione Cattolica*<sup>95</sup> e mobiliza o laicado. O mérito histórico de Pio IX é o de ter compreendido que a causa do Papado podia ser salva apenas no plano da fé. Pio IX não mais olhará para a França, Áustria, Alemanha ou Espanha para afirmar sua autoridade. Verá apenas nas massas católicas das várias nações européias a verdadeira base da nova santa aliança: a aliança entre a Igreja e os povos.

Sucede Pio IX, com o nome de Leão XIII, o arcebispo de Perugia. É pequeno e frágil; todavia, tem o sentido da grandeza de sua missão: veste com grande majestade o manto dourado e a coroa do pontífice.

Suas condições de saúde são tão incertas que parece condenado a uma vida breve. Seu pontifício, porém, será longuíssimo. É um humanista ilustre, amigo de muitos estudiosos e literatos. Não pode, portanto, não sentir a imensa utilidade de uma conciliação entre a fé e a cultura. Seus primeiros gestos mostram que o novo Pontífice percebeu as profundas transformações que dominam o mundo e procura a serenidade. Por isso, sua chegada é acompanhada de sinais de esperança.

---

95 - *Azione Cattolica*: organização dos laicos católicos instituída por Pio IX, que sustenta uma obra de apostolado dirigida pela hierarquia eclesiástica (N.T.)

## O Governo afirma: não podemos fazer nada

**O**s boletins da emigração registram as seguintes cifras:  
 1877: 99.213 emigrados, dos quais 21.087 estáveis e 78.129 temporários  
 1878: 96.268 emigrados, dos quais 18.535 estáveis e 77.733 temporários  
 1879: 119.831 emigrados, dos quais 40.824 estáveis e 79.007 temporários  
 1880: 119.901 emigrados, dos quais 37.934 estáveis e 91.967 temporários.

Apesar de alguns períodos de diminuição, causados por circunstâncias variadas, a emigração continua sua marcha incessante. É sempre a crise da agricultura que atrai a atenção do país. Os mais atingidos - como sempre - são aqueles que penam nos campos. Levantam-se vozes que pedem a modificação dos pactos agrários; insiste-se em particular sobre a abolição da famigerada taxa sobre o pão. A frente contrária à emigração começa a se esfacelar. Pela primeira vez, o novo Governo presidido pela esquerda é brutalmente posto de frente ao problema.

A iniciativa é tomada por dois conhecidos expoentes liberais, Minghetti e Luzzatti, os quais apresentarão à Câmara um projeto de lei sobre a emigração. É um projeto moderno que visa desatar os muitos nós que sufocaram até então o movimento migratório. A proposta de lei alarma os grandes proprietários rurais, que correm a fazer reparos: por iniciativa de Del Giudice<sup>96</sup>, apresentam uma proposta sua. Pedem, em síntese, uma lei especial para a emigração que se limite a disciplinar a atividade dos recrutadores, deixando o resto como era antes. A manobra dos *barões do campo* é evidente. Gritam contra os agentes de emigração, como se fossem os responsáveis por todos os males que assolam os campos e, deste modo, encobrem sua própria culpa.

A comissão parlamentar, diante de dois projetos, ao invés de fazer uma escolha, mistura-os e dessa mistura extrai um projeto único. Segundo tal proposta, a emigração continua a ser competência do Ministério do Interior e conserva grande parte dos velhos vínculos. De fato, o projeto de lei permanecerá fechado por vários anos nas gavetas do Parlamento.

É interessante ouvir o que é dito no salão parlamentar, porque isso ajuda-nos a entender a mentalidade de uma parte da classe dirigente. É uma casta tão fechada que não reconhece aos pobres nem mesmo o direito de buscar alguma coisa melhor. Porque - afirma um orador - *os camponeses, sem capital nem conhecimento, serão sempre e em qualquer lugar proletários. E a miséria, da qual tentam fugir abandonando a pátria, sempre os seguirá como a sombra de seu corpo...*

Ao chefe do Governo é oferecida a oportunidade de falar sobre o difícil problema. Depretis apresenta a emigração como o resultado de uma

lei natural, contra a qual o Estado não pode opor obstáculos válidos; da mesma forma, não a pode promover. Ao deputado vêneto Pantaleoni, que sugere a África como uma saída à emigração, Depretis responde que não é o caso de se dar excessiva importância à emigração e que, de qualquer maneira, o Governo não é capaz de interferir de modo eficaz. Afinal, a Alemanha e a Inglaterra registram uma emigração mais numerosa: 210.000 a primeira, 279.000 a segunda, enquanto a quota italiana gira em torno de 120.000, dos quais apenas 41.000 além-mar.

Assim, justamente no momento em que a emigração adquire uma nova dimensão e vozes respeitáveis se levantam para pedir uma intervenção eficaz, o Governo responde desprezando o problema e dizendo claramente que nada pode fazer.

## As duas Itálias

No tempo de Augusto, o nome Itália estendia-se dos Alpes ao mar. Foi Diocleciano, no ano 292, que dividiu administrativamente a península em dois vicariatos. E é assim que, pela primeira vez, nasceram duas Itálias. Depois veio Carlo Magno (786) para marcar ulteriormente a separação e em seguida - na Idade Média e depois - as Itálias cresceram em número. Quando as tropas de Carlo VIII descem na Península cantam: *Nós conquistaremos as Itálias...*

Mas por que há duas Itálias? Por que são tão diversas, como se pertencessem a dois continentes distantes? E por que o *Mezzogiorno*, em seu conjunto, é tão pobre, não só economicamente, mas sobretudo moralmente?

São as perguntas que se faz Giustino Fortunato<sup>97</sup>, ainda jovem, pouco depois da unificação do país. Giustino ama sua terra e sua gente. E para encontrar as respostas às perguntas que carrega dentro de si, nada lhe resta a não ser estudar e caminhar. Exatamente assim. Giustino pega um cajado, veste roupas confortáveis e percorre a pé todo o *Mezzogiorno*, dos Abruzzi à Calábria.

É durante aquelas intermináveis caminhadas que faz a grande descoberta. A primeira grande iluminação vem-lhe da memorável afirmação de Herder: *O grande fator histórico da disparidade e do desenvolvimento dos povos é o clima, já que os homens são apenas argila maleável em suas mãos...*

O *Meridione* é diverso porque tudo é diferente em relação ao *Settentrione*: o clima, a composição dos terrenos, a medida das águas. E depois a História, com uma Idade Média diversa seguida de uma longa monarquia, enquanto no resto da Península nasciam as Comunas. E depois, no centro, a grande muralha do Papado. As duas metades da Península são divididas por uma linha natural, formada pelos montes do Abruzzo e pelo deserto do Lácio, a qual divide não só duas zonas, mas duas estirpes diversas, irmanadas por uma única língua. Desde então até hoje, na história do *Mezzogiorno*, pesou a dura fatalidade, tornada ainda mais grave pela ignorância das populações obrigadas a viver isoladas num país essencialmente pobre.

A presença de duas Itálias, de duas civilizações diversas na Península, é uma *descoberta* não apenas para Giustino Fortunato, mas para todo o país. Antes disso, ninguém tinha a consciência do fato. É justamente entre os anos 1875 e 1880 que o problema do Sul conquista, com dificuldades, um espaço na cultura italiana. O principal mérito é de Pasquale Villari (um estadista napolitano, por muitos anos deputado, senador e ministro) que publica as famosas *Lettere Meridionali*, nas quais ajuda os italianos a entender os problemas do *Mezzogiorno* e também solicita sua redenção moral, social e econômica. São essas as cartas que chegam às mãos de Fortunato e - como ele mesmo escreve - provocam-lhe febre.

Os dois trabalham juntos. Chegará mais tarde um outro grande meridionalista, Francesco Saverio Nitti (uma das personagens de maior destaque na vida política italiana; foi chefe do Governo, adversário de Mussolini; morrerá em 1953), o qual incluirá novos argumentos à batalha em defesa do Sul. Ao grupo

unem-se Sonnino e Franchetti, dois jovens toscanos que estão viajando pelo *Meridione* para descobrir a Itália real. É em 1876 que Sonnino e Franchetti publicam sua memorável pesquisa sobre a Sicília.

Quando é fundada a revista *Rasegna Nazionale*, Fortunato une-se ao grupo e publica várias pesquisas sobre Nápoles. Mais do que sobre a miséria econômica, indaga sobre a miséria moral da cidade e da região. O tema da última pesquisa é *A emigração do campo*. O documento, datado de 1879, interessa-nos em modo particular:

*Não tomaria a decisão de escrever daqui deste canto do Apenino meridional (o autor encontra-se em Sala Consilina<sup>98</sup>) se não tivesse sido coagido por um fato singular, que assume a cada ano proporções cada vez maiores: um fato que é como indício de perigos distantes, como um fenômeno de obscuras doenças sociais... Por toda parte parece-me sentir nos ínfimos estratos sociais um profundo rombo, como se um terremoto estivesse próximo... Falo da emigração agrícola, que tem, pode-se dizer, nesta circunscrição, seu foco principal, ao qual se juntam as emigrações das circunscrições limítrofes do Cilento<sup>99</sup>, da Lucania<sup>100</sup> e do Pollino<sup>101</sup> formando uma única região de meio milhão de habitantes onde o êxodo dos camponeses não tem limites nem medida....*

Fortunato encerra o documento com a célebre frase: *O Mezzogiorno é o que uma natureza ingrata e a sorte adversa fizeram-no ser; uma grande causa de fraqueza política e econômica para toda a Itália, cujo destino está, portanto, depositado na ressurreição do Mezzogiorno. Não escreveu Mazzini: a Itália será o que o Mezzogiorno for?*

Também Villari procura esclarecer o problema do Sul. A última de suas *Lettere Meridionali* encerra-se com uma dura advertência, não desprovida de ameaça. *O camponês que vai morrer na terra romana ou que sofre a fome em seu país, ou o pobre que vegeta nos casebres de Nápoles podem dizer a nós e a vocês: Depois da unidade e da libertação da Itália, vocês não têm mais saída. Ou conseguiremos fazer-nos felizes, ou nós conseguiremos transformá-los em bárbaros....*

---

97 - Giustino Fortunato (Rionero in Vulture, 1848 - Nápoles, 1932): político da *Destra*, foi também um historiador (N.T.)

98 - Sala Consilina: cidade da Província de Salerno (N.T.)

99 - Cilento: região litorânea e montanhosa que se estende entre os golfos de Salerno e Policastro, na província de Salerno (N.T.)

100 - Lucania: nome antigo, de origem bizantina, da atual região da Basilicata, que é retomado oficialmente entre 1932 e 1945 (N.T.)

101 - Pollino: cadeia montanhosa que faz parte dos Apeninos calabreses (N.T.)

## Começa a grande migração Vêneta

Quem percorre as estradas da *Serenissima*<sup>102</sup> encontra-se diante de um quadro fascinante. Encontra, uma depois da outra, cidades decoradas por estátuas, circundadas por parques, enquadradas pela perspectiva de cercas, árvores e prados. Parece desenhadas por grandes pintores. São as lembranças de uma época extraordinária que deixou marcas profundas na paisagem e na população.

Os territórios da República de Veneza, de fato, não conheceram a dominação espanhola; sentiram menos do que outras regiões da Península o formidável peso da Contra-reforma. No Vêneto, de algum modo, o renascimento durou até o *Campoformio*<sup>103</sup>. Foi como um longuíssimo ocaso, porque o Renascimento significava respeito ao indivíduo, maior liberdade, expansão e florescimento de todas as artes, tudo isso sem o controle impiedoso da autoridade política e religiosa.

Todavia, nessa terra em que a liberdade era maior, não era consentido que se lidasse com a política, a qual era uma tarefa que dizia respeito aos *senhores*. E quem disso se esquecia era severamente punido. As pessoas haviam-se adaptado a esta disciplina e cuidavam de seus próprios negócios, deixando a coisa pública àqueles que eram por ela responsáveis.

Um documento da época descreve bem esse comportamento. “*Nas tabernas - está escrito - nunca se fala de política porque o povo, habituado calar sobre as coisas do Governo desde o tempo da Serenissima, adquiriu um terror sagrado por tudo aquilo que, mesmo remotamente, se refira ao problema do destino dos povos... Não é nem mesmo necessário colocar tribais nas regiões rurais. As pessoas não saem dos próprios lugarejos, trabalham de sol a sol nos campos. De noite, dirigem-se à igreja para recitar as preces da Ave Maria...*”.

Nessa terra onde a República de Veneza sempre proibiu que o povo se interessasse por política, as organizações operárias têm muita dificuldade para se erguer. O camponês vêneta, que frequenta a Igreja e ama a ordem, tem horror aos socialistas que agitam as bandeiras da anarquia e do anticlericalismo.

A situação é difícil. Não só para os pequenos arrendatários de Bassano e Treviso e para aqueles de Belluno e de Friuli, mas também para os pequenos proprietários do Vicentino<sup>104</sup> e das regiões nas encostas das colinas. Também há dificuldades nas planícies de Verona, Rovigo, Padova e Veneza, onde existem grandes propriedades, vastos cultivos e latifúndios.

Apesar da proximidade à Lombardia e à Emilia, a agricultura vêneta denuncia graves atrasos: “*As máquinas em uso - lê-se numa nota redigida em 1874 pelo Comitê Agrário de Bassano - são os arados de Cincinato, aperfeiçoados um pouco pelos marceneiros locais*”. Muitos ainda vivem nos antigos casoni, que são habitações úmidas e frias, com o teto de palha e o chão de terra batida. Fizeram-se trabalhos de saneamento na zona de Rovigo e ao sul de Ve-

rona, mas tiraram proveito disso os senhores: os habitantes da zona rural foram literalmente expulsos das antigas zonas que ocupavam.

Alguma coisa move-se na região. O senador Rossi, na cidade de Schio, e a família Marzotto, em Valdagno, fundam as bases de uma grande indústria de lã. Trata-se de um experimento de alto valor social para aqueles tempos, porque procurava encontrar um equilíbrio justo entre as exigências da fábrica e aquelas do campo, aumentando os operários ligados à terra e colocado a sua disposição escolas, teatros, creches, centros de convivência e colônias de férias. A solução proposta havia encontrado muitos admiradores, tanto na Itália como no exterior, e era até apresentada como um modelo a ser aplicado em toda a Península. Mas quando os operários faziam greve, o senhor Rossi tratava de mandar para as Américas os empregados mais turbulentos. A emigração era vista claramente como um instrumento eficaz para segurar as rédeas dos operários.

As pessoas estão mal, não agüentam mais. A pequena propriedade rural não é mais capaz de assegurar a subsistência. As parcerias agrícolas tornaram-se impossíveis. As imposições fiscais são ferozes.

É nesse contexto que começa a primeira fase da grande emigração vêneta. É uma emigração que ocupa um lugar preciso na dura história da emigração italiana. Um movimento de proporções grandiosas, que nasce e se consome no arco de vinte anos. Não é uma emigração individual, mas de grupo. No interior desses grupos, o padre ocupa muitas vezes a função de chefe. A terra da conquista é a América do Sul, sobretudo o Brasil e a Argentina.

As pessoas começam a partir. Aos grupos, às centenas. Não têm vontade de lutar para ficar onde estavam. Deveriam fazer oposição à *ordem estabelecida* e isto contrasta com sua mentalidade, respeitadora da autoridade. Para livrar-se de uma condição que se tornou insuportável, só resta a emigração.

Já em 1876 um certo Dom Munari, pároco de Fastro<sup>105</sup>, tinha partido ao Brasil com um grupo de cerca de 300 emigrantes. E é graças aos emigrantes vênets que a colônia de Caxias do Sul, no Rio Grande do Sul, atinge um extraordinário desenvolvimento. Em menos de 50 anos passa da floresta à plena industrialização. Fundada em 1875, depois de apenas três anos contava com quase 4.000 habitantes. Em 1898 os italianos eram 25.000, nove décimos da população.

Em 1877, por iniciativa de uma estranha figura do *padre-recrutador* que tinha montado sua central de recrutamento no canal do Brenta<sup>106</sup>, perto de Bassano, haviam sido encaminhados ao Brasil mais de 2000 camponeses daquela área. Formarão um dos primeiros estabelecimentos italianos no Paraná, em Curitiba.

Diferentemente dos meridionais, que partiam com os bolsos vazios, os emigrantes vênets geralmente partem com um pé-de-meia, fruto da venda de móveis e objetos, de animais, de um pequeno pedaço de terra. É por volta de 1880 que a corrente emigratória vêneta começa a romper as barreiras. A motivação é única: a miséria, a fome. "*Não se vivia mais.... Morria-se - explicam os parentes - "O que for, será. Pior do que o presente, com certe-*

za, não vai ficar”. *Vamos tentar a sorte. O que tiver de ser, será. E, já que mais cedo ou mais tarde vamos mesmo morrer, tanto faz deixar a pele na América ou na Europa...* Mas alguns comentam: o verdadeiro agente da emigração, na Itália, é Crispi e seu governo.

É a fome que expulsa os camponeses vênéticos de suas terras, exatamente como no árido e atormentado *Mezzogiorno*. Também aqueles que no início eram contrários às partidas agora se rendem. Entendem que, se a emigração fosse refreada, explodiria uma revolta.

As pessoas partem. Às vezes, deslocam-se vilas inteiras, lideradas pelo pároco local. Partem até de noite, às escuras e em silêncio, quase como se fosse tempo de guerra e o inimigo estivesse preparando uma emboscada. Aqui e ali se ouve o grito: *Viva a América! Morte aos senhores!* A emigração torna-se realmente, para todo um povo, uma libertação: dos patrões, opressores, da terra que não dá o sustento, da necessidade que acossa, de um governo inexistente e insensível. *Nós vamos para o Brasil* - gritam alguns - *Agora caberá aos patrões trabalhar a terra...*

A partida é vivida como um acontecimento doloroso, mas necessário. Rompe uma situação de miséria sem saída e abre uma porta à esperança. Por isso, às vezes, centenas de pessoas põem-se em movimento juntas, lentamente, ao repicar dos sinos, como nas grandes festas; à frente da procissão há um grande crucifixo ou o estandarte de um santo que os emigrantes levarão consigo para a nova pátria.

O grande êxodo dá-se num clima substancialmente pacífico, graças sobretudo à grande influência do clero que evita tensões entre as classes. Com frequência os sacerdotes acompanham os que estão partindo rumo à grande aventura. É graças a esse clima que, no Vêneto, realiza-se um projeto extremamente raro e difícil: uma sociedade que, graças à emigração, transforma-se sem passar por uma revolução.

---

**102** - La Serenissima: por antonomásia, nome da República de Veneza. O título serenissimo era conferido aos príncipes e doges da República.

**103** - Campoformio ou Campoformido: tratado de 1797, cujo nome refere-se a um município da província de Udine (região Friuli-Venezia-Giulia), com o qual Napoleão pôs fim à independência da República de Veneza, cedendo-a à Áustria.

**104** - Vicentino: território da província de Vicenza (N.T.)

**105** - Fastro: distrito da cidade Cison del Grappa, na província de Vicenza (N. T.)

**106** - Brenta: rio da planície vêneta que banha a cidade de Bassano del Grappa (N. T.)

## Por que o Brasil?

**E**xplica-se a escolha pelo Brasil. O território brasileiro apresentava, desde sempre, um contraste extraordinário. Por um lado, grandes riquezas naturais (ouro, diamantes, minerais em quantidade colossal); por outro, uma extrema pobreza de mão-de-obra, suficiente apenas para dar conta das necessidades primárias. Um espaço tão grande quanto a Europa, com a população concentrada em dois centros urbanos, distribuída ao longo de costas e rios intermináveis, com regiões vastíssimas completamente desabitadas.

Os portugueses, que dominavam a imensa colônia, haviam tentado resolver o problema transportando da África centenas de milhares de escravos. Isto, porém, bastara apenas para assegurar a extração das madeiras nobres (célebre o pau-brasil, uma madeira vermelha utilizada na indústria da tintura) e para manter primeiro a indústria do açúcar, mais tarde a criação de gado, depois a exploração das minas de ouro e de diamantes, e, por fim, a extração do látex da Amazônia. Em geral, portanto, o Brasil apresentava-se como uma imensa caixa-forte abarrotada de tesouros, que não podiam ser colhidos por falta de braços.

A partir de 1830 é a vez do café: o Brasil assegura para si, por pouco tempo, o controle do mercado mundial. Naturalmente, são os negros que trabalham nas grandes fazendas e cuidam das plantas carregadas de drupas vermelhas com odor de caféina. Em 1888, último dos estados civis a fazê-lo, o Brasil arrebenta, com a Lei Áurea, as correntes dos escravos, encerrando um capítulo amargo que durava havia ao menos três séculos. É um choque para o país. Liberais e proprietários de terras aliam-se. O Imperador Pedro II é expulso pela revolução. O Brasil torna-se uma república.

Agora, porém, os escravos negros não querem mais trabalhar para os antigos patrões; para um país sempre às voltas com a falta de mão-de-obra, é um drama. O governo brasileiro pensa que a solução para o problema, talvez, pudesse ser encontrada na Itália: a matéria-prima de que o Brasil precisa é abundante em muitas regiões da Península, especialmente no Vêneto, onde o povo é descrito como “*manso, respeitoso, trabalhador e também limpo*”.

Para ter os trabalhadores o governo brasileiro organiza, então, um serviço especial de recrutamento, equipado com vários meios. Aos emigrantes, oferece-se até mesmo a viagem de graça e a promete-se um pedaço de terra a ser cultivado, além de outras vantagens. Os camponeses italianos são tão miseráveis que muitos abocanham a oportunidade: sem atentar aos detalhes, assinam um *contrato em branco*, por força do qual as autoridades brasileiras reservam-se o direito de dispor dos emigrados segundo sua necessidade.

Assim que chegam ao Brasil, os emigrados são encaminhados aos estados do leste, que, entre outros problemas, são assolados pela febre amarela.

la. É aqui que descobrem ter sido enganados, porque sua tarefa é substituir os escravos apenas libertos. Alguns tentam se rebelar, mas os patrões, por força do contrato, obrigam-nos a permanecer. Seu destino é tremendo: alguns médicos italianos que passaram pela região asseguram que “a mortalidade é realmente assustadora”.

Alguns desses infelizes conseguirão liberar-se ou fugir, chegando então a regiões com condições mais salubres. Muitos não encontrarão outra solução que não seja regressar à Itália. Chegarão aos portos italianos acabados, cadavéricos, em condições de extrema miséria. Sobretudo em Gênova - narram as crônicas - a cada dia encontram-se provas terríveis dessa emigração errada, abandonada à própria sorte, que o governo italiano aceita sem vergonha e os camponeses humildes, enganados e desprovidos de tutela, recebem como uma condenação.

A zona do Brasil que interessa a nossa emigração compreende os estados do Sul (Paraná, Rio Grande do Sul, Santa Catarina) e os estados do Sudeste, com a capital São Paulo, além de Minas Gerais e Espírito Santo. A terra é estranhamente vermelha. É a terra clássica do café, do cacau, e da cana-de-açúcar. A faixa litorânea é e sempre foi território de plantações; terra de escravos, depois de emigrados. Daqui partem a cada estação, os bandeirantes para a conquista das regiões internas. Aqui chegarão legiões de italianos, prevalentemente vênets, e construirão pedaços de Itália: Nova Vicenza, Nova Veneza, Nova Bassano, Nova Treviso, Nova Trento...

Aqui, os costumes africanos e os ocidentais, a religião católica e a animista criarão uma incrível amálgama que, hoje, os estudiosos observam com grande interesse. O Brasil, de fato, misturou pacificamente raças e religiões diversas, com seus ritos, cores, usos e canções. Os santos não são apenas aqueles que a devoção dos conquistadores portugueses colocou nos altares; misturam-se esses aos santos que os escravos trouxeram da África, lado a lado, sem concorrência. Omulu é São Roque; Iansã, deusa dos ventos e das armas, é Santa Bárbara; São Jerônimo e Santo Antônio são negros com os lábios grossos: africanos, em suma.

No tempo das grandes migrações do qual estamos tratando a religião negra ainda não era reconhecida. Os ritos eram celebrados às escondidas, nos porões antes destinados aos escravos, ao ritmo dos tambores, enquanto as pessoas reuniam-se ao redor de um tano de madeira, entre velas. Pratos de arroz e batatas. As ofertas eram feitas em honra a Oxum, deusa da beleza e da elegância, ou ao terrível Xangô, senhor do fogo e da virilidade.

É entre esses *santos*, celebrados pelos portugueses e pelos negros, que os emigrados levarão as imagens de seus padroeiros, as estátuas coloridas e os estandartes bordados dedicados a Santo Antônio de Pádua, a Santa Felicitá, a São Leone Magno, a Santa Giustina e a tantos outros santos dos quais os emigrados, mesmo tendo-se já liberado de tantas coisas, não se quiseram privar.

## Por que a Argentina?

**T**ambém a Argentina é um país vastíssimo. Menos rico do que o Brasil, menos povoado, com montanhas imponentes, regiões desérticas ladeadas por terras férteis, as longas extremidades imersas nos mares profundos do Sul.

As regiões que dizem respeito à emigração são essencialmente duas: aquela dos grandes rios, entre o Paraná e o Uruguai, riquíssima em águas e pastos, e aquela da Pampa, uma imensa planície chata e úmida castigada pelo vento e pelo sol, quase completamente desprovida de árvores, coberta por uma espessa manta de limo.

É aqui que se encontra Buenos Aires, com um terço de toda a população do país. É aqui que surgem as grandes criações e gado que fizeram da Argentina, nos primeiros anos do século XX, um dos países mais ricos do mundo.

Em 1860, a Argentina contava com pouco mais de um milhão de habitantes. Naquela época os argentinos, depois de cinquenta anos de independência, tinham tomado consciência de sua extrema fragilidade: se quisessem se tornar um grande país, deveriam abrir as portas à Europa.

Aquela tinha sido a idade de ouro da emigração: a terra era dada gratuitamente, mas a verdade é que depois os emigrantes precisavam lutar contra ratos famintos, contra exércitos de formigas, contra índios enfurecidos, contra ladrões arrogantes. Diferentemente do Brasil, que procurava mão-de-obra sobretudo para preencher o vazio deixado pelos escravos, sem se preocupar com a acomodação das pessoas, a Argentina seguia um plano preciso: queria povoar com cidadãos livres suas imensas regiões. Por isso, havia criado organismos especiais que favorecessem a instalação de novas famílias.

Infelizmente, a idade de ouro durara apenas uma estação. A especulação havia chegado: o valor das terras havia passado, em poucos anos, de 1000 a cerca de 60 ou 70 mil pesos. Nos campos tinham irrompido as primeiras crises. Da Argentina, começavam as primeiras viagens de volta à pátria. Nem tudo era possível, nem mesmo no país onde a terra era oferecida de graça.

Num país de estruturas frágeis, exposto ao vento das competições internacionais, nossa emigração apresentava um panorama carregado de sombras. Era uma comunidade dividida, abandonada à própria sorte, desprovida de ajuda e de estímulos. No princípio, havia uma associação italiana que, após sucessivas disputas internas, tinha-se subdividido em três, cinco, dez troncos. Em 1891 havia exatamente 215 sociedades italianas, das quais 198 de ajuda mútua. Faziam a mesma coisa, mas cada uma reclusa em sua pequena trincheira. *O nome italiano* - escreve um observador - tornou-se sinônimo de divisão.”

Em Buenos Aires (como em todas as capitais da América Latina)

dominava a Maçonaria, que tinha numerosos templos e milhares de *irmãos*. Constituíam, porém, uma elite infectada por um laicismo intolerante. Isolavam-se da massa de nossa emigração; sobretudo não queriam *sujar-se as mãos* com organizações ou iniciativas católicas. Havia, portanto, entre os italianos, uma ruptura dolorosa que trará conseqüências extremamente danosas para nossa emigração.

De fato, poucos países mostram, como a Argentina, o rosto trágico de uma emigração que teria podido ocupar os primeiros lugares, se tivesse recebido uma pequena ajuda, e ficou, ao invés disso, às margens da vida do país. Se pensarmos que a população da Argentina, graças ao plano de emigração, havia, em 50 anos, passado de um a seis milhões de habitantes e que um terço dessa colossal massa de europeus era formado por italianos, podemos facilmente imaginar as marcas que teriam podido deixar nossos compatriotas num país onde havia tudo por se fazer e onde as portas estavam totalmente abertas. Que contribuição teriam podido dar também para o crescimento civil da América Latina e quais vantagens econômicas e políticas teriam podido oferecer à Itália, se nossa classe dirigente tivesse sido menos míope. Porque esta é a história: os italianos *construíam* a Argentina, mas como grupo étnico seu peso era absolutamente insignificante. Já em 1910 Enrico Corradini<sup>107</sup> gritava com muita raiva: “*O que é o trabalho italiano na Argentina? Tudo. O que são os italianos? Nada*”.

---

107 - Enrico Corradini (San Miniato di Montelupo, 1865 - Roma, 1931): literato e político. Fundou a revista *il Regno*(1903) e o jornal *Idea Nazionale* (1911). Principal expoente do movimento nacionalista, aderiu, em 1922, ao fascismo (N.T.)

## A gente mais sedentária, mais ligada à terra...

**P**artamos das cifras: Em 1880 a população italiana é de 29 milhões. Como em todos os países da Europa (com exceção da França) o aumento é constante, não obstante o número elevado de partidas. Eis as estatísticas:

1881: 135.832 emigrados, dos quais 41.807 estáveis e 94.814 temporários

1882: 162.462 emigrados, dos quais 65.748 estáveis e 95.814 temporários

1883: 169.101 emigrados, dos quais 68.416 estáveis e 100.685 temporários

1884: 147.017 emigrados, dos quais 53.049 estáveis e 88.968 temporários

1885: 157.193 emigrados, dos quais 77.029 estáveis e 80.164 temporários

1886: 167.377 emigrados, dos quais 84.352 estáveis e 83.053 temporários

As cifras destacam um elemento importante: a emigração transoceânica, que entre os anos 1876 - 1878 representava apenas um quarto do movimento total, atingiu, por fim, as mesmas dimensões da emigração européia. No arco de poucos anos tornar-se-á a corrente mais consistente, até atingir - nos primeiros anos do século vinte - quotas impressionantes.

A emigração, assim, cresce ano após ano. Tornou-se enfim um fenômeno coletivo que envolve, com frequência, populações inteiras. Os que decidiram partir chegam a vender os móveis e os objetos de suas casas em praça pública. *A gente mais sedentária* - escreve o prefeito de Cremona numa circular - *a mais ligada que já vi à terra e ao teto que a viu nascer, a mais escrava das próprias tradições domésticas e campestres..., da noite para o dia decide partir. É gente que não sabe fazer outra coisa além de ser camponês...*

Se alguém tenta refreá-los, rebelam-se. Aconteceu ao bispo de Crema. Tendo pedido a palavra na igreja de Cascine Grandine, convidara os presentes a pensar seriamente antes de tomar a difícil decisão, exortando-os a não desesperar... Um após o outro, silenciosamente, mas com o rosto irritado, os camponeses haviam saído da igreja, deixando o bispo sozinho. Como se não bastasse, haviam-lhe mandado dizer que, se falava naquele modo, isso queria dizer que tinha recebido ordens (talvez dinheiro) dos patrões...

O deputado Bertani<sup>108</sup>, para conhecer ao vivo as causas que obrigam os italianos a partir, vai com eles até o navio e os interroga. O resultado de sua pesquisa é publicado em 1882. A conclusão é eloqüente: *“O governo italiano nada fez, nada sabe fazer e pensar para socorrer, moderar e dirigir oportunamente as migrações transatlânticas. Faz simplesmente circulares, para impedir abusos e fatos dos quais não conhece as causas determinantes...”*

Entre 1881 e 1884, um volume após o outro, são publicadas as atas da *Inchiesta sulle condizioni dell' agricoltura*<sup>109</sup>, a primeira solicitada pelo Parlamento italiano. O inquérito é fruto de um trabalho que durou sete anos, do qual fizera parte personalidades e peritos de grande prestígio. A *fotografia* da Península que resulta das atas e tão cruel que chega a parecer impossível. A classe dirigente fica perturbada. Os italianos, de fato, não conheciam seu país. Em particular, o *Mezzogiorno*, absolutamente desprovido de estradas, era uma ter-

ra longínqua e desconhecida. O próprio Cavour falava do Sul como sendo o campo mais fértil da Europa.

A grande burguesia via o futuro da Itália na *boa terra* que teria produzido em abundância vinhos, hortaliças, trigo, algodão e o bicho-da-seda. Ninguém tinha a mínima idéia das condições de desespero em que era obrigada a viver a população dos campos que, no entanto, representava a grande maioria do país. Quanto ao fenômeno da emigração, o inquérito apresenta duas conclusões relevantes:

– Nossa emigração é a mais fraca de todas, a mais exposta a danos e perigos, não só pela avidez dos especuladores desumanos, mas também por causa da ignorância e da miséria em que se encontravam aqueles que eram obrigados a partir.

– Contra esses danos e perigos o Governo oferece uma tutela insuficiente na pátria e inexistente no exterior. Contra a ignorância e a miséria há muito a ser feito.

Entre os fatos revelados pela *Inchiesta agraria* está a questão das minas de enxofre da Sicília. Citamos o fato porque as minas sicilianas eram, então, as mais importantes da Europa e porque a situação nesses locais nos mostra como, apesar das aparências, existiam ainda na Península formas de escravidão que atingiam um incrível nível de crueldade.

Eram os *picconieri*<sup>110</sup> que desciam nas minas. Cada *picconiere* era responsável por um ou mais *carusi*<sup>111</sup>, meninos entre oito e quinze anos que eram comprados nas famílias mediante o pagamento antecipado de uma soma que variava entre 100 e 150 liras em farinha de trigo. Adquirido desta maneira, como um animal, o *caruso* pertencia ao *picconiere* como um escravo. Não será libertado até que tenha devolvido o empréstimo.

O deputado Sonnino diz que esses meninos trabalham embaixo da terra de oito a dez horas por dia. Deviam descer até o ponto em que os esperava o *picconiere* e depois atingir a superfície carregando às costas uma carga que pesava entre 25 e 30 quilos para os mais jovens e entre 70 e 80 quilos para os mais velhos. Esta terrível viagem deveria ser feita, a cada dia, 29 vezes.

108 - Agostino Bertani (Milão, 1812 - Roma, 1886) Político e médico, foi um dos organizadores das *Cinque Giornate* de Milão e da *Spedizione dei Mille*. Como deputado pela Esquerda, a partir de 1860, promoveu a *Inchiesta Agraria* (N.T.)

109 - *Inchiesta sulle condizioni dell' agricoltura*: o autor refere-se à *inchiesta agraria*, já citada anteriormente (nota n.11) (N.T.)

110 - *Picconieri*: trabalhadores que usam picaretas ( em italiano, *picconi*) (N.T.)

111 - *Carusi*: termo do dialeto siciliano usado para denominar especificamente os meninos aos quais o autor se refere (N.T.)

## O dedo do pé do vilão

**A** Itália avança a passos lentos. Visto com um distanciamento temporal, com nossos olhos que conhecem a história, o país dá a impressão de uma pessoa que acaba de despertar de um longo sono: os movimentos são lentos e desajeitados porque detidos por um peso interior.

A esquerda, que chegara ao poder em 1976, consuma-se em suas pequenas lutas domésticas. As crises ministeriais sucedem-se em um ritmo rapidíssimo. O Governo consegue, a duras penas, atingir algumas metas. Em 1982 entra em vigor o novo *Codice Commerciale*<sup>112</sup>, que é considerado o melhor da Europa. O papel-moeda, que antes era produzido sem o devido controle, cede lugar à moeda metálica, tornando mais seguras as trocas comerciais com o exterior.

A balança comercial do país tinha alcançado o equilíbrio em 1875 e isso era motivo de orgulho para o país: a Itália tinha pagado seus débitos e podia olhar os outros países de cabeça alta. Agora, porém, as despesas estão aumentando e os impostos estão altíssimos: cobrem 35% do rendimento, a proporção mais alta entre as nações civilizadas. O Exército tem sua potência aumentada; a Marinha é renovada. A Europa está inquieta. O aspecto mais negativo é o social, setor do qual o Governo está com frequência ausente, sempre atrasado. O Parlamento ainda não fez nada a favor da emigração, do trabalho das mulheres e das crianças, nada sobre a responsabilidade dos patrões nos casos de acidentes de trabalho, nada pela *Cassa Nazionale*<sup>113</sup> das aposentadorias por tempo de serviço, pouco fez em relação às escolas, nada no setor das relações entre o Estado e a Igreja.

No entanto, mesmo que lentamente, o país cresce. As massas populares, embora ainda não participem diretamente da vida política, começam a entrever sua força como número. Como diria Hamlet: “*O dedo do pé do vilão já está tão perto do calcanhar do senhor que já o arranha...*”.

O país não é sólido justamente porque as classes populares estão desprovidas de tutela e ainda não recebem os benefícios da civilização. É uma situação perigosa porque os povos apreciam as instituições somente na medida em que participam de seus benefícios.

---

112 - *Codice Commerciale*: código comercial (N.T.)

113 - *Cassa Nazionale*: instituto de previdência (N.T.)

## A taxa sobre o passaporte

**1** 882 - O Governo obtém do armador Rubattino<sup>114</sup> o porto de Assab, no Mar Vermelho. Nasce a colônia Eritréia. Começa a aventura africana da Itália. Na ilha de Caprera, destruído pela artrite, morre Garibaldi. É o último dos quatro *Padri della Patria*<sup>115</sup>. Diferentemente de Mazzini, é saudado por todas as fanfarras da Península. Garibaldi tornara-se um mito para os italianos e para muitos estrangeiros. Por mérito seu, o Risorgimento passara a ser uma lenda popular. Hoje, discute-se sobre os serviços reais prestados por Garibaldi à Itália. A história apresenta-o como um homem simples, desinteressado, corajoso, mas também trapalhão e melodramático. Todavia, Garibaldi ainda conserva uma sugestão mágica sobre as massas italianas. Também sobre os italianos no exterior. Em muitas partes do mundo há não apenas associações patrióticas, operárias ou esportivas, mas também lojas em grande número e até massas, vinhos e queijos que trazem, com muita desenvoltura, a etiqueta do herói dos dois mundos.

1883 - O Parlamento enfrenta finalmente o problema da *tassa sul macinato*. O Governo quer manter as promessas feitas durante a campanha eleitoral, mas não dispõe de uma maioria; para fazer passar qualquer lei é obrigado a mendigar votos entre as bancadas da oposição. Deste modo as reformas devem ser esmiuçadas, domesticadas, tornadas de algum modo mais moderadas, para que não causem muito mal.

É o que acontece com a taxa sobre o pão. A taxa é reduzida, mas continua. Mais uma vez, as massas populares são derrotadas. As cifras da emigração aumentam. A *inchiesta agraria* foi, para as classes dirigentes, uma chicotada; finalmente o Governo prepara as bases da legislação social italiana. A escola é incrementada; o direito ao voto é estendido a dois ou três milhões de cidadãos. Os eleitores podem retirar a cédula até nas sedes dos jornais e preenchê-la tranquilamente em casa...

No setor da emigração, porém, nada muda. Joga-se areia no projeto de lei antes apresentado por Minghetti-Luzzatti; cai a tentativa de enfrentar o problema em perspectiva social. Mais uma vez, as classes dirigentes revelam-se fechadas e reacionárias. A estação é difícil. No vale do Rio Pó espalha-se a pelagra. Em Cremona e em Parma deflagram-se duras lutas camponesas. Mais tarde (1884 - 85) a luta expande-se a Mântova e a todo o Polesine<sup>116</sup>. É o conflito social mais grave que irrompeu naqueles anos: nas proximidades de Mântova era denominado *la boje*<sup>117</sup>, porque para os trabalhadores braçais a terra realmente fervia e estava prestes a explodir, tamanha era a sede de justiça acumulada em suas vísceras.

A agitação, como de costume, é reprimida pelo exército. Mas a luta é tão áspera que a burguesia mais uma vez deixa-se tomar pelo medo. O programa de reformas sociais preparado pelo Governo é bloqueado: retrocede-se no tempo. Também a nova circular sobre a emigração promulgada pelo Governo repete antigos erros. De fato, para refrear a expatriação, introduz um novo vínculo, uma *taxa sobre o passaporte* ainda mais vexatória, e tão odiosa como aquela aplicada sobre o pão. É a mesma história de sempre. Pretende-se tutelar os pobres e começa-se pela imposição a eles de uma nova taxa.

114 - Raffaele Rubattino (Gênova, 1809-1881): armador italiano, era o proprietário dos navios *Cagliari*, *Piemonte* e *Lombardo*, utilizados em expedições oficiais. Interessado nos projetos de expansão territorial, adquiriu em 1869 a baía de Assab, a qual, posteriormente, cedeu ao Governo (N.T.)

115 - Padre della Patria (pai da Pátria); título honroso que se dá aos beneméritos da pátria. O autor refere-se a Mazzini, Garibaldi, Cavour e Vittorio Emanuele ao citar os *quattro Padri della Patria* (N.T.)

116 - Polesine: região do Vêneto meridional, compreendida entre os rios Adige e Pó (N.T.)

117 - *La boje*: expressão dialetal, provavelmente relacionada ao verbo *bolire*, ou seja, ferver (N.T.)

## No oceano, a bordo de velhas carroças

**A** bordo do navio *Carlo Raggio*, durante a travessia do Atlântico, 34 emigrantes morreram por falta de mantimentos; a bordo do *Matteo Bruzzo*, 18 pessoas morreram de fome; no *Frisca 27* passageiros, amontoados num modo inacreditável, morreram por asfixia; a bordo do *Parà*, o sarampo fez 39 vítimas...

Isso acontecia nas companhias marítimas italianas que utilizavam com frequência velhas embarcações a vela ou com sistema misto vela - vapor. Graças aos preços baixíssimos, as linhas italianas conseguiam açambarcar a maior parte dos transportes dos emigrantes. As viagens, contudo, eram cruéis e arriscadas. Não havia nenhum controle sério das condições sanitárias, da comida, do espaço disponível, da duração da viagem. Eram utilizados, não raramente, navios feitos para o transporte de cereais ou de gado: bastavam alguns marceneiros para dividir os espaços, arrumar bancos, refeitórios, beliches e podiam embarcar, tranqüilamente, centenas e até milhares de pessoas para a grande aventura.

As companhias de navegação italianas tinham ganhado muito dinheiro com essa operação no limite da criminalidade. Tudo era fácil. Os governos sul-americanos estavam à procura de famílias italianas e, para convencê-las a partir, ofereciam-lhes gratuitamente a viagem. Pressionavam-lhes também as agências de alistamento, com longas listas de passageiros. Os regulamentos em vigor eram indignos de um país civilizado. Os custos eram cobertos muito frequentemente através da cruel exploração aos emigrantes. Houve certamente uma conivência entre o Governo e a nascente indústria italiana de armamento. As autoridades competentes estavam realmente mais atentas aos interesses das companhias do que ao sofrimento dos emigrantes.

Acreditamos que seja obrigatório, a esta altura, ceder a palavra aos emigrantes, através da reprodução de uma carta escrita por um certo Francesco Sartori, de Magré (Schio), enquanto se encontrava em Marselha à espera de poder embarcar para a América. É uma das muitas cartas que os emigrantes escreviam às famílias e que eram publicadas nos jornais para desencorajar aqueles que se preparavam para partir. Poucos documentos, realmente, conseguem dar a idéia do clima trágico em que se movia a emigração tão bem quanto essas cartas simples, sinceras e desesperadas. O documento foi encurtado e retocado na parte gráfica apenas para que sua leitura se tornasse mais fácil.

*Caros filhos e esposa, no dia 12 deste mês escrevi-lhes uma carta em que dizia que partiríamos de Marselha para o Brasil. Porém, dia 11 chegou uma outra expedição de Gênova, com 300 pessoas que deveriam partir no mesmo navio. O pior é que sem eles já havia gente demais, porque não deveriam embarcar mais de 350 pessoas, já que o navio é para o transporte de mercadorias e não de pessoas.*

*Nestes dias os marceneiros têm trabalhado fazendo lugares para que nos joguem a dormir em um cima do outro, tão estreitos que precisa ficar ajoelhado e ainda assim a gente bate a cabeça em cima, pior que bicho, sem ar...*

*... Na embarcação estamos sempre amontoados. Morreu um menino de cinco anos e era um belíssimo menino bem nutrido. Têm outros oito que estão grave-*

*mente doentes. Uma barulheira: uns chorando, outros se lamentando, esposas com os filhos nos braços que se querem atirar na água para se afogar, e dizem que se a gente parte, ninguém vai chegar vivo na América.*

*Reunimos 103 chefes de família e fomos falar com o comissário régio da emigração e com o cônsul italiano e com outras pessoas. Argumentamos que temos no contrato um navio a vapor e não a vela, e queremos viajar a vapor ou nosso dinheiro de volta.*

*Chegaram em Marselha os traidores, De P., C e T. E. e nós, umas cem pessoas, ficamos em volta deles e queríamos acabar com eles. Uma zona extraordinária! O De P., quando conseguiu se separar da multidão, foi seguido por oito ou dez pessoas e disse para elas: Vocês têm razão. Eu faço uma escritura para vocês, com o tabelião, em papel oficial, sobre o contrato feito dia de agosto e com isso, vocês vão ver, ou vão partir num navio a vapor ou vão receber o dinheiro de volta. Mas eu imploro: deixem-me livre que tenho mulher e cinco filhos. Dizia isso chorando. Mas as pessoas diziam: você merece a morte, traidor. Mas no final deixaram-no livre...*

*Depois queriam matar os outros três, C., T. e o capitão, porque também o capitão esteve em vários lugares, em Thiene, Sandrigo, Guantorto, Padova e em outros lugares próximos para receber o dinheiro. E depois quando todas essas famílias chegaram em Gênova no escritório do C. e do T., foram trocados todos os cartões de embarque, excerto três que agora estão nas mãos da justiça em Marselha, junto com o contrato de De P.*

*Então no momento não sei se irei para a América ou se voltarei para casa porque com o navio a vela não posso partir, porque demora demais. Não dá para comer o pão, que é duro como pedra e não dá nem para molhar. São 14 dias que estamos em Marselha; quatro dias vivemos por conta própria; nos outros quatro dias deram para a gente um franco por dia. Há seis dias que se gasta dinheiro a bordo. Eu desses seis dias só comi três, porque não tenho dinheiro para comer fora. A gente come como bicho.*

*Imaginem se o barco partia para a América: de cada quatro morriam três. Agora se apresentaram quatro tirolezes (quer dizer, trentini<sup>118</sup>) e alguns lombardos para vingar a traição. Esperemos que dê certo....*

*Enquanto isso C. e T. estão presos, e nós incertos da partida. Eis, queridos filhos e esposa minhas dolorosas notícias e meu sofrimento. Maldita a hora em que decidi partir, que me coloquei nas mãos desses mercadores de carne humana. Mas a emigração continua e progride. Eu tenho pena deles. São amantes das novidades, vão à procura de traição, de escravidão, de dor, ao encontro da morte.*

*Caros filhos, cara mulher, adeus. Levem uma vida boa, eu lhes peço.*

*Seu pai desventurado  
Francesco Sartori*

## As terríveis dificuldades da viagem

**O**utra carta escolhida, entre as muitas escritas pelos emigrantes. Foi postada em 9 de março de 1889 em Santa Teresa de Cordeiros (São Paulo) e publicada no jornal *Il Contadino* de Pieve di Soglio. Exmo. Sr. Patrão Dr. Ferdinando Chisini

*Depois de um longo silêncio, presto-me agora a dar notícias minhas. é com grande pesar que lhe exponho minha pavorosa sorte, começarei contando algumas coisas da viagem, que foi muito dura, tanto que se dependesse do meu conselho não passaria por essa desgraça nem mesmo o cão que eu deixei na Itália.*

*A supracitada viagem foi duríssima, primeiro por ter se deparado com quatro dias de grandes tempestades, depois porque as pessoas estavam amontoadas num navio lotado, e ainda para piorar nos últimos dias passamos um calor terrível. Finalmente depois de 26 dias desembarcamos em Santos, onde esperávamos saciar nosso desejo de calma e sentir boas notícias; mas era só dirigir poucas palavras a alguns italianos a também deles ouvia-se resposta pouco boa.*

*Com essas respostas começava a crescer o nosso desespero, primeiro por ver uma multidão de gente e por ouvir que havia uma grande mortalidade entre as crianças e não só entre elas, mas quando a noite começou a cair e dava para observar todas as crianças e minha família inteira que, exaustos pela viagem deitavam-se sobre as mesas, rodeados por 10.000 pessoas, eu não podia descansar porque ouvia de um lado uma mulher que chorava, do outro um homem e observando as crianças e pensando que eu era o culpado de ter-lhes feito sofrer tantas desgraças, assim eu lhe digo a verdade Sr. Patrão que eu não pude evitar e chorei toda a noite, e assim foi meu primeiro dia de repouso na América.*

*Finalmente depois de quatro dias fomos levados de São Paulo a nosso destino, que era Santa Teresa; e chegando no lugar, vendo que nossas habitações ainda não estavam preparadas e tendo que ficar numa casa pequena 138 pessoas, e não só isso, mas vendo os italianos que moravam nessa fazenda já havia cinco meses, e seus filhos com os pés e as pernas destruídos pelos espinhos a ponto de não poderem ficar em pé, digo-lhe a verdade que vendo isso cai em pranto e fugi de meus filhos por um longo tempo, e não teria tido coragem de me aproximar deles novamente se meu pai não tivesse vindo me procurar e não me tivesse levado de volta a eles, só para me recordar que eu os havia levado a passar por todas aquelas privações e chorando lhe direi que depois de alguns dias ficou tudo doente, os filhos e as mulheres, e nós que conduzimos os filhos à América ficamos agora com cinco, os outros os perdemos, deixo que o Sr. Patrão considere quanto e qual foi nosso desespero, que se eu tivesse tido poder para isso não teria ficado nem uma hora na América, e como espero que Deus vá me dar vida e saúde, e assim que puder levarei meus filhos res-*

*tantes de volta para a Itália, e se depender de meu conselho ninguém partirá da Itália para vir para a América, que eu preferiria morrer antes de partir.*

*Quanto aos empregos, seriam ótimos se houvesse por aqui padres e médicos e se tudo o que é preciso se encontrasse, como se encontra na Itália, porque aqui quem goza de boa saúde e tem vontade de trabalhar ganha muito dinheiro, mas se fica doente por 15 dias consome seu salário porque uma consulta médica custa trinta florins, assim como os remédios e muitos outros objetos.*

*Por ora termino, mas não posso terminar se antes o Senhor não me permite de lhe fazer um pedido, que seria que o Senhor cuidasse para que pudéssemos nos ver logo na Itália.*

*Adeus de seu desventurado servo*

*Rosolen Bortolo*

O cônsul Rizzetto, que desenvolveu sua atividade no estado do Espírito Santo, reuniu num volume as histórias narradas pelos próprios colonos, sobretudo vênets. Entre 1876 e 1900 foram ao Brasil 814.000 italianos, entre os quais 325.000 vênets.

A emigração foi favorecida, como sabemos, pela oferta de viagens gratuitas. Num certo momento, porém, os emigrados presentes no solo brasileiro passaram a ser demasiados. Isto favoreceu uma política de baixos salários e a continuação do velho sistema escravista. Quando, em 1889, o governo brasileiro decidiu intervir eliminando a viagem gratuita, foram os proprietários das grandes plantações de café a enfrentar a situação.

O transporte gratuito transformou-se na tragédia de toda uma geração de emigrados, dado que 60% de toda a emigração transoceânica dirigiam-se, até 1890, ao Brasil. O governo italiano interveio, como sempre, tardiamente e aplicando o sistema repressivo, expressão da incapacidade de exercitar uma real ação de tutela. A emigração gratuita ao Brasil foi primeiramente suspensa pelo governo Crispi (nos anos 1891 e 1895) e depois definitivamente cancelada em 1902.

## Emigração e colônias

No debate sobre o problema da emigração que se tinha desenrolado no Parlamento intervieram também o deputado Sonnino, uma das grandes personagens da vida política italiana.

Sonnino opunha-se à política emigratória adotada até então pelo Governo porque era vergonhosa e prejudicial. Sua tese (uma tese que emergia com força) era que a emigração representava uma válvula de escape para as massas campesinas. E já que sua partida constituía uma ajuda aos que ficavam, deveria ser encorajada e protegida.

A tese de Sonnino, embora compreendesse elementos novos e positivos, revelava um fundo substancialmente conservador. Ele, de fato, não se colocava a questão de como enfrentar com meios modernos a crise do campo. Sonnino também possuía a convicção de que o problema da emigração não fosse grave. Era um problema duro, mas necessário. O deputado, aliás, via os aspectos positivos desde que a emigração fosse amparada: não só a diminuição das tensões sociais, mas também as remessas dos emigrados e a extensão da influência italiana ao exterior.

Outros políticos apegam-se a essa tese. Por exemplo, Jacopo Virgilio, Carpi, e Stefano Jacini, o mesmo que havia dirigido o famoso inquérito parlamentar sobre a agricultura. Jacini ressaltava que o inquérito tinha permitido que se descobrissem as raízes profundas do mal-estar social e que a emigração era um mal necessário. Acrescentava, porém, que ela podia gerar frutos fecundos, por exemplo, dando vida a uma nova classe de pequenos proprietários e de médios comerciantes. Assim, era necessário que a emigração fosse, ao mesmo tempo, livre e protegida.

Desta concepção não se distanciava muito o movimento socialista, que crescia na Península naqueles anos, ainda que a posição fundamental dos socialistas era ver na emigração *“uma arma para fazer crescer a classe operária e combater a tirania capitalista”*.

O problema da emigração torna-se cada vez mais, aos olhos de muitos, um aspecto dos problemas das colônias. É o momento em que, em toda a Europa, a febre colonial explode com força impressionante.

A Alemanha procura nos territórios africanos novos espaços para sua potência econômica; a França procura na Tunísia e no Marrocos uma compensação à humilhante derrota em Sedan; a Inglaterra leva adiante, com determinação, seu projeto de dominar os territórios africanos que unem o canal de Suez à Cidade do Cabo. Já não parece possível que se seja uma grande potência sem que se tenham colônias.

A Itália segue esse fervor de iniciativas com muita inquietude. Gostaria de entrar no jogo. Mas se esquece de que só os países economicamente sólidos podem se permitir levar para além das fronteiras muitas energias econômicas e militares. Para os pequenos países é um jogo perigoso. De qualquer maneira, a Itália se estabelece no litoral do Mar Vermelho. A

ilusão é tão grande que muitos pedem que se finde a emigração para as Américas escoltando os emigrados ao território africano.

“*As chaves do Mediterrâneo*”, escreve Mancini (que não era um homem qualquer, e sim ministro do Exterior) “*encontram-se no mar Vermelho*”. Também os liberais renunciam a seus princípios. Pedem para que a Itália “ *siga as pegadas da moderna política de expansão das potências européias*”.

América ou África? Eis a interrogação do dia. Na Argentina já existem 500.00 italianos: seria fácil transformar o rio da Prata numa pequena Itália que fosse uma ponte para o comércio italiano. É a tese da Sociedade Geográfica Italiana, na qual estão presentes muitos nomes da sociedade italiana, inclusive homens de prestígio do mundo católico. Mas os olhos dos demais olham para a África. Neste terreno a grande burguesia setentrional se liga à meridional. Agora todos, por motivos diversos, são favoráveis às colônias. Para o país, preparam-se novas derrotas.

## 1887: o ano das decisões

O ano de 1887 marca uma etapa importante na história da Itália e representa, na história da emigração, o ponto de partida para uma intervenção significativa. É naquele ano que muda o quadro político da Itália. Morre Depretis, que por cerca de dez anos tinha sido o grande articulador da vida política italiana. Para sucedê-lo, o Rei chama Crispi. Muitos esperam coisas novas desse siciliano pequeno, vigoroso, ativíssimo, apaixonado por Bismarck, levado ao poder pelo voto dos meridionais.

Em 1887 chegam ao país as notícias do massacre de Dogali<sup>119</sup>. O Rás Alula<sup>120</sup>, enviado pelo Negus Johannes<sup>121</sup> ataca os presídios italianos em Eritreia e aniquila a coluna de De Cristoforis, formada por 500 soldados. Poderia ser a ocasião para uma revisão da política colonial italiana. O país, sentindo dores e frustrações, espera.

Também em 1887 estoura a guerra alfandegária com a França. O governo italiano, cedendo às pressões dos industriais, impusera taxas sobre produtos estrangeiros. Como retaliação, o governo francês impusera taxas ainda mais altas sobre os produtos italianos. Quem pagava a conta da guerra eram sobretudo os pequenos cultivos meridionais: frutas cítricas, vinhas e óleos, mas também o gado, o arroz e a seda do Norte. Os agricultores esperam do Governo, que foi tão atencioso com os industriais, uma intervenção tão eficiente quanto aquela a favor do campo.

Ainda em 1887 alguns católicos intervêm para favorecer a conciliação entre o Estado italiano e a Igreja. É uma tentativa imatura e desastrosa, que acaba mal. Mas o problema continua. Os que acreditam na conciliação esperam. No mesmo ano, Crispi apresenta ao Parlamento um projeto de lei sobre a emigração. Talvez haja novidades nessa atormentada frente.

É como um momento mágico para o país; a espera por uma mudança profunda está no ar. Bastam poucos meses, porém, para que o Governo revele quais são suas escolhas. Ao invés de retirar as poucas tropas que se encontram na África, Crispi manda ao lugar 20.000 soldados. Optou pela política das grandes potências, fundada na força das armas.

Ao apelo dos agricultores, sufocados pela guerra alfandegária contra a França, o Governo sequer responde. Na península, especialmente no *Mezzogiorno*, explodem revoluções.

A tentativa de reconciliação com a Igreja, Crispi responde de maneira raivosa, abrindo as portas a manifestações anticlericais que não são motivo de orgulho para ninguém. Também no campo da emigração caem logo as ilusões: a política do Governo permanece a de sempre, baseada em controles, taxas, freios, repressões. Apesar disso, trabalhadores e famílias emigram em número crescente.

No conjunto a Itália aparece como um estado incerto e fraco. O Governo não sabe dirigir: está exposto às pressões de grupos interessados, favorece o nascimento de monopólios. Entrecruzam-se as ligações entre o poder político e

o poder econômico. Abre-se a estrada para corrupções e escândalos. Estaria tudo acabado, então?

Será um bispo, monsenhor Scalabrini, quem romperá essa longa inércia que sufoca o país. Será ele quem mobilizará as melhores forças e dará, finalmente, uma voz aos emigrantes, tirando-os do isolamento.

Na cabeça de monsenhor Scalabrini, a emigração pode passar a ser o terreno e cultivo de uma profunda mudança política, social e religiosa. Realmente, 1887 é um ano fundamental para a emigração e para o país. Os emigrados eram ovelhas abandonadas; agora, têm um pastor. Deus parecia estar ausente de sua história; agora sua presença é visível.

---

**119** - Dogali: aldeia de Eritreia onde, em 26 de janeiro de 1887, as tropas italianas, comandadas pelo Tenente-coronel Tommaso de Cristoforis (Casale, 1841 - Dogali, 1887) foram derrotadas sofrendo inúmeras baixas (N.T.)

**120** - Alula ( 1847 - 1897) Líder político e militar ( rás) etíope que esteve à frente de operações de defesa no período da expansão territorial italiana na Etiópia (N.T.)

**121** - Negus: título do soberano da Etiópia. Johannes IV reinou de 1872 a 1889 (N.T.)

## Horizonte

O ano de 1887 marca uma etapa importante na história da Itália. O apaixonante período do *Risorgimento* termina; abre-se um outro, que nos levará ao fim do século. É a segunda grande estação da emigração, a mais dura, marcada por desordem, tragédias e culpas.

Inicia-se no país o primeiro “boom” industrial: nascem as siderúrgicas Terni, Edison e Montecatini, a Fiat, a Pirelli e a Breda. Toda a sociedade italiana está envolvida num processo de violenta transformação.

Os campos, derrotados, expõem milhares de famílias famintas e intolerantes. A emigração torna-se um rio tumultuoso desprovido de barreiras. É nesta noite escura, quando tudo parece perdido, que aparece, repentinamente, um sinal de esperança.

**Terceira  
Parte**

## Um bispo para um povo desprezado

**A** chegada de monsenhor Scalabrini introduz, na vida do país, elementos novos e estimulantes.

O Governo ainda ignora que está diante de um problema de proporções enormes, o maior problema social da jovem Itália. A igreja se encontra fechada em seus atrasos culturais e em suas proibições; ainda não se decidiu por intervir. As pessoas de boa vontade estão isoladas. Não têm um ponto de referência, não têm instrumentos para intervir.

A emigração avança com seu passo dolorido; não recebe ajuda nem proteção. Muitos emigrados ainda morrem, vítimas de uma ignóbil exploração e de um abandono intolerável.

O exemplo da Alemanha é esclarecedor. Também a grande Alemanha tinha, naqueles anos, uma forte emigração, mas seus cidadãos partiam em ordem. Sabiam aonde deveriam ir. Eram informados e guiados. Eram enviados apenas aos locais em que a terra era boa e onde os emigrantes eram protegidos, deixando aos demais (aos italianos, justamente...) os lugares mais difíceis.

A italiana era uma emigração à deriva, ao sabor das marés. Estava nas mãos dos outros. É nesse contexto que se insere a chegada de monsenhor Scalabrini, para que se compreenda toda a importância de sua intervenção.

## Servo de todos em nome do Evangelho

**M**onsenhor Scalabrini nasceu em 1839 em Fino Mornasco, Como, uma província de fronteira, mais exposta do que outras a confrontos econômicos e culturais com a vizinha Suíça e com a França.

Tinha nove anos quando houve em Milão as *Cinque Giornate*, 20 quando Garibaldi ocupara Como e havia tentado, inutilmente, levantar os camponeses contra os austríacos. Naqueles anos, também o clero participava da epopéia do *Risorgimento*. Os seminaristas de Como tinham-se apropriado de acampamentos militares, de onde conseguiram obter balas de fuzis; o bispo tinha colocado o ouro das igrejas à disposição dos combatentes. A sombra negra das divisões ainda não pairava sobre a península.

Scalabrini ordenou-se sacerdote aos 24 anos e fez suas primeiras experiências numa paróquia de Valtellina<sup>122</sup>, onde as pessoas estavam acostumadas, havia gerações, a emigrar para a Suíça. Em 1867, foi nomeado diretor do seminário.

Quando o cólera atingiu a região, dedicou-se a assistências dos doentes com generosidade digna de mérito. Em 1870, é o responsável pela paróquia de São Bartolomeu, a mais importante de Como. É ali que, pela primeira vez, trava contato com as duras condições do mundo do trabalho e pode ler as marcas da angústia no rosto dos famintos. Suas maiores atenções são destinadas aos jovens e aos operários. Se há doentes, vai a seu encontro todos os dias. Funda uma creche para os menores; junto com os jovens, constrói um oratório. Cria uma sociedade de ajuda mútua e uma associação de assistência aos trabalhadores. Permanece no local apenas por cinco anos, mas deixa marcas tão profundas que, depois de sessenta anos, ainda era lembrado pela população, que ergue um monumento em sua homenagem.

Em 1876, com apenas 36 anos, é nomeado bispo de Piacenza. Seu nome foi sugerido a Pio IX - entre os outros - por São Giovanni Bosco, o mesmo que sugeriu ao Papa os nomes de quase todos os bispos escolhidos, naqueles anos, no Piemonte e nas regiões próximas e até mesmo na América do Sul. O que realmente o levou às portas do episcopado foi uma série de conferências sobre o Concílio que aconteceram em Como. As conferências obtiveram enorme sucesso e foram recolhidas num volume. Scalabrini, aos olhos da santa Sé, era um padre convicto e culto, um verdadeiro filho da Igreja, fiel servo do Papa. Um padre, em suma, em quem se podia confiar. Era exatamente o que Pio IX, naqueles anos confusos, pedia aos novos bispos.

Piacenza era, então, uma cidade de dimensões modestas, mas com um passado histórico glorioso. Possuía cerca de 33.000 habitantes. A província, todavia, estendia-se das margens do Pó até o sopé da montanha e depois para além do vértice do Penice<sup>123</sup>, roçando o território de Gênova. A população total era de quase 250.000 pessoas.

Ser consagrado bispo foi, para monsenhor Scalabrini, uma espécie de investidura, como aquelas que eram feitas na Idade Média quando a um cava-

leiro era confiada uma tarefa difícil. Sentia-se colocado na fileira dos *capitães* da Igreja, ao lado dos Apóstolos fundadores, do mártir Santo Inácio, dos santos Ambrósio, Agostino, Carlo...

Instrumento de deus. Responsável por uma pequena diocese, mas por todas as dioceses do mundo. E isso em virtude de uma consagração fundada nos antigos textos sacros, tornada visível pelo mesmo óleo que na antiga Palestina era usado para os soberanos e os profetas. Scalabrini tinha um conceito altíssimo da função do bispo. Via-o sobretudo como um pastor, como um missionário. E para ele que, jovem padre, havia-se ajoelhado diante da mãe para lhe pedir que o deixasse partir como missionário para as Índias, era uma coisa que o exaltava.

Monsenhor Scalabrini deixou, a propósito, algumas declarações que merecem ser citadas porque explicam a participação profunda que sempre procurou ter em sua missão. Esta, por exemplo: *“O bispo é uma lei vivente. Vê-lo deve bastar para que se saiba como servir a Deus”*. E esta outra: *“O bispo tem a tarefa de manter a Igreja sempre jovem”*. E ainda esta, realmente estupenda: *“O bispo deve-se ajoelhar diante do mundo para implorar, como uma graça, a permissão de lhe fazer bem...”*. Quando vai a Roma para ser consagrado bispo, Pio IX doa-lhe uma pastoral na qual está impresso um mote latino que significa: *Exprime-se o poder pelo exercício de caridade*.

Voltando da capital, enquanto o trem atravessa os limites da diocese, ajoelha-se no pavimento de madeira e reza pelo povo. É escutado pela população com entusiasmo. As pessoas consideram-no *jovem e belo*, dotado de uma eloquência vigorosa, com uma expressão paterna no rosto. Na prima carta endereçada à população diz que se considera *“servo de todos em nome do Evangelho”*, mas que se sente *“enviado em primeiro lugar aos pobres e aos mais infelizes”*. E acrescenta: *“Também eu com eles sofrerei...”*. Monsenhor Scalabrini é muito unido a seu povo. Desde os primeiros dias, entra com frequência nos confessionários, como um padre qualquer. Procura os doentes, os pobres. Visita as escolas e as casernas. O povo entende que é amado pelo próprio pastor.

É um bispo profundamente convicto, que fez o voto de se levantar todas as manhãs às seis horas (mas, com frequência, levanta-se às cinco) e a primeira coisa que faz é escancarar as janelas e traçar um sinal de bênção sobre a cidade, porque ama seu povo como uma mãe ama seus filhos.

Um bispo que tem sempre à disposição a lista dos pobres, aos quais faz chegar cada mês o testemunho de sua solidariedade. A lista compreende 300 nomes, entre os quais há famílias operárias, nobres decaídos, doentes às voltas com curas tratamentos caros e padres das montanhas que, sem sua intervenção, morreriam de fome.

Um bispo que faz da reza sua nutrição diária, que é surpreendido *milhares de vezes* (o esclarecimento é de seu empregado) ajoelhado no chão, diante do Santíssimo Sacramento, e que até de noite, enquanto a cidade dorme, ajoelha-se no chão e reza por muito tempo.

Um bispo que faz penitência porque as dores que encontra (aquelas causadas pelos acontecimentos e pelas pessoas) não lhe bastam e procura outras,

recorrendo ao cilício e ao flagelo, porque quer se manter humilde, paciente e casto, próximo ao Cristo crucificado, às pessoas crucificadas. Vária vezes o empregado encontra, entre as roupas, a camisa manchada de sangue.

Um bispo que participa pessoalmente dos grandes debates culturais e sociais de seu tempo, porque se sente responsável pelos homens e mulheres que vivem em sua época, envolvido com suas dificuldades, dores e esperanças. E quando lhe é possível, estende-lhes a mão e caminha com eles.

Um bispo que faz da fidelidade ao Papa um ponto indestrutível, que diz abertamente que teria sempre feito tudo o que o Papa lhe pedisse, “*até caminhar de cabeça para baixo*”, mas que não renuncia ao dever de dizer a verdade ao Papa, de rogar-lhe com insistência, até de adverti-lo quando está em jogo a salvação das almas, com a coragem de antigos bispos dos quais restou a memória. Por isso os papas gostavam dele. Sabiam que era sincero e fiel. Podiam contar com ele em qualquer circunstância.

Um bispo que prova uma grande alegria quando está no meio do povo humilde e pobre, porque entende sua riqueza interior. Descobre nos humildes uma sabedoria profunda, um espírito de solidariedade, um conhecimento do divino que raramente encontra nas classes abastadas. E o povo está perto dele com grande paixão. Um funcionário assinala ao prefeito que Scalabrini “*tem uma influência tão grande sobre o povo que lhe são feitas honras que não seriam destinadas a um rei...*”.

Um bispo, enfim, que tem um grande amigo, em testemunho de sua capacidade de dar e de receber amor. O amigo é um bispo como ele, animado pela mesma paixão pelas almas, pelo mesmo amor pungente pela Itália. Chama-se monsenhor Geremia Bonomelli. Dirige a diocese de Cremona. Como Scalabrini, Bonomelli ama os emigrados e fará por eles grandes coisas. Será encontrado muitas vezes em nossa história.

---

122 - Valtellina: vale do Rio Adda que se estende da nascente até sua foz no lago de Como. Os principais centros da região são as cidades de Sondrio, Morbegno, Brusio, Bormio e Tirano (N.T.)

123 - Penice: garganta dos Apeninos, entre a Lombardia e a Emilia Romagna (N.T.)

## Uma comunidade instruída, reconciliada e sem fronteiras

**M**onsenhor Scalabrini está convencido de que, para agir com sabedoria, é necessário conhecer a fundo a diocese. Decide, portanto, dedicar-se em primeiro lugar à vida pastoral, alcançado, uma por uma, a paróquias, percorrendo vales inóspitos para ver seus padres trabalhando, conhecer seus concidadãos e montanheses. Uma tarefa duríssima, que exigiu três duríssimos anos. Para medir o esforço feito, é necessário recordar-se que a diocese de Piacenza compreendia, então, 365 paróquias; destas, mais de 200 eram alcançadas apenas a cavalo ou mula, através de caminhos de origem romana ou medieval, quase inacessíveis no inverno. Isso significava, por dia, muitas horas de difíceis cavalgadas.

A visita permite que ele “fotografe” de modo preciso as condições espirituais e sociais da população, descobrindo suas qualidades e carências, de modo a direcionar sua ação pastoral. É ali que percebe como a pobreza e a ignorância estão difusas. É ali que fica sabendo da existência de ao menos 200 surdos-mudos em sua diocese. É ali, ainda, nas montanhas, que descobre, com surpresa, que mais de 28.000 pessoas deixaram aquelas terras difíceis para procurar uma ocupação em vários países da Europa ou na América.

O bispo decide que é chegado o momento de intervir. É um homem concreto, nascido para o comando. Há nele algo do empreendedor *lombardo*, iluminado e eficaz. Suas intervenções não se limitam quase nunca à pequena dimensão local; atingem freqüentemente uma dimensão nacional e até internacional. Graças a seu bispo, Piacenza torna-se - por cerca de 30 anos - o centro animador de muitas iniciativas, tanto no campo religioso quanto no civil.

A primeira intervenção é dedicada ao problema da instrução religiosa: é uma intervenção exemplar. Scalabrini chegara a sua diocese havia dois meses e já dá ao impulso às primeiras iniciativas. O bispo quer católicos instruídos; o instrumento mais eficaz - essa é sua convicção - é uma escola de catecismo à altura dos tempos. Os olhos estão voltados, naturalmente, para os jovens, mas Scalabrini pensa também nos adultos, no mundo operário; pensa numa verdadeira escola capaz de se adaptar ao grau de maturidade das pessoas e a suas exigências. Um catecismo aberto, que habitue o cristão desde a juventude a ser o fermento da sociedade, empenhado em construir junto com os outros uma comunidade de pessoas livres e responsáveis, uma comunidade finalmente reconciliada e sem fronteiras.

Em um ano, monsenhor Scalabrini já desenvolveu um trabalho tão importante na diocese e na península que Pio IX o cumprimenta publicamente como o *Apóstolo do Catecismo* e lhe dá de presente uma cruz peitoral. Também Leão XIII, alguns anos mais tarde, reconhecendo a importância da iniciativa lançada por Scalabrini, chamará Piacenza de *Cidade do Catecismo*.

Em 1889, Scalabrini organiza em Piacenza o primeiro Congresso Catequético Italiano, o primeiro do gênero na história da igreja. Não obterá todos os frutos esperados, por causa, sobretudo, dos contrastes que então dividiam os católicos, mas lançará sementes fecundas que germinarão lentamente na dor e darão seus frutos mais tarde.

Se Pio X, em 1905, pode fazer a reforma do catecismo, deve isso em boa parte a Scalabrini, que ofereceu ao santo Pontífice um patrimônio de experiências e de propostas pastorais que servirão para toda a Igreja.

## A difícil prova das urnas eleitorais

A participação dos católicos nas eleições políticas era um daqueles problemas que acendiam grandes paixões, tanto no campo eclesiástico quanto no civil. O problema aparecera de forma ainda mais grave em 1882, quando o número de eleitores tinha saltado de 600.000 a 2.300.000.

Questionados por Leão X, monsenhor Scalabrini e seu grande amigo, monsenhor Bonomelli, tinham claramente expressado sua opinião a propósito: “*Não se pode continuar a negar o exercício dos direitos políticos a um povo, tanto que muitas pessoas exercem esse direito de qualquer maneira, porque se consideram justificadas por suas consciências.*” Scalabrini tinha rogado ao Pontífice que aproveitasse a ocasião histórica para “*fazer logo aquilo que mais cedo ou mais tarde deverá ser feito..., tranquilizando assim a consciência de tantos pobres artesãos, camponeses, empregados que se verão, digamos assim, obrigados a transgredir a proibição da Santa Sé.*”. Conclui afirmando: “*Muitos bispos têm a mesma opinião sobre o assunto, mas, infelizmente, não ousam falar por medo de vos desagradar.*”.

Ao mesmo tempo, o bispo de Piacenza entra em contato com o cardeal penitenciário (que então presidia o primeiro Tribunal da Igreja e tinha jurisdição sobre os casos de consciência) e apresenta-lhe a hipótese de um colégio eleitoral em que haja um candidato notoriamente católico e os outros sejam hostis à Igreja. Pergunta se, neste caso, seria permitido que os católicos participassem das eleições para fazer prevalecer o candidato católico. A resposta, dada oralmente, é a seguinte: deixar os católicos livres e intervir depois, para obter da Santa Sé, para o novo eleito, a permissão para que se sente ao Parlamento.

Essa resposta, dada oralmente para não deixar traços, ressalta as contradições e dúvidas em meio às quais se moviam as autoridades do Vaticano, que, por um lado, queriam impor aos católicos que não participassem da vida política do país e, por outro, percebiam que isso causava estragos na relação entre a Igreja e a comunidade dos fiéis.

A dificuldade para os católicos (principalmente para os bispos) era maior à medida que Leão XIII, apesar de tudo, não renunciava a seu ponto de vista, fundado numa oposição de fato ao Estado italiano. Scalabrini, todavia, não renuncia a seus esforços para tirar a igreja italiana de uma situação extremamente perigosa, e sua oportunidade chega em 1885, quando Leão XIII confia a ele uma tarefa particularmente delicada: preparar em tempo brevíssimo um opúsculo destinado a re-frear os excessos de certos grupos católicos (não apenas italianos), intransigentes a ponto de atacar até o Papa, que acusam de ser “*demasiado conciliador com o mundo moderno*” e, portanto, de não atender aos interesses da Igreja.

O opúsculo denomina-se *Intransigentes e transigentes*. É anônimo. O esquema é do próprio Pontífice: Scalabrini apenas estendeu a parte final e *coloriu e alumiou* melhor o pensamento do Papa. Antes de ser impresso, o texto é lido e relido por Leão XIII e aprovado em todas as suas partes. E isso também é digno de nota porque revela que o Pontífice, naquele período, ainda acredita num acordo com o estado italiano. Somente mais tarde estará fechado numa trágica intransigência.

O sentido do opúsculo pode ser assim resumido: não é possível estar do lado da Igreja e atacar o Pontífice quando, mantendo salvos os princípios, ele procura, na prática, as vias da conciliação com os Estados modernos. Não é possível classificar o Pontífice como *intransigente* porque ele não o é, nem em teoria nem de fato.

Na verdade, os intransigentes estão fechados na defesa do passado. Não aceitam o novo mundo saído da revolução e, dessa forma, colocam-se fora da história. Os transigentes, ao contrário, aceitam a *realidade* as coisas e se inserem num mundo em movimento. Fazem-no, porém, com o Papa, respeitando em cada movimento suas indicações, até quando - para segui-las - é necessário sacrificar as próprias opiniões.

Também os transigentes amam a liberdade da Igreja, mas não a identificam com a liberdade política do Papa. Não exigem que a Igreja tenha um estado e que o Papa seja um rei. “*Queremos um Papa potente, moralmente grande, soberanamente livre. Mas deixamos que seja ele próprio juiz da quantidade de liberdade que lhe é necessária para o governo da Igreja universal.*”

A parte final do documento é particularmente significativa: “*Vocês nos ofenderam - escreve o bispo de Piacenza*”, - *naquilo que temos de mais caro: nossa fé e nossa honra. Vocês nos acusaram de ser católicos liberais, de ser traidores, apenas porque tratamos de defender nossa pátria, de lhe dar algum remédio, de derramar sobre suas chagas, como o bom samaritano, óleo e vinho ao invés de vinagre e fel...*” .

O opúsculo provoca um grande clamor, tanto na Itália quanto no exterior. Ninguém imagina que o texto, na sua parte essencial, tenha saído das mãos do Pontífice. A maioria crê que o autor seja monsenhor Scalabrini ou monsenhor Bonomelli, os dois bispos mais conhecidos por suas posições abertas. De fato, os intransigentes enfurecem-se com grande maldade contra os dois preladados, acusando-os até mesmo de terem se posicionado contra o Papa.

A esta altura é mister dizer a verdade seja para esclarecer as idéias de Leão XIII sobre os problemas que dividem os católicos italianos, seja para defender o bispo de Piacenza, ofendido publicamente. Mas o Pontífice não quer sair das sombras e pede a Scalabrini que mantenha o segredo, porque assim exige o interesse da Igreja. Era o estilo de governo de Leão XIII. Quando queria conhecer a reação do público, pegava um bispo e encarregava-o de se expor em primeira pessoa, enquanto ele ficava nos bastidores. Se as reações eram negativas, em vez de acobertá-lo com sua autoridade, abandonava-o nas mãos dos adversários, compensando-o apenas com um agradecimento privado através de uma carta de reconhecimento ou de um prêmio.

Scalabrini, sempre fidelíssimo, carrega em silêncio sua cruz, em meio a muito sofrimento. Para curar a ferida, Leão XIII manda-lhe uma carta de aprovação. Comunica-lhe também sua intenção de fazer dele um cardeal. Scalabrini, porém, recusa porque, afirma, “*repugna-me uma honra concedida a minha pessoa quando minhas idéias são condenadas*” .

## O erro de Leão XIII

**E**m 1886, Depretis, líder indiscutível da esquerda, tenta obter a participação dos católicos nas eleições políticas. A meta é difícil. Para levar a cabo a operação deve encontrar, no campo eclesial, o homem certo capaz de superar a oposição dos intransigentes.

Depretis dirige-se a Minghetti (que já fora secretário de Cavour e chefe do Governo) e Minghetti dirige-se a Scalabrini. O bispo de Piacenza foi-lhe descrito como “*um espírito elevado e culto, muito liberal*”, que, além disso, tinha uma grande influência sobre Leão XIII.

Scalabrini conta que já se tinha entendido com o Papa a respeito da participação nas eleições, não no sentido de elaborar um programa de candidatos católicos, mas no sentido de oferecer apoio aos *homens honestos e amantes da ordem*. Pede apenas que o governo “*pare de perturbar a Igreja e não lhe cause aqueles pequenos aborrecimentos que são indignos de um governo forte e sério*”.

As eleições representam para os católicos uma difícil prova. Há uma nota do prefeito de Piacenza que destaca um fato importante: a situação local é, no conjunto, tranquila. “*O trabalho mais sólido (e este é um reconhecimento dado ao bispo) é aquele que se está fazendo com a educação do sentimento religioso, largamente difundido na cidade e no campo. É com as ‘obras’ que se conquistam as consciências... Além disso, é grande o número dos que seguem as diretrizes eclesiais, ainda que em Piacenza elas sejam menos rígidas do que em outros lugares, em virtude dos sentimentos abertos do bispo.*”

Mais uma vez o Governo, preocupado com o avanço dos socialistas (considerados perigosos, porque anarquizantes) procura apoio entre os católicos. Há em vista o projeto de criação de um movimento conservador de caráter nacional, que compreenda moderados e católicos, para conter a onda socialista que se aproxima. Um projeto perigoso, porque colocaria os católicos entre os conservadores, empenhados na defesa da sociedade burguesa, em contraposição aos socialistas que procuram, ainda que de modo um tanto confuso, uma sociedade mais justa e aberta a todos.

Em Piacenza verifica-se a hipótese que o bispo havia levantado. O partido radical propõe candidatos notoriamente hostis à Igreja; os católicos estão preocupados e se perguntam se não seria preferível intervir para apoiar candidatos dignos de confiança. Scalabrini não faz nenhuma intervenção pública. Aliás, nem mesmo se encontra na cidade, estando ocupado em suas visitas pastorais.

Ao vigário geral que o substitui deixa suas indicações. A diretriz de não participar das votações é sempre válida. Se alguém pergunta se é lícito votar para apoiar um candidato que seja seguramente oposto a outros evidentemente perigosos, é livre para agir segundo sua própria consciência.

Enquanto isso, alguns expoentes católicos de Piacenza vão à luta e difundem uma circular na qual declaram que, com base nas indicações fornecidas pelo bispo de Roma, os católicos podem ir tranquilamente votar. É uma violação evidente, porque a indicação fornecida por Scalabrini era privada, válida para os casos particulares, não uma diretriz pública. O fato é que alguns entram em crise (entre estes o próprio vigário geral) e alguns se aproveitam da situação. Até porque nas eleições

vencem os candidatos apoiados pelos católicos e a culpa é atribuída ao bispo.

Scalabrini é acusado abertamente. A acusação chega a Roma e se transforma em denúncia grave. Ocupa-se do caso até o Santo Ofício. Leão XIII naturalmente está ao corrente, mas deixa que a prática siga seu curso. A acusação é de desobediência às diretrizes do Pontífice. Para o bispo é uma experiência muito amarga. Envia a Roma uma documentação detalhada para explicar como as coisas de fato aconteceram, mas não consegue convencer o Santo Ofício. Escreve diretamente ao Papa, mas as respostas são evasivas. Gostaria de se defender publicamente, mas ordenam-lhe que não o faça. Ao mesmo tempo, um conhecido intransigente *piacentino*<sup>124</sup> recebe de Roma uma condecoração e o fato é interpretado como uma punhalada pública no bispo.

Scalabrini deve sofrer e calar. O caso adquire uma dimensão nacional. É a ocasião de que o Vaticano precisava para tornar ainda mais rígida a diretriz dada aos católicos por ocasião de eleições políticas: não mais o non expedit, como se dizia então (ou seja, não é oportuno), mas o *non licet* (ou seja, não se deve votar).

Alguns meses terão de se passar antes que as águas se acalmem. Ao final, até Leão XIII convence-se das boas razões de seu bispo e para confortá-lo manda-lhe... um livro de poesias. O Pontífice está convencido de ter restituído a ordem entre os católicos, confirmando de modo preciso que eles não deviam participar da vida política do país porque “*este é o interesse da Igreja*” De sua parte, Scalabrini, ainda que respeitando severamente a diretriz, está convencido de que se trata de um grave erro (a história valorizará irá confirmar sua avaliação) porque isola os católicos e afasta os fiéis da Igreja.

Sua convicção é tão profunda e seu sofrimento, tão dilacerante que não perderá a ocasião de fazer com que o Pontífice se conscientize dos perigos que deverá enfrentar. Fala sobre isso com seu amigo Bonomelli e diz, entre outras coisas: “*Escrevi muitas vezes e sempre mais forte e alto, e talvez alto demais. Disse-lhe até que logo deverá estar diante de Deus, ao qual deverá prestar contas do exército de almas que se vai perdendo e das dores inefáveis causadas aos bispos que já não têm mais liberdade de expressão e de ação...*”; “*Eu sigo minha estrada, profundamente convencido de que os bispos fiéis e obsequiosos já não são mais aqueles que, por equivocado respeito, fomentam certos enganos e talvez se valham disso, mas aqueles (e são poucos, pobres tolos) que sacrificam sua paz, seu futuro e tudo para que o Santo Padre perceba o engano e assim esteja livre a Igreja das desastrosas conseqüências dos erros...*”.

Esta página da história italiana ajuda a entender como estava perturbada a situação da Península, dividida por contrastes reais e aparentes, e como era difícil para um bispo (mesmo para um bispo do calibre de Scalabrini) levar adiante seu trabalho.

O bispo de Piacenza, quando enfrentar o problema da emigração, junto a muito entusiasmo e muita solidariedade, encontrará no meio católico também muitas reservas e obstáculos apenas porque era definido como *liberal*, amigo da Itália. Naqueles anos, para muitos, se alguém amasse o Papa deveria colocar-se sem hesitação contra a Itália; e se amasse a Itália era classificado inexoravelmente como perigoso e deveria, portanto, ser combatido com grandes penitências.

E, no entanto, Scalabrini não desiste, porque vê o erro cometido pelo Pontífice e por que ajudar a Igreja faz parte de seus deveres de bispo.

---

124 - *piacentino*: natural da cidade ou da província de Piacenza (NT)

## Educar o país para a paz

**E**m 1887 Scalabrini dedica a carta pastoral da Quaresma ao tema *Católicos de nome e católicos de fato*. A idéia do bispo é que os não cristãos não são apenas aqueles que não aceitam o Evangelho, mas também aqueles que se reportam ao Papa contra os bispos e ofendem a primeira lei do cristianismo, ou seja, a caridade.

A carta, da qual são feitas três edições, enfrenta um tema de grande atualidade e recebe muitos consensos, também no exterior. Traz à baila, porém, muitos contrastes, não apenas porque denuncia os maus hábitos e certos ambientes intransigentes, mas também porque documenta (com o consentimento do Pontífice) uma troca de cartas entre Leão XIII e monsenhor Bonomelli sobre o problema da pacificação entre a Igreja e o Estado italiano. É, portanto, um documento histórico, já que revela qual era o pensamento do Papa sobre o tema da conciliação no ano de 1887, ou seja, antes que as duas partes fechassem bruscamente as portas.

São dias tristes para a Itália. Chega da África a notícia que 500 soldados foram massacrados em Dogali; de Piacenza partem apressados grupos de soldados. As cerimônias fúnebres que acontecem na Península reúnem, como raramente acontece, os homens da Igreja com os representantes das autoridades civis. Este encontro constitui, para muitos um motivo de esperança.

Em 8 de fevereiro cai o governo Depetris. Sucede-lhe Crispi, o homem dos momentos difíceis. O novo Governo confirma que a orientação política da Itália permanece inalterada., o que significa adesão à Tríplice Aliança (a aliança defensiva estipulada em seu tempo com a Alemanha e com a Áustria) e, conseqüentemente, o distanciamento da França.

Também a santa Sé estabelece novas relações diplomáticas com a Alemanha, afastando-se de alguma forma da França. E, dado que é justamente a França que se apóiam os intransigentes italianos quando reclamam a devolução dos territórios pontífices, eis que as águas começam a se agitar. As posições das partes opostas a esse respeito são as seguintes: Leão XIII, como de costume, executa pesquisas servindo-se de pessoas respeitáveis e dá assim a impressão de estar aberto a acordos e discussões; na verdade, sua exigência mínima é a restituição de Roma. Crispi não esconde que seu sonho é chegar a uma conciliação com a Igreja, mas, de fato, exige do Pontífice a renúncia a qualquer reivindicação territorial.

Apesar de tudo, monsenhor Bonomelli está convencido de que haja condições para que se estabeleça um diálogo. Acredita também que, para superar hesitações e desconfianças, seja necessário um intervalo clamoroso, capaz de sacudir um país em perigo. E é justamente para favorecer um acordo que ele decide (depois de muitas hesitações, ignorando as recomendações de Scalabrini, que o aconselhava a esperar tempos melhores...) dar à luz um documento em que pensava havia muito tempo. Trata-se de um opúsculo que sai no início de 1889. É anônimo. Intitula-se: *Roma e a Itália e a realidade das coisas*.

A tese que o bispo de Cremona desenvolve é que o dissídio que divide o país causa danos gravíssimos tanto à Igreja quanto à Itália. A Igreja deve aceitar a *realidade das coisas*, convencendo-se de que não é mais possível voltar atrás. Cabe à Igreja a honra de dar o primeiro passo, reconhecendo o Estado italiano, renunciando espontaneamente a seus direitos e pedindo apenas aquele território que é indispensável para que o Pontífice exercite as suas funções de chefe universal da Igreja.

É como a explosão de uma bomba. Todos lêem, comentam, reagem. Todos se perguntam quem é o autor e todos pensam que um documento como aquele apenas poderia ter sido escrito por alguém muito próximo ao Papa e que seguramente tinha sua aprovação. Levantam-se os nomes de Scalabrini e de Bonomelli. Na verdade, o bispo de Piacenza ignora que tenha sido seu amigo a acender o pavio, porque Bonomelli, para o êxito de sua iniciativa, contava muito com o efeito surpresa e não tinha falado sobre isso nem mesmo com seu mais caro amigo. As reações vindas de Roma são violentíssimas. Procura-se o culpado, prepara-se a condenação. Leão XIII protesta publicamente, acusando o autor (de quem ainda não conhece o nome) de *arrogância e insubordinação*.

Scalabrini, que agora conhece o segredo, procura salvar o amigo e insiste para que permaneça à sombra, à espera que a tempestade passe. Mas a denúncia pública feita pelo Papa põe em crise o bispo de Cremona; sua preocupação é não perder a confiança de seu clero. No dia de Páscoa, na catedral enfeitada para a festa, com a presença de seu povo surpreso e comovido, o bispo revela ser o autor do opúsculo. Acrescenta que o escreveu unicamente por amar muito a Igreja e seu país. Conclui com um ato de submissão plena e sincera ao Sumo Pontífice.

A reação ao ato de coragem do bispo é de grande admiração, quase de entusiasmo. O eco chega muito longe. As lembranças ainda hoje estão vivas, porque gestos como esse são raros e entram para a história. Uma cópia da declaração de monsenhor Bonomelli na catedral de Cremona é enviada imediatamente a monsenhor Scalabrini para que a transmita pessoalmente ao Papa. Scalabrini envia um telegrama a Leão XIII, que responde com um telegrama de aceitação.

Tudo parece acabado, mas não está. Bonomelli sente-se livre de um grande peso. Chegam-lhe declarações de adesão de toda a Península, mas, ao mesmo tempo, chegam-lhe os primeiros ataques. Leão XIII intervém novamente, através do bispo de Piacenza. Louva o belo exemplo de virtude dado por Bonomelli, mas condena-lhe, sem atenuantes, o erro.

São, porém, sobretudo os cardeais da Cúria que estão irritadíssimos, os mesmos que criam ao redor do Papa aquele clima de intransigência intratável do qual até para o Papa é difícil liberar-se. O que irrita os prelados mais do que qualquer outra coisa é o fato de que o gesto do bispo de Cremona obtive a aprovação de muitos, colocando à mostra a necessidade de paz do mundo católico. Os eminentíssimos cardeais pedem a monsenhor Bonomelli uma retratação ainda mais explícita. *“Para reparar - explicam - o escândalo e o dano causado aos fiéis”*. Também Scalabrini está na mira desses homens

porque é favorável à pacificação entre a Igreja e a Itália. A tese que prevalece nas altas instâncias do Vaticano é a de que todo o Estado pontifício deveria ser reivindicado sem nenhuma concessão até que a Providência (!) não tivesse manifestado desejo contrário.

Cabe mais uma vez a monsenhor Scalabrini comunicar ao amigo as exigências da Roma eclesiástica. Mas a esta altura Bonomelli reage. Fizera o que tinha de ser feito e agora queria que o deixassem em paz. Não havia realmente nenhum motivo para dar a seu gesto uma coloração política. Escreve ao amigo: *“Um bispo que se respeite jamais cometerá esses atos por razões políticas. Amo Deus, a Igreja e a Pátria. Lamento os perigos da Fé. Não procuro honrarias: se as tivesse procurado, ter-me-ia dirigido àqueles que as concedem... O Governo me ofereceu condecorações; agradei, mas não as aceitei, e isso aconteceu há anos. Basta...”*.

Bonomelli não estava abatido: estava bravo. Esperava, com seu gesto, colocar em movimento a máquina da paz e agora via os inimigos da paz levantando a voz e tornado sua intransigência ainda mais dura. Roma não mais bastava. Agora reclamavam a restituição integral dos bens da Igreja, e, para obtê-los, apelavam aos católicos de todo o mundo.

*Deus meu!* - escreve Bonomelli a Scalabrini - *Pode-se delirar a esse ponto? Querer o impossível! Apelar aos católicos estrangeiros para reconstruir o poder temporal!... É uma coisa que tortura a alma! As almas se precipitam na descrença e se perdem, aos milhares, sem que se dê atenção ao fato! O poder temporal é tudo, as almas não são nada. Temo que, da mesma forma como, com Leão X, houve a abjuração da Alemanha, agora, com Leão XIII haverá a separação da Itália oficial! Meu coração está apertado; almejo uma cela no deserto para não ver tantos males. Apenas Deus poderá nos salvar...*

Era este o tormento dos dois bispos amigos. Não tinham a mesma visão em relação à estratégia a ser adotada para chegar à conciliação entre a Igreja e a Itália, mas a paixão era idêntica e idêntica era a preocupação pastoral que estava na base de suas iniciativas. Bonomelli teria preferido levar o problema ao povo para obter os conselhos da *base*. Scalabrini, mais concreto e cauteloso, estava convencido de que uma longa temporada seria necessária para reduzir, em ambas as partes, os medos e as desconfianças e para *educar para a paz* os protagonistas do *funesto dissídio*. Estava convencido de que, mais do que as palavras, valiam os fatos e que a melhor arma é sempre a caridade.

Alguna coisa tinha penetrado em seu ânimo. Algo que fazia pensar numa estrada preparada pela Providência para ajudar a Igreja e a Itália a sair de suas dificuldades. É essa a estrada para a qual se encaminha o bispo de Piacenza, com imensa coragem.

## Um chamado: cuidar da salvação dos emigrados

Não sabemos quando, exatamente, Scalabrini maturou a decisão de cuidar da salvação dos emigrados. Talvez tenha sido a descoberta de muitas casas vazias durante as visitas pastorais; talvez tenham sido as cartas pungentes que recebia de seus antigos paroquianos pedindo um padre porque, diziam, “... *aqui se vive e se morre como bestas*”. Ou então, como escreverá ele mesmo num seu opúsculo que se tornou famoso, foi a visão de algumas centenas de imigrantes, infelizes e abandonados, amontoados na estação de Milão, a esperar o trem que os levaria a Gênova.

É certo que teve uma espécie de fulguração. Toniolo<sup>125</sup>, homem de ponta do movimento social católico, vê naquela decisão, tomada quase repentinamente num ano (1887) de tantas tensões e expectativas, um significado extraordinário. Porque a corrente emigratória não é ainda um grande rio tumultuoso: sê-lo-á em poucos anos. Por isso, Toniolo escreve: “... *Quando confronto aqueles primeiros passos que o arrojado bispo estava prestes a dar com os acontecimentos que depois acompanharam a expansão da emigração italiana, fico inclinado a exclamar: aquele homem intuiu os fatos que iriam acontecer. E isso é próprio das mentes superiores e dos grandes corações. Ou, até mais, daqueles que o Senhor chama para que sejam instrumentos de seus profundos e misericordiosos projetos providenciais no mundo...*”.

Monsenhor Scalabrini, portanto sente-se chamado. A emigração está próxima, ao redor. Também ele teve dois irmãos que partiram para as Américas; um deles morreu no mar durante uma tempestade, e isso ajuda o bispo a entender que a emigração irremediavelmente entrou em tantas famílias.

Na suas visitas a dioceses encontrara lugares que haviam perdido metade da população e outros onde todos os homens acima de dez anos emigravam periodicamente em busca de trabalho. Sabia de muitos proprietários de pequenos lotes de terra que eram obrigados a partir porque não conseguiam pagar as taxas. Conhecia lugares onde os pais confiavam (vendia?) seus filhos a estranhos que os levavam ao exterior e muitas vezes os abandonavam. Encontrara muitas vezes os lenhadores que percorriam o Norte da Itália em busca de trabalho. Conhecia mulheres e crianças que toda a primavera iam trabalhar nas plantações de arroz. Vira inclusive aqueles que partiam com um macaco e um realejo ou um pouco de mercadorias para vender pela estrada, infelizes e miseráveis.

Piacenza tornara-se uma terra de passagem. Não chegavam apenas os trens que partiam do Vêneto, da Romagna, do Piemonte e da Lombardia oriental, mas também homens e mulheres que procuravam chegar a Gênova a pé e, se não encontravam lugar no navio, voltavam, sempre a pé para Mântova, Ferrara e até para a distante Friuli.

Isso torturava o bispo. A Itália possuía já centenas de milhares de

emigrados e nada tinha feito por eles. Não havia uma lei, não havia uma só instituição capaz de intervir. Monsenhor Scalabrini sente-se chamado. Há um padre de Como, um certo Zaboglio, que tem a família nos Estados Unidos, que lhe pede que aja. Existem até alguns bispos americanos que solicitam sua intervenção.

Para a defesa dos emigrados não havia mesmo nada. No Parlamento tinham sido apresentados vários projetos de lei, mas nenhum tinha sido aceito. Até Depretis, que era o grande chefe da tribo parlamentar, tentara, em 1882, em 1886 e em 1887 levar adiante seus projetos, mas todas as vezes tinha tido de se render. No Parlamento italiano não existia uma maioria *limpa* disposta a cuidar dos emigrados. Quanto ao Governo, às vezes parecia ser contra. Procurava adormecer a opinião pública, afirmando que a emigração era um problema pequeno e transitório. Quando decide intervir, as conseqüências são desastrosas: o decreto Lanza fizera nascer a emigração clandestina; a taxa sobre o passaporte tornara a partida mais cara.

Todo o país estava atrasado: a classe dirigente, os partidos, os particulares, a Igreja. Em 1885 a Sociedade Geográfica Italiana, que abrigava numerosos expoentes do laicado católico, decidira mandar ao exterior uma pessoa qualificada para fazer uma pesquisa. Mas nada tinha sido feito.

Também a *Opera dei Congressi* (a associação que reunia as atividades dos católicos no campo social) tinha sido chamada para se ocupar do problema. Tinha pensado numa associação para a proteção dos emigrados no exterior, mas era somente um projeto. A *Opera dei Congressi* ocupava-se muito mais com os escravos negros que se encontravam na África do que com os emigrantes que tinha em casa.

Mesmo os melhores bispos não sabiam o que fazer. Monsenhor Sarto (futuro Pio X), então bispo de Mântova, escrevera uma carta pastoral sobre a emigração; mas não havia encontrado muito o que dizer aos que partiam: apenas imagens sacras, o livro do catecismo e conforto religioso. Também Dom Giovanni Bosco tinha sido encorajado a se ocupar dos emigrados, mas o fundador dos Salesianos tinha assumido muitos compromissos e teve de renunciar.

Nem mesmo a Igreja oficial conseguia encontrar soluções eficazes. Em 1884 pedira aos arcebispos de Nápoles, Gênova e Palermo que cuidassem dos emigrantes nos portos de embarque. Tinha sido nomeada uma comissão, composta de eclesiásticos e leigos, com a tarefa de dissuadir os que partiam e eventualmente assisti-los espiritualmente e materialmente; mas tudo tinha parado ali. Palavras, portanto. Tantas palavras. E projetos, comissões de estudo. Tentativas inconcludentes.

É neste contexto que se insere a chegada de Scalabrini. O contraste entre os fatos inúteis levados adiante no país e a intervenção do bispo de Piacenza não pode não suscitar admiração. Porque isto é o mais significativo. Também o Papa está preocupado, também ele pensa em mandar

Scalabrini às Américas para verificar o problema no próprio local. Ma Scalabrini vai além: já conhece as dimensões dramáticas do problema; já sabe o que deve ser feito. Em torno do bispo há somente palavras e projetos, mas ele já tomou suas decisões.

É o ano de 1887. Scalabrini move-se, como sempre, num ritmo alucinante. É impressionante até hoje ler, seguindo o calendário, os curtos prazos em que o bispo consegue suas realizações. Sigamo-lo:

– Em 11 de janeiro, Scalabrini envia a Roma uma carta em que formula as primeiras propostas para uma assistência eficaz aos emigrados.

– Em 3 de fevereiro, chega a resposta: a Santa Sé aceita as propostas e convida o bispo a desenvolver um projeto.

– Em 16 de fevereiro, monsenhor Scalabrini envia o projeto. Ao mesmo tempo, escreve um opúsculo com o título *A Emigração Italiana na América*, que desperta no país emoções e interesse.

– Em 26 de junho, Leão XIII dá sua aprovação às propostas do bispo de Piacenza.

– Em 9 de julho, Scalabrini institui em Piacenza uma associação laica para a proteção dos emigrados à qual dá o nome de San Raffaele.

– Em 9 de novembro, apronta o projeto para a criação de um instituto de missionários encarregados da assistência aos emigrados.

– Em 15 de novembro, o Papa aprova o projeto com um documento oficial.

– Em 28 de novembro, monsenhor Scalabrini acolhe em seu instituto os dois primeiros missionários.

– Em 2 de julho de 1888 (passaram-se apenas 18 meses desde a grande decisão), os primeiros sete missionários e três colaboradores laicos partem para os Estados Unidos e para o Brasil. Tem início a extraordinária epopéia de Scalabrini.

---

125 - Giuseppe Toniolo: (Treviso, 1845 - Pisa, 1918): sociólogo e economista, foi o organizador do partido *Democrazia Cristiana* e o presidente, por vários anos, da associação católica *Unione Popolare* (N.T)

## O apelo à nação

“**E**m Milão, já há muitos anos, fui espectador de uma cena que me deixou no ânimo uma impressão de profunda tristeza.

*De passagem pela estação, vi a vasta sala, os pórticos laterais e a praça adjacente invadidos por algumas centenas de indivíduos vestidos de maneira muito pobre, divididos em grupos diversos. Em seus rostos queimados de sol, marcados pelas rugas precoces, comuns a quem passa por privações, transparecia o tumulto dos afetos que agitavam naquele momento seu coração. Eram velhos curvados pela idade e pelo cansaço, homens na flor da idade, mulheres que traziam atrás de si ou levavam no colo seus filhos, meninos e rapazolas todos unidos por um só pensamento, todos destinados a uma meta comum. Eram emigrantes...”*

É com essas palavras que monsenhor Scalabrini inicia seu primeiro opúsculo sobre a *Emigração italiana na América*, difundido na primavera de 1887 com a intenção precisa de mobilizar a opinião pública sobre o dramático problema. *Eram emigrantes...*

Logo um raio de luz ilumina aqueles homens perdidos entre as plataformas da estação. *Ei-los - diz o bispo - são eles os verdadeiros protagonistas do drama. Não os agricultores da Sicília. Não os armadores de Gênova. Não os industriais do Norte, cada vez mais invasivos. Não é possível começar pelas campanhas que se esvaziam ou pela busca de conquistas econômicas. Para compreender o problema em toda sua dramaticidade, para aplicar intervenções apropriadas, é necessário ter como ponto de partida aqueles que emigram.*

É como uma bater de asas: logo o debate adquire dignidade e peso, conseguindo superar um desfiladeiro de interesses, ideologias e egoísmos. A centralidade do homem é o fio condutor que atravessa, capítulo a capítulo, todo o opúsculo, até o apelo final. É a afirmação de uma exigência que sempre esteve em primeiro lugar nas preocupações do bispo, ou seja, das pessoas a serem salvas.

Monsenhor Scalabrini lança um olhar à realidade. E é uma realidade desconfortável. O Governo (destaca com franqueza e dor) desenvolve uma ação inorgânica, inconcludente e muitas vezes prejudicial. O Parlamento está absolutamente ausente. Os particulares comportam-se como meros espectadores, desconcertados e resignados.

A emigração, - escreve Scalabrini - nesta problemática sociedade em que a população é excessiva e onde muitos não encontram trabalho e estão lidando com a fome e com novos estímulos, constitui uma necessidade. Impõe-se “como um remédio supremo e heróico”, exatamente como um paciente que “se submete a uma dolorosa operação para evitar a morte”.

Os proprietários rurais, é verdade, lamentam-se pelos camponeses que partem e pelas consequências de tal fato. O bispo conhece bem todo seu esforço “*para fazer com que o Governo ouça suas lamúrias*” e para obter providências a seu favor *Acrescenta, porém, com muita franqueza, que os argumentos desses*

*homens e seus conselhos “inspiram-se mais nos interesses dos arrançados, que permanecem em seu lugar, do que nas necessidades dos míseros que são obrigados a partir”. E conclui: “Cada vez que o Governo cede às pressões desse grupo, criando obstáculos à emigração, executa uma ação inútil, injusta e prejudicial.”*

Neste ponto, Scalabrini examina as estatísticas da emigração. Recorda que *“todos os estados da velha Europa estão como que invadidos pela febre da colonização”*; destaca que nos últimos dez anos a emigração italiana aumentou de modo *“realmente colossal”*; revela o aumento constante de mulheres e crianças nos portos de embarque, para concluir que *“já não se trata mais de simples trabalhadores que procuram uma ocupação no exterior, mas de inteiras famílias e de inteiras populações que se transferem para além do oceano.”*

As causas desta emigração maciça são múltiplas. Há *“a crise agrária que, há anos, pesa sobre os agricultores como um a capa de chumbo e a carga realmente enorme dos tributos públicos”*, que esmaga os camponeses e as pequenas indústrias. Mas há também *“o desejo natural de melhorar a própria posição”*, a facilidade dos transportes, o recente bem-estar físico e *“o desejo atormentado de ganhos repentinos que invadiu a população italiana, desde as classes mais altas até a imensa turba de pobres”*.

Scalabrini, neste ponto, destaca um aspecto muito doloroso de nossa emigração: *“Os menos protegidos de todos os imigrantes são os italianos.”* O bispo documenta, a respeito da afirmação, aquilo que as outras nações fazem por seus concidadãos que emigram e confronta os resultados com o estado de abandono em que são deixados os italianos. A lista apresentada pelo bispo é tremenda. Navios sobrecarregados, em que os emigrantes são amontoados como bichos, passando fome e expostos a doenças. Pessoas descarregadas em lugares diferentes dos que tinham sido combinados. Famílias arrastadas para lugares insalubres, condenados a uma morte certa.

*“Há terras no México, no Brasil, no Peru, no Chile... que são semeadas com os ossos de nossos concidadãos, atraídos para aqueles lugares como em uma emboscada”* O bispo cita trechos lancinantes de cartas, alguns dos quais lidos até no Parlamento. São vozes de emigrados que gritam seu desespero, porque se sentem *“famintos, sedentos, traídos”*. São relatos de grupos que chegaram Na América em cem e foram reduzidos a menos da metade. Há notícias horríveis, sussurradas boca a boca, com aquela que fala de alguns emigrados que chegaram do Tirol ( atual Trentino) tão mortos de fome que se saciaram com a carne de um rapaz...

Não. Isto não é emigração. É comercio de carne humana. Um estado sério e uma sociedade civil não suportam uma emigração como essa, que é uma ofensa cruel à dignidade do homem. O que fazer, então? Scalabrini enumera várias linhas de intervenção, que vão da criação de um patronato de assistência, que ajude os emigrantes em todas as fases da transferência, a comitês especiais estabelecidos nos portos de embarque e desembarque para evitar que os emigrantes terminem nas mãos de ignóbeis aproveitadores. São necessários escritórios que forneçam informações e que orientem a colocação dos colacionais

nos lugares de chegada, salvando-os de novas formas de exploração. São necessários meios para que se intervenha em caso de doença ou acidente. É necessário declarar uma guerra implacável contra os “*corretores de carne humana*”, denunciando-os às autoridades. São imprescindíveis, enfim, sacerdotes que estejam próximos aos emigrantes no momento da partida, durante a viagem e nos lugares de assentamento.

Scalabrini, como bispo consciente de suas responsabilidades, insiste quanto à assistência religiosa, por um motivo preciso: está convencido que a presença dos sacerdotes seja de grande ajuda aos emigrados, não só do ponto de vista religioso, mas também social. Sem sacerdotes - é esta sua convicção - muitos se perderão como cristãos, cidadãos e italianos.

O grande rio que alimenta a emigração é, na verdade, formado de camponeses. E “*no filho da gleba o conceito de religião está inseparavelmente unido aos de templo e sacerdote*”. Como consequência disso, “*o futuro religioso de nossas colônias na América dependerá da quantidade de religião e de moralidade que conservarão os primeiros núcleos de emigrados.*”

As posições do bispo de Piacenza diante do grandioso fenômeno são bem precisas, corajosas e projetadas para o futuro. Substancialmente, diz não ser verdade que a emigração é um fenômeno artificial causado pelos agentes da emigração. Não é justo impedir ou limitar as partidas “*em nome de considerações patrióticas ou econômicas*”. Também não é justo “*em nome de uma falsa liberdade, abandonar a emigração à própria sorte, sem diretrizes nem guias*”. Se for bem dirigida, pode se tornar uma força potentíssima, ajudando não só os que partem, mas todo o país.

Contudo, o horizonte a ser indicado aos que deixam o país não pode ser a África, onde fermentam perigosas tentações nacionalistas e militares; deve ser a América do Sul, onde territórios sem fim estão abertos ao trabalho pacífico de nossos colonos. Este é um dos grandes méritos de Scalabrini. Adiantando em muitos anos as idéias que Nitti<sup>126</sup> e Einaudi<sup>127</sup> desenvolverão em 1896 e em 1900, em contraste direto com a política colonial do Governo, ele aponta a colonização econômica na América meridional como o instrumento mais eficaz para favorecer o desenvolvimento da Itália.

O opúsculo termina com um apelo apaixonado ao clero e ao laicado italiano para que “*ponham fim a um estado de coisas tão deplorável e indigno de um povo generoso... Religião e pátria completam-se nesta obra de amor que é a proteção aos fracos.*”

126 - Francesco Savcerio Nitti (Melfi, 1868 - Roma, 1953) economista e político, foi presidente *del consiglio* de 1919 a 1920. Antifascista, foi exilado em 1924, retornando apenas em 1945, ocasião em que funda a União Democrática Nacional. Publicou muitas obras entre as quais *Emigrazione Italiana*, em 1888 (N.T.)

127 - Luigi Einaudi (Carrù, 1874 - Roma, 1961) Economista, político e jornalista. Ocupou, durante sua carreira política, inúmeros cargos, inclusive o de presidente da *Banca d'Italia* (N.T.)

## Padres pobres para gente abandonada

Monsenhor Scalabrini tinha entendido que para enfrentar um fenômeno tão grandioso e complexo era necessário mobilizar todo o país. Havia entendido, sobretudo, que às palavras deviam se suceder os fatos. Sua proposta articula-se ao longo de duas diretrizes. A primeira prevê a criação de um patronato, com a tarefa de oferecer aos emigrantes informações seguras e ajuda nos campos econômico, jurídico e de assistência. A segunda prevê a formação de um instituto de missionários encarregados da assistência religiosa aos emigrados. Não seriam padres quaisquer, ligados a um compromisso temporário, mas verdadeiros missionários ligados aos emigrados por toda a vida.

Era a primeira vez que na Igreja nascia uma congregação religiosa cujo único escopo era de se dedicar aos emigrados. Assim, enquanto os outros ainda discutiam ou apresentavam simples propostas, Scalabrini se preparava para mandar à América seus padres, para que levassem a mesma vida dos emigrados. Ele tinha entendido que os emigrados procuravam ajuda, mas que precisavam sobretudo de amor.

Esta era a parte do projeto que estava mais profundamente em seu coração. Scalabrini, de fato, queria padres pobres, castos e disponíveis, capazes de viver nos bosques ou no sótãos das grandes cidades, como verdadeiros emigrados. Queria que fossem, mais do que ministros de Deus, também professores e um pouco médicos e, sendo necessário, até pedreiros e arquitetos. Capazes de estar sobre uma sela por muitas horas. Capazes de caminhar dias e dias por estradas intermináveis. Capazes de construir edifícios com sua mãos.

No princípio o bispo, dada a urgência do problema, tinha pensado em escolher nas dioceses italianas sacerdotes qualificados que se comprometessem em prestar serviços entre os emigrados por pelo menos cinco anos. Mas logo impôs-se a exigência de se criar uma congregação missionária propriamente dita que preparasse sacerdotes dispostos a servir aos emigrados por toda a vida. Scalabrini decidira, assim, abrir um seminário no qual os jovens que demonstravam sinais da vocação (inclusive filhos de emigrados) poderiam ter uma preparação apropriada à difícil tarefa.

O seminário foi aberto em Piacenza em um velho convento. Tinha-lhe sido imposto o nome Cristóvão Colombo. Antes de partir para as missões, os padres se comprometiam com um voto a não considerar nada como coisa própria. A preparação, além das disciplinas usuais, previa o estudo dos elementos fundamentais da medicina, de meteorologia, da arquitetura, da higiene, das línguas da América e da legislação a respeito da emigração.

Um fato significativo: quando monsenhor Scalabrini comunicou a Roma sua intenção de criar uma verdadeira congregação religiosa, vinculada a votos perpétuos, tinha-lhe sido aconselhada a adoção de votos tem-

porários, porque a emigração era um problema condenado a se exaurir. Monsenhor Scalabrini obedecera, ao invés, a seu chamado e decidira adotar os votos perpétuos. Para ele, a emigração estava destinada a durar no tempo: era uma componente essencial da nova sociedade industrializada que se estava formando. O mundo não poderia mais descartar a emigração. É o próprio Leão XIII que dá aos bispos americanos a notícia de que em Piacenza havia surgido um instituto para a assistência aos emigrados italianos. O Papa fala do instituto como se fosse uma fundação sua, entregue por sua vontade ao bispo. A Scalabrini logo começam a chegar palavras de encorajamento e numerosas propostas. O arcebispo de New York, monsenhor Corrigan, escreve-lhe, entre outras coisas: “ *Agora respire... Há esperança que algo poderá ser feito por essas caras almas que se perdem aos milhares. Até agora não encontrei modo de conseguir salvá-las. Agora estou tranqüilo e contente. Confio-lhe meus italianos abandonados. Se fosse possível, gostaria de dois missionários o quanto antes...* ”

Os primeiros missionários partem em 12 de julho de 1888. São sete sacerdotes e três colaboradores leigos. Monsenhor Scalabrini acolhe-os na antiga Basílica de Santo Antônio e diante de uma multidão impotente recebe sua promessa. Disse que teria ido ele mesmo se tivesse sido possível. Fala sobre escolas a abrir, de Igrejas, de hospitais. Fala de sua caridade, que deveria encontrar misérias infinitas e sobretudo de Jesus Cristo, que eles deveriam tornar conhecido e amado.

“ *Nunca abaixem ao nível mundano os interesses do estandarte sagrado da região. Além disso, façam com que tremule ao vento, glorioso e reverenciado, o estandarte de nossa pátria, desta Itália onde ate o coração da Igreja ...* ”. No final da cerimônia, o bispo abraça um por um seus discípulos, entregando-lhes um crucifixo. Lentamente, os missionários dirigem-se à porta do templo, cantando o *Benedictus*. Fora, esperam por eles algumas carroças que famílias abastadas colocaram à disposição. Poucos minutos depois, estão na estação, para ir a Gênova. Sete estão destinados ao Brasil, três a New York.

Enquanto isso, chegam a Scalabrini solicitações em grande número. Uma personalidade militar propõe-lhe que sejam mandados sacerdotes às colônias africanas, onde teriam a possibilidade de fazer um bem enorme. Um grupo de camponeses emigrados faz com que chegue a suas mãos um apela da Romênia. O patriarca de Jerusalém convida-o a fazer uma viagem a Levante para verificar as tristes condições em que se encontram os trabalhadores italianos. Uma freira implora para que ele tome providências em relação aos italianos que se encontram no Líbano e que estão empenhados na construção das ferrovias. Outra suplica que ele pense na cerca de 300 famílias italianas que se encontram em Paris.

Infelizmente, o bispo tem à disposição apenas alguns poucos missionários e é obrigado a limitar suas intervenções. Scalabrini concentra seus esforços nos dois países que naquele momento acolhem os grupos

mais numerosos: os Estados Unidos e o Brasil. É para lá que vai mandar seus padres a fim de que “*mantenham viva a fé e providenciem, na medida do possível, o bem-estar moral, civil e econômico dos emigrados.*”

Scalabrini não se limita a ajudar os emigrados em suas manifestações religiosas, mas visa salvar todo o homem, defender e potencializar a vida em todas as suas manifestações. Quando pensa nos emigrados, pensa em suas antigas raízes, civis e religiosas. Se faz com que igrejas sejam construídas para eles, é porque sua fé, por mais primitiva que seja, é antiga e profunda. Sabe que a fé e apenas a fé - pode salvá-los. Sabe que a capela será para eles o lugar da reza e do perdão, mas também do encontro, da amizade e da solidariedade.

As novas comunidades italianas seriam construídas ao redor do altar. Somente ali os italianos abandonariam desconfianças e medos, humilhações e derrotas, diferenças e contrastes. Quando Scalabrini fala de pátria, quando com seus missionários insiste em sua *ação civilizadora* e fala de escolas e de cultura italiana, fá-lo porque sabe que, por detrás daquelas palavras há valores capazes de nutrir as pessoas e as comunidades. Sabe que a língua é como uma árvore em que se reúnem os pássaros. Sabe que os italianos, há séculos humilhados, saídos de muitas derrotas, precisam levantar a cabeça e sentir-se também homens e cidadãos, munidos de uma bandeira, de uma história, de uma tradição antiga e gloriosa que ainda não exauriu sua riqueza.

A ação exercida por Scalabrini no difícil terreno do patriotismo é uma das coisas mais ricas oferecidas pelo bispo a seu país. Em um tempo de escuridão, em que aos católicos era proibido amar a Itália, há um bispo que, sem hesitar, justamente porque é pastor de um povo dividido, afirma o amor por seu país a por sua gente e ensina aos emigrados, mesmo àqueles que partem praguejando, que, apesar de tudo, a terra onde se nasceu é como uma mãe, talvez infiel, mas detentora insubstituível de uma vida que nunca termina.

## A mobilização dos leigos

**M**onsenhor Scalabrini estava convencido de que apenas a fundação de um instituto missionário seria insuficiente para garantir uma assistência completa aos emigrados. Seria necessário aproximar os leigos dos padres. Decidiu, portanto, criar - como tinha anunciado - uma associação nacional de patronato para os emigrados. Tratava-se de uma iniciativa de amplo alcance, que compreendia a ajuda aos missionários em seu difícil trabalho, a assistência médica durante e depois da viagem, a abertura de escolas para manter viva a cultura italiana entre os emigrados, a constituição de um eficiente serviço de informações, a assistência jurídica etc. A base é a de sempre: manter viva, no coração dos emigrantes, a fé e o afeto pela pátria. É isso não apenas na Itália e durante a viagem, mas também na terra de emigração, no coração das comunidades italianas que se estavam formando nas Américas.

Poderia parecer uma simples associação de patronato, limitando-se a tarefas de assistência. Nas intenções do bispo de Piacenza trata-se, porém, de um projeto muito mais trabalhoso. Para Scalabrini, de fato, a emigração era a grande ocasião que se oferecia para que os católicos italianos se tornassem protagonistas no campo social. A ação que o patronato deveria desenvolver fundava-se justamente na harmonia entre Deus e pátria. Era, portanto, possível alcançar, através de uma concreta ação comum a favor dos emigrados, uma maior conciliação entre os italianos, pacificando realmente a nação dividida.

Como se vê, Scalabrini atuava sempre dentro dessa preocupação em relação a uma Itália católica amedrontada e dividida, que se mantinha à margem dos problemas do país, quase como se estivesse mais preocupada em defender antigos privilégios do que em servir as pessoas a partir de suas necessidades concretas. Sua preocupação tinha sido captada pelo professor Toniolo (o fundador dos estudos sociais católicos na Itália) que justamente naquele período estava preparando, em Lucca, um centro de estudos e de obras sociais.

Toniolo entendia que Scalabrini estava fazendo para os emigrados algo extraordinário; intuía que a iniciativa do bispo continha uma carga explosiva. Graças a ela, os católicos italianos, saindo finalmente do silêncio, superando antigas preguiças e contrastes, podiam assumir a direção dos estudos e da ação no campo social em um país como a Itália, onde o Estado social ainda deveria ser inventado. Como dizia o próprio Scalabrini, a emigração era uma provocação. Os católicos não podiam permanecer como simples espectadores. Finalmente, tinham que agir.

Toniolo está tão seguro das escolhas de Scalabrini que pede ao bispo *o privilégio de fazer, também ele, algo pelos emigrados*. De sua parte, Scalabrini nutre uma estima tão profunda pelo jovem professor que o apóia sem hesitação em seus projetos.

Não são poucas as dificuldades que associação de patronato enfrenta em seu início. Tem o nome de San Raffaele, como a gloriosa associação criada pelos católicos alemães para a tutela de seus emigrados. O estatuto é preparado pelo próprio Toniolo. O movimento assume a direção leiga; com o clero está prevista uma relação de harmonia, não de dependência, e isso será motivo de muitos confrontos com os bispos. Para dirigir a associação, é chamado o marquês Volpe Landi, de Piacenza.

O primeiro comitê surge naturalmente em Piacenza, em 1889; em poucos meses, seguem-se os de Bergamo, Gênova, Treviso e Lucca. Os jornais da época, ao noticiar a iniciativa, não deixam de destacar um fato relevante, ou seja, que “*no terreno da caridade unem-se homens de várias colorações políticas*”. Na verdade, ao redor da associação moviam-se nomes de peso da cultura e da política, expoentes de um mundo industrial e da nobreza, eclesiásticos e leigos conhecidos do grande público. Era a primeira vez na Itália que os católicos e os liberais encontravam-se reunidos em torno de um projeto comum. A conciliação, tão difícil no terreno político, realizava-se de fato no terreno da caridade.

Para levar adiante suas iniciativas a favor dos emigrados, o bispo de Piacenza organizou, de 1890 a 1892, um vasto ciclo de conferências através da Península, sensibilizando a opinião pública sobre a grandeza e a gravidade de um problema que poucos conheciam.

Assim, fala em Gênova, na presença de numerosos representantes de países americanos, denunciando em particular, com uma vasta documentação a praga do alistamento. Fala em Roma, (estão presentes deputados e senadores), criticando o caráter exclusivamente policial da lei sobre a emigração e lamentando a ausência de um eficaz serviço de informações. Fala em Florença e sucessivamente em Milão, apesar dos obstáculos criados pela Maçonaria, que considera Scalabrini seu mais perigoso adversário em toda a Itália do Norte.

Depois é a vez de Lucca, Palermo, Pola, Treviso e Pisa. Em Livorno a conferência vai por água abaixo porque o prefeito, que teme a desordem, retira, no último minuto, a autorização. A apresentação do bispo constitui freqüentemente um choque para os ouvintes. Muitos descobrem pela primeira vez a trágica realidade da emigração, que o Governo procura dissimular.

Em cada cidade, no final da visita, surgem comitês locais da associação San Raffaele. Há sacerdotes e leigos que pedem para entrar no instituto missionário criado pelo bispo. Recolhem-se fundos, sensibilizam-se parlamentares, economistas, personagens da indústria, jornalistas, gente que poderia dar um apoio válido à preparação de uma verdadeira lei sobre a emigração.

## Não aos recrutadores

**E** o Governo? O que faz Crispi, em quem as massas populares, especialmente as do Sul, tinham depositado tantas esperanças? Como vimos, Crispi tinha chegado ao poder com a idéia de mudar muitas coisas. Sobre o fato da emigração também tinha, no conjunto, uma visão mais ampla do problema. Conhecia as conseqüências internacionais desse acontecimento; entendia que a emigração poderia tornar-se uma componente fundamental para uma política exterior e econômica de grande fôlego.

Já em 1887 havia preparado um projeto de lei sobre a emigração que apresentava elementos realmente interessantes. Mas o Parlamento estava dividido e era praticamente ingovernável. Estava em crise havia já alguns anos. Por não existirem grandes partidos. Não havia uma grande política. Os votos deviam ser negociados a cada eleição.

É nesse clima que o Parlamento, em 1888, analisa duas propostas de lei sobre a emigração: uma preparada pelo Governo e outra que já tinha sido apresentada pelos deputados Luzzatti e Minghetti, permanecendo nas gavetas até então. Há duas tendências presentes: a que é representada pela direita liberal, que gostaria de uma emigração mais aberta, e aquela mais conservadora, representada pelos proprietários rurais do Sul, que insistem para que a emigração seja refreada.

Na verdade, por trás do debate há um vasto aparato de interesses econômicos. Os industriais do Norte e os proprietários rurais do Sul estão unidos: pedem novas tarifas alfandegárias para proteger tanto o trigo do *Mezzogiorno* quanto os produtos industriais do *Setentrione*. Será o início da longa guerra alfandegária com a França, que provocará uma crise de muitos anos na agricultura italiana. O *Mezzogiorno*, com a crise, ficará prostrado. Não haverá espaço para novas tentativas de modernização. O abandono das terras, contrariamente às expectativas dos proprietários, será ainda mais maciço.

Monsenhor Scalabrini, que acompanha com especial atenção tudo o que diz respeito aos emigrados, está preocupado com alguns aspectos negativos que constam dos documentos que estão sendo examinados e decide intervir pessoalmente. Faz isso publicamente, através de uma carta aberta endereçada a um parlamentar amigo seu, o deputado Carcano, subsecretário das Finanças, estudioso dos problemas sociais e próximo às classes populares, outrora seu companheiro de escola.

O bispo reprova o fato de o Governo não estar à altura da situação. Considera, de fato, a emigração como um fato anormal, e não como um direito natural. Cria tantos entraves que quase confisca tal direito. Esta atitude “*revela mais a preocupação do Ministro do Interior, que vê com pesar as terras abandonadas e a crise da agricultura agravada, do que a clareza do estadista que olha para frente e ao longe e não impede, mas*

*dirige as correntes emigratórias, para que se tornem uma das causas de potência e de bem-estar para a nação”.*

O texto da Comissão parlamentar - observa Scalabrini - é, por outro lado, mais orgânico, pensado e liberal. Sanciona realmente a plena liberdade de emigrar. No documento, porém, há uma grande mancha: a liberdade para fazer alistamentos que é concedida aos agentes da emigração. É sobre este tema que o bispo desenvolve seu discurso com grande ênfase, porque diz respeito a uma das chagas mais prejudiciais que atingiam a emigração. *“Que necessidade há - observa Scalabrini - de dar aos recrutadores uma patente legal? Por que dar uma aprovação governamental a esses empresários de braços humanos, preocupados apenas em ganhar dinheiro às custas dos pobres?”*

Scalabrini enumera fatos e personagens que confirmam sua tese. É a época dos grandes projetos. O governo brasileiro quer importar da Europa 100.000 emigrados por ano durante cinco anos, oferecendo viagem gratuita e vários benefícios. A Argentina, por sua vez, pede 140.000 emigrados; o Uruguai, 40.000; o Peru, 60.000, além do México e dos países da América Central.

É um movimento de proporções colossais: a área de caça é principalmente a Itália. Para os recrutadores, é uma estação de ouro: há espaço para todas as trapaças. Nestas condições, *“oferecer a esses trapaceiros um reconhecimento oficial - afirma o bispo - constitui o máximo da ingenuidade e do perigo”.*

Scalabrini resume seu pensamento a respeito na fórmula: *“Liberdade de emigrar, não de fazer emigrar. Se é espontânea, realmente a emigração produz bons frutos. Essa é uma das leis providenciais que dirigem os destinos dos povos e seu progresso econômico e moral, uma válvula de escape que abre veredas de esperança aos pobres e civiliza as mentes do povo com o contato de outras leis e de outros costumes e eleva os destinos humanos, alargando o conceito de pátria para além dos confins materiais e políticos, fazendo com que a pátria do homem seja o mundo. Se é estimulada, ao contrário, a emigração é má porque está sujeita muitas trapaças. Substitui a verdadeira necessidade pela busca por ganhos fáceis e um falso espírito de aventura. Despovoas as terras além da conta, causando um dano e um perigo. A experiência ensina que a emigração estimulada é causa de grandes catástrofes. Um Governo civil e previdente pode e deve proibi-la.”.*

Porém, uma vez que as boas leis sozinhas não bastam, monsenhor Scalabrini recorda mais uma vez o que em outros países é feito a favor dos emigrados, por iniciativa tanto dos governos quanto dos particulares, e fala dos resultados obtidos depois de sua primeira intervenção. Os missionários existem para os emigrados: já estão trabalhando no Brasil. Nos Estados Unidos, estão presentes nos portos de embarque e desembarque. Mas as necessidades são enormes e, para enfrentá-las, é necessária a colaboração de todos.

O bispo afirma ter recebido muitíssimas cartas de chefes de famílias que pedem sua intervenção. Muitos, aliás, vieram do Brasil especialmente para lhe dizer de viva voz que precisavam de sua ajuda, que era necessário mandar à América sobretudo padres, médicos e professores. “É isso: - diz o bispo - *eu procuro suprir as grandes necessidades, ou seja, manter aceso nos emigrantes o amor pela pátria, defender sua saúde, instruí-los, manter viva a fé de nossos padres, educar e elevar o sentimento moral*”.

O problema mais difícil é o da escola. Faltam professores. Por isso, Scalabrini apresenta uma proposta e encarrega publicamente o amigo Carcano de apresentá-la ao Governo. “*Minha idéia é esta: trocar o serviço de recrutamento para os jovens seminaristas (são uma centena a cada ano) por um ‘compromisso escolar’ a favor dos emigrados. Em vez de três anos de caserna, cinco de serviço civil na América no seio de nossas comunidades. Não privilégios ou isenções, mas um serviço que não custa nada ao Estado e para os emigrados é preciosíssimo.*”

Na parte final da carta aberta, Scalabrini tem palavras dulcíssimas para a Itália:

“... *Esta obra (que estou realizando para os emigrados) me é muito cara não só porque nela percebo um meio eficaz para cumprir com meus deveres de bispo favorecendo tantos infelizes, muitos dos quais meus diocesanos, mas também porque religião e pátria aqui se dão as mãos. E isso é, a meu ver, um meio prático, um início daquela pacificação das consciências que é um dos votos mais ardentes de minha alma...*”.

“*Religião e pátria entrelaçam-se e completam-se nesta obra de amor que é a proteção dos fracos e fundem-se em um acordo visível... Que possa a Itália, sinceramente reconciliada com a Igreja, estar à altura de suas antigas glórias, chegando aos caminhos da verdadeira civilidade também seus filhos mais distantes.*”

## A emigração como ponto de encontro para a pacificação do país

A intervenção de Scalabrini tem um valor altíssimo e merece, conseqüentemente, ser aprofundada.

No mesmo momento em que o Governo leva adiante sua proposta e a emigração é apenas uma peça de um vasto desenho político, em que no Parlamento se confrontam, na pele dos emigrados, os interesses dos proprietários rurais e dos liberais, o bispo toma mais uma vez a iniciativa. Ele quer chamar a atenção de todos para o verdadeiro problema, que é o das pessoas.

Os protagonistas - insiste Scalabrini - são os emigrados; todo o resto vem depois. Apenas tratando bem os emigrados, defendendo-os dos aproveitadores, ajudando-os a encontrar um novo lugar em uma terra nova, ajudando-os a conservar seus valores civis e religiosos é que se criarão as condições para assegurar a todo o país, em todos os níveis, vantagens seguras.

Eram tempos difíceis para um homem da Igreja. Governo e Parlamento eram dominados pela Maçonaria. Crispi era ferozmente anticlerical, e não o escondia. Padres e bispos eram mantidos às margens dos grandes problemas do país: não participavam da vida pública. O Vaticano era publicamente descrito como um adversário implacável da Itália. Mesmo assim, Scalabrini segue em frente. Quer ajudar os emigrados. Entendeu que aquela é, para todos, uma esplêndida ocasião. O estado, que até então mantivera distantes as massas populares, pode finalmente reconciliar-se com os pobres. A Igreja, fechada em si mesma, ainda incapaz de encarar o povo que avança, pode sair de seu refúgio. Basta que cada um faça bem sua parte.

Realmente, a emigração pode ser para todos uma ocasião extraordinária, como os grandes eventos da história: as guerras, as pestes, as tragédias dos povos. O desejo de coração de Scalabrini é sobretudo a pacificação do país. A emigração é justamente o terreno em que todos se podem encontrar. Scalabrini sabe que a Igreja e o Estado ainda não estão prontos para assinar o livro da paz. As tentativas que ele mesmo tinha feito, de acordo com o Papa, para chegar à conciliação, não tinham dado certo. Confia, porém, no amor: sabe que é suficiente, às vezes, que se esteja junto, ao redor de um ferido, para que caíam as armas. E as colônias dos emigrantes (os camponeses, os artesãos, os operários que se dirigem aos portos de embarque) formam um imenso exército de gente ferida e humilhada.

É ali, para estar ao redor daquela gente, que Scalabrini convida a Igreja e o Estado. É na proteção aos fracos que duas instituições inimigas se podem encontrar. Somente assim serão capazes de, finalmente, se entender e fazer as pazes. Scalabrini pede tudo isso pensando nos emigrados. Ele entendeu que a emigração é um problema de dimensão colossal que pode ser enfrentado unicamente com a participação de todos. O Estado, sozinho, pouco pode fazer. A Igreja, sozinha, pouco pode fazer. Juntos, Estado, Igreja e particulares podem realizar o milagre de que o país necessita. Para isso, a pacificação é necessária. Por isso, a emigração solicita paz.

Sabemos qual foi a resposta ao apelo do bispo de Piacenza. A Igreja moveu-se, mas com poucas tropas e entre muitas dificuldades. Também os particulares moveram-se, mas de modo limitado. O Governo, por sua vez, respondeu com uma recusa categórica. Crispi não estava à altura da situação: perdeu uma ocasião histórica. Também sabemos o motivo disso: Crispi olhava com despeito Scalabrini mover-se pela Península, arrebanhando as pessoas de boa vontade. Sua preocupação era que a Igreja, servindo-se dos emigrados, tomasse a dianteira. O clero, expulso de Roma, afastado das escolas, recluso nas sacristias, teria rompido o isolamento e voltaria, mais uma vez, a estar em meio à gente. Por isso disse não. A conta, mais uma vez, será paga pelos emigrados. Apesar das denúncias de Scalabrini, os recrutadores obterão reconhecimento e poderão mover-se livremente pela Península, enganando e roubando. Serão necessários ainda doze anos antes que o ministro Visconti-Venosta<sup>128</sup> reconheça publicamente: “*Todos erramos em 1888...*”.

Até a proposta de substituir o alistamento dos jovens seminaristas pela prestação de um serviço escolar será reprovada. A França, embora tendo um governo ainda mais anticlerical que a Itália, aprovava uma proposta semelhante, porque via na obra dos missionários um serviço oferecido ao país, um fato de civilidade. Mas os anticlericais italianos eram também mesquinhos. Para eles, era preferível manter os emigrados na ignorância a permitir que fossem ajudados pelos missionários.

Era esse, aliás, o estilo de nossa Maçonaria, inclusive entre os emigrados. Quando, em São Paulo, o missionário que cuidava do orfanato colocou em locais públicos caixas para recolher ofertas, em todas foram encontradas somas significativas. Nos locais controlados por italianos, foram encontradas apenas medalhinhas sem valor. Tinha sido uma sugestão da Maçonaria local. E toda a cidade tinha dado boas risadas. Coube ao cônsul, humilhado por seu país, recolher entre seus conterrâneos uma soma de dinheiro que compensasse de alguma forma o ultraje sofrido pelos órfãos.

---

**128** - Emilio Visconti Venosta (Milão, 1829 - Roma, 1914): político da direita liberal. Foi cinco vezes ministro do Exterior, entre 1863 e 1901 (N.T.)

## Gênova: os mistérios do porto

**E**m agosto de 1894, um jovem sacerdote chegou à estação de Gênova, mandado por monsenhor Scalabrini. Não conhecia a cidade, não tinha um tostão no bolso. A missão que lhe havia sido confiada pelo bispo de Piacenza era simplesmente *fazer o bem aos pobres emigrantes*. Padre Maldotti, assim, chegou pela primeira vez à praça da estação, tomada por 2000 emigrantes. É ele mesmo que nos conta:

*“O espetáculo era comovente e, por muitas razões, horripilante. Uma turba de gente suspeita (empregados de hotéis, subagentes de emigração verdadeiros ou improvisados) agitava-se entre aquele exército da miséria, arrastando à força as famílias daqueles desgraçados atrás de si, rumo a destinos desconhecidos. Eu não entendia nada, mas bem sei que o espetáculo não me divertia muito.*

*Um rapazola de Cremona, mais precisamente da Ilha Doverese, com um crachá amarelo dos nossos comitês de San Raffaele no chapéu, vem correndo a meu encontro com os braços estendidos para frente e pede ajuda, pois lhe haviam roubado a mulher, os filhos e uma certa sacola...! Não lhe perguntei mais nada, mas lancei-me à caça, junto com ele, em meio àquela confusão babélica, atingido nos ouvidos por gritos desarticulados, prantos e impropérios em quase todos os dialetos da Itália; conseguimos, com um esforço extremo, descobrir os infelizes, empurrados por um marginal, com a famosa sacola às costas, Deus sabe para onde. Travamos assim, sem muitos preâmbulos, uma luta bastante vivaz, em que, se recebi uma boa dose de socos, posso garantir que também os dei, desesperadamente. A certa altura um senhor vestido de preto veio nos ajudar: agarrou o bandido pelo pescoço e o entregou a dois guardas.*

*Com aqueles pobres-diabos dirigi-me ao oratório de comitê e outras nove famílias seguiram-nos. Estando a salvo, começamos todos a chorar: eles de desespero; eu, de raiva. E eis que surge novamente o senhor de preto: “Quem é o senhor?”*

*“Antes de mais nada” - respondi - “sou um cidadão livre. Depois, por graça de Deus, missionário, mandado para cá para fazer por essas pobres criaturas o que a polícia não sabe ou não pode fazer.”*

*Por essa resposta, o distinto senhor atirou seus braços em meu pescoço. Depois acrescentou: “No senhor as pessoas acreditarão. A mim, delegado de Segurança Pública, nunca deram ajuda nem em mim confiaram, lá em cima, no Palazzo Ducale..*

*“Pois bem” - respondi - “combateremos juntos”. E combatemos verdadeiramente.*

Para compreender o que acontecia em Gênova naqueles anos é necessário recorrer à lei da emigração promulgada pelo governo Crispi em 1888. É um exemplo clássico de um documento preparado com as melhores intenções pelos assim chamados “especialistas” que trabalham dentro

das muradas dos ministérios e que, ao final, causam muitos aborrecimentos. Com aquela lei, na verdade, pretendia-se estabelecer a ordem entre os agentes de emigração que operavam em toda a Península fora de qualquer controle. Os *especialistas* pensaram, justamente, que a melhor coisa seria vincular o exercício dessa atividade à posse de uma habilitação, mais ou menos como se faz com as lojas ou com as atividades liberais. A única condição era o depósito de uma soma de dinheiro nos cofres do Estado.

Foi um desastre. Graças à habilitação, os agentes de emigração obtiveram, de fato, um reconhecimento oficial: tornaram-se profissionais tutelados pela lei. Em poucas semanas “*os mais esplêndidos canalhas - ainda é Maldotti que está escrevendo - os desclassificados de todas as espécies, os analfabetos mais evidentes correram a engrossar o exército dos novos profissionais. Fortalecidos por seu inesperado direito, fizeram audaciosos a escalada a prefeituras e subprefeituras e obtiveram cerca e 20.000 habilitações, munidos das quais percorreram os campos fazendo uma propaganda legalíssima. E a propaganda foi implacável, escandalosa. Alguns foram vistos nos vales da região de Bergamo pregando em cima de carroças, vestidos excentricamente como os saltimbancos, nos mercados e nos cemitérios, discorrendo sobre as fortunas extraordinárias destinadas àqueles que partissem para as Américas. Os fretes pagos pelo governo do Brasil foram uma bênção para esses profissionais. Os 50.000 camponeses que antes emigravam eram agora 200.000 por ano. Apenas do porto de Gênova, de 1882 a 1894, partiu um milhão e meio de emigrantes, dos quais 719.000 dirigiram-se ao Brasil.*”

Aquilo que acontecia em Gênova era escandaloso e terrível. Cambistas que davam dinheiro falso ou exigiam taxas de agiotas. Preços de fretes triplicados. Taxas impostas (e embolsadas) até aos que tinham a viagem paga pelas autoridades brasileiras. Descontos ferroviários anulados (e sempre embolsados) com a desculpa de que se tratava de trens especiais... E as estradas, as portas das igrejas e dos edifícios públicos cheias de grupos de emigrantes desgraçados e famintos, seminus, tremendo de frio, mesmo nas noites rígidas e chuvosas de inverno.

O que o missionário não conseguia entender era por que toda aquela gente infeliz chegava a Gênova cinco, seis e até dez dias antes da partida. E por que todos chegavam com um certo bilhete que carregavam no chapéu, com o endereço do hotel e o carimbo da agência que os fazia partir. Não lhe foi difícil encontrar a resposta. Uma vez que a lei (ainda a estranha lei de 1888) impunha aos agentes que cuidassem do emigrante até a partida, estes os faziam chegar vários dias antes e os abandonavam nas mãos dos hoteleiros, depois de, evidentemente, terem embolsado uma cifra correspondente a cada cliente providenciado.

*A esta altura intervinham o taberneiro, o carregador, o mensageiro, os fabricantes de bebidas, os subagentes, os cambistas... E cada um exigia o sangue e a honra das vítimas, porque, por sua vez, tinham de pagar uma outra turba de vampiros e de subvampiros, grandes e pequenos,*

*que arrumavam os clientes. De modo que, a qualquer custo, das veias estéreis daqueles infelizes, deveria sair sangue e mais sangue para todos...*”

O missionário armou um piquete na estação e, cada vez que chegava um trem, a primeira coisa que fazia era arrancar dos chapéus os endereços dos hotéis, provocando assim uma balbúrdia indescritível entre os interessados, denunciado sem misericórdia ao delegado de segurança pública (o senhor Malnate, aquele do primeiro encontro) os culpados por abusos e trapagens, provocando processos e contravenções quase todos os dias. Depois, com os emigrantes em batalhões cerrados, levando crianças e sacolas ou segurando velhos cambaleantes, alcançavam o porto, sempre lutando ao longo do trajeto com os canalhas que procuravam roubar alguma família. E ainda era necessário correr, junto com os chefes de família, para conseguir a passagem, de uma agência a outra e destas para o navio. “*Não raras vezes a noite nos surpreendia em jejum, porque não deixávamos os cais se antes não tivéssemos encontrado abrigo para cada um de nossos protegidos.*”

O fato de que um padre, mesmo que amparado por um extraordinário inspetor de segurança, se opusesse às manobras dos exploradores tirava o sono de muitos. Padre Maldotti ficou sob a mira desses homens e foi denunciado. Houve encontros entre hoteleiros e recrutadores. Um protesto foi levado à prefeitura. Houve até ameaças de morte.

O missionário pensou que o melhor a fazer seria passar ao ataque.

Fez publicar no jornal um título em letras grandes: *Amanhã desvendaremos os mistérios do porto de Gênova e a infame exploração dos emigrantes*. Por vinte dias despejou documentos e por vinte dias os jornais comoveram a cidade com a narração de baixezas espantosas. Houve ameaças de querelas; houve também muitos processos; mas quem pagou as despesas de tudo isso foram os exploradores, grandes e pequenos, pegos pela armadilha.

O prefeito foi transferido. De Roma, finalmente, chegou a esperada lei. As companhias de navegação e os agentes tinham agora a obrigação de chamar os emigrantes a Gênova apenas na véspera de sua partida; cabia a eles o ônus de alojá-los e de nutri-los gratuitamente até o momento do embarque. O missionário vencera.

Padre Maldotti também contribuiu para uma outra iniciativa importante a favor dos emigrantes: a criação de um abrigo para acolher os viajantes à espera do embarque. O problema era grave porque as companhias mantinham os emigrantes nos navios, amontoados aos milhares, antes mesmo da vinda da inspeção sanitária, com o perigo que se alastrassem epidemias durante a navegação. O navio *Pará*, durante uma viagem, teve 39 de seus passageiros mortos pelo sarampo... A lembrança ainda estava viva na memória de muitos.

O projeto de uma *Casa do Emigrante*, proposto anteriormente por monsenhor Scalabrini, avançou com dificuldades, em meio a entres burocráticos e vários obstáculos. O missionário gostaria que tivesse sido o

Governo a assumir a iniciativa, como um serviço devido àqueles que se preparavam para deixar o país, mas as resistências foram muitas. Chegou-se a 1904, quando *explodiu* um novo acontecimento: o retorno à pátria de milhares de emigrados, que ficaram sem condições de sobreviver na América do Sul. O missionário teve de renunciar a seus projetos e se dedicar a essa nova desventura.

A história da *Missão do Porto* continua a ser, de qualquer maneira, exemplar. É a história de uma cidade e de uma nação que, por muitos anos, assistem, indiferentes, a um espetáculo revoltante: centenas de milhares de pessoas exploradas em modo sistemático com a cobertura da lei. Quem batalha pelos emigrantes é um padre: um daqueles padres extraordinários que o bispo de Piacenza tinha preparado para defendê-los. E a participação do missionário será tão eficaz e chegará tão perto das raízes do mal que o Governo se sentirá obrigado a sair de uma culposa ineficiência e a mudar, finalmente, uma lei errada.

Padre Maldotti até fez duas travessias com os emigrantes para verificar as condições da viagem. Ao retornar, formulou às autoridades algumas propostas que, em parte, serão acolhidas pela nova lei da emigração. Fez também duas longas viagens à América do Sul para ver pessoalmente as condições de vida dos emigrados. Realizou tais viagens incógnito, vestido de explorador, acompanhado por um médico. Visitou numerosos centros agrícolas do Brasil e esteve nas capitais do Uruguai e da Argentina. Percorreu 6.000 Km de trem e 500 a cavalo, pregando, observando, anotando. E como os jornalistas o perseguiram para conseguir uma entrevista e utilizavam o telégrafo para seguir seus passos, viu-se obrigado a se vestir de brigante. Um velho amigo, encontrado 20 anos depois em plena floresta, deixou-nos uma foto como recordação daquele maravilhoso disfarce.

No final de suas viagens, padre Maldotti escreveu, para seu bispo e para as autoridades italianas, uma documentação rica em observações e propostas. Entre as propostas, havia a criação, junto aos consulados, de um funcionário com atribuições especiais, encarregado da tutela e da assistência dos italianos no exterior. Também essa proposta será acolhida pela primeira lei sobre a emigração aprovada pelo Parlamento italiano.

## New York: aos pés da estátua da liberdade

**T**ambém a missão de New York tem uma história exemplar. Também na tumultuosa metrópole americana são lançadas, ao redor de nossos emigrados, as redes dos aproveitadores. E cabe aos homens de monsenhor Scalabrini romper as amarras e criar uma organização para a tutela dos italianos. Nos estados Unidos, em 1890, nossos emigrados não chegavam ainda ao milhão; dentre eles, cerca de 80.000 haviam-se instalado em New York. O grande rio que levaria à república estrelada milhões de italianos tinha apenas começado a fluir. Não era ainda uma correnteza tumultuosa, mas já apresentava um número impressionante de problemas.

A emigração italiana nos Estados Unidos tinha, em primeiro lugar, uma marca específica: estava atrasada em relação à emigração irlandesa, alemã, polonesa, sueca. Os italianos eram os últimos, não apenas porque tinham chegado depois dos outros grupos sociais, quando os melhores lugares já tinham sido ocupados, mas porque eram os menos preparados e os menos protegidos. Eram, em grande parte, analfabetos e maltrapilhos. Adaptavam-se a qualquer trabalho, inventavam as ocupações mais estranhas. Eram mesmo os últimos, aqueles que ocupavam os espaços que os escravos negros, já libertos, haviam deixado livres. Os católicos irlandeses não os queriam nem mesmo na igreja. Toleravam, no máximo, que se encontrassem na cripta.

Haviam tentado encaminhar esses italianos aos campos, mas tiveram de desistir. Os italianos (que vinham em grande parte do Sul) chegavam já acorrentados a um patrão, que os tinha ajudado nas despesas da viagem e os mantinha vinculados por anos, embolsando grande parte de seus ganhos. Muitas vezes, também, os emigrados encontravam no local de sua chegada *boss*<sup>130</sup> de todos os tipos que literalmente tomavam posse dos *paesani*<sup>131</sup> e os cediam aos novos patrões mediante pagamento, para que se instalassem ou para que conseguissem trabalho, alimento, roupas e qualquer coisa de que precisassem. Deste modo, os emigrados terminavam fechados em uma rede tão sufocante que todos os seus ganhos eram embolsados pelos *boss* por períodos longuíssimos. Partiam da Itália em busca de um espaço livre e terminavam em uma condição de escravidão ainda mais impiedosa.

Certo, nem tudo era negro no panorama da emigração italiana. Os primeiros a chegar (da Ligúria, do Piemonte, da Lombardia...) tinham encontrado uma acomodação digna, algumas vezes até excelente. Muitos tinham chegado depois dos movimentos revolucionários de 1843; era gente de bom nível e não foi difícil que se inserissem na comunidade americana.

O quadro tinha mudado com a chegada das poderosas levas de camponeses provenientes das regiões meridionais e da Sicília. Alguns, apesar de tudo, conseguiam tocar a vida e até alcançar a riqueza. Às vezes, partiam de atividades humildes: vendendo fruta nas esquinas, engraxando sapatos, tocando alegres realejos.

Havia os que tinham conseguido deter os monopólios dos engraxates nos barcos e nas cidades, os que tinham garantido para si a limpeza das ruas ou que tinham vencido concorrências nas ferrovias. Havia até aqueles que montaram fábri-

cas de confeitos ou de charutos. Encontravam-se italianos na polícia, na ordem dos advogados e até entre os candidatos ao Parlamento. Mas a grande massa chegava doente e ferida. O problema era tão grave que até perturbava o governo americano. O primeiro missionário de Scalabrini destinado ao porto chegou a New York em abril de 1891. Chamava-se padre Bandini, era de Forlì e tinha 38 anos. Sua área de atuação, como responsável pelo controle dos estrangeiros que chegavam, era Ellis Island, o grande edifício posto aos pés da estátua da Liberdade. Era ali, na célebre *Ilha das Lágrimas*, cheia de sonhos e de amarguras, que se podiam avaliar as ruínas sobre as quais se movia a emigração italiana. A comparação com os alemães a esse propósito era esclarecedora. Os emigrantes alemães, assistidos por uma organização eficientíssima, chegavam em perfeita ordem. Ninguém os tocava. Em caso de necessidade, tinham à disposição uma casa onde poderiam dormir e se alimentar. Era um espetáculo que provocava, no missionário, admiração, inveja e raiva.

A chegada dos italianos era a própria imagem da confusão: havia espaço para todos os abusos e enganos. Não tinham faltado iniciativas para pôr um pouco de ordem naquele imenso mar de contradições. A mais importante havia sido tomada pelo cônsul: com muita boa vontade, procurara reunir as muitíssimas associações italianas a fim de que desenvolvessem uma ação mais eficaz; mas a coisa não tinha durado muito. Tinham-se movido também alguns banqueiros italianos, mas a história não cheirava bem e não teve continuação.

Naquele clima de abandono, coube a padre Bandini tomar a iniciativa. O missionário, com extraordinário senso de oportunidade, conseguiu abrir uma Repartição do Trabalho em Ellis Island; para as tarefas de assistência, fundou a associação San Raffaele, reunindo numerosos expoentes da colônia italiana e o próprio arcebispo, grande amigo dos italianos. Para compreender o valor da iniciativa é bom lembrar que o governo italiano havia tentado várias vezes abrir uma sua Repartição do Trabalho em Ellis Island, mas a resposta tinha sempre sido negativa. O governo americano, por muitos anos, tinha-se recusado a conceder a qualquer governo europeu uma autorização do gênero. Padre Bandini foi, portanto, o primeiro a obter uma autorização de grande valor social, solicitada em vão por muitos países.

O trabalho desenvolvido em Ellis Island era de extrema importância, porque ali se decidia a sorte de muitos. Nos salões, subdivididos como um tabuleiro de xadrez, os emigrados deviam, de fato, submeter-se a uma consulta médica. Os que apresentavam defeitos (cegos, aleijados, surdos-mudos, pessoas doenças mentais ou contagiosas...) eram inexoravelmente descartados. Também os velhos eram mandados de volta para casa, assim como as viúvas com seus filhos, aqueles que haviam estado no cárcere e todos aqueles que não eram capazes de se manter. Assim, a cada navio que chegava, uma grande percentual de emigrantes era detida para acertos posteriores.

Cabia, então, ao missionário intervir em favor dos *perdedores*. Além disso, havia os doentes que precisavam de assistência e as pessoas que não podiam se mover porque esperavam algum parente ou amigo que as viria buscar; havia ainda os que não tinham dinheiro para chegar a seu destino final.

Depois, era necessário encontrar trabalho para muitos. Quanto a isso, o

missionário e os membros da San Raffaele eram intransigentes: exigiam contratos de trabalho regulares e, em caso de contestação, faziam com que a lei interviesse. Para avaliar a dimensão e a importância desse trabalho basta recordar que a missão do porto ofereceu assistência, no primeiro ano, a 20.000 emigrantes.

Um outro grave problema tinha sido imposto pelas organizações operárias americanas. O governo dos Estados Unidos, por solicitação justamente dos sindicatos, havia promulgado normas severíssimas para defender os salários dos trabalhadores americanos. Aqueles que desembarcavam já munidos de contrato de trabalho com o pagamento combinado eram implacavelmente mandados de volta para casa.

Para intervir nesse jogo cruel e tentar salvar o que podia ser salvo. Padre Bandini conseguiu ser credenciado pelo governo dos Estados Unidos junto à Repartição Nacional do Trabalho como representante da emigração italiana. Era a primeira vez que se tomava uma atitude desse tipo em defesa de nossa emigração. O missionário, inteligente, preparado e extremamente ágil, conquistou a estima das autoridades locais. O próprio ministro do Tesouro, (que então controlava o setor da emigração) pediu para ter com ele uma conversa particular.

A conversa se desenrolou em plena noite, durou várias horas e tocou em muitos nós da emigração italiana. O ministro pediu ao missionário para fazer parte de uma comissão governamental que se dirigiria à Itália para estudar *in loco* os problemas da emigração. Padre Bandini levou ao conhecimento do ministro os dois opúsculos que monsenhor Scalabrini havia escrito sobre a emigração italiana e o estadista americano focou tão entusiasmado que deles extraiu alguns trechos que foram incluídos em seu relatório, lido no Congresso em 1892.

Em 1893, Bandini foi nomeado membro da comissão de estudos e pesquisa que desenvolveria trabalhos solicitados pelo governo americano a respeito da emigração italiana. Como tal, participou das reuniões dos senadores, que tinham como temas a serem examinados: como controlar as muitas companhias de navegação e os milhares de agentes que, ao invés de deixar livre a emigração, escravizavam-na com mil traças, roubos e abusos, enchendo de verdadeiros pobres alguns centros da América e destruindo milhares de famílias; como orientar a emigração italiana em direção da colonização agrícola; como favorecer uma melhor distribuição dos italianos no território americano, longe das grandes cidades; como controlar os bancos italianos, excessivamente numerosos e desonestos...

Como se vê, um imponente quadro de problemas. A respeito de cada um deles, o governo americano tomará sérias providências. A contribuição de Scalabrini para tais providências será preciosa.

---

130 - *boss*: o termo, emprestado do inglês, designa o chefe, em geral tirânico, de organizações, especialmente das criminosas (N.T.)

131 - *Paesani*: o termo italiano (no singular, *paesano*) significa nativo de uma cidade ou região. Tem, muitas vezes, um sentido pejorativo, significando, então, pessoa rude ou simpória (N.T.)

## A paróquia italiana como lugar de fraternidade e de crescimento

**N**os Estados Unidos, onde nossa emigração ganhava a cada ano dimensões sempre mais imponentes, os missionários de monsenhor Scalabrini tinham iniciado um trabalho difícil. Em 1888 tinham-se estabelecido em New York e em Boston; em 1889, em New Haven, Pittsburg e Providence; em 1890 em Buffalo e Cincinnati. Sucessivamente, chegaram a Cleveland e Kansas City, abriram um segundo centro em New York e em Bosotn e alcançaram Syracuse, Utica, Detroit, Chicago.

Seu trabalho era baseado essencialmente na fórmula da *paróquia italiana*, porque nos Estados Unidos, naquela época, cada grupo nacional tinha sua igreja, com escola anexa, hospital etc. A história da paróquia de San Gioacchino em New York, a primeira aberta pelos seguidores de Scalabrini, ajuda a entender os problemas diante dos quais se encontravam os missionários e a importância de seu trabalho para o crescimento civil e religioso da até então abandonada comunidade italiana.

Em New York já existia uma capela italiana, anexa a uma paróquia irlandesa. Era administrada por um sacerdote napolitano que, sendo meridional, não agradava aos italianos do Norte. A nossos emigrados, porém, era reservada apenas a cripta, com horários e programas definidos. No território da paróquia chegavam chineses em grande número e, ao mesmo tempo, os irlandeses tinham começado a se transferir em outras zonas da cidade. Por isso, o pároco tinha pensado em substituir os que partiam pelos italianos, exigindo, porém, que tivessem instrução em inglês. Seu projeto, na verdade, era o de americanizar sua paróquia servindo-se dos italianos.

Os napolitanos, em sua maioria sem mulher e filhos, vendedores ambulantes e músicos, não muito limpos, não muito habituados a uma prática religiosa regular, provocavam muito ressentimento nos setentrionais, porque seu comportamento prejudicava toda a colônia. Todos os italianos, realmente, eram considerados sujos, avaros com a Igreja e não praticantes. Assim, se algum italiano entrava na igreja irlandesa, mesmo ficando em pé por não ter dinheiro para pagar o assento, era afastado de modo brusco, como um intruso.

Eis porque, no fim, tinha sido reservada a cripta aos italianos. Mas mesmo ali os italianos do Norte se recusavam a se misturar com os meridionais, por não querer prejudicar sua imagem. Os italianos eram tão divididos que os italianos do Sul iam à missa celebrada pelo padre napolitano e os do norte à missa celebrada por um padre setentrional. Havia uma atmosfera de tensão. Os policiais tinham sido obrigado a intervir várias vezes para acalmar os italianos, cheios de raiva por ter sido expulsos da igreja irlandesa.

As coisas estavam nesse ponto quando oito italianos, que haviam ouvido falar de monsenhor Scalabrini e de suas iniciativas, escreveram-

lhe uma carta rogando para que mandasse ao local um missionário, porque queriam uma igreja “*só para eles*”.

Scalabrini havia escrito ao arcebispo de New York, pessoa excelente, muito sensível ao problema dos italianos, o qual se tinha declarado favorável ao projeto. A diocese movia-se à procura de um lugar adequado, mas as pesquisas eram feitas em uma zona em que os italianos eram escassos, enquanto *os nossos* pedia que sua igreja surgisse exatamente ali onde estavam, porque a maioria da população era italiana.

Quando tinha chegado o missionário mandado por monsenhor Scalabrini, as coisas não tinham ido bem. Havia sido comprado um edifício, mas depois os italianos não tinham exatamente correspondido às expectativas. O missionário, que não era um grande administrador, tinha-se encontrado afundado em dívidas e o arcebispo tinha sido obrigado a vender tudo.

Tinha sido um drama, porque o arcebispo (e muitos com ele) havia-se convencido de que os italianos não eram capazes de construir uma igreja própria, não por falta de dinheiro, mas por falta de boa vontade. Houvera um período de tensão entre o arcebispo de New York e monsenhor Scalabrini e seus missionários. Na base de tudo existiam mal-entendidos, mas também hábitos e mentalidades diversos. Os católicos americanos estavam acostumados a taxar as famílias para financiar as obras paroquiais. Com os italianos, (que tinham sido os últimos a chegar, eram realmente pobres e nutriam, em relação à Igreja, uma antiga desconfiança) o sistema não funciona.

Entre outras coisas, os missionários penavam para pedir dinheiro a uma população que ainda não conheciam e à qual ainda não tinham oferecido muito. Padre Vicentini, que era o superior dos missionários, tivera a propósito uma reação de protesto. “*Nós nos sentimos enviados aos pobres...*”, escrevera, interpretando o pensamento do fundador.

Na verdade, monsenhor Scalabrini insistia com a Igreja americana para que concedesse a seus padres um espaço livre onde pudessem desempenhar uma atividade adaptada a seu povo: uma pastoral de pobres para os pobres, fundada em dar mais do que receber, exatamente como se fazia nos territórios de missões na África e na Ásia. Como em todas as coisas, havia um pouco de razão de cada lado. No final, os contrastes haviam-se aplaidado e os seguidores de Scalabrini tinham podido abrir sua própria igreja, com o nome de San Gioacchino, na *Little Italy* da parte leste de Manhattan, onde viviam cerca de 20.000 dos 80.000 italianos que se encontravam então em New York.

A paróquia de San Gioacchino (como todas as paróquias italianas abertas nas principais cidades dos Estados Unidos) ocupou um lugar de grande importância na história de nossa emigração. Ali, nossos emigrados encontraram um ponto de referimento. Esqueceram-se de suas diferenças, levantaram as cabeças depois de anos de humilhações, começaram a sentir-se americanos como todos os outros. Foi ao redor de sua igreja e nas sa-

las de aula da escola paroquial que nossos emigrados construíram sua unidade e salvaram sua italianidade.

Um fato significativo: os protestantes, que procuravam conquistar os italianos, para vencer suas resistências, esforçavam-se para destruir tudo o que havia de italiano neles: as ligações com pátria, as lembranças do passado, os contatos com os parentes, a língua, a história... Em pouco tempo, conseguem desarraigá-los da terra em que haviam nascido; destruíam, pois, suas raízes. Ao contrário, os missionários procuravam salvar essas raízes porque elas são como uma fonte que puxa a água das profundezas, alguma coisa com a qual se constrói o homem e sua personalidade.

Agora que nossa emigração chega às terceira e quarta gerações, os estudiosos reconhecem que essa defesa da italianidade foi, ao mesmo tempo, necessária e útil. Erravam aqueles que queriam impor a nossos conterrâneos o corte das raízes. Defendendo seus direitos, monsenhor Scalabrini prestou um serviço extraordinário a nossa emigração. Mas prestou também um grande serviço à Igreja e à nação americana porque permitiu que nossos emigrados entrassem na arena como um povo vivo, pronto para receber, mas também em condições de oferecer alguma coisa aos vizinhos de casa.

## O pequeno órfão

**E**m janeiro de 1895, um jovem sacerdote de Lucca acompanhava na travessia um grupo de emigrantes que se dirigia ao Brasil. Chamava-se padre Marchetti e tinha 25 anos. Durante a viagem, morreu uma jovem esposa, deixando o marido desesperado com um bebê de colo. O homem estava tão perturbado que ameaçava atirar-se ao mar. Para tranquilizá-lo, o missionário prometeu que cuidaria do menino.

Chegando ao Rio de Janeiro, desembarcou e, com a criança nos braços, bateu de porta em porta até que encontrou uma família disposta a ficar com o pequeno órfão. Padre Marchetti, desde aquele momento, teve uma idéia fixa: construir em São Paulo um orfanato para os filhos dos emigrados. Pediu conselhos a um religioso jesuíta, o qual lhe prometeu falar sobre o assunto com um senhor caridoso, um certo Dr. Vicente de Azevedo.

Naquele mesmo dia o missionário pegou um bonde para visitar um terreno que lhe tinha sido indicado, ma percebeu que lhe faltava dinheiro para a passagem. Humildemente, aproximou-se de um passageiro e pediu se, pelo amor de Deus, podia ajudá-lo, explicando o motivo da viagem. O passageiro desaconselhou ao sacerdote que se estabelecesse naquele lugar, porque era desprovido de água, e se ofereceu para lhe mostrar um outro, sobre a colina do Ipiranga, às portas da cidade. O lugar era belíssimo. O sacerdote não conseguiu conter sua satisfação. “*Agrada-lhe o lugar?*”, perguntou o acompanhante. “*Pois bem, é seu. É um presente.*” Era o Dr. Vicente de Azevedo...

O orfanato italiano de São Paulo nasceu assim, acompanhado desde os primeiros dias por sinais misteriosos. Padre Marchetti acolheu em pouco tempo os primeiros 80 órfãos e para mantê-los andou de fazenda em fazenda, sem parar, exercitando seu ministério sacerdotal e recolhendo ofertas para sua obra. Conheceu sofrimento, calúnias, oposições. Duas vezes arriscou a vida e conseguiu salvar-se milagrosamente.

Depois de ter regressado a Lucca, convenceu sua mãe, a irmã e duas moças a segui-lo até o Ipiranga para que cuidassem dos órfãos. Daquele primeiro núcleo, monsenhor Scalabrini fará nascer uma nova congregação religiosa, com aquelas freiras pobres, mandadas a assistir aos “*pobres emigrados*”, como tinha sempre sonhado.

Padre Marchetti tinha chegado ao Brasil sem nenhum documento oficial. Saía assim, sem nenhum pedaço de papel no bolso (os documentos chegaram com um atraso de quatro meses) desesperadamente só. Mas não se detinha nunca. Tinha o orfanato para cuidar e já uma centena de meninos de quem precisava matar a fome e que deviam ser preparados para a vida. Mas tinha também tantas fazendas a visitar, onde milhares de italianos trabalhavam no lugar deixado pelos escravos.

Sua vida não tinha descansos. Quando se encontrava longe, em meio às plantações de café, preocupava-se com o orfanato, com os meninos e com as freiras que tinham ficado sem padre; então, apressava-se em retornar, a cavalo

ou, freqüentemente, a pé, por estradas muito cansativas. Nesse ínterim, fazia projetos para outras obras: um orfanato feminino, uma casa para os surdos-mudos, uma casa também para os loucos, porque visitando os italianos tinha encontrado muitos infelizes e era um espetáculo que não podia suportar.

Por um relatório mandado a Piacenza, sabemos que em apenas 30 dias tinha feito 70 sermões, confessado 2.600 pessoas, regularizado numerosos casamentos, dado a primeira comunhão a 720 jovens, dos quais alguns já casados. Padre Marchetti tinha voltado da última viagem com febre, mas não tinha parado de trabalhar. Não abandonara seus projetos, não renunciara às visitas aos italianos atingidos pela febre amarela e pelo tifo. Em novembro de 1896, também ele contraíra as doenças e tivera que se render. Os funcionários tinham-no isolado, mas o missionário insistira para que não o separassem de seus órfãos e, por fim, foi levado a uma casinha não muito distante do orfanato. Em 13 de dezembro chegara da Itália um missionário, que monsenhor Scalabrini finalmente conseguira mandar para ajudá-lo.

O missionário tinha ficado surpreso, já que ninguém viera recebê-lo. Assim, tinha chegado por conta própria ao orfanato e encontrara a casa imersa em silêncio: os órfãos e as freiras estavam reunidos na capela. Rezavam e choravam. Seu padre estava à beira da morte. O missionário tinha apenas tido tempo de saudar seu confrade doente, mais jovem do que ele e já perto do fim. Preparara uma carta para o bispo, com notícias da viagem e das graves condições de Marchetti, mas não conseguira enviá-la. Padre Marchetti morrera poucas horas depois, como uma vela que chega ao fim.

O missionário, sobre o qual agora pesava a imensa responsabilidade de uma obra apenas começada, tinha olhado entre os papéis restantes e encontrara uma folha datada de 3 de outubro. Tinha sido escrita, portanto, dois meses antes, quando Padre Marchetti estava completando 27 anos e renovara, pela última vez, os votos de pobreza, castidade e obediência. Mas, já que isso não lhe bastava, quisera acrescentar dois outros votos: o de caridade e o de *não perder mais de um quarto de hora em vão*.

O missionário acreditava que, talvez por isso, seu confrade tivesse morrido, com apenas 27 anos, depois de somente 24 meses de missão. Porque a caridade o havia consumido e porque não podia aceitar perder tempo em vão. Abrira, então, a carta destinada ao bispo e acrescentara: *“Morreu um santo. Estava ponto para o céu... Tão cansado, consumado pela fadiga, devorado pelos contínuos sacrifícios por seus órfãos, pelos quais jamais havia parado, dia e noite, para poder dar-lhes um pão...”*

## No meio das florestas para construir países

**P**adre Colbacchini era um daqueles religiosos que, nos tempos na emigração selvagem, tinham partido espontaneamente para a América seguindo o rastro dos emigrantes. Também ele tinha tido em mãos cartas que falavam de abandono e de exploração; e não tinha hesitado. Conseguira uma bênção do Papa, um alvará de missionário apostólico e deixara Bassano del Grappa para ir diretamente ao Brasil.

Como área de operação, escolhera o Estado do Paraná, uma região cuja grandeza corresponde a dois terços da Itália, ainda em grande parte coberta por florestas, onde os emigrados tinham construído as primeiras cabanas. Padre Colbacchini percorrera várias vezes a cavalo o imenso território, fundara dezesseis capelas, construía uma grande igreja em Santa Felicidade. Estava tão entusiasmado por seu trabalho que tinha escrito a alguns sacerdotes de Vincenza, solicitando que viessem a seu encontro. Tinha em mente grandes projetos. *“O campo é imenso - escrevia - Faremos um corpo único. Fundaremos uma congregação religiosa, um seminário...”*

Um dos sacerdotes que ele tinha solicitado respondera-lhe que a congregação já existia: tinha sido fundada pelo bispo de Piacenza. Padre Colbacchini escreveu imediatamente a monsenhor Scalabrini, colocando-se a sua inteira disposição: *“Faço de mim seu fiel servo, para a vida e para a morte”*.

Os primeiros tempos tinham sido difíceis, porque o Império do Brasil tinha-se, bem naquela época, transformado em uma república e havia agitadores que percorriam as colônias italianas envolvendo nossos emigrados na guerra civil. Padre Colbacchini tinha organizado pessoalmente a fuga de 60 italianos e os agitadores haviam decretado sua morte. Para salvar-se, refugiara-se na floresta, onde tinha permanecido escondido por dois meses dentro de uma pequena cabana encarrapitada entre os galhos de uma árvore. No fim, disfarçado de colono, conseguira alcançar o porto e embarcar para a Itália.

Quando retornou, tinha sido designado por monsenhor Scalabrini para o Rio Grande do Sul. Os missionários haviam chegado àquela região em 1896. A iniciativa partira, mais uma vez, dos emigrados. Os colonos italianos que se tinham instalado em Alfredo Chaves foram os responsáveis pela carta mandada a monsenhor Scalabrini, em novembro de 1894, informando que ali havia 350 famílias abandonadas. Queriam um padre e, para obtê-lo, já haviam comprado a passagem de navio.

Em agosto de 1895 outros italianos dirigiram-se ao bispo de Piacenza e também eles pagaram a viagem do missionário que lhes foi enviado. Eram os primeiros seguidores de Scalabrini a chegar no Rio Grande; outros chegarão em seguida e escreverão uma das páginas mais extraordinárias da história de nossa emigração.

É justamente essa a região à qual chega Padre Colbacchini. As pessoas são pobres, porque faltam estradas e os produtos da terra não podem ser vendidos. Falta construir a igreja, mas a população está dividida, porque cada família gostaria que fosse construída perto de sua própria casa.

Padre Colbacchini visita o território e considera o terreno adequado: fica no meio de um matagal, de onde se abre um vale cheio de água. O ar é puro. O lugar é muito bonito: ideal para o surgimento de um centro populacional. O missionário obtém dos proprietários o terreno de que precisa (cerca de 70 hectares), mobiliza 200 colonos que, em dois meses de trabalho duro, abatem o mato ao redor. As pessoas estão muito entusiasmadas, apesar de as operações serem perturbadas por chuvas intermináveis.

A missa do galo é celebrada ao ar livre, sob uma grande sapopema. A igreja fica pronta pouco depois e é inaugurada em fevereiro de 1997, com a presença de autoridades do Governo. Mas é uma igreja provisória, de madeira; a verdadeira, de tijolos, está já sendo preparada, assim como os locais para as lojas, para o maestro, um colégio para os rapazes e outras coisas mais. Porque não se trata apenas de uma igreja, mas de um povoado propriamente dito, uma futura cidadela, mas que já tem um nome que recorda suas origens. Chama-se Nova Bassano.

Padre Colbacchini é, para esse povoado, além de fundador o sacerdote, o prefeito, o arquiteto, o organizador do comércio e da agricultura. Ao redor, no vastíssimo território, já existem 30 capelas que são visitadas a cada dois meses. Um trabalho árduo. Padre Colbacchini não agüenta mais. Em janeiro de 1901 pede a monsenhor Scalabrini permissão para voltar para a Itália por um período de repouso. Quatro dias mais tarde, sente-se mal. Vai para a cama vestido. A doméstica ajuda-o a dizer suas preces. Suas últimas palavras são: “*Morro contente... Meu Jesus...*”. Tinha 55 anos.

A história de Padre Colbacchini nos introduz no coração de um acontecimento de grande relevo: a colonização do Rio Grande do Sul por nossos emigrados. O acontecimento merece ser destacado porque representa um dos raros exemplos de sociedade democrática e igualitária realizados na América Latina.

É uma história humilde. Os protagonistas são simples camponeses que partiram da Itália porque tinham fome. Para vencer tiveram de combater com enorme coragem as forças hostis das naturezas. Sua colonização foi pacífica. Os colonos vinham, em grande parte, do Vêneto; falavam, portanto, quase todos o mesmo dialeto. Entre eles não havia patrões e empregados, senhores e miseráveis. Tinham partido todos igualmente pobres. Tinham todos pagado o mesmo preço pela terra e lutavam juntos pelas mesmas conquistas.

O alicerce dessas famílias imersas na floresta era a religião e foram os missionários, em grande parte vênnetos, que os salvaram e os fizeram superar os obstáculos. Foram eles que, em um território ainda sem estradas e com autoridades distantes, desempenharam o papel de líderes, dormindo

com os colonos entre as raízes das árvores, arriscando a vida para atravessar correntezas, vivendo por anos de polenta e água porque precisavam construir capelas e escolas, creches e cooperativas. Havia um que escreveu: “*Se nestes lugares faltassem os missionários os nossos colonos, em um quarto de século, (e até antes) reduzir-se-iam ao estado selvagem. Sem religião, sem leis, sem civilização... Como, na verdade, são os pobres brasileiros que habitam o imenso bosque inexplorado, que aqui chamam de mata perdida... Procriam, crescem, vivem e morrem sem nenhuma cognição do mundo civil. Batizam-se por si mesmos, celebram matrimônios por conta própria e, além daqui, não conhecem mais nada...*”

Hoje quem percorre as estradas do Rio grande encontra-se diante de uma descoberta fascinante. É como se uma província do Vêneto tivesse sido transferida ao Brasil. Os nomes das cidades lembram as origens: Nova Bassano, Nova Treviso, Nova Padua, Monte Vêneto, Nova Veneza... Os santos são os mesmos celebrados nas regiões do Montello<sup>133</sup> e da Laguna<sup>133</sup>. Os arcos e os adornos das igrejas recordam a arquitetura de Palladio<sup>134</sup> e de nossas catedrais.

Uma coisa extraordinária: uma sociedade que para nós é apenas uma lembrança, a mesma que existia no Vêneto cem anos atrás, composta de gente religiosa e pacífica. Uma sociedade de gente igual, sem patrões. Um pequeno grande milagre. Tudo isso foi possível porque os emigrantes tinham entendido que sozinhos não teriam conseguido e pediram ajuda. Não havia ninguém para ajudá-los: nem o Estado nem os particulares. Mas havia os missionários de Scalabrini.

---

132 - Montello: colina de altura modesta (369 m.) da região do Vêneto (N.T.)

133 - Laguna: O autor refere-se à baía denominada *Laguna di Venezia*(N.T.)

134 - Andrea Palladio: arquiteto que trabalhou em Veneza, Udine, Brescia e Vincenza, onde construiu a *Basilica Palladiana* e muitos outros edifícios (N.T)

## Um grandioso plano de colonização

**P**adre Colbacchini não cuidava apenas dos emigrados que se estabeleceram no Paraná e no Rio Grande do Sul. Enquanto cavalgava de uma colônia para outra, enquanto dirigia a construção da igreja de Santa Felicidade, pensava em um grande programa de colonização que teria podido oferecer a nossa emigração uma ocasião extraordinária.

Relembremos os fatos. Os estados Unidos e muitos países da América Latina tinham uma necessidade extrema de mão-de-obra européia para valorizar seus infundáveis territórios. A situação, contudo, estava mudando rapidamente. Nos Estados Unidos os campos já estavam ocupados por Irlandeses, alemães, poloneses, suecos. Não havia muito lugar para os italianos.

Também a Argentina estava mudando. Tinha sido por muitos anos a terra dos sonhos para centenas de milhares de italianos, mas agora o país atravessava uma grave crise econômica e financeira e numerosos italianos haviam sido obrigados a voltar para a Itália. Também o Peru, o Chile e a Bolívia, que haviam acolhido consistentes comunidades italianas, denunciavam problemas de saturação.

Restava o Brasil, com seus espaços imensos e suas riquezas inatas. Ali, as possibilidades para a emigração italiana eram realmente ilimitadas. Monsenhor Scalabrini, diretamente e através de seus missionários e da associação San Raffaele, tinha sempre tratado do problema, até porque via na colonização econômica nos países da América do Sul o único modo de se opor ao erro das colônias políticas que muitos teriam pretendido fundar, com a proteção do exército, nos territórios africanos.

A iniciativa de padre Colbacchini insere-se nesse contexto. O missionário tem às costas dez anos de trabalho em favor dos emigrados. Visitou regiões inteiras, participou pessoalmente de numerosas iniciativas. É, portanto, um dos maiores conhecedores da realidade brasileira. Sabe que o governo brasileiro gastou somas fabulosas para colonizar os estados do sul e que está disposto a gastar mais se lhe for proposto um projeto válido. Sabe que uma só companhia de colonização, a Metropolitana, obteve das autoridades brasileiras um contrato para a importação de 100.000 emigrados por ano. Mas está ciente também de que se trata de uma sociedade manipulada por aproveitadores perversos que organizam a transferência de nossos conterrâneos com a mesma mentalidade com que se organiza o transporte de gado.

Colbacchini visitou as zonas do litoral, as mesmas onde as autoridades brasileiras, cometendo um erro gravíssimo, haviam detido nossos primeiros emigrados. Conheceu aquele clima excessivamente quente que provoca aturdimento, os mosquitos que chupam sangue dia e noite, *o mal da terra* que atinge velhos e crianças. Encontrou meninos com a barriga inchada apoiada em pernas raquíticas, com o corpo amarelado, os olhos

cheios de tristeza. Viu nos pés de muitos as feridas fétidas provocadas por um inseto semelhante à pulga e as picadas penetrantes entre a carne e a pele provocadas por um estranho verme injetado por uma mosca dourada. Os colonos haviam resistido dois, três, quatro anos, depois tinham fugido para o interior do país, em busca de uma terra menos hostil.

O missionário visitara também a região de São Paulo e as plantações de café, outra zona que era melhor evitar porque, por diversos motivos, apresentavam problemas e perigos. Os estados mais promissores eram, em suma, três: Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul. Dos três, o que oferecia melhores condições era o Paraná, uma região bela e muito fértil, comum clima temperado, chamada de *O Paraíso do Brasil*. Padre Colbacchini, encorajado por seu bispo, estabelece contato com o ministro italiano do Exterior, ao qual expõe as linhas gerais de seu projeto. A resposta é estimulante.

O missionário, prepara, um longo relatório que ele próprio entrega, em 1895, ao ministro Blanc<sup>135</sup>, em mãos. O relatório é muito detalhado. Documenta, com riqueza de dados e observações, as condições da emigração italiana no Brasil; descreve o drama dos emigrados que se submetem a um contrato com patrões brasileiros; ilustra as peripécias vividas por aqueles que se estabelecem nas colônias do Governo; fala das sociedades de colonização para as quais a emigração é apenas uma operação comercial que deve dar lucro. Sua conclusão é que “*somente o Estado italiano tem condições de garantir a nossos conterrâneos a tutela de seus direitos e interesses*”.

A proposta de Colbacchini desenvolve-se ao longo das seguintes linhas: o país que atualmente oferece melhores condições para nossa emigração é o Brasil; e no Brasil há um estado, o Paraná, que apresenta uma situação extraordinariamente favorável. O clima é excelente, a terra é fertilíssima: produz tudo o que se cultiva na Península, com um rendimento bem superior. Muitas terras estão livres, ou seja, pertencem em grande parte ao estado, que a coloca à disposição dos colonos por um preço conveniente.

Nessas terras - afirma Colbacchini - há lugar para centenas de famílias italianas. Existe a possibilidade de construir colônias homogêneas, de transformar nossos arrendatários e meeiros em proprietários, de fazer do trabalhador que é pago por dia, que nada possui e não tem esperança, um pequeno patrão, com sua casa, seu poder, sua liberdade. Para realizar o projeto, o governo italiano deveria em primeiro lugar criar uma sociedade controlada e administrada pelo estado e dotada de meios financeiros.

É esta sociedade que adquire os terrenos, divide-os em lotes, prepara os equipamentos necessários e instala os colonos. A sociedade é estabelecida como uma sociedade normal por ações, garantida pelo estado. Seu capital é coberto pelos terrenos adquiridos. Antes de fazer os emigrados chegarem ao local, prepara os lotes de terreno (entre 15 e 30 hectares cada um), com cômodas habitações em cada um. Os terrenos já devem estar se-

meados; assim, quando os colonos chegam, a colheita está pronta para ser feita. Cada centro deve ser munido de serralharias e moinhos, uma escola, uma capela e locais para os serviços coletivos.

No início, os colonos não deverão ter despesas, para que possam se estabelecer tranqüilamente. Apenas a partir do terceiro ano começarão a reembolsar, através de parcelas semestrais, as despesas da viagem, a terra, a casa e os animais. Os ativos da sociedade deverão servir para pagar os juros aos acionistas e para construir um fundo de reserva a ser utilizado na construção de obras públicas: estradas, estabelecimentos etc.

Este é, e, síntese, o projeto que padre Colbacchini entregou ao ministro Blanc. O projeto foi lido com muito interesse por ministros, parlamentares, estudiosos e economistas como, aliás, deveria ser, porque foi feito com inteligência e paixão. Mas tudo não passou de elogios. O governo italiano achou que não se poderia empenhar pessoalmente em uma operação de grande fôlego, mesmo que o plano consentisse que uma massa miserável de compenses construísse um futuro digno no Novo Mundo, tornando mais leve, ao mesmo tempo, a grave tensão social que reinava na Península.

A razão apresentada como justificativa era: *O país não dispõe da quantia prevista*. A Itália, em suma, era pobre; no balanço do Estado não havia margem para uma operação tão trabalhosa. A realidade é diferente. Sabemos que (isso será provado nas páginas desta pequena história) dinheiro havia: simplesmente era destinado ao exército e às empreitadas colonialistas. Mais uma vez a emigração fora sacrificada pela classe dirigente. O interesse público dirigia-se às conquistas coloniais programadas na África, entre Massaua e Amba Alagi.

A monsenhor Scalabrini e a seus missionários resta a satisfação de ter proposto ao país um programa de colonização concreto, que não foi feito nos escritórios, mas no coração de uma floresta onde as primeiras colônias italianas tinham começado a crescer e a prosperar. Ou seja, um projeto documentado por fatos e, portanto, possível.

## Tontitown, a cidade dos milagres

**E**m 1896 um certo senhor Corbin, de New York, quer fundar uma colônia modelo em Sunny Side, às margens do Mississipi, nos Estados Unidos. Falou sobre o assunto com o príncipe Ruspoli<sup>136</sup>, que o colocou em contato com monsenhor Scalabrini. Era necessário um missionário: padre Bandini foi o escolhido.

A colônia de Sunny Side cresceu apressadamente, com casas e lojas, uma escola, uma igreja e também um pequeno convento de freiras que cuidavam de crianças. O futuro era cheio de promessas quando, de repente, ainda antes que a colônia estivesse terminada, o senhor Corbin morreu. Os herdeiros não acreditaram que podiam continuar a obra e alugaram tudo a pessoas de pouca confiança. Para cúmulo do azar, houve um surto de malária e as vítimas foram muitas. Os colonos, insatisfeitos e amedrontados, dispersaram-se.

Um grupo de famílias manteve-se junto ao missionário, rogando que ele não os abandonasse. Padre Bandini acompanhou os colonos em uma zona que conhecia, nas colinas de Ozark, no norte de Arkansas. Encontraram 800 acres de terreno, em parte ainda coberto por bosques, que podiam ser adquiridos em prestações, e lá se instalaram. As primeiras casas foram construídas com troncos de árvores e barro. Para conseguir o necessário para a sobrevivência, os italianos trabalhavam nas minas vizinhas e também como lenhadores .

Durante a primavera de 1898, o gelo destruiu as árvores frutíferas. Poucos dias depois, um ciclone completou o desastre. Foi um momento terrível. Por sorte havia o missionário que ajudou a suportar a situação, que era dramática, até porque os vizinhos olhavam muito desconfiados para os recém-chegados. Eram italianos e eram católicos. Começaram, então, a atacá-los destruindo seus campos. Tentaram inclusive atear fogo à escola, que era a única construção sólida, na qual os colonos guardavam todas as coisas mais importantes. O clima era aquele típico do oeste, onde valia a lei do mais forte.

Pela manhã, quando os vizinhos foram ao local para ver os italianos derrotados, decididos a ir embora, encontraram o missionário em pé, calmo mas decidido. Disse simplesmente: *“De hoje em diante, os italianos saberão defender seus direitos”*. Os colonos, armados puseram-se em guarda em suas terras enquanto Padre Bandini apresentava-se ao juiz local para defender seus conterrâneos. Foi uma grande vitória. O juiz garantiu a segurança da colônia: os italianos finalmente conseguira viver em paz.

Com um trabalho assíduo, superando sacrifícios enormes, os italianos conseguiram pagar as terras. Construíram casas sólidas, estábulos, oficinas, bodegas, correio e telefônica e também uma bela igreja dedicada a São José. Em poucos anos, passaram das barracas a uma verdadeira cidade-la. Suas terras transformaram-se num esplêndido pomar. Padre Bandini quis dar um nome à cidade. Chamou-a Tontitown, prestando homenagem ao explorador Enrico Tonti , que tinha sido o primeiro a explorar muitas regiões da bacia do Mississipi.

Padre Bandini dedicou toda sua vida a Tontitown, tornando-se a alma da cidade. Não era apenas o pároco: as autoridades locais haviam-no escolhido para ser o tabelião, o inspetor das escolas do distrito, o responsável pelo correio. Era o padre quem dirigia o trabalho nos campos, que dava aulas de italiano aos meninos maiores, que regia a banda musical.. Já que a prosperidade da colônia dependia das vias de comunicação, Padre Bandini convenceu a companhia ferroviária a construir uma linha que unisse Tontitown aos grandes mercados de Kansas City, St. Louis, Memphis e aos riquíssimos mercados da América do Norte.

Quando Tontitown foi declarada um município, os colonos, por unanimidade elegeram-no prefeito. Padre Bandini não aceitou o cargo, mas permaneceu naquele lugar até o fim como uma espécie de grande chefe da comunidade que havia ajudado a criar. Morreu em 1917 no abrigo público local, como um cidadão qualquer. Tudo que possuía tinha sido dado a outros.

O nome de Bandini é conhecido em toda a América. Sabem que é o *fundador de uma colônia italiana*, a única realizada em todo o território dos Estados Unidos. Sua fama explica-se. Os americanos, na verdade, estavam convencidos de que os italianos não se adaptassem ao trabalho nos campos. Viam-nos amontoar-se de maneira estúpida nos subúrbios das grandes cidades. Julgavam-nos desprovidos de caráter, preocupados apenas em fazer dinheiro rapidamente para voltar para casa. Chamavam-nos com muita indulgência de *birds of passage*, ou seja, andorinhas. Chamavam-nos também de outros nomes carregados de desprezo. O futuro presidente Wilson, em sua *História do povo americano*, fala dos italianos como uma “*maldita ralé...*”.

Por isso, a realização de Padre Bandini suscitou surpresa e admiração: era a prova de que os italianos, se fossem bem conduzidos, sabiam-se perfeitamente adaptar à colonização agrícola. Por esse motivo, economistas e estudiosos iam ao local para ver o *milagre*. Um pesquisador escreve: “*Os italianos, antes desprezados, agora são muito estimados e não há lugar em Ozarks em que não se deseje uma colônia italiana...*”.

A lição de Padre Bandini tem um alto valor social. Ele desejava afastar nossos emigrados das grandes cidades, onde marchavam literalmente entre miséria, enganos, abusos e exploração. Gostaria de levá-los aos campos para lhes oferecer a possibilidade de crescer como homens, como cidadãos e como cristãos. Gostaria de extrair de sua gente suas melhores qualidades. Padre Bandini não desejava o isolamento da comunidade italiana. Por isso, fez construir a ferrovia. Por isso, quis que todos os italianos obtivessem a nacionalidade americana. Passando a ser eleitores - acreditava - mantendo-se unidos e disciplinados, teriam conquistado um peso político, obtendo tudo o que, permanecendo estrangeiros, nunca teriam obtido.

## Um punhado de padres pobres, audazes, generosíssimos

**E** escreveu um estudioso: “*Padre Bandini na América do Norte, Padre Colbacchini, na América do Sul e padre Maldotti no porto de Gênova bastam para imortalizar um empreendimento. Eles foram os maiores intérpretes de monsenhor Scalabrini na obra por ele instituída para assistir a grande emigração transoceânica.*”

Junto àqueles nomes que ficaram famosos, há outros que merecem ser lembrados, porque carregam a marca inconfundível do bispo de Piacenza: de Padre Marchetti, o fundador do orfanato de São Paulo, a Padre Molinari, morto aos 44 anos, já com fama de santo; de padre Capra, que organizou os operários durante uma greve duríssima, a Padre Pandolfi, que trabalhou por cinquenta anos entre os emigrados sem ter ao menos um dia de repouso.

Há ainda Padre Gambera, enviado por Scalabrini a New Orleans depois do linchamento de treze trabalhadores italianos, em um momento realmente dramático. Crispi ameaçava mandar um encouraçado e a população, inflamada, queria jogar nossos conterrâneos no rio. É padre Gambera que salva a comunidade italiana; é também ele que vai ao porto cada vez que chega um navio, para abraçar e proteger os novos emigrados.

Há Padre Rinaldi, espírito franciscano, o clássico missionário de Scalabrini cheio de espiritualidade e italianidade. Em 1924, di Reti, de quem agora corre um processo de beatificação, é nomeado bispo. Há Padre Mantese e Padre Novati, Padre Chiariglione, padre Consoni. Personagens raras, dignas de admiração.

O leitor pode pensar que a história desses missionários tenha sido, de alguma maneira, manipulada para transformá-los em figuras convenientes. A verdade é que aqueles padres eram realmente fora do comum: pertenciam a uma classe rara que a Igreja, com todos os seus defeitos, não cessa de reproduzir. Eram homens extraordinários, sobretudo porque duramente selecionados. Não que Scalabrini fosse duro na escolha, mas propunha metas difíceis que exigiam uma grande capacidade de doar e de sofrer. Para os emigrados, o bispo de Piacenza não queria padres comuns: pedia santos e heróis.

A Itália, naqueles anos de ruínas, estava cheia de padres. Principalmente as regiões meridionais produziam padres vindos de todos os povoados. No extremo Sul, onde imperava a miséria, ser padre representava uma das poucas chances oferecidas aos pobres. O padre possuía a cultura, uma riqueza extraordinária numa sociedade de analfabetos. Podia se sustentar, ser alguém.

Quando se abriram as vias da emigração, muitos desses padres seguiram as colunas de emigrados e instalaram-se nas comunidades italianas. Dentre esses padres, alguns eram bastante capazes e outros até mesmo excelentes. Mas muitos (de mais!) eram operários miseráveis. Os bispos americanos não queriam nem sentir falar deles. Para que se tenha uma idéia da dimensão do problema, basta pensar que de uma única pequena diocese, a de Policastro, na Campania, haviam já partido, até 1887, cerca de cem sacerdotes e outros estavam se preparando para partir. Não é erra-

do, portanto, estimar em alguns milhares o número dos sacerdotes italianos que seguiram os emigrados na segunda metade do século XIX até a primeira guerra mundial.

Pois bem, monsenhor Scalabrini, durante toda a vida, comandou pouco mais de cem missionários. É justamente essa cifra que explica o milagre: aqueles cem padres eram extraordinários porque tinham aceitado ser pobres, obedientes e castos. Aos emigrados - pensava Scalabrini - não se podia oferecer menos do que isso. Se o bispo tivesse sido comodista, seu apelo teria sido acolhido por muitas centenas de sacerdotes e de clérigos que procuravam uma instalação no novo mundo. Mas ele acreditava em sua missão: amava realmente os emigrados. Não queria simplesmente ajudá-los: queria servi-los com amor. Para fazer isso, eram necessários homens incomuns.

O obstáculo que eliminou muitos candidatos foi o compromisso com a pobreza. De fato, os missionários de Scalabrini eram paupérrimos. Deixavam de viver pelo povo. Moravam em cabanas e em sótãos úmidos. Ficavam com o estritamente necessário: o resto era destinado às famílias carentes, às obras e ao seminário de Piacenza, onde se preparavam os futuros missionários.

Os bispos americanos admiravam esses padres que aceitavam serenamente uma vida desconfortável e que nunca estavam cansados, que suportavam a fome e as doenças e arriscavam com frequência a própria vida. Padres não sempre inteligentes, não sempre instruídos, mas fiéis às orações e à penitência, dotados de uma incrível generosidade. Muitos deles morreram ainda jovens, consumidos pela exaustão. Muitos morreram considerados santos pelo povo.

É verdade que monsenhor Scalabrini também teve missionários que não suportaram e se retiraram por diversos motivos. O bispo de Piacenza foi, com eles, de uma grande humanidade. E isto não deixa de surpreender: logo ele, que procurava santos e heróis, diante de pessoas concretas, de sua fragilidade e de seus problemas, dava provas de respeito e de compreensão.

Os que permaneceram deixaram profundas marcas nas terras de emigração.

Aqueles cem padres que monsenhor Scalabrini pôde mandar a New York e a São Paulo, a Detroit e a Santa Felicidade, a Boston e a Encantado não apenas realizaram obras importantes no plano religioso e social: ofereceram à Itália e à Igreja uma preciosa contribuição de idéias e de propostas. Seus ossos ainda marcam as grandes estradas da emigração, representam pontos de referência seguros. Os emigrados ainda se lembram deles. Também a Itália deveria honrá-los, como se honram os pioneiros que aceitaram missões difíceis e morreram durante o cumprimento de seu dever.

Em 1992, em um pequeno município da região de Salerno, foi enviada uma carta. No envelope, escrita com uma mão incerta, havia uma indicação simplíssima: *Padre Antonio América*

Aquela carta impossível, completamente desprovida de indicações, a não ser a de um continente imenso, chegou, incrivelmente, a seu destino. Os empregados dos correios imaginaram que a América deveria ser a do Norte, e mandaram a carta a New York, exatamente onde havia um padre que os italianos chamavam, familiarmente, de padre Antonio. Era o padre Antonio Demo, missionário de Scalabrini. Nos bairros populares todos os conheciam. Hoje, uma das muitas praças da metrópole

## Freiras especiais para emigrados

Monsenhor Scalabrini acreditava que a obra dos missionários, para estar completa, necessitava da participação das freiras. Não era possível, realmente, confortar os doentes nas casas e nos hospitais, construir creches e escolas sem a presença de religiosas preparadas especialmente para a tarefa. “*Há coisas - escrevia - que só as freiras podem conseguir. Deus implantou no coração da mulher um atrativo particular, que faz com que exerça um poder arcano sobre as mentes e os corações*”. Por isso, desde os primeiros dias, amadurecia uma convicção profunda: sua instituição missionária necessitava de um braço feminino. No verão de 1887, Scalabrini encontra madre Cabrini. O bispo de Piacenza está preparando os primeiros missionários que serão mandados às Américas; madre Cabrini fundou há pouco as *Missionarie del S. Cuore* e procura um continente onde lançá-las. É Scalabrini que fala dos emigrados: propõe que ela mande as freiras a New York, onde seus missionários poderiam auxiliá-las no início das atividades.

Madre Cabrini fica hesitante: suas preferências são os longínquos e misteriosos países do oriente. Monsenhor Scalabrini fala a respeito com o Papa, e quando madre Cabrini se apresenta ao pontífice para que lhe seja proposto um campo de trabalho a suas religiosas, Leão XIII, acatando a proposta do bispo de Piacenza, diz: “*Não ao Oriente, madre, mas ao Ocidente...*”. É assim que madre Cabrini, com um destacamento de freiras, desembarca em março de 1889 em New York, onde está programada a fundação de um asilo, fala-se de escolas e há um hospital sendo aguardado.

Infelizmente, as coisas não caminham como monsenhor Scalabrini teria desejado. Ele havia, de fato, pensado em uma congregação feminina ligada aos missionários, um verdadeiro braço feminino de suas atividades. Madre Cabrini, mulher caridosa e forte, não podia renunciar a sua autonomia. Além disso, os missionários que mantinham contato com Cabrini eram pobres, não eram nem mesmo grandes administradores. Não conseguiriam manter as freiras. Madre Cabrini tem um momento de hesitação: ao final, sua vocação supera os projetos de Scalabrini. Permanece na América, mas obedecendo a seu particular carisma. Mulher gerente, que se adapta bem ao dinamismo da sociedade americana, cria obras grandiosas. Morre em Chicago em 1917. Em 1964, é proclamada santa: *a santa dos emigrados*, a primeira santa dos Estados Unidos.

Monsenhor Scalabrini não renuncia a seu projeto. Admira madre Cabrini e suas religiosas. Diz que fazem muito bem, mas não o bem que ele desejava de uma congregação consagrada em modo exclusivo a serviço dos emigrados. O problema, portanto, permanece em aberto: as necessidades dos emigrados acentuam sua gravidade.

Em outubro de 1895, padre Marchetti encontra-se em Piacenza com monsenhor Scalabrini. Abriu há pouco em São Paulo um orfanato e veio à Itália em busca de ajuda. Abraçam-se. Quem viu a cena comenta-a com emoção, porque viu dois sacerdotes cheios de fogo: os olhos iluminam-se.

O jovem padre apresenta madre Carolina, a irmã Assunta e duas moças que querem colocar a vida à disposição dos emigrados. É a semente de uma nova congregação religiosa feita sob medida para os emigrados. O sonho de Scalabrini começa a virar realidade. O primeiro nome é *Ancelle degli orfani e dei derelitti all'estero*<sup>137</sup>; e isso já mostra que seu compromisso é servir os mais pobres dentre os pobres. É o bispo de Piacenza que acolhe suas promessas. Também é ele que lhes entrega o crucifixo dos missionários.

No início, monsenhor Scalabrini pensa em uma congregação única, formada por dois ramos, o masculino e o feminino, com as mesmas regras e o mesmo superior. A coisa revela-se difícil; logo as freiras conquistam sua autonomia, mas estarão sempre nas estradas em que caminham os missionários. A história das religiosas fundadas por monsenhor Scalabrini e padre Marchetti é significativa. Revela, por um lado, a vontade que o bispo de Piacenza tinha de criar um corpo de *mulheres missionárias*, porque assim o exigia o serviço com os emigrados; por outra, a fidelidade extraordinária dessas freiras que enfrentaram provas duríssimas e nunca quiseram renunciar a sua vocação extraordinária. As freiras dos emigrados são hoje chamadas de *Scalabriniane*. A única congregação feminina - em todo o mundo católico - que tenha por objetivo prestar serviço aos emigrados.

### Observatório

A entrada em cena de monsenhor Scalabrini na vida italiana constitui um acontecimento de grande importância: é um daqueles fatos que marcam a vida de um povo.

A emigração iniciara seu doloroso caminho em um país despreparado, torturado por muitos infortúnios. Era uma emigração perdida, repleta de cadáveres, feridos e miseráveis aproveitadores, que eram a imagem escandalosa de um povo ainda à procura de um destino.

A intervenção de Scalabrini representa um fato histórico. É ele que ajuda o país a perceber que se encontra diante do maior problema social da nova Itália. É ele que disponibiliza para a Igreja e o Estado os instrumentos operativos para intervir nos planos da assistência e da religião. Sobretudo, é ele que dá um sentido à emigração, transformando um evento, por natureza trágico, em um ponto de encontro para a pacificação da nação.

A verdadeira grandeza de Scalabrini reside justamente nisso. Quase sozinho, antecipando os tempos, entendeu as dimensões perturbadoras da emigração, mas descobriu também sua enorme carga construtiva. Graças a Scalabrini, a emigração passa a ser uma ocasião extraordinária para o país, como os grandes eventos da história: as guerras, as pestes, as tragédias do povo. Graças a Scalabrini, os italianos divididos começam a construir sua paz.

---

137 - *Ancelle degli orfani e dei derelitti all'estero*: o nome significa "servas dos órfãos e dos desamparados no exterior" (N.T.)

Quarta  
parte

## Como realmente foram as coisas

**N**ossa história chegou a um ponto iluminado: agora é mais fácil entender como realmente foram as coisas. Alguns sinais já tinham aparecido no horizonte, mas agora o desenho é mais preciso. Já é possível dar um nome à imagem.

Tornemos ao ponto de partida, ao ano de 1860. A Península está atrasada, sem recursos. A agricultura é antiquada. A indústria dá seus primeiros e incertos passos. É dentro deste árido panorama que se inserem os erros da classe dirigente italiana.

1° - Antes de mais nada, as taxas. São excessivas, as mais altas da Europa. Não deixam nenhuma possibilidade de que se poupe dinheiro. Estando ligadas ao consumo, atingem sobretudo os pobres, tornando sua vida insuportável. A emigração é para muitos a única solução possível.

2° - O Estado dispõe de recursos limitados. Mas, em vez de utilizá-los para mudar o país, coloca-os a disposição do exército e dos empreendimentos coloniais. Nada sobra para as carências sociais. Para muitos, a fuga será uma escolha obrigatória.

3° - A agricultura está doente. Precisa, portanto, ser ajudada, até porque a maior parte da população vive ainda da terra. Mas, ao invés disso, é condenada a uma sobrevivência difícil. Milhões de agricultores são obrigados a partir.

4° - É a indústria que toma a dianteira. Mas é uma indústria ainda jovem, incapaz de dar o pão a muitos. Milhões de trabalhadores emigram porque não há lugar para todos. O país não precisa de seus braços.

A história dos últimos anos que nos separam de 1900 e dos anos imediatamente sucessivos é dramática, cheia de convulsões e repressões. Entre lamentos e gritos, o país procura um novo equilíbrio. Os pobres agitam com raiva suas bandeiras ensanguentadas

A emigração entra nesta história como protagonista. São os emigrados que, partindo, impedem que a Península estoure. Expulsos do país pelas dificuldades ou emigrados por vontade própria, são eles que evitam que a Itália passe por uma revolução que já estava no ar. Naqueles anos terríveis, monsenhor Scalabrini está presente. Para gritar ao país que não é justo que as pessoas partam daquele modo. Para mostrar com os fatos que é possível fazer muito, chegar até mesmo ao sacrifício da própria vida.

## Criar obstáculos à emigração: um ato injusto e cruel

**H**avíamos interrompido a narração dos acontecimentos italianos para abrir as portas ao bispo de Piacenza, que rompe corajosamente a inércia do país e proclama os direitos de uma imensa população que se dirige, dolorosamente, aos portos de embarque. Retomemos, agora, a narrativa, de onde a havíamos suspenso. Há ainda muito o que ver e entender.

Estamos em 1888. Por iniciativa do Ministério do Interior, desenvolve-se uma grande investigação. O ministro quer saber quais são os motivos que forçam os camponeses a abandonar suas terras. Os relatórios dos prefeitos mostram um panorama trágico, especialmente no Sul. Eis alguns trechos enviados pelas prefeituras:

*“É a miséria que leva os camponeses a partir...”* (de Campobasso);

*“O principal motor da emigração é a fome...”* (de Cosenza);

*“Sem dúvida, é a miséria que obriga a população a partir...”* (de Potenza);

*“É o escassíssimo salário dos operários que os obriga a abandonar a terra”* (de Catanzaro);

*“É a miséria..., a mesquinhez dos salários...”* (de Salerno).

A mesma constatação dramática dá-se em Benevento, em Avellino, em Reggio Calábria. A conclusão é evidente: é a fome, sobretudo, que obriga o povo a procurar os portos e deixar o país.

Lentamente, entre lamentos e gritos, o *Meridione* despovoava-se. A situação é alucinante. Basta pensar no exemplo da região da Basilicata. De uma população de 510.000 habitantes, há 15.000 proprietários de terras e cerca de 10.000 *capitalistas*, como eram estranhamente chamados os comerciantes, os empregados e os que estavam bem de vida em geral. Junto a esse pequeno núcleo de afortunados, há 12.000 trabalhadores braçais que cada dia se vêem às voltas com a fome e cerca de 230.000 pessoas que não exercitam nenhuma profissão e que vivem às custas de famílias desesperadas. Em tais condições, refrear a emigração significava semear a raiva e a revolta.

O deputado Nitti escreve a esse respeito: *“Não foram poucos os camponeses da Basilicata que vi serem vítimas do bárbaro sistema de arrendamento, trabalhando na esperança de se livrarem das dívidas contraídas para semear. E muitas vezes o valor da colheita era inferior às despesas do arrendamento: não sobrava nada para comer... Até cerca de vinte anos atrás, quem se encontrava nessas condições virava brigante. O brigantaggio, no Sul, transformara-se em instituição. Agora se emigra...”*.

*“Lembro-me de um povoado da Basilicata - escreve ainda o famoso estadista - um povoado triste e pobre, atingido pela malária e pela emi-*

gração. De 5.000 habitantes, 72 eram padres e havia ao menos 200 pessoas que viviam de renda, sem fazer nada...Para viver, os camponeses tinham de recorrer a empréstimos com juros ; e no Sul os juros são terríveis: para cada lira tomada emprestada paga-se de um a dois centavos por semana: entre 60 e 120 % de juros ao ano.... Não: aqueles camponeses não podem ser mais pobres do que já são. Quem viaja àquelas terras, diante de tanta gente digna da maior piedade, pode bem dizer que a morte é para eles um repouso...”

Dos povoados da área de Cosenza e de Salerno e da Basilicata já partem inteiras famílias. Vão *tornar-se americanos*. O espetáculo é muito doloroso. Quando não conseguem vender seus miseráveis pertences, deixam tudo como está. Nem mesmo fecham a porta de seus casebres. As chaves ficam penduradas em um prego, como um objeto inútil. É o êxodo triste de uma gente dilacerada e infeliz, os pobres italianos que levarão às ruas americanas a imagem viva de uma miséria inacreditável e insuportável. Grupos de quatro, cinco famílias, com velhos e crianças, dão adeus para sempre à terra que os viu nascer. Ouvem-se algumas canções melancólicas. É gente que nunca saiu do campo, fechada em uma antiga resignação. Partem não para ganhar dinheiro, mas simplesmente para poder viver. Em sua terra, viver não mais é possível. Não têm muitas ilusões, mas estão certos de que, sob qualquer céu, a vida será menos cruel. Ainda há lugar para a esperança.

Nitti dirá ainda “*Querer suprimir ou limitar a imigração, torná-la ainda mais penosa, é um ato injusto e cruel...*”. Mas é justamente isso que, obstinadamente, faz o Governo, acrescentando à antiga fome uma nova violência.

## O mito da grande Itália

**A**ruptura comercial com a França e suas repercussões na agricultura (ainda há revoltas, novos emigrantes...) haviam acentuado a urgência de que se encontrasse uma abertura comercial nos mercados do novo mundo. Naturalmente, os olhos voltavam-se aos países em que a presença dos emigrados era notável. Na Argentina, no Brasil e no Uruguai havia mais de 600.000 italianos: podia-se esperar que sua presença fosse alimentar a troca comercial com sua pátria mãe.

Infelizmente, nossos emigrados tinham chegado àquelas terras havia poucos anos; e eram pobres e abandonados demais para que se transformassem rapidamente em consumidores e produtores. Países como a Alemanha, a Inglaterra e a Bélgica tinham naquelas mesmas regiões uma presença mais reduzida. Todavia, suas relações comerciais eram bem mais consistentes. Sua gente, porém, era mais preparada; tinha o respaldo de governos e de grupos privados que ofereciam toda a assistência necessária.

Dessa dificuldade, nasce na Itália a tendência a procurar em campos alheios a solução dos problemas. É o caminho que Crispi percorrerá naqueles anos: a tendência a encontrar uma saída ao país recorrendo às colônias. A ilusão é que, direcionado os olhares à África, serão aliviados os problemas econômicos e sociais que dilaceram a Península. Há ainda a tentativa de integrar ao estado as massas camponesas que procuram na emigração e no socialismo sua salvação.

Neste campo, Crispi encontrará o apoio tanto de uma parte dos socialistas quanto dos nacionalistas católicos. Aqueles sonham em construir na África *colônias comunistas*; estes visam desenvolver em terra africana, junto à ação econômica e militar, uma ação religiosa. Ambos, sem que percebam, terminam fazendo o jogo dos colonialistas, dando um apoio de caráter moral à chamada *missão civilizadora* da Itália em solo africano. De fato, o colonialismo foi o meio que uniu a Crispi as classes agrárias, especialmente as meridionais, assustadas com as primeiras revoluções camponesas.

A Itália tinha uma emigração permanente da qual três quartos eram compostos de camponeses e trabalhadores braçais. Nos anos entre 1887 e 1890, os italianos que tinham deixado definitivamente a Península tinham sido 435.000. Não era difícil falar de colônias em que nossos emigrados teriam podido transformar-se em proprietários, conservando sua nacionalidade. Ou escrever, como Antonio di San Giuliano, grande proprietário rural e futuro ministro do exterior: “*A Itália deve extinguir no planalto etíope a antiga sede de terras...*”.

Apesar das intervenções de Scalabrini junto a numerosos parlamentares, o projeto de lei sobre a emigração (que leva o nome de Di Zerbi) é aprovado em dezembro de 1888, sem as emendas propostas. A figura dos

recrutadores é legalizada. Os efeitos são devastadores. Todavia, a nova medida sobre a emigração apresenta alguns aspectos positivos, como a obrigatoriedade da estipulação de um contrato escrito para o transporte, a anulação do vínculo que compromete o emigrado a empenhar seu trabalho para o pagamento das despesas de viagem, a sanção das primeiras penas para os abusos em matéria de expatriação.

Em 1888 entra em vigor o novo Código Penal, que abole a força. Leva o nome de Zanardelli. É o mesmo código que resistiu até os dias de hoje. Contém também uma norma que interessa à emigração, o *delito de fraude*, que atinge quem, “*a fim de obter lucro, induz um cidadão a emigrar, enganando com a alegação de fatos inexistentes e com a criação falsas notícias*”. Tal medida tinha sido solicitada repetidamente pelo bispo de Piacenza .

Em relação ao Código Social, porém, quase tudo ainda está por fazer. É significativo que, na jovem Itália, tenha-se dado a precedência ao Código Comercial e depois ao Penal, reservando-se ao Código Social apenas os últimos espaços. O tema dos delitos e das penas (o Estado que vigia e pune) tinha um peso maior em relação aos direitos e ao sofrimento das massas populares que, no entanto, constituíam a grande maioria da população.

## Três cifras assustadoras

**1**890 é o ano crítico da economia da Itália. Iniciada com um século de atraso em relação aos países do norte ocidental da Europa, a industrialização da Península acontece com dificuldades. Os italianos são mais de trinta milhões: demasiados para um país onde as fábricas ainda são poucas e em que a agricultura é antiquada e desprovida de capitais.

Como ressalta Giustino Fortunato, “*o balanço público é dividido em três cifras assustadoras*”: 44% servem para pagar os débitos; 37% são destinados ao Exército e à Marinha; o que sobra (apenas 19%) serve para todo o resto: escolas, hospitais, estradas, ferrovias, dependentes do Estado, assistência pública, aposentadorias...

Ao mesmo tempo, os italianos estão entre os mais taxados do mundo em impostos anuais, em relação ao imposto de renda e ao capital nacional. A década entre 1876 e 1886 tinha sido marcada pela despreocupação. Tinha-se gastado demais e foi necessário retroceder. Agora, por exemplo, os salários dos magistrados são tão baixos que para se dar alguma coisa a mais é necessário fechar quase 300 tribunais de um total de 1800. O Ministério da Justiça tem seu balanço bloqueado há vinte anos: se os custos aumentam ou se novos problemas nascem, fecha-se.

Se toda a Itália está sofrendo, quem mais sofre é o *Mezzogiorno*; e, no *Mezzogiorno*, a região mais infeliz é a Basilicata. Os proprietários dos terrenos são esmagados pelos impostos, a agricultura está estancada há cem anos e produz apenas cereais. Os arrendatários mal conseguem viver. Os que ganham por dia de trabalho (a maioria) recebem um pagamento miserável. Parece incrível, mas o salário dos diaristas, em 30 anos, aumentou apenas 2%... Nessas condições, a emigração representa, para muitos, a única via de salvação.

O problema do trigo merece ser explicado porque assume no Sul características originais. Até 1882, os preços agrícolas haviam registrado na Península um aumento constante. A França, derrotada em 1870 pela Alemanha, estava passando por dificuldades, os Estados Unidos, arruinados pela Guerra de Secessão, tinham muitos feridas para cicatrizar. Conseqüentemente, era fácil vender trigo naqueles anos.

O trigo cultivava-se em todo o Sul, até onde não é conveniente. Quando a França e os Estados Unidos retornam aos mercados internacionais, a crise é inevitável. Seguem-se anos magros, um após o outro, e a crise torna-se dramática. As despesas, de fato, superam a receita; os débitos, em um primeiro momento, são repassados por meio de crédito em papel-moeda, até um momento em que a corda arrebenta.

O Sul enche-se de dívidas, muitas das quais insolúveis. As terras terminam nas mãos dos credores, ou seja, dos bancos. Mas até os bancos (veremos mais adiante) serão atingidos pelo vento gélido da falência. Eis, portanto, que reaparecem à luz do dia, juntas, as grandes chagas do Sul, que são a malária, o latifúndio, o feudo e a propriedade do Estado, ligadas entre si por laços antigos e perversos.

A terra do *Mezzogiorno*, em geral, é pouco permeável, mais adequada ao pastoreio e ao bosque do que à produção de gramíneas. Mais do que estéril, a terra está esgotada. Por séculos, no Sul, viveu-se da exploração abusiva do solo e dos camponeses. Agora ambos estão cansados. Não agüentam mais produzir. As pessoas vão embora. E os campos abandonados finalmente repousam, à espera de um novo ciclo produtivo.

## A questão da propriedade pública da terra no Sul

Quando damos uma olhada na história da Itália, como foi vivida nas regiões meridionais nas primeiras décadas depois da unificação, encontramos-nos diante de repetidas revoltas populares, com frequência sangüinosas. Na base dos protestos, há um problema que os setentrionais nem mesmo conhecem, que é a questão das terras. É esta, mais do que a fome, a verdadeira questão social do Sul.

Para compreender o problema é necessário recordar que, no *Mezzogiorno*, a posse de um terreno era entendida mais como direito de uso do que como direito de propriedade. Deste fato derivam incertezas sobre os verdadeiros proprietários de muitas terras e nascem contrastes e rebeliões.

No tempo da revolução Francesa, quando Napoleão mandou Murat<sup>138</sup> a Nápoles, houve árduas disputas entre os eternos barões, que ainda contavam com privilégios e abusos, e os novos patrões, que se estavam afirmando: advogados, funcionários e proprietários. São exatamente os novos patrões que tiram dos pobres o uso das *terras comuns* de que usufruíam havia séculos e põem as mãos em bens cujo direito de propriedade é, no mínimo, incerto. Cada movimento político no *Mezzogiorno* revela o desejo da nova burguesia de ter as mãos livres nas questões de propriedade de terras. Cada resposta dos camponeses revela, entre gritos selvagens, a raiva de uma população eternamente defraudada. Esse clima de tensão gerou o *brigantaggio*, que marcou de modo doloroso um longo período da história meridional.

Com o *Regno d'Italia*, os municípios tornam-se finalmente autônomos; todavia, o voto é concedido apenas aos burgueses. Retomam, assim, as antigas disputas sobre terrenos que deveriam pertencer aos municípios (e, portanto, a todos) ou aos particulares. Acontece, porém, que à frente dos municípios estão os mesmos usurpadores (escolhidos, por acaso, pelo Rei...) e, assim, os processos permanecem fechados nas gavetas por longos anos, quando não são eliminados.

Devemos recordar que parte desses terrenos tinha sido distribuída aos camponeses, com a intenção clara de transformar os *cafoni* em agricultores. Mas tratava-se de terrenos estreitos, pouco férteis: os camponeses não possuíam recursos para arrumá-los. Começam os primeiros débitos: os novos pequenos proprietários não conseguem continuar e se rendem. Emigram em massa. A terra volta aos municípios ou termina nas mãos de ricos proprietários.

Alguns exemplos: as terras públicas de Altella (Potenza), depois de vinte anos, tinham retornado ao município. As de Barletta, divididas entre 800 pequenos proprietários, depois de 30 anos tinham 75% de seu total em mãos de grandes proprietários. A lição desta página da história é clara: no Sul, de geração em geração, sempre houve essa fome de terras a serem divididas entre o povo. No Norte, nem ao menos conhecem a existência desse problema, que, no entanto, diz respeito à metade da Península.

E todos ficarão surpresos quando, depois de cem anos, no final de segunda Guerra Mundial, os próprios camponeses, na Sicília e na Puglia, agitando bandeiras vermelhas, ocuparão os antigos latifúndios pedindo, como tinham feito seus antepassados, um pedaço de terra para ser cultivado.

138 - Joachin Murat (Labastide-Murat, 1767 - Pizzo, 1815): general francês, cunhado de Napoleão Bonaparte, foi nomeado Rei de Nápoles em 1808; rompeu com o imperador em 1814 e tentou suscitar na Itália um movimento de independência sob sua soberania. Foi preso e fuzilado em Pizzo, na Calábria (N.T.)

## *Rerum Novarum*: movem-se os católicos

**A** pesar da separação entre Igreja e Estado, os católicos não ficam inoperantes. Obrigados a desertar o Parlamento, participam ativamente das eleições administrativas. Querem estar presentes onde se decide sobre escola, família, assistência, vida das comunidades locais etc. Nasce os primeiros movimentos católicos. Em 1875, em Florença, nasce a *Opera dei Congressi*, que reúne todas as organizações que operam no plano social.

Assim os católicos, que não podem participar da vida política do país, encontram uma saída no terreno social. Nasce sociedades operárias, associações de ajuda mútua, bancos populares e cooperativas. Toniolo, que propõe a reconstituição das corporações medievais, compostas de trabalhadores e empregadores, provoca entusiasmo em muitos.

Mas é o Papa, com a encíclica *Rerum Novarum* (1891), que oferece aos católicos uma nova fronteira. Os católicos - diz, substancialmente, Leão XIII - não podem ignorar a luta de classes ou perder o interesse por ela: devem, pelo contrário, intervir, formando associações operárias próprias, a fim que as forças operárias cristãs não sejam obrigadas a se alistar sob outras bandeiras. E devem conduzir sua batalha fazendo uso de todos os meios legais, inclusive a greve.

Era a primeira vez que a igreja intervinha de forma tão direta. Os movimentos católicos vão ao encontro das posições de reivindicação dos socialistas, e até mesmo procuram superá-las. Até agora, tinham contestado o estado italiano a partir de posições reacionárias de direita; agora o combatem a partir de posições *justicialistas* de esquerda

A *Democrazia Cristiana*<sup>139</sup> ainda não tinha nascido, mas suas bases estão ali. Os jovens movem-se e lançam a luva do desafio aos socialistas. Toniolo é considerado inadequado; querem ir mais adiante. Funda-se um sindicato exclusivamente operário. Pensa-se a um partido católico. Assim, além dos socialistas, também os católicos agora atacam o Estado. As massas populares, que tinham permanecido alheias ao processo do *Risorgimento*, avançam: fazem greves, protestam, desabafam nas praças a antiga raiva.

O Governo reage - mais uma vez - com o estado de sítio. Mas alguns vêm nesta dupla ameaça, apesar de tudo, um sinal positivo: as massas populares saem finalmente de seu isolamento e começam a se movimentar, ainda que ao som de barricadas. Giolitti comenta: “*Melhor sua agressão que sua secessão*”.

A oposição dos católicos, surgida como forma de solidariedade ao Papa prisioneiro, assume cada vez mais um caráter de oposição social contra a política conservadora das classes dirigentes e assume algumas reivindicações das classes populares, como o melhoramento dos contratos agrários, a redução dos impostos e as autonomias locais.

Através da *Opera dei Congressi*, os católicos prestam especial atenção aos problemas do mundo do trabalho, trazendo benefícios muitas vezes decisivos à vida dos camponeses, principalmente nos campos do Vêneto, da Lombardia, do Piemonte e da Sicília. Mas essa fórmula, eficaz no mundo rural, parece inócua aos operários das fábricas aos quais a difusão do socialismo está dando uma maior consciência dos próprios direitos. Nessa área, em particular, a Igreja apresenta um grave atraso. E será, de fato, o socialismo, com suas batalhas, a agir como estímulo, obrigando os católicos a tomar consciência de suas responsabilidades, participando, finalmente, com toda a paixão possível, das lutas para a promoção do mundo do trabalho.

---

139 - *Democrazia Cristiana*: partido político que, embora tenha surgido apenas em 1901, já vinha sendo preparado por estudiosos católicos, entre os quais Toniolo, desde 1890. Apesar de estar fundamentado na encíclica *De Rerum Novarum*, o partido foi desaprovado pela Santa Sé. Depois da I Guerra Mundial, foi reconstruído como *Partito Popolare*, retomando seu antigo nome após a II Guerra Mundial (N.T)

## A opção pela paz

**O** que faz monsenhor Scalabrini nesse período, além de cuidar dos emigrantes? Que posição ocupa no debate que agita o mundo católico? Quais são suas escolhas, quando o grosso das forças católicas se coloca contra o jovem Estado italiano e ameaça subvertê-lo?

É uma difícil página da história, tanto para o Estado como para a Igreja.

Como todos os períodos de transição, oferece um panorama complexo, rico em contrastes. Problemas e personagens apresentam contornos imprecisos: fluem como rios. No entanto, hoje, após cem anos é possível ler os acontecimentos de então e descobrir seus significados profundos.

Em primeiro lugar, é necessário considerar que o problema que apaixonava o mundo católico italiano é parte de um vasto problema que envolve os católicos de todo o mundo. É toda a Igreja que passa por uma crise profunda. Recusa, com desdém, o mundo moderno; vê, nas mensagens que anunciam liberdade e democracia apenas as sombras do mal. A sociedade moderna é interpretada como a síntese de todas as heresias. Os estados liberais são maus porque baseiam-se em princípios humanos nos quais Deus não está presente, e que, portanto, devem ser recusados.

Na Itália, o contraste entre a Igreja e o mundo moderno torna-se mais forte pelo fato de o Estado italiano ter nascido contra a Igreja, ou seja, formou-se tirando da Igreja seu reino e expulsando os padres das escolas, do Parlamento, da vida pública. Foi, portanto, mais difícil para os católicos italianos (mais difícil também para o Papa) entender e aceitar uma realidade nova tão diversa daquela a que estavam habituados havia muitos séculos.

Eis, então, que o Papa pede a restituição de seu pequeno império terrestre, porque dele necessita para desempenhar suas funções. Eis também que os católicos italianos se posicionam contra o Estado risorgimentale, considerado um inimigo; são também contra uma cultura laica que, sem dúvida, tem seus defeitos (o defeito, por exemplo, de uma minoria que impõe a todo um povo sua visão da vida, expulsando Deus do país...), mas que tem, sem dúvidas, grandes valores a oferecer.

O bispo de Piacenza não compartilha das posições dos intransigentes.

Sente também ele, como muitos, a nostalgia do passado, quando a religião era para todos mestra da vida, mas não se esquiva do presente. Aceita o mundo como ele é. Respeita o esforço que os homens estão fazendo para construir uma sociedade melhor. Está convencido de que Cristo está presente nessa realidade, presente no esforço dos homens.

Scalabrini olha o mundo moderno mais serenamente. Observa seus erros (o homem que constrói sozinho, mantendo Deus distante, isolado por barricadas robustas...) mas é capaz de ver seus aspectos positivos. O século XIX, para ele, é “um século fecundo de grandíssimos bens.”

O que faz com que Scalabrini sofra é uma Igreja que se mantém fora, à margem; uma Igreja que se isola dos *maus*, da *gente danada*. Scalabrini que r

estar dentro, caminhar com o mundo, para poder ser servo e testemunha. O bispo sofre porque a Igreja, em vez de unir, divide. Sofre porque a Igreja, em vez de se aproximar do homem para dizer: “*Compreendo-te, talvez te possa ajudar...*” assusta-o com as proibições e condenações. Sofre porque o Papa, recusando a realidade, pede à Itália que negue a si própria; porque, negando aos católicos o direito de voto, roubou-os; pedindo aos católicos que se mantenham na oposição, humilha-os.

Scalabrini recusa esse estranho modo de administrar os negócios de Deus dentro de seu país. Está perturbado. Sabe que as pessoas nunca conseguirão entender uma Igreja que se oponha, que se recuse a construir junto com os outros. Sabe que os italianos, se forem obrigados a escolher, abandonarão os santuários. No final, o povo rejeitará a Igreja. Muitas almas serão perdidas por culpa da Igreja.

Eis a escolha de Scalabrini: não um simples desejo, mas um programa concreto que está na base de toda a atividade pastoral. A escolha baseia-se, essencialmente, na pacificação. A Igreja faz as pazes com o mundo moderno. A Igreja faz as pazes com o Estado italiano. Talvez tenha algo a oferecer. E talvez também o mundo moderno tenha algo para dar. Caminhando juntos, homens, sociedade e ideologias terminam sempre conversando e, às vezes, até se dão as mãos.

Monsenhor Scalabrini sabe que deve desenvolver uma missão profética na Igreja italiana. “*Cabe exatamente a nós, homens da Igreja, - escreve - esta missão de paz e de regeneração social. Devemos ser homens de nosso tempo. O mundo caminha. Se não for feito conosco, será feito sem nossa presença ou contra nós.*” E ainda: “*Nós, de nossa parte, preferimos a política dinâmica àquela estática. E se ocorrer de tornar cristã, do melhor modo, a sociedade moderna e de evitar os males maiores que ameaçam a humanidade, estaremos convencidos de ter recebido méritos da Igreja e da Pátria*”.

A Igreja, então, aparece como portadora da paz, como protagonista na construção de uma sociedade mais justa. Sem condenações, sem recusas, sem oposições. Com os cristãos dentro, servindo de fermento.

Scalabrini, por ser bispo, sente esse dever, para si e para toda a Igreja. Pedirá insistentemente ao Papa que permita aos católicos ir às urnas, porque somente levando seus candidatos ao Parlamento é que os católicos poderão participar das escolhas do país e preparar a pacificação da nação. Quando o Papa responder que não é possível porque estão em jogo os interesses vitais da igreja, Scalabrini não se renderá: levará adiante da mesma forma seu empenho pela paz e pela renovação social. Pensará nos emigrados. A emigração é um problema colossal que exige intervenções. Scalabrini escolhe esse povo acabado, ofendido e humilhado, e convoca a nação. A conciliação, recusada pelo estado e pela Igreja, pode ser feita da mesma forma, sem grandes falatórios, apenas com a união em torno aos pobres que embarcam.

A caridade pode quebrar todas as barricadas. Scalabrini tem certeza de que a emigração, este drama enorme, é capaz de unir o país e tenta nessa área vencer sua batalha pela paz.

## A grande loucura militar

**D**o ponto de vista do Parlamento, a última década é dominada por dois temas fundamentais: o organização dos partidos e o ajuste das finanças públicas. Em todo esse período, a emigração ocupa um espaço marginal.

Falamos já da crise dos partidos, que já deram lugar a pequenos grupos de poder, expostos a todas as tentações e a todas as chantagens. O tema sobre o qual vale a pena deter-nos é o financeiro, que nos leva diretamente ao coração do *problema Itália*. Se quisermos entender como cresceu o país, entender porque a agricultura foi condenada e a emigração se transformou num humilhante fracasso político e civil, basta analisar algumas cifras sob as quais se consuma o dinheiro público.

Vimos que o estado italiano gasta quase a metade da soma disponível (exatamente 44%) para pagar os débitos. O equivalente a 37% é absorvido pela defesa. O que sobra (19%) se destina a todas as outras necessidades do país. A análise parte deste ponto. Estas três cifras são suficientes para explicar o erro imposto à nação.

Na verdade, é difícil entender por que um país como a Itália tenha sentido o dever de erguer, desde os primeiros dias, um exército colossal. Um país às voltas com enormes problemas de organização interna, obrigado a construir estradas para romper o isolamento de inteiras regiões que por séculos permaneceram em segundo plano. Um país obrigado a abrir escolas para dar um alfabeto ao povo; obrigado a assegurar, a milhões de pessoas, que acabaram de atingir a condição de cidadãos, serviços dignos de uma comunidade civil. Um país oprimido por dívidas, absolutamente sem recursos, ainda frágil nas estruturas, ainda desprovido da aprovação popular.

O exército italiano após a unificação, em apenas cinco anos, tinha-se mais do que duplicado: contava então com quase 430.000 homens de primeira linha, mais 200.000 reservistas. Era um número superior àquele de todas as forças do imenso império britânico, uma tropa superior à do império austríaco e certamente superior às possibilidades econômicas e industriais do país e às exigências da história.

Havia algo errado no edifício Itália: continuava-se a construir um exército muito numeroso e, para mantê-lo, era necessário impor uma taxa sobre o pão e o sal dos pobres. Um exército que, além de tudo, quando levado à guerra, perdia todas as batalhas (também aquelas contra os negros de Menelik<sup>140</sup>), certamente não por culpa dos soldados, mas porque os generais eram, em muitos casos, despreparados e desunidos.

As pessoas rebelavam-se contra essa dura imposição, cuja razão não compreendiam. Quando chegava a hora do alistamento, a metade dos jovens meridionais fugia para as montanhas; na Basilicata, 75% dos rapazes se escondiam nos bosques. Era como se fosse um exército estrangeiro que solicitasse o alistamento.

Todavia, a jovem Itália continuava a fabricar divisas militares e canhões em número crescente. Precisava de mais dinheiro; para consegui-lo, era necessário que se criassem mais impostos. Assim, a já pobre e esgotada Itália, obrigada a apertar o passo para se aproximar das outras nações, acabava sob um peso sufocante.

Os italianos, naqueles anos, carregavam às costas as taxas mais pesadas do mundo. Este fato foi uma das causas do difícil exórdio da Itália no mundo industrial e certamente o motivo da ruína do campo. O país construía seu belo exército. No entanto, carregava um número infinito de proletários. Cada um deles, para os alimentos de primeira necessidade, pagava uma quota mensal de 6,15 liras, enquanto o francês pagava 5,36, o austríaco 3,41, o russo 2,59, o alemão 2,27 e o inglês apenas 0,41.

Para alimentar seu exército, o Estado economizava em tudo: faltavam verbas para as escolas, para os problemas sociais, para os campos, para a emigração. O único orçamento garantido era o da defesa. O Estado-maior, aliás, exercia pressão sobre o Parlamento porque - a seu ver - novas exigências se impunham.

O salário dos diaristas estava praticamente estagnado havia 30 anos; a fome expulsava da península centenas de milhares de operários e camponeses; os magistrados sustentavam-se com salários humilhantes. Eles, os *militares*, pedia mais dinheiro. Os 430.000 soldados de que dispunham não mais bastavam; eram ainda necessários cerca de 100.000. Além disso, havia a necessidade de navios de guerra. Havia nos canteiros navais alguns esplêndidos couraçados que a Itália havia começado a construir e que apresentavam soluções de vanguarda. Deveriam ser completadas e munidas de serviços logísticos indispensáveis.

Este é o aspecto mais incrível da questão: a Itália não se limitava a competir com a Áustria como potência terrestre; queria, ao mesmo tempo, competir com a França como potência naval. A Itália era o país mais pobre, punha no mundo analfabetos e maltrapilhos e, ao mesmo tempo, gastava mais do que os outros para se armar. Colocava à disposição de todos os serviços do Estado 270 milhões de liras e destinava 350 milhões às despesas militares. Tudo isto com a anuência de toda a classe política e da burguesia.

De fato, escrevia Fortunato: “*É perigosa utopia sonhar com uma Itália sem alianças e sem o encargo das despesas militares. Sonhar com ela como se fosse a Bélgica ou a Suíça...*” E Carducci: “*Nas condições em que a Europa se encontra, a Itália deve estar armada. A Itália jovem não deve terminar como a velha Veneza, na neutralidade que nada salva, no desarmamento que convida a tudo...*”.

Caberá, por fim, ao Parlamento, apagar os sonhos excessivos dos militares e estabelecer também para a defesa um limite intransponível. Enquanto isso, naqueles anos fáceis (fáceis para o exército), amadurece entre os chefes vestidos de verde acinzentado uma doença escondida. O Estado-maior acostumou-se a ver seus problemas como se estivessem fora e acima

do país. Nasceram alianças equívocas com os senhores do aço. Nasceu uma classe potente e fechada, que se considerava, a seu modo, intérprete dos destinos do país.

Em 1915, o general Cadorna irá a campo com esse estado de ânimo. Não para dirigir a guerra da Itália, mas a sua guerra, com frequência contrastante com as diretivas estabelecidas pelos repensáveis políticos. E o Governo deverá intervir, por diversas vezes, para tentar assegurar o controle da situação. Até o final, ou seja, até a derrota de Caporetto<sup>141</sup>, Cadorna, obstinado e astuto, levará adiante, entre muitos banhos de sangue, uma guerra que considerava seu dever, mas também um privilégio.

Naturalmente, o erro que a Itália cometeu naqueles anos deve ser visto à luz do contexto político e cultural da Europa. Todo o continente, então, estava doente de nacionalismo. O exemplo da Alemanha, que havia atingido metas surpreendentes utilizando uma eficientíssima máquina bélica, tinha reforçado a convicção de que somente as grandes nações, dotadas de vontade de potência, podiam aspirar aos primeiros lugares. O prestígio nacional exigia uma política ampla, baseada no emprego da força. Os olhares voltavam-se ao mar, porque o controle das águas significava o domínio do mundo.

Havia porém uma diferença. As grandes potências possuíam os meios necessários para fazer uma grande política e, no momento certo, uma grande guerra. A Itália possuía pobreza, dívidas, atraso, emigrantes. E muitas ilusões. Ainda não estava preparada para as grandes provas.

Também a Itália mandará seus soldados à África, mas serão derrotados. Construirá, como outros países, seus couraçados, entre os mais belos daqueles tempos, mas permanecerão inutilizados. Também durante a grande guerra não farão praticamente nada. Os pequenos “*M.A.S*”<sup>142</sup>, velocíssimos, guiados por um punhado de bravos, farão muito mais.

---

**140** - Menelick (Ancober, 1844 - Addis Abeba, 1913): líder da Etiópia por ocasião da primeira guerra italo-etíope, da qual saiu vitorioso (N.T.)

**141** - Caporetto: localidade da Eslovênia onde, em 1917, as tropas austro-húngaras e alemãs derrotaram o exército italiano (N.T.)

**142** - *M.A.S*: sigla de “*motoscafo antisommergibile*”, que são lanchas muito velozes munidas de torpedos e metralhadoras (N.T.)

## Agosto de 1893: Aigues-Mortes... Terrível!

**A**igues-Mortes é um pequeno centro no Sul da França. Houve um tempo em que era um porto marítimo: de lá partiu, várias vezes, São Luís, Rei da França, com suas esquadras de cruzados, para libertar o Santo Sepulcro.

Em Aigues-Mortes há importantes salinas, onde trabalham muitas pessoas. Como em qualquer outro lugar, estão presentes numerosos italianos. Acontece lá o mesmo que em muitos outros lugares, onde os patrões se aproveitam da presença de estrangeiros para bloquear as reivindicações salariais dos operários locais. Os italianos não percebem que são parte de um jogo em que prejudica os trabalhadores do lugar. Têm necessidade de trabalhar e para eles qualquer salário serve.

Explode a revolta, repentina, terrível. A multidão enfurecida lança-se contra os italianos. Muitos são linchados, outros feridos, quase todos obrigados a fugir. Fala-se de 150 italianos atirados em um canal. O número de mortos nunca foi revelado: talvez 30, talvez 36... O fato é gravíssimo também porque as autoridades francesas não se preocuparam muito em intervir; e quando o fizeram, procuraram mais encobrir a tragédia do que em apontar e punir os culpados.

Também as autoridades consulares italianas manifestaram um empenho escasso. Na Itália, ao invés, desencadeava-se uma forte reação popular contra a França, com ataques à embaixada e ao consulado franceses em Roma. O terrível drama termina assim em política: e, mais uma vez, os emigrados pagam a conta. Itália e França estão travando uma dura guerra no terreno econômico e político. Se em Aigues-Mortes os trabalhadores franceses se lançaram contra seus companheiros do exterior foi também porque se tratava de italianos, que, portanto, pertenciam a uma nação que havia rompido relações com a França para se aliar com a Alemanha, inimiga tradicional do país. Assim, por culpa dos jogos políticos, os trabalhadores italianos não eram mais aceitos nem suportados, eram inimigos a ser combatidos.

O massacre de Aigues-Mortes põe em evidência o problema da concorrência exercida inevitavelmente pelos emigrantes em relação à mão-de-obra local. A questão torna-se dramática nos mercados de trabalho europeus, em que a construção de grandes obras públicas e o desenvolvimento da indústria requerem milhares de trabalhadores italianos. Mas está presente também nos Estados Unidos, onde os sindicatos levantam a voz e obrigam o Governo a controlar, com extrema severidade, a chegada dos trabalhadores estrangeiros. Quem não está regulamentado é expulso brutalmente.

Os italianos mortos em Aigues-Mortes e aqueles atacados em Zurique e em New Orleans, os emigrados recusados pelos sindicatos norte-americanos e aqueles humilhados em todos os canteiros do mundo fazem ver uma outra realidade amarga. A Internacional Socialista ainda não existe de verdade. A solidariedade operária (“*trabalhadores de todo o mundo, uni-vos!*”) não resiste à prova dos fatos. Os trabalhadores emigrados, humilhados na pátria, são, também no exterior, explorados, marginalizados e ofendidos. Também na classe operária há trabalhadores de primeira, segunda e terceira classes. Sempre há os últimos, os que vêm de longe, sobre os quais é fácil descarregar caprichos e prepotências, egoísmos e temores.

## 1893: catástrofe bancária

xiste no país, há alguns anos, um aprofunda crise financeira, que é conseqüência da péssima organização bancária. Em 1874, o Estado havia concedido a cinco instituições de crédito o direito de emitir papel-moeda. Infelizmente, o controle era frágil; os abusos, conseqüentemente, tornaram-se fáceis. Em Roma, que se havia transformado em um imenso canteiro de abusos, tornaram-se facilísimos.

Em um certo momento, as notas em circulação superavam largamente o capital representado. Todavia, os bancos continuavam a caçar clientes, e para conseguir-lhes, ofereciam vantagens de todos os tipos. As letras de câmbio circulavam em abundância e com elas alimentava-se a taxa dos ganhos fáceis.

A Itália afogava-se em papel: as emissões passaram a ser, claramente, um roubo. No entanto, o jogo continuava. O *Banco di Napoli* (como se ainda estivéssemos nos tempos dos Bourbons) reivindicava o direito histórico de emitir papel-moeda. A própria *Banca Nazionale* (que, mais tarde, será a *Banca d' Italia*), para sobreviver, imprimia notas além dos limites consentidos e também outras preparadas clandestinamente, no valor de muitas dezenas de bilhões de liras atuais.

O problema do papel-moeda atingia também o Sul, chegando até mesmo à desesperada Basilicata. E, com o papel, chegavam o crédito fácil e a ilusão de riqueza. Era um fenômeno novo que merece ser destacado. Aquelas populações ficam inebriadas. habituadas a ser dignas de pena, tornaram-se pela primeira vez objeto de inveja. Finalmente os humildes eram reconhecidos, Os pobres, recebendo atenção, sentiram-se ricos.

O escândalo estourou na capital, onde uma investigação revelou os muitos abusos cometidos pela *Banca Romana*: um diretor semi-analfabeto, mas astuto e audaz, concedia empréstimos políticos a deputados e ministros. Um golpe colossal. Giolitti, acusado injustamente, foi obrigado a se demitir. Crispi, que havia aproveitado o fato para destruir politicamente o adversário, envolveu-se nos acontecimentos por causa de sua esposa.

Houve também alguns cadáveres eminentes dos quais nunca se descobriu o culpado. Documentos foram roubados e a Península assistiu a uma incrível omissão das autoridades. Por três anos, o escândalo da *Banca Romana* envenenou o país e desacreditou toda a classe política.

No Sul os danos foram mais dolorosos porque atingiram os pequenos poupadores, aquelas pessoas que pela primeira vez tinham pisado em um banco. Quando o escândalo estourou, o *Banco di Napoli* e a *Banca Nazionale*, que até então estavam à caça de clientes oferecendo grandes descontos, foram obrigados a refrear os credores. Ocorreram, assim, liquidações, falências, prisões, processos. Os dois bancos perderam cerca de 60% do capital. Para o povo, o prejuízo foi enorme.

Para a *Banca Romana* foi encontrada uma solução: os acionistas e os correntistas 9 ricos e potentes parlamentares) levantaram a voz e obtiveram reparos. os pobres do Sul sofreram, como sempre, de maneira fatalista. Houve ainda outras conseqüências consideradas, então, inevitáveis. Foi criado um banco único para a emissão da moeda. A atividade bancária foi regulamentada. E, naturalmente, para preencher os vazios deixados pelo escândalo, impuseram-se novas taxas sobre gêneros de primeira necessidade.

O número de emigrados sofreu um aumento. Do *Meridione*, sobretudo da Sicília, chegaram notícias que causaram medo. Falava-se de raiva e de sangue.

## 1894: a Sicília rebela-se

O retorno de Crispi à direção do Governo é marcado por sinais alarmantes. Há clarões de incêndios na Sicília. Na região de Carrara surgem bandos armados. em Roma explodem bombas anarquistas. O estrondo surdo do mau ânimo popular causa temores a respeito da estabilidade da Itália.

Na Sicília, o perigo é iminente: mulheres e crianças praguejam contra os soldados e enfrentam-nos nas praças. Há no ar um cheiro inquietante de guerra civil. Não porque na ilha a miséria seja maior ou porque (como muitos acusam) a propaganda socialista seja mais sectária. A miséria é tão grande na Sicília como em todo o *Mezzogiorno*. Mas a fome, sozinha, não leva à revolta; muito menos a propaganda socialista. A causa principal da rebelião é o mau governo que a burguesia local realizou por muito tempo em diversos municípios.

É a explosão de todo um acúmulo de injustiças que o Governo não consegue impedir. A imprensa está nas mãos dos burgueses. Os prefeitos não fazem seu dever. Aos trabalhadores da terra é negado o voto. É gente que há muito tempo sofre a exploração das associações locais, o domínio de famílias e de grupos que controlam de fato os municípios e aspiram ao poder absoluto. As vítimas são essas populações, exploradas e humilhadas; são eles que dizem: “*Basta!*”.

Na Sicília, mais do que nas outras regiões da Itália, havia-se abusado do imposto sobre o consumo. Com uma população correspondente àquela de Veneza, na ilha (terra de gente paupérrima) as taxas eram três vezes superiores. A Lombardia pagava menos. As rebeliões sicilianas apresentam todos os sintomas de uma luta de classes, a mesma que se tinha verificado com os *briganti* trinta anos antes. A palavra de ordem, em todos os municípios nos quais estoura a revolta, é uma só: *Abaixo os impostos*.

É uma advertência para o país. O inimigo não se encontra além das fronteiras: está em casa, pronto para manejar as armas. O exército que a Itália está preparando com tanto cuidado não serve. O perigo está dentro dos muros. É necessário, portanto, mudar a estrutura do poder.

Se a Itália quer evitar a luta de classes, deve evitar que haja governos de classes nas cidades, nas províncias e no país. Deve abrir as portas às massas populares. A repressão não basta para sanar as chagas da sociedade.

A resposta do Governo não é a esperada. Crispi pede o estado de sítio. A burguesia está apavorada e vê nele a única personagem capaz de enfrentar a tempestade. Crispi consegue escapar de um atentado, o que faz com que ele seja ainda mais duro. Manda para a Sicília 40.000 soldados que disparam contra a multidão; os mortos são mais de cem. São instituídos tribunais militares e cortes marciais. Não havendo controle, os abusos são inúmeros.

É o próprio Governo que se permite cometer abusos contra a Cons-

tituição, tirando, sem motivos justos, a liberdade de pessoas, grupos e associações. Crispi torna-se rígido com sua ilha. Torna-se inflexível e despótico, encaminhando-se irreversivelmente para a estrada da ilegalidade. Pela primeira vez, na história da nova Itália, existe a ameaça da ditadura. Com simples circulares a lei é modificada. A aplicação de procedimentos excepcionais depende do arbítrio das delegacias. Aos socialistas é imposta a prisão domiciliar ou a reclusão.

É este o cerne do problema. Crispi tenta (é toda a classe dirigente que tenta, toda a burguesia) apagar com a violência o socialismo, que naqueles anos levantava bandeiras anarquistas e ilusórias, mas que representava uma manifestação viva do espírito moderno.

Os *fasci siciliani* (algo entre as sociedades de ajuda mútua e o sindicato) haviam certamente cometido muitos erros e muitas violências, mas pediam, como sempre, distribuição de terras, isenções fiscais, redução dos aluguéis, aumento salarial.

Havia, certamente, peones<sup>143</sup> ingênuos que seguravam o crucifixo ao lado da bandeira vermelha e levavam em procissão Nossa Senhora, louvando ao mesmo tempo Marx, Mazzini e, às vezes, também o Rei. Mas tudo isso era folclore. Por trás das filas de maltrapilhos ignorantes havia fome de justiça. Havia a idéia de um mundo novo que ganhava força entre as massas excluídas.

O Governo e a burguesia tinham a ilusão de que o tribunal militar bastaria para sufocar uma idéia que já fazia parte das nações mais evoluídas, e que exprimia o desejo das classes pobres que saíam do nada e pediam para entrar na história.

---

143 - *peones*: em espanhol, como no original, com o significado de trabalhadores pouco qualificados e muito pobres (N.T.)

## Ádua<sup>144</sup>: massacre

O retorno de Crispi à direção do Governo tinha sido marcado por outro fato importante: a retomada da expansão colonial.

Kassala<sup>145</sup> havia sido ocupada; as tropas italianas tinham entrado profundamente no território abissínio. Crispi procurava desesperadamente alguma coisa que desviasse a atenção do país do escândalo da *Banca Romana*, no qual ele estava envolvido. Procurava ganhar na África o prestígio que perdera na Itália. Ao invés da recuperação, obteve a derrota definitiva.

A derrota de Ádua é apenas um dos muitos fracassos da história da Itália, em que se misturam incompetência e heroísmo, incompreensão humana e corrupção política. Há também uma certa dose de ironia amarga, já que os soldados italianos foram derrotados graças às armas que o governo de Roma havia concedido ao inimigo algumas semanas antes.

De fato, Giolitti, que era hostil ao programa colonial, havia tentado chegar a um acordo com Menelik. Na esperança de que aceitasse o protetorado italiano, concedera à Etiópia ajuda militar. Crispi, chegando ao poder, modificara os planos: queria tratar com Menelick à força e ordenara que as tropas italianas avançassem ao interior da Abissínia.

Os italianos chegaram despreparados ao encontro em Amba Alagi<sup>146</sup>. Acreditavam que teriam de enfrentar 30 ou 40.000 homens; havia mais de 100.000. Pensavam que os inimigos estivessem armados com lanças, mas tinham fuzis e munições de marca italiana. Os soldados, comandados pelo major Toselli, foram cercados. Combateram desesperadamente. Toselli foi destemido. Eram menos de 3.000. Morreram quase todos. Apenas 300 conseguiram sobreviver.

Na Itália, a notícia provocou uma enorme emoção. Havia uma amargura profunda pelos caídos, mas também orgulho pelo comportamento heróico dos oficiais e dos soldados. Crispi, aconselhado a agir com prudência, moveu-se com a impetuosidade de sempre: insistiu para que os soldados italianos retomassem a iniciativa.

As colunas italianas, cerca de 16.000 homens, foram mandadas ao vale de Ádua. Chegaram cansados e sonolentos, após uma exaustiva marcha noturna. Os abissínios esperavam por eles. Foram logo cercados, um grupo depois do outro, e expulsos. Os soldados italianos mortos foram quase 7.000, tantos quantos haviam morrido em todas as batalhas do *Risorgimento*.

O contragolpe da Itália foi violento. As praças foram palco de grandes tumultos aos gritos de *Viva Menelik! e Fora da África!*...Era a reação de um país legitimamente indignado por aquelas contínuas humilhações, mas também desprovido de um guia respeitável. O país estava cansado e não queria mais saber disso.

Também no exterior, onde havia comunidades italianas, a popula-

ção local levantava-se contra nossos emigrados. Houve tumultos em Santos, São Paulo e Pernambuco, com o linchamento de italianos aos gritos de *Viva Menelik! Morte à Itália!* Houve dez mortos e 48 feridos.

Era o fim de Crispi. Seu ocaso foi melancólico. Não teve nem mesmo a coragem de enfrentar o Parlamento. Pediu demissão e saiu de cena. Teve ainda alguns problemas com o Tribunal, sofreu várias humilhações. Deixou o cargo de deputado, mas os eleitores de Palermo reelegeram-no com grande maioria. Velho, meio cego, passou os últimos anos escrevendo cartas para defender sua política. Morreu em 1901, amargurado, orgulhoso, irredutível. Um farrapo enorme.

No tempo da guerra da África, quando já se tinha consumido o massacre de Amba Alagi e se preparava o de Ádua, numerosos emigrantes *friulani*<sup>147</sup>, que deveriam ter ido à América, foram convencidos a se transferir para a Abissínia. Deveria ser o primeiro núcleo de um inteiro exército de colonos italianos que se deveriam ter instalado no continente africano.

A proposta tinha sido feita pelo general Baratieri, que comandava o corpo de expedição italiano e havia obtido a aprovação de Crispi. A iniciativa tinha sido confiada à Associação Nacional de socorro aos missionários italianos. Alessandro Rossi fornecera o capital.

Depois da derrota de Ádua, os colonos de Friuli encontraram-se sozinhos, sem ajuda, correndo o risco de ser atacados pela população local. Aterrorizados, pediram para voltar para casa. Não foi uma coisa fácil, porque havia quem insistisse para que permanecessem onde estavam, à espera de que a situação se normalizasse. Além disso, pretendia-se que as despesas da viagem ficassem por conta dos emigrantes, pois não estava claro se os terrenos tinham sido alugados diretamente aos colonos ou à Associação de Assistência aos missionários italianos. No final, os *friulani* conseguiram fazer valer seus direitos e pegaram o caminho de volta para casa.

---

144 - Ádua: cidade do norte da Etiópia (N.T.)

145 - Kassala: cidade do leste do Sudão, capital de província, hoje com 160.000 habitantes (N.T.)

146 - Amba Alagi: monte da Etiópia, onde, em 1895, depois de sete horas de combate, morreram heroicamente mais de 2.000 homens do exército italiano (N.T.)

147 - *friulani*: da região geográfica de Friuli, que corresponde às províncias de Pordenone e Udine e que atualmente faz parte da região política denominada Friuli-Venezia Giulia (N.T.)

## 1895 - 1900: o terrível último quinquênio

**A** insurreição da Sicília e o drama de Ádua mostram uma Itália com graves dificuldades. Os acontecimentos sucedem-se em um ritmo alucinante, em um clima de tensão política e social.

A queda de Crispi (havia saído das linhas de Garibaldi, tinha sido levado ao Parlamento pelo voto dos eleitores meridionais e tinha terminado disparando contra os pobres da Sicília...) põe em relevo um aspecto dramático da crise. Falta na Itália o grande estadista capaz de tomar as rédeas do país; são os acontecimentos que tomam a dianteira. O medo é mais forte do que a sabedoria.

Há a tentação de se jogar tudo para o alto, de procurar uma saída na ditadura. Crispi chegou à beira do abismo... Por sorte, há o Parlamento. Funciona mal, mas representa a única salvação.

*O país cresce.* Porém, como sempre, o crescimento tem dupla face. O lado cruel é reservado aos pobres, aos “diferentes”. Em geral, trata-se de minorias; na Itália do fim do século, porém, é a maioria da população. São ao menos dois terços os italianos que conhecem o lado cruel do crescimento.

*A Itália melhora.* Nos últimos vinte anos (1875-95) as reservas da nação multiplicaram-se por quatro; o patrimônio das instituições de beneficência duplicou-se; a rede ferroviária foi mais do que duplicada; os analfabetos diminuíram em um quarto e a população (apesar dos três milhões de emigrados) aumentou em um sexto. Todavia, sempre falta dinheiro para os grandes problemas sociais e econômicos. A verba pública é destinada ao exército e aos empreendimentos coloniais.

*O país interroga-se.* A quem cabe a tarefa de fazer a Itália? A uma só classe (a burguesia de sempre) ou também às classes populares? É a velha questão que opunha, desde os primeiros anos, Direita e Esquerda: ou seja, se a Itália deveria ser feita pelo Piemonte da Dinastia dos Savóias, com seu exército e sua diplomacia, ou pelo povo com armas e barricadas. Todo o *Risorgimento* nada foi além do conflito entre essas duas soluções: a iluminista, de uma Itália feita pelo Príncipe, e a revolucionária, de um país feito pelo povo. Agora a velha discussão opunha-se com força. Aproximam-se as massas populares, socialistas e católicas, pressionado com violência. Não é mais possível detê-las.

*A Itália desenvolve-se.* O crescimento, porém, é errado. Desenvolve-se, de fato, a Itália industrial, que ultrapassa a Itália agrícola. Os industriais são os mais fortes: controlam a imprensa, condicionam facilmente o Parlamento. O novo estado é incapaz de corrigir os desequilíbrios. São os industriais que lideram a corrida. O resto do país é rebocado.

*A Itália emigra.* Cada ano, são entre 300.000 e 400.000 pessoas. A emigração já é parte essencial do desenvolvimento italiano. As pessoas partem porque falta o pão e o trabalho, mas também porque sua partida é

conveniente a muitos. Sem a emigração a Itália teria crescido de forma diferente. Essa Itália desejada pela burguesia e pelos industriais necessita da emigração.

*A Itália caminha.* A classe operária, porém, está com os pés cansados. O problema, observando o panorama italiano, está no desenvolvimento lento e penoso das organizações sindicais e na escassez das greves, que são provocadas mais pela necessidade de resistir à contra-ofensiva dos patrões do que pela busca de novas conquistas.

O sinal da inferioridade industrial italiana em relação à Inglaterra, à Alemanha e à França é a condição tristíssima da classe operária. Os salários são extremamente reduzidos; para as mulheres que trabalham na indústria têxtil, freqüentemente reduzem-se a 70 centésimos de lira por jornada de dez horas.

Esta é a Itália que se prepara para se despedir do século XIX e saudar a chegada de um novo século. Uma Itália que tinha, em relação aos países mais avançados, um atraso vistosíssimo, porque, desde 1650, tinha permanecido muda e imóvel. Procurara, assim, percorrer apressadamente grande parte do caminho que a separava do grupo de ponta. O esforço tinha sido enorme; perdera-se o senso das proporções entre meios e necessidades, entre sonhos e realidades.

Uma coisa, todavia, não deve ser esquecida: enquanto os países da Europa conquistaram a independência quando já haviam alcançado a prosperidade, a Itália a conquistou antes, quando ainda era paupérrima. Ainda estava parada, enquanto os outros corriam. O esforço que teve de fazer foi terrível.

## O exército da miséria

Um publicitário inglês escreveu: “*A emigração italiana, em termos de qualidade, é a última emigração do mundo*”. Giuseppe de Michelis, que será por muitos anos diretor do *Commissariato per L’Emigrazione*, fornecerá provas dessa triste realidade. Eram os anos em que, em grande parte da Europa central e setentrional, os grandes trabalhos estradais e ferroviários, as galerias e os aquedutos eram privilégio dos trabalhadores italianos.

De Michelis encontra os operários italianos empenhados no *túnel do Simplon*, observa-os, interroga-os. É realmente o exército da miséria, imagem de um país que não é capaz de dar a seus filhos ao menos uma roupa decente, nem um fragmento de alfabeto, nem as regras mais elementares de higiene.

“*A emigração italiana, nesta parte do mundo - escreve De Michelis - é composta, em geral, de todo o lixo da nação. Gente ignorante e pouco educada, disposta a se submeter aos trabalhos mais duros e degradantes. Levam por aí os farrapos da miséria italiana...*”.

A exploração, em suas formas mais duras e vexatórias, é o dado constante que acompanha nossa emigração nesse período, tanto na América quanto na Europa. “*Na Bélgica, os lixeiros públicos são italianos. São italianos os esfarrapados engraxates de Buenos Aires e de New York, assim como os contadores de histórias, os músicos ambulantes, os atletas e palhaços das tendas, os vendedores de fósforos e de laranjas... Usam freqüentemente facas. Raramente trocam de camisa. Lavam-se pouco e estão sempre embrulhados nas mesmas roupas rotas e sujas. Comem pouco, vivem em barracos, embebedam-se com vontade...*”

É uma situação que se explica. Para compreendê-la, é suficiente um pequeno exercício de fantasia, ou seja, imaginar uma família qualquer às voltas com problemas de orçamento. Tentemos.

### *Uma família em dificuldades*

*A família Rossi vivia não muito longe de Milão, à beira da estrada que, partindo de Monza, através das colinas de Brianza, conduz a Adda.*

*O senhor Rossi era um modesto representante: trabalhava para uma empresa de cosméticos. A mulher, Caterina, cuidava da casa. Tinham dois filhos: Giuseppe, de doze anos, e Cristina, de oito.*

*O salário do senhor Rossi não era muito brilhante: entre fixo e comissões, tirando todos os descontos, ganhava apenas um milhão de liras. Com essa cifra, a família a família devia enfrentar to-*

*das as necessidades: despesas com alimentos e higiene, impostos, roupas, escola, luz, aquecimento, telefone, viagens, férias, jornais, cigarros...*

*No final de um mês, quando o senhor Rossi levou para casa um envelope com o dinheiro, a família se reuniu na cozinha, como nas grandes ocasiões. A senhora Caterina fizera um pudim que as crianças adoravam; estava de bom humor, até porque o marido, poucos dias antes, dissera que as coisas estavam indo muito bem e que talvez...*

*Caterina tinha nas mãos um papel com algumas propostas que esperavam havia tempo: os sapatos para o menino, que estava crescendo rapidamente; os óculos para a pequena*

*Cristina, que lia com dificuldade; um cachecol para o marido, que estava sempre tossindo e, para ela, uma bolsa muito cômoda que tinha visto no mercado e que considerava indispensável. As crianças também tinham alguns pedidos: Giuseppe gostava de jogar bola, mas não tinha roupas adequadas, enquanto Cristina queria patins, já que, só ela, em seu grupo de amigas, ainda não os tinha.*

*O senhor Rossi tirou o envelope do bolso e lentamente estendeu sobre a mesa, como se fosse um jogo, seis notas de 100.000 liras, quatro de 50.000 mil e vinte de 10.000. Não era muito, mas era importante. Toda a família dependia daqueles pedacinhos de papel impresso: a saúde, as necessidades básicas, os prazeres, os projetos.*

*O senhor Rossi tirou da gaveta um caderno, no qual anotava, mês a mês, as entradas e saídas, a fim de ter uma idéia bastante precisa das condições financeiras da casa, e passou logo às decisões. Havia 440.000 liras de dívidas que precisavam ser quitadas: eram as despesas que tinham sido feitas com a reforma da casa e que tinham sido pagas só em parte. Tirou da mesa, assim, quatro notas de 100.000 e quatro de 10.000 e colocou-as em uma pasta. Na mesa, restaram apenas 560.000 liras: era com aquele dinheiro que precisavam enfrentar as necessidades da família: os alimentos, os remédios, as taxas, o aquecimento, a escola, as roupas, a luz, o telefone, as férias, o jornal, os cigarros...*

*A senhora Caterina teve um ligeiro arrepio: seu olhar, que antes estava iluminado pela despreocupação, tornou-se repentinamente escuro. Não havia muito espaço para seus projetos.*

*O senhor Rossi continuou a controlar o caderno. Havia um outro ônus que deveriam enfrentar: as despesas com o carro. Era uma cifra de tirar o fôlego, que a cada vencimento bagunçava o balanço da família. Porque o modesto representante não se tinha contentado com um carro modesto, adequado a suas responsabilidades; comprara um veículo de grande cilindrada, com uma potência*

*de 200 cavalos, brilhante e espaçoso, adequado às viagens. O preço era realmente pesado, mas o senhor Rossi dizia que um carro assim era indispensável a seu trabalho: os clientes tratavam-no com mais respeito quando ele se apresentava com seu carro vermelho, com a dianteira sugestiva, o volante de couro e as rodas de liga. O senhor Rossi tirou, então, três notas de 100.000 e sete de 10.000 da mesa e colocou-as em outra pasta. Por um momento, olhou as notas restantes e experimentou uma sensação de angústia. Não havia sobrado muito: 190.000 liras para todas as necessidades da família.*

*A senhora Caterina comprimiu entre os dedos o pedaço de papel em que havia escrito suas propostas e uma lágrima correu pelo lado esquerdo de sua face. Não havia mais dinheiro para os sapatos de Giuseppe, nem para os óculos de Cristina, nem para o cachecol do marido, nem para sua bolsa.*

*Aliás, não havia dinheiro para o aquecimento, para o telefone, para as férias, para os remédios... Não havia mais espaço para os sonhos: 190.000 liras não bastavam nem mesmo para salvá-los da fome. Em compensação, o senhor Rossi seria sempre recebido com o respeito dos clientes quando se apresentasse com seu carro de 200 cavalos, brilhante e espaçoso, a dianteira sugestiva, o volante de couro e as rodas de liga...*

*Poderia parecer uma parábola: é a história da Itália. Um país que consumia 44% de sua receita para pagar os débitos contraídos e 37% para manter um exército custosíssimo. Restavam apenas 19% para todas as outras necessidades da nação. Entende-se porque quase não existia dinheiro para as reformas sociais e muitos passavam fome. Entende-se porque muitos eram obrigados a emigrar, com as roupas em farrapos. Em compensação, a Itália tinha um belo exército com fardas novas e os encouraçados com soluções de vanguarda que muitos invejavam. Um grande país...*

## 1898: os canhões de Bava Beccaris<sup>148</sup>

**D**epois do desastre de Ádua, a Itália teve de fazer acordos com Menelik. Os prisioneiros de guerra foram **comprados** a altos preços; os grandes sonhos de fazer da Eritréia uma colônia de povoamento, para onde fossem transferidos em doses maciças homens e capitais, tinham sido abandonados.

O problema mais grave era o financeiro. Mais uma vez, a guerra havia desequilibrado o balanço do estado. A soma de 500 milhões de liras de então, consumida nas terras africanas, era enorme. Era necessário reduzir drasticamente as despesas. O exército, pela primeira vez, foi obrigado a se adequar, reduzindo o período de serviço obrigatório. Era necessário, no entanto, aumentar a receita. E, uma vez que são sempre os pobres que pagam a conta dos ricos, o preço do pão tinha sido ajustado de 30 para 60 centavos.

Na Península a agitação era geral e desigual: mais composta no Norte, onde se exprimia com passeatas, comícios e, sobretudo, com greves; improvisada e devastadora no Sul, onde os municípios eram saqueados e a cavalaria era obrigada a intervir, deixando cada vez um saldo de mortos e feridos.

É neste período que o movimento anarquista retoma seu vigor e é justamente entre os emigrados que recruta seus construtores. Ridicularizados por serem italianos, por causa do espetáculo pouco honroso oferecido por sua nação, na paz e na guerra, procuram uma reabilitação, apresentando-se como protagonistas da revolução mundial. Um deles tenta matar o Rei Umberto. Outro assassina, na Suíça, a Imperatriz da Áustria. Um outro, ainda, mata a socos em Lyon, em 1894, o Presidente francês Carnot. Será também um emigrado que, às portas do século XX, disparará, em Monza, contra o Rei da Itália, matando-o.

O país atravessa um agrave crise moral. Ádua havia humilhado os italianos. Alguns reagem com o nacionalismo, que, de fato, nasce naquela época e prepara a estrada para o fascismo. Outros, sobretudo os socialistas e os clericais, acusam o *sistema*. O país precisa desesperadamente de um pouco de confiança: não conseguindo encontrá-la nos campos de batalha, procura-a nas praças e nos atentados.

Essa combinação de problemas econômicos e de crise moral criara no país uma mistura explosiva. O detonador da bomba foi o cinquentenário das *Cinque Giornate de Milão*. A lembrança das barricadas excitou os ânimos. Em um conflito com a polícia, um estudante foi morto e três operários foram presos. Isso bastou para detonar violentas demonstrações que se estenderam por toda a Península. Os socialistas moderados perderam o controle das praças e a ala anarquista aproveitou-se desse fato, multiplicando incidentes e destruições. Não era mais um protesto: era uma revolução.

O Governo, assustado, recorreu ao Exército. Na Lombardia foi decretado o estado de sítio, e a Toscana e a Emilia foram submetidas a um regime militar. A liberdade de imprensa e de associações foi abolida. Os dirigentes socialistas e os expoentes dos católicos intransigentes foram encarcerados. O general Bava Beccaris, a quem se havia pedido que restabelecesse a ordem em Milão, achou que a melhor solução seria despejar a artilharia contra os manifestantes. Os mortos somaram mais de cem; os feridos, muitas centenas .

A repressão foi brutal. O país, contudo, recebeu com um suspiro de alívio a notícia de que a desordem tinha cessado. Até Scalabrini e Bonomelli, que eram próximos ao povo, consideraram a repressão militar como uma dolorosa necessidade, já que havia salvado numerosas cidades de uma revolta sanguinolenta. E isso ajuda a entender como a ação realizada pelos anarquistas foi devastadora e a qual nível havia chegado o terror no país.

Os tiros de canhão de Bava Beccaris representam, ainda hoje, uma das páginas mais dolorosas da história da Itália. Revelam, por um lado, o desconforto profundo de um país que cresce de maneira errada e, por outro, uma classe dirigente incapaz de entender os problemas e de enfrentá-los. A ação do Governo limita-se a refrear, controlar, sufocar e atirar. Tudo é reprimido: até os jornalecos mais inofensivos, as associações mais insignificantes.

As autoridades, em todos os níveis, estão de tal forma isoladas, tão separadas da realidade e são tão estranhamente reacionárias que o próprio Rei concede ao general Bava Beccaris (aquele dos tiros de canhão), uma altíssima honra ao mérito “*pelos serviços prestados à instituição e à civilização*”. E será justamente essa honra ao mérito absurda que escandalizará e armará a mão de um emigrado para vingar os mortos de Milão.

---

148 - Fiorenzo Bava-Beccaris (Fossano, 1831 - Roma, 1924): general que, em 1898, reprimiu em Milão impiedosamente as revoltas populares contra o custo de vida (N.T)

## A desforra dos maltrapilhos

**T**inham-se passado dez anos desde quando monsenhor Scalabrini fizera seu apelo ao país, convidando-o a pensar na emigração. Em Torino, em setembro de 1898, foi organizada uma grande exposição em memória do *Statuto del Re Alberto*<sup>149</sup>. No interior da exposição, foi preparada uma seção para os italianos no exterior, que representou uma das maiores atrações da manifestação.

Foi um acontecimento de grande importância. Pela primeira vez, a *Itália no exterior* tinha à disposição uma vitrina que documentava aquilo que os emigrados haviam conseguido realizar nos setores do artesanato, do comércio e da indústria. A surpresa era proveniente do seguinte fato: os emigrados haviam agido sozinhos. Não tinham sido ajudados pelo Governo e não haviam sido apoiados pela burguesia. Tinham trabalhado com recursos escassíssimos, em meio a incríveis dificuldades. Todavia, haviam alcançado metas surpreendentes. A reação dos visitantes (também dos estrangeiros) era de surpresa e admiração.

A exposição de Torino ofereceu a oportunidade para um grande congresso sobre o tema dos italianos no exterior. Naturalmente, monsenhor Scalabrini estava presente: aliás, sentava-se à mesa da presidência. O secretário era Luigi Einaudi, o futuro presidente da república. Estavam também presentes monsenhor Bonomelli, o presidente da Associação San Raffaele, o conde Volpi Landi, padre Maldotti e outros 14 missionários, documentando o espaço que a igreja tinha conquistado no mundo da emigração. A participação de pessoas que pertenciam a todas as classes sociais e a todas as correntes políticas representava também uma confirmação do *projeto* de Scalabrini: a emigração podia tornar-se o campo de encontro de todos os italianos de boa vontade e iniciar de forma concreta a pacificação do país.

O bispo de Piacenza leu um relatório em que desenvolveu os temas que conhecemos: a ausência do Governo, a *lentidão* exasperadora com que o Parlamento enfrentava as leis sobre a emigração. Renovou suas propostas; sustentou mais uma vez a exigência de tirar dos recrutadores qualquer reconhecimento oficial. Reservou um lugar de relevo à colonização agrícola, porque oferecia a nossos concidadãos a possibilidade de se tornarem patrões e abria, ao mesmo tempo perspectivas interessantes para a economia do país.

A conferência de Scalabrini tinha sido precedida por uma série de reuniões reservadas aos estudiosos do fenômeno emigratório. À cadeira de presidente sentava-se, mais uma vez, o bispo de Piacenza, que foi um dos mais ardentes animadores do congresso. Luigi Einaudi, em uma correspondência enviada ao jornal *La Stampa*, de Torino, discorreu longamente sobre essa conferência. Einaudi convidada sobretudo os parlamentares, chamados a votar a nova lei da emigração, a acolher as solicitações do bis-

po de Piacenza. “*Criação de Casas para os emigrados em Gênova, Nápoles e Palermo; proibição do indigno tráfico de carne humana por parte de agentes inescrupulosos; responsabilidade efetiva das companhias de navegação sobre a capacidade cúbica dos dormitórios, sobre a alimentação e os medicamentos durante a viagem marítima; hotéis para os emigrantes nos portos de desembarque e nas regiões do interior; assistência no embarque feita por sacerdotes e laicos...Estas são as recomendações da conferência de Torino.*”.

É fácil perceber nos votos formulados em Torino as propostas em torno às quais monsenhor Scalabrini conduzia, havia já dez anos, suas batalhas. Quase todas essas propostas serão acolhidas na nova lei de 31 de janeiro de 1901.

Depois do congresso de Torino, Einaudi publicou um livro, *IL Principe Mercante*, que fez grande sucesso na Itália e no exterior. O autor pegava o mote da aventura de Enrico dell’Acqua, um empreendedor de Busto Arsizio que se transferira para a Argentina e em poucos anos acumulara uma grande fortuna. Tornara-se, em suma, um *príncipe mercante*. A idéia de Einaudi era a mesma já expressa por estudiosos e visitantes, ou seja, a de que na América Latina estava-se formando uma *nova grande Itália*. “*À multidão muda e indistinta dos camponeses analfabetos, dos trabalhadores braçais e dos saltimbancos, escárnio do nome italiano no exterior, sucede-se um exército disciplinado, que se move compacto sob a direção de capitães e de generais em busca da conquista de um continente...*”.

Eis, assim, o grande anúncio. A emigração está mudando; o capitalismo italiano entra em cena, oferecendo a nossos concidadãos ajuda e estímulos, programas e capital. A emigração encontrou seu motor. A Itália agora pode estender seu nome sobre um continente mais amplo do que o antigo império romano.

Segundo Einaudi, a colonização da América Latina era a prova de fogo da burguesia produtora. De exportadora de homens e mercadorias, a Itália deveria tornar-se exportadora de capitais, através da constituição de sociedades de colonização coordenadas com a sociedade San Raffaele, de monsenhor Scalabrini. A Itália tinha a necessidade de que os detentores de capital “*não se contentassem com os 4% de juros fornecidos pelos títulos garantidos pelo Estado ou pelo imposto sobre o trigo. Necessitava que as classes dirigentes chegassem à riqueza através da indústria e do comércio.*” A emigração oferecia a eles uma ocasião formidável.

O sonho do jovem Einaudi, como muitos sonhos, ficou na gaveta. Os emigrados esperaram em vão pela chegada dos capitais anunciados. Apesar da vitrina montada com tanta satisfação na exposição de Torino, o Estado não se deixou envolver; a emigração continuou a ser, para nossa classe política, um problema de pouca importância. A burguesia também não se deixou envolver: continuou a preferir os títulos do Estado e as ren-

das agrárias, ainda que incertos, aceitando apenas alguma aventura no novo mundo da eletricidade e da mecânica. Para a emigração, nenhuma iniciativa.

Os emigrados continuaram a combater sozinhos, alcançando ano após ano, à custa de muito sacrifício, metas inesperadas. Como escreve Manzotti<sup>150</sup>: “*Onde o estado havia falhado, os maltrapilhos obtiveram sucesso.*” O estado havia apostado todas as suas cartas nas colônias africanas e tinha tentado impedir a emigração, porque o destino de nossos camponeses era Eritréia. “*As multidões anônimas, ao contrário, deixando a Península haviam construído nas Américas livres colônias que começavam a ser fonte de riqueza e também motivo de orgulho.*” Exatamente assim. “*Os pequenos, os fracos, os desconhecidos tinham marcado, sem querer, as estradas do porvir e haviam aberto novos horizontes à Itália.*”.

---

**149** - *Statuto del Re Alberto*: lei fundamental do Reino da Sardenha, promulgada em 4 de março de 1848 por Carlo Alberto. Transformou-se, em 1861, na Constituição do Reino da Itália e foi substituída, em 1948, pela constituição republicana (N.T.)

**150** - Luigi Manzotti (Milão, 1835 - 1905): mímico e coreógrafo, autor de espetáculos de ideal

## O assalto às economias dos emigrados

O problema das economias dos emigrados - como já vimos - merecia a maior atenção, não só porque aquelas economias representavam o fruto de muito suor, mas também porque roubá-las era extremamente fácil, sobretudo nos Estados Unidos.

Em um país fundado sobre a livre iniciativa, abrir um banco era um empreendimento ao alcance de todos. Não eram necessárias licenças especiais. Não era necessário nem mesmo um capital, já que seriam os outros a pensar em trazer o dinheiro. Bastava abrir um guichê e... esperar. Houve, por exemplo, um emigrado que não tinha nem mesmo dinheiro para comer e teve de pedir em empréstimo 50 libras a uma amigo. Mais tarde, abriu um banco.

Nos Estados Unidos, os italianos chegavam em grande parte das regiões meridionais e eram, em sua maioria, analfabetos. Não conhecendo a língua local (não conhecendo nem mesmo a própria língua) para enfrentar os problemas de cada dia, não tinham outra saída senão recorrer ao *paesano*<sup>151</sup>. Também para o dinheiro, naturalmente.

Os italianos não confiavam nos bancos americanos. Eram locais que eles jamais haviam visto; nunca teriam aceitado levar para lá suas economias e fazer com que fossem expedidas para a Itália. Para essas coisas, era muito melhor o *paesano*. Abrir bancos transformou-se para os italianos, como consequência, em um trabalho fácil e rendoso. Só em New York havia, em 1897, cerca de 150. E nenhum era reconhecido pela lei do Estado.

No lugar de um recibo regular, os emigrados que depositavam suas economias recebiam um simples pedaço de papel em que estava escrita a soma depositada. Quando o dinheiro não chegava a seu destino (o que acontecia com frequência) os assim chamados *banqueiros* justificavam-se, anunciando o naufrágio do navio ou a desonestidade dos correios. Além disso, os banqueiros freqüentemente aplicavam suas taxas, sob a forma de registro, selos, protocolos escrituras. Para se obter uma caução de 500 libras (libras da época, naturalmente), alguns emigrados tiveram de pagar 1.000.

As fugas dos *banqueiros* faziam parte da crônica cotidiana; todavia, os emigrados continuavam a levar dinheiro aos *paesani*, porque sempre havia italianos recém-chegados da Itália que ainda não sabiam onde guardar suas economias. O problema era tão grave que o governo dos Estados Unidos tinha começado a cuidar disso e havia difundido os resultados de uma investigação, feita em 1879, de onde se concluía que os bancos italianos já prosperavam em todas as cidades e tinham assumido contornos de um sistema do tipo mafioso.

Monsieur Scalabrini levantara a questão em Torino e, uma vez que no Parlamento tinha sido apresentado um projeto de lei sobre a *tutela*

*das remessas e das economias dos emigrantes, fez pressão para que a lei se tornasse operante. “Infelizmente, aquelas suadas economias são sempre dizimadas pelo câmbio e pela transmissão, por obra de ávidos e desonestos pseudo-banqueiros . Não raro são inteiramente perdidas, em um daqueles atos de brigantaggio bancário que são freqüentes por lá, onde qualquer um pode brincar de banqueiro, até sem capital efetivo , com uma atuação que consiste em esvaziar o caixa e mandar o dinheiro para outro país. Em um só ano, em uma só cidade da América do Norte, verificaram-se quatro de tais fugas e as economias perdidas por nossos pobres emigrados perfazem um total de 200.000 liras!”.*

O problema arrastou-se ainda por três anos e foi facilmente resolvido pela lei sobre a emigração aprovada em 1901, em que um capítulo trata justamente da tutela das remessas e das economias dos emigrados.

## As culpas dos católicos

**N**a ocasião do Congresso Católico Italiano, ocorrido em Ferrara em abril de 1899, monsenhor Scalabrini deu uma conferência sobre a Emigração dos operários italianos. Era a primeira vez que o tema da emigração era oficialmente enfrentado na *Opera dei Congressi*. O fato de isso acontecer quando os emigrados chegavam a três milhões, doze anos após o bispo de Piacenza ter lançado seu apelo ao país, revela todo o peso do mundo católico italiano.

Na verdade, os católicos italianos se interessavam mais pelos escravos que se encontravam nos longínquos territórios africanos do que pelos emigrantes que tinham em casa. Depois, o fato de ser o bispo de Piacenza (de quem se dizia que fosse transigente, ou seja, favorável a uma conciliação com o Estado) a cuidar dos emigrantes havia criado ao redor das iniciativas nessa área, em uma parte do mundo católico, uma cortina de desconfiança, apesar de Scalabrini ter claramente submetido sua obra ao Pontífice, de modo que ficasse bem evidente que era ele mesmo, o Papa, que assim o queria e que o bispo era apenas o braço operativo da santa Sé, o executor de um programa desejado e preparado nos palácios apostólicos. A consequência foi que muitas dioceses, especialmente na Itália setentrional, não mandaram a Scalabrini nem ao menos um sacerdote para suas obras. Milão era a capital dos intransigentes e o arcebispo Ferrari, que não era um santo, não escondia suas reservas. O Vêneto era área de um catolicismo muito clerical: A *Opera dei Congressi* era manipulada por dirigentes vênéticos (o advogado Paganuzzi, os irmãos Scotton) que tinham feito da associação o instrumento de uma restauração equivocada e perigosa. Scalabrini não se sentia à vontade lá, porque encontrava demasiada política e posições reacionárias. Por outro lado, a *Opera dei Congressi* considerava que o bispo de Piacenza era excessivamente conciliador e, portanto, suspeito.

Em Ferrara, de qualquer maneira, Scalabrini falou com franqueza aos católicos reunidos para o congresso. Disse sempre ter desejado que eles cuidassem também da emigração, porque se tratava de um problema realmente grave, o mais importante problema social do país. Scalabrini dirigia, havia mais de dez anos, apelos ao clero e aos laicos católicos para que tomassem providências eficazes a favor dos emigrantes. Ainda que admitindo algumas realizações concretas, o bispo de Piacenza não deixou de repetir que a ação dos católicos era insuficiente e inadequada.

Scalabrini pediu, assim, que no seio da *Opera dei Congressi* fosse criada uma seção dedicada à emigração e pediu que o *grande problema* fosse inserido na vida dos católicos através de comitês especiais regionais, diocesanos e paroquiais. É toda a Igreja - esse é o seu pensamento - que se deve empenhar. Uma Igreja que “nunca se esquece dos filhos dos trabalhos”, que está “sempre presente onde está o povo que trabalha e que sofre.”

Scalabrini obtém em Ferrara um notável sucesso. Suas propostas foram acolhidas substancialmente. Houve um encontro em Piacenza para estabelecer ligações eficazes com a associação San Raffaele. Um outro encontro realizou-se em Milão. Em geral, porém, a Opera dei Congressi não se empenhou muito em relação aos problemas da emigração. As vantagens que Scalabrini esperava ocorreram apenas em parte.

A Igreja italiana revelou-se desconfiada e imatura. Acolhendo com reservas o apelo lançado por um de seus bispos perdeu uma grande ocasião que a teria empurrado para frente, em direção ao mar aberto. Porque aquilo que a Igreja estava fazendo então (cooperativas, bancos populares, sociedades operárias...) era feito entre as filas dos católicos. Eram iniciativas importantes, mas mantinham a Igreja entre sua gente. O problema emigratório, ao contrário, dizia respeito a todo o país. Se a Igreja o tivesse adotado, ter-se-ia revelado também aos olhos dos não católicos como uma força moral insubstituível.

Além disso, empenhando-se no terreno da emigração, a Igreja italiana teria descoberto o drama das massas imensas ainda desprovidas de seus direitos, abandonadas pelo poder político e econômico. Teria podido superar mais facilmente a desconfiança e a hostilidade no mundo laico. A Igreja teria podido mostrar de forma concreta que sua preocupação não era a reconquista de posições de poder, mas o serviço aos pobres, a mão que se oferece aos fracos. Através da defesa dos emigrantes, toda a comunidade católica italiana teria sofrido uma transformação profunda. Teria rompido a antiga inércia. Teria virado adulta.

Tudo isso realizou-se apenas em parte. A Igreja italiana ainda não estava pronta para o compromisso. Ainda era uma Igreja muito servil, fechada dentro de suas cercas, entrincheirada na defesa de antigos valores. Enquanto na França, na Alemanha e nos Estados Unidos os católicos elaboravam uma cultura sua, participando ativamente das batalhas políticas e sociais, os católicos italianos viviam às margens da sociedade, como se pertencessem a um Estado diverso, situado em outra época histórica.

Era uma situação anômala, que encontra explicação no estilo, ao mesmo tempo imperial e caseiro, com o qual os papas tinham governado por muito tempo a Igreja italiana. De fato, enquanto os bispos franceses, alemães ou norte-americanos gozavam de uma discreta autonomia e podiam adaptar sua ação pastoral às exigências locais, os bispos italiano não tinham nenhuma liberdade: eram simplesmente os capelães de Sua Santidade.

O Papa considerava o mundo um vasto campo entregue a sua responsabilidade, mas considerava a Itália a horta de sua casa, uma espécie de feudo pessoal onde governava de modo direto. Assim os bispos, mantidos sob tutela, controlados em cada gesto, tinham perdido toda a iniciativa. Esperavam passivamente as diretivas vindas de cima e ficavam quietos em sua conchas por medo de cometer erros.

## A pequena grande invenção feita por um pobre emigrado

A história do telefone merece ser contada. Insere-se em um período de extraordinárias invenções que mudaram nossa vida. É a descoberta ligada à emigração e marca, de modo significativo, sua vulnerabilidade.

Antonio Meucci era um anarquista de Florença que se tinha refugiado em Havana depois dos movimentos de 1831. Era chefe mecânico no *Tacon Opera House*. Foi ali que teve a idéia de um aparelho que lhe permitisse comunicar rapidamente a seus dependentes as ordens de montagem e desmontagem dos cenários: na prática, um aparelho para transmitir a própria voz.

O teatro foi devastado por um incêndio e Meucci transferiu-se aos Estados Unidos. Sobrevivia às duras penas construindo velas (na mesma fábrica, trabalhou também Garibaldi, por três anos) e, enquanto isso, aperfeiçoava seu projeto. Em 1857 conseguiu finalmente falar do barracão com sua casa, graças a uma verdadeira linha telefônica. Tinha nascido o telefone.

Meucci não tinha meios suficientes para patentear sua esplêndida invenção. Conseguiu fazê-lo apenas em 1871, mas não pôde pagar a taxa de renovação da patente, que caducou depois de cinco anos.

Em 1876, um certo Graham Bell, especialista em problemas de comunicação oral, apresentou ao órgão de registro de patentes um projeto de aparelho telefônico. Duas horas, no mesmo órgão, apresentou-se o professor Elisham Gray, um físico, com outro projeto de telefone. Foi um golpe inesperado, não só porque os dois projetos eram praticamente iguais, mas sobretudo porque ambos eram estranhamente similares ao projeto de Meucci, àquela altura não mais válido.

Gray fez uma acusação contra Bell, mas perdeu o processo. Bell desfrutou da invenção com grande habilidade e fundou uma sociedade, a *Bell Telephom Company*, que se transformou, em pouco tempo, em uma das sociedades mais potentes dos Estados Unidos. O clamor suscitado pelo processo havia mobilizado um grupo de emigrados italianos, os quais queriam que se reconhecesse o mérito de Meucci. Mas também eles eram pobres e, com certeza, não estavam em condições de enfrentar as despesas de um processo.

Foram dois americanos a tomar a iniciativa: acusaram Bell não tanto de ter roubado a invenção do italiano e mais de ter jurado em falso conscientemente ao órgão de registros, afirmando que a invenção era sua. Foi uma intervenção clamorosa, porque o sistema americano aceita com notável tolerância os roubos, mas considera gravíssima a mentira em ato público.

O eco da denúncia foi, portanto, enorme. Interveio também o Go-

verno, mas a sociedade Bell já era tão potente que forçou o próprio presidente dos Estados Unidos a suspender a investigação. O fato já se havia tornado político; estava em jogo o respeito das regras democráticas, ou seja, o princípio da igualdade dos cidadãos perante a lei, sejam eles potentes ou fracos.

A investigação foi retomada. Descobriu-se que Meucci, em 1871, com a patente no bolso, tinha-se apresentado a uma sociedade telegráfica, a *Western Telegraph Company*, que havia afirmado estar muito interessada na coisa, mas depois tinha andado para trás. Os desenhos não foram devolvidos, porque se tinham perdido... Meucci, ingênuo, tinha-se conformado. Não se conformou, porém, a Suprema Corte dos Estados Unidos, que retomou o processo.

Descobriu-se que a Bell pagava grandes quantias à *Western Telegraph Company* pela exploração da patente de Meucci, a mesma que tinha sido perdida... Logo a Suprema Corte reconheceu, em 1886, os direitos do italiano. A invenção era sua: o *Telefone Bell* devia-se chamar *Telefone Meucci*. A Bell foi também condenada a pagar ao italiano um modesta pensão vitalícia.

Foi uma vitória de princípios, desprovida de conseqüências práticas, porque a patente de Meucci não era mais válida e Bell estava livre para explorar comercialmente a invenção. Bell tornou-se riquíssimo; Meucci permaneceu escandalosamente pobre. Não tinha dinheiro sequer para pagar o aluguel.

Foi seu senhorio quem teve piedade. Aquele velhinho de oitenta anos, com uma grande barba branca e aspecto patriarcal, que suportava sua desventura sem reagir porque não tinha meios para fazê-lo, era realmente a imagem da injustiça. O senhorio renunciou ao aluguel. No final, doou a casa a um comitê de emigrados italianos, com a condição de que o velho inventor vivesse tranqüilamente seus últimos dias. O edifício, posteriormente tornou-se um museu, em memória de um gênio desafortunado.

Esta é a aventura de um emigrado que teria podido tornar-se milionário em dólares e, ao invés, morreu na miséria, provavelmente vítima do primeiro e mais clamoroso caso de espionagem industrial da história.

## 1900: o emigrado mata seu Rei

O assassinato do Rei da Itália foi um drama para o país, não apenas porque atingia o símbolo de uma nação (um Rei considerado bom, casado com uma Rainha muito amada pelo povo), mas também porque exprimia as tensões em que se movia o país.

Não era um gesto isolado: o assassino do Rei interpretava, de seu modo, os sentimentos de um povo oprimido. E não foi sem significado o fato de os três tiros terem sido disparados por um jovem emigrado, em nome de muitos. Já vimos que nas filas da emigração havia também uma facção de anarquistas e já conhecemos algumas das empreitadas sanguinárias realizadas pelos anarquistas italianos, em muitos países, contra os símbolos do poder. A aventura de Bresci leva-nos justamente ao centro de uma dessas estranhas comunidades onde se sonhava com um mundo melhor e se preparavam sentenças de morte.

Gaetano Bresci tinha nascido em Prato, na Toscana. Pertencia a uma família que tinha estado muito bem de vida e que entrou em dificuldades na crise de 1880, quando começaram a chover no mercado os produtos agrícolas da América. Por sorte, exatamente naqueles anos deslançava em Prato a indústria têxtil. Bresci entrou justamente em uma fábrica de tecidos e virou operário especializado. Ao mesmo tempo, era um anarquista empenhado que, porém, amava as boas roupas, as mulheres e a vida alegre.

Acusado de ter organizado uma greve (naquele tempo, isso era considerado crime), foi trancafiado em um cárcere, onde permaneceu por mais de um ano. Em 1897, aos 28 anos, talvez para se livrar de um compromisso de casamento (uma de suas mulheres havia-lhe dado um filho...) decidiu transferir-se para a América, em Paterson, uma cidade de 100.000 habitantes em New Jersey, onde os emigrados italianos, em sua maioria operários têxteis, eram numerosos. Em Paterson as organizações mais ativas eram justamente as anarquistas: *as sociedades Pensiero e azione, Per il diritto all' esistenza e Biblioteca libertaria*. Dispunham de uma editora e de um jornal. Organizavam conferências e congressos, dos quais participavam os dirigentes de maior prestígio, vindos da Itália especialmente para essas ocasiões. A polícia local seguia o grupo à distância, mas estimava aqueles italianos, que eram excelentes trabalhadores e cidadãos honestos. Considerava sua anarquia absolutamente inócua, um exercício cultural, simplesmente um fruto de seu passado de perseguidos.

Os tiros de canhão de Bava Beccaris produziram um eco profundo entre os italianos de Paterson, que acompanhavam com paixão os acontecimentos da Península. Muitos pedia aos gritos a morte do Rei. Não sabemos se a decisão foi tomada pelo grupo e depois o a execução foi confiada a Bresci que, de qualquer maneira, embarcou em um navio francês com um nome falso. Transcorreu alegremente alguns dias em Paris, alguns dias (sempre alegremente) em sua cidade com o irmão e amigos. Um dia recebeu um misterioso telegrama e mais tarde a visita de um misterioso jovem. Talvez fosse o sinal. Bresci reservou um quarto em Monza, cidade em que o Rei, domingo, 29 de julho, teria assistido a

uma competição de ginástica. A carruagem real estava descoberta naquele dia, devido ao grande calor. Bresci, de muito perto, deu três tiros bem quando o Rei se preparava para partir e saudava a multidão. Morreu quase na hora.

Bresci foi bloqueado por um dos atletas e escapou do linchamento a muito custo. No cárcere, manteve-se tranqüilo. O processo foi rápido, essencial. A sentença: ergástulo, com sete anos de solitária. Não durou muito. Um dia, em 1902, os guardas encontraram-no pendurado: havia-se enforcado. Alguém levantou dúvidas sobre esse final e falou em homicídio, mas a acusação nunca foi provada. Sobrou a recordação de Bresci, um jovem emigrado que amava a vida e não hesitou em sacrificá-la para punir um Rei culpado de ter dado uma medalha a quem tinha usado canhões contra o povo.

O novo Rei comportou-se de modo real: assegurou uma pensão para a mulher de Bresci e à filha que ficou na América. Alguns anos mais tarde, acompanhado pelo prefeito socialista de Monza, um homem foi visitar a capela expiatória que a cidade havia levantado em memória do acontecimento e com uma pedra pontiaguda escreveu na cancela: *Monumento a Bresci*. Aquele homem, que pedia um monumento para o assassino do Rei, chamava-se Benito Mussolini.

Os estudos mais recentes documentam o impacto extraordinário que teve na Península a notícia do assassinato do Rei. A Itália, naqueles dias, estava em ebulição. Os ânimos estavam tão excitados que a revolução poderia explodir a qualquer momento. Foi a morte violenta do Rei que aplacou os ânimos. As pessoas pensaram que a *vingança tinha sido feita*. Valia a pena voltar a viver. A revolução tornara-se inútil.

## A lei da emigração: o último assalto

**D**esta vez (dezembro de 1899), o Parlamento italiano está realmente empenhado na lei da emigração. Sobre o projeto trava-se a última grande batalha, da qual participam os grupos políticos, as companhias de navegação, os armadores e os incansáveis recrutadores. O êxito é incerto até o último momento. Scalabrini participa pessoalmente das operações.

Sobre a mesa das discussões há dois projetos: aquele já conhecido, apresentado pelo deputado Visconti-Venosta, e um segundo que chegou no último momento, por iniciativa do deputado Pantano. Ambos os projetos se propõem a defender os emigrantes; mas, enquanto o primeiro, apoiado pelo Governo, define os agentes de emigração como parasitários e aproveitadores, o contra-projeto de Pantano propõe que se conservem os agentes, na tentativa de romper o monopólios dos armadores. Pantano era apoiado por cerca de trinta deputados pertencentes à esquerda. Entre eles, havia o deputado Costa, uma das personalidades mais representativas do movimento socialista italiano.

Havia algo de estranho no debate, porque se viam enfileirados, em defesa dos recrutadores, representantes daqueles movimentos populares que, no entanto, haviam deplorado por anos “*aqueles desgraçados agentes de emigração que vendiam como vil gado os camponeses a fazendeiros odiosos, que os tratavam pior do que o faziam em relação aos escravos negros.*”

A posição dos radicais e dos socialistas pode ser explicada. Alguns meses antes, as maiores companhias de navegação tinham feito um acordo para fixar, beneficiando a si próprias, os preços das viagens. Estava-se formando, em suma, um gigantesco *pool* com a precisa intenção de monopolizar o transporte dos emigrantes. Radicais e socialistas pensavam justamente que, para quebrar esse monopólio, fosse necessário deixar em campo um grupo com a mesma força, ou seja, o dos recrutadores.

Era um erro gravíssimo, não só porque os recrutadores não estavam em condições de se confrontar com os potentes patrões das embarcações, mas sobretudo porque a *guerra dos fretes*, independentemente de seu resultado, seria concluída, inevitavelmente, com a derrota dos emigrantes.

Padre Maldotti, que Scalabrini havia enviado a Roma justamente para que seguisse de perto os trabalhos parlamentares, escreve imediatamente a seu bispo com o objetivo de deixá-lo em alerta, convidando-o a intervir. “*Esquerda e Direita - escreve - não entendem nada de emigração. Pobres emigrantes!... Se não fizermos nada, nas férias de Natal tudo estará perdido*”.

Scalabrini move-se com o habitual empenho: intervém junto a parlamentares, mobiliza amigos influentes, faz com que esteja presente a associação San Raffaele, com sua cadeia de conhecimentos... Insiste de mo-

do particular para que o Governo faça sua parte, considerando que naquele complicado assunto o primeiro interesse a ser tutelado é o das pessoas. O tempo urge...

Enquanto isso, há fatos novos: os agentes de emigração estão preparando, em absoluto segredo, junto com as companhias de navegação e os armadores, um novo *trust* que possa eliminar qualquer concorrência. Ao mesmo tempo, o preço dos fretes começa a crescer. O jogo já foi descoberto. Patrões e intermediários fizeram uma coalizão para criar um monopólio imbatível. O jogo, além de ser prejudicial aos emigrantes, é perigoso para o país.

O Parlamento não aceita a chantagem; faz honestamente sua parte. Assim que dispõem das provas que documentam o acordo, Governo e Parlamento chegam facilmente a um entendimento. Os dois projetos são unidos em um texto único. As companhias de navegação são abandonadas pelo Governo; os agentes, descartados pelos socialistas.

Para tornar o monopólio impossível, decide-se que o preço do frete seria estabelecido pelo novo Comissariado para a Emigração. Era o Estado que intervinha finalmente como mediador, para defender os mais fracos. As oposições tinham sido derrubadas. A lei já estava pronta. O testemunho da contribuição dada por Scalabrini à preparação da lei fica evidente no relatório apresentado ao Parlamento pela comissão especial.

O relatório tinha uma forma uma formulação típica de Scalabrini. *“O que se deve procurar - está escrito no documento - é a tutela da inviolabilidade da pessoa do emigrante, hoje exposta a tantas ofensas e a tanto sofrimento. Até agora, e com alta frequência - o emigrante foi um meio, um instrumento para enriquecer aqueles que estavam em contato com ele, com o desculpa de lhe prestarem um serviço. O único fim, o principal, foi a produção da tarifa de transporte dessa mercadoria humana. Pisotearam-se muitas vezes os preceitos da lei e da piedade para que obtivessem maiores benefícios os agentes, os subagentes e os transportadores, em detrimento do emigrante...”*

São expressões tiradas quase textualmente dos escritos de Scalabrini. A influência do bispo aparece de modo ainda mais evidente no trecho que diz respeito ao Comissariado para a Emigração:

*“É evidente que o fundamento desta lei está no Comissariado para a Emigração, que reassume todas as instituições de tutela a favor dos emigrantes e que com a bondade e a equidade de seus procedimentos deve ajudar a despertar no país a consciência pública, até agora demasiadamente adormecida, a favor de um interesse nacional de ordem eminente, mais moral e social do que econômica.*

*Estas salutares ligações terão efeitos morais notáveis e seguros também para nossos missionários, a favor de quem se recomenda à Câmara uma nossa ordem do dia.”*

Eis a ordem do dia: *“A Câmara convida o Governo a consentir as maiores facilidades aos jovens missionários italianos sujeitos ao recruta-*

*mento e a agilizar suas viagens nas embarcações que transportam emigrantes. Que cessem nossos dissídios ao menos fora do país, e que seja dado aos emigrantes que nos deixam, talvez para sempre, o conforto, na solidão dos mares e em terra estrangeira, de conjugar Deus e Pátria .”*

Scalabrini tinha conquistado simpatias no Parlamento: socialistas, liberais, republicanos e radicais haviam atendido ao apelo de pacificação lançado por um bispo, o qual pedia que superassem o histórico dissídio entre Igreja e Estado através de uma ação comum de todos os italianos a favor dos emigrantes.

Scalabrini obtém também um outro reconhecimento público. Ainda o relatório parlamentar acena, em um certo momento, às muitas vozes que falam em nome dos emigrantes . *“Falam com muita veemência - está escrito no documento - os agentes, os subagentes e os armadores... Mas hoje chegou a nós, austera e caridosa, a palavra daquela associação que, conjugando os elementos laicos e religiosos, cuida do destino do emigrante italiano e procura defendê-lo.”* E faz isso *“com uma grande liberdade de opinião... Nas conferências públicas que dá, com aquela harmonia de ânimos que revela e atesta a sublimidade dos intentos, falam juntos bispos cultíssimos e ilibados como monsenhor Bonomelli e monsenhor Scalabrini...”*

O bispo tinha razão. A estrada que havia traçado levava longe. A emigração podia realmente ajudar os italianos a chegar à conciliação.

## 1901: uma boa lei, porém insuficiente

O projeto de lei sobre a emigração é aprovado na Câmara em escrutínio secreto, com 266 votos a favor e 123 contra. Resta superar um obstáculo nada fácil: a aprovação do Senado. Scalabrini envia mais uma vez Padre Maldotti a Roma, com a tarefa de sondar o terreno e mantê-lo informado. De Gênova, sempre com os mesmos propósitos, chega o inspetor Malnate. O temor é que a lei sofra modificações que façam com que seu retorno à Câmara seja indispensável; nesse caso, haveria o risco de que a lei não fosse aprovada.

Maldotti trabalha com a habilidade de sempre: descobre o nome de três senadores que podem ser facilmente comprados pelos opositores. Pe-de ao bispo que vá a Roma, alegando que sua presença talvez seja indispensável. Felizmente, a discussão no Senado é adiada para depois das festas natalinas. O deputado Luzzati informa a Scalabrini que os agentes de emigração estão organizando uma forte oposição e roga-lhe que intervenha junto aos senadores que conhece, pedindo que eles estejam presentes às discussões. Durante uma pausa, Luzzati, Maldotti e Malnate encontram-se em Gênova.

A lei da emigração é finalmente aprovada, em 29 de janeiro de 1901. A senhora Visconti-Venosta, esposa de Chefe do Governo, dá imediatamente a notícia a Scalabrini por telefone. Padre Maldotti chama a lei, com uma pitada de orgulho, de *nossa lei*: uma lei com o estilo de Scalabrini.

Chega-se à primeira lei verdadeira sobre a emigração após uma viagem cansativa, com um atraso de 30 anos. Leva a data de 31 de janeiro de 1900. Monsenhor Scalabrini e seus missionários dão uma contribuição essencial a sua elaboração. A lei é fruto de um país que cresceu: o Governo e o Parlamento finalmente entenderam que, sem uma reforma profunda e orgânica, não seria possível disciplinar um fluxo emigratório que envolvia um número tão grande de pessoas e problemas.

Com a nova lei, a emigração é declarada *livre*. Prevê-se um controle sobre o recrutamento e a transferência dos menores. A própria definição de migrante é oportunamente precisada. Decide-se pela constituição de um *Comissariado para a Emigração*, subordinado ao Ministério do Exterior. A cada ano o *Comissariado* apresentará ao Parlamento um relatório sobre o trabalho desenvolvido e os problemas da emigração.

Nos portos de Gênova, Nápoles e Palermo instalam-se *inspetores* especiais encarregados da emigração. É criado o *Conselho da Emigração* em que se juntam, além de funcionários dos ministérios interessados, representantes das cooperativas e das sociedades de ajuda mútua. Prevêem-se comitês de jurisdições ou de municípios para a emigração, dos quais participam, junto ao pretor ou ao juiz conciliador, o prefeito, um médico, um pároco e um representante das sociedades operárias e agrícolas locais. São previstos também serviços de proteção, informação e colocação no

mercado de trabalho, a serem instituídos nas principais vilas e cidades de imigração. A lei dedica muito espaço aos fretes e transportes marítimos, um setor - como já vimos - em que a situação era verdadeiramente caótica e os dramas, frequentes.

Em seu conjunto, portanto, uma lei boa, que se revelará eficaz. Todavia, é surpreendente constatar, seguindo os debates que houve no Parlamento, que o *grande êxodo* foi considerado mais em relação a seus aspectos exteriores (a desordem, os abusos, os problemas decorrentes) do que no tocante às causas e aos remédios que podiam reduzir a extensão e a desordem de fenômeno. Até os homens mais sensíveis aos problemas sociais fizeram, a propósito, intervenções desapontadoras. Isto prova que país ainda não tinha passado por uma séria reflexão sobre seu modo de crescer: a emigração era aceita como um fato natural, sobre o qual o homem podia fazer muito pouco.

Uma outra observação: a nova lei previa intervenções eficazes na primeira fase da emigração, ou seja, antes da saída, durante a viagem e na chegada ao país estrangeiro. Para a fase sucessiva faltou uma visão de conjunto a respeito do problema, a consciência não só da responsabilidade que a Itália continuava a ter perante seus filhos distantes, mas também na possibilidade enorme que teria podido aproveitar se tivesse sido capaz de valorizar a presença e o trabalho das comunidades italianas no exterior, no campo econômico, cultural e político.

## Scalabrini nos Estados Unidos

**M**onsenhor Scalabrini pensara freqüentemente em uma viagem aos Estados Unidos. Não era apenas o desejo de percorrer novamente a rota fascinante que levava às terras americanas, seguindo o traçado de Cristóvão Colombo, milhões de europeus. Não era apenas o desejo de encontrar seus missionários nos lugares em que ajudavam os italianos desgarrados a constituir uma comunidade. Era a necessidade de confrontar pessoalmente suas idéias com a realidade, de ver no palco formado pelas grandes cidades americanas aquela extraordinária representação que envolvia populações e raças tão diversas na criação do homem americano. Era a necessidade de dialogar com personalidades e organizações, italianas e estadunidenses, para ver juntos o que se podia fazer a fim de que os italianos se inserissem no mundo novo de modo equilibrado, ou seja, para que se tornassem americanos sem que destruíssem suas origens italianas.

Era, portanto, uma viagem difícil. Havia sido desejada pelo papa e adiada por alguns anos para não ferir a suscetibilidade dos bispos americanos quando, finalmente, foi aprovada por todos.

O navio *Liguria* deixa o porto de Gênova sob um sol já quente, em 18 de julho de 1901. A bordo, junto a turistas e a homens de negócios, há várias centenas de emigrantes. Durante a parada em Nápoles, a nave embarca outros 1200 emigrantes e retoma rapidamente a viagem a New York.

Scalabrini considera-se, desde o primeiro dia, o *capelão* de bordo. Desce em meio aos emigrantes e passa muito tempo com eles. Escuta suas confissões, visita os doentes, prepara alguns jovens para a primeira Comunhão e para a Crisma. Quando celebra a missa em público, no tombadilho, à vista de um mar tranqüilíssimo (as anotações foram extraídas do diário do bispo) conta com a participação de grande parte dos passageiros, que, com muito recolhimento, assistem ao serviço. Fala aos emigrantes sobre Deus, sobre suas responsabilidades, sobre a pátria celeste. Fala também da Itália, fazendo com que chorem; chora também ele. É realmente extraordinário ver Scalabrini, bispo de um país onde aos padres a quase proibido amar a pátria, ajudar os emigrantes, até mesmo aqueles que partiram cheios de raiva, a não cancelar da memória sua terra natal.

Além dos missionários, vão acolher o bispo de Piacenza autoridades italianas e americanas. Um cortejo de 60 carros acompanha-o à primeira igreja fundada por sua ordem, a paróquia de San Gioacchino. É o primeiro sinal de um fato significativo. A América não está recebendo um bispo qualquer: as autoridades e, sobretudo, os italianos acolhem aquele que já é reconhecido por todos como o *bispo dos emigrados*.

Em New York monsenhor Scalabrini instala-se na ilha de Ellis Island, onde assiste à chegada de 600 italianos. Visita as obras realizadas pelos irlandeses e pelos alemães para seus emigrados: abrigos esplêndidos, organização perfeita. Inaugura a Casa San Raffaele, aberta pelos mis-

sionários para os italianos recém-chegados. Visita , em um barco a vapor, a baía de Hudson e o espetáculo encanta-o.

Depois, por três meses e meio, desloca-se ininterruptamente pelo imenso país. Percorre cerca de 15.000 quilômetros, visita as comunidades italianas de cerca de 50 cidades, pronuncia 340 discursos, crisma milhares de jovens, faz contanto com inumeráveis personalidades e organizações, dormindo nos trens, mudando quase sempre de cama, comida , clima e hábitos.

A hospitalidade é tão extraordinária que os americanos ficam surpresos: é digna de um rei. Em New Haven há cortejos, fogos de artifício, fanfarras, grupos em que os nomes de Santo Antônio e de Santa Maria Madalena misturam-se àqueles de Garibaldi e de Vittorio Emanuele III. O mesmo ocorre em Syracuse, em Utica, em Detroit, em Boston...Para que chegue a St Paul, em Minnesota, organizam-lhe um trem especial que, com uma viagem de 23 horas, leva-o a seu destino. Em Utica, no momento da despedida, os italianos choram. “*Sentiam tanta dor - lê-se em uma crônica - que olhar para eles era angustiante. Despediam-se de seu bispo. Chamavam-no de anjo, de salvador...*”

As recepções triunfais preparadas pelos emigrados a monsenhor Scalabrini podem ser entendidas. Não era apenas um gesto de reconhecimento perante um bispo que havia anos lutava por eles e que lhes tinha proporcionado igrejas, escolas, hospitais, jornais. Era também um gesto de orgulho. Pela primeira vez, os italianos reuniam-se e faziam história. Os humildes italianos desprezados, por mérito de Scalabrini, ocupavam as primeiras páginas dos jornais, tornavam-se protagonistas da vida urbana. Valia a pena soltar fogos e soar as trombetas. Aquele era um grande dia para os italianos.

Em seus discursos, monsenhor Scalabrini insiste em dois temas preferenciais: as escolas e a concórdia. As divisões entre os italianos eram realmente um drama. Enquanto alemães, irlandeses e franceses tinham à disposição associações de caráter nacional pelas quais se sentiam representados, os italianos tinham criado centenas de sociedades , em geral inimigas entre si. Cada pequena cidade da Itália tinha seu representante. Era a imagem de uma península que permanecera dividida por séculos, onde a história era interpretada não pelas grandes idéias, mas pelas aventuras bairristas.

O prejuízo era evidente. Os emigrados italianos, justamente por estarem divididos, não conseguiam realizar grandes obras, seguindo o modelo dos outros grupos nacionais. Apenas o missionário conseguia superar as diferenças. Convocados para sua igreja, italianos da Sicília, de Gênova, do Piemonte e de Salerno sentavam-se sob os mesmos bancos e sentiam-se , pela primeira vez, irmãos. A religião ajudava-os a sair de seu pequeno mundo antigo; preparava-os para fazer parte de uma grande comunidade.

O tema da escola é de excepcional importância na história dos Estados Unidos. A Igreja católica americana formou-se, de fato, nas salas de

aula das escolas paroquiais. Era uma minoria na primeira metade do século XIX; já então, porém, constituía uma grande realidade. “*Quando eu era jovem - contava o arcebispo de Boston a monsenhor Scalabrini - conhecia todos os nomes dos católicos da cidade, pois eram poucos. Agora, os católicos de Boston chegam a 600.000...*”

O problema da *escola católica*, que Scalabrini queria em todas as paróquias, deve ser visto sob essa ótica tipicamente americana: fazia parte de um projeto eclesiástico inaugurado pelos irlandeses e levado adiante pelos católicos alemães. Era um modo concreto de construir uma igreja visível em uma sociedade onde cada igreja (e eram muitíssimas) tinha sua representação.

Todavia, para monsenhor Scalabrini o tema da escola era mais amplo. Não servia apenas para proteger a fé em uma sociedade em grande parte protestante ou atéia. Servia para proteger em nossos emigrados sua *italianidade*. Não no sentido inferior de nacionalismo político, mas em seu sentido cultural e social, como um fato de história, de raízes antigas, de *humanidade* original. Os italianos tinham uma pátria havia poucos anos, tinham às costas uma longa história feita de particularidades e de contrastes. Ajudar os emigrados a conservar sua língua e a fé de seus pais queria dizer ajudar os italianos a não se afogarem no mar imenso da sociedade americana, sem um rosto, sem um sinal de reconhecimento.

Scalabrini acreditava que se os emigrados salvassem sua **identidade**, defenderiam também sua fé. Protegendo sua língua e sua história, ofereceriam à América uma contribuição mais substancial; participariam da construção do homem americano não de modo passivo, mas oferecendo uma contribuição de personalidades ricas e originais. Nos dias de hoje, em que os italianos já percorreram seu caminho no difícil mundo americano e os filhos descobrem o orgulho das antigas origens, o projeto de Scalabrini aparece como uma escolha de extraordinária importância religiosa, civil e cultural.

## Cara a cara com o presidente Roosevelt

Monsenhor Scalabrini encontrava-se em Boston quando, dia 7 de setembro, difunde-se uma notícia dramática: o presidente dos estados Unidos, McKinley, tinha sido assassinado por um emigrado boêmio. O bispo ordenou que fossem suspensas todas as manifestações programadas para sua visita. A população americana apreciou o gesto.

Um mês depois, em Washington, monsenhor Scalabrini foi recebido pelo novo presidente, Teodoro Roosevelt. *“O presidente - escreve o bispo em seu diário - disse-me que nossa emigração é digna de atenção e que nossos trabalhadores são necessários sempre que há uma obra difícil e perigosa, porque sua inteligência e sua constância no trabalho são únicas.”* Louvou também a inteligência dos jovens italianos, que ganhavam todos os prêmios escolares. Mas monsenhor Scalabrini logo conduziu o discurso a um tema de atualidade. Sabia que os italianos eram criticados por manejar uma faca com demasiada familiaridade e sentia-se na obrigação de defendê-los. Assim, monsenhor Scalabrini fez com que fosse notado o fato de que os italianos, nas últimas estatísticas sobre a violência, tinham caído quase para o último lugar.

*“Os italianos - comentou o bispo - encontraram-se no mundo, durante muito tempo, sem tutela alguma e entre o desprezo dos outros. Assim, tiveram de se defender por conta própria. Fizeram mal, mas é necessário ver como foram, muitas vezes, tratados. Eu mesmo em Ellis Island, enquanto me pus a estudar naquele Asilo, vi um guarda ordenar a um italiano que se apressasse em sair. O emigrante não podia correr porque carregava duas malas grandes e porque diante dele havia uma multidão. Então o guarda, com um grande bastão, deferiu-lhe um terrível golpe nas pernas, que me pareceu tê-las quebrado. O italiano, sem dizer uma palavra, apoiou as malas, voltou-se e deu dois potentes bofetões em seu agressor. Depois murmurou: se tivesse tido um revólver, tê-lo-ia matado... Certamente teria feito muito mal; mas por que os funcionários devem agir cruelmente em relação a tranqüilos operários, e, em vez de incutir neles, no momento de sua chegada, um pouco de confiança no novo país, tratam-no como animais ou pior do que isso?...”*

Depois, monsenhor Scalabrini falou sobre as perspectivas que se abriam à emigração italiana: *“É grandioso o porvir que se revela aos italianos, se estiverem unidos e se deixarem guiar pela fé... O elemento italiano, desde que avance compacto e se mantenha acima de tudo religioso, pode tornar-se um dos grandes esteios do organismo americano... Unidos e religiosos, eis tudo.”*

No dia 15 de outubro, em New York, monsenhor Scalabrini, no Catholic Club, diante de um público americano selecionado, faz uma conferência que despertou grande interesse. Os jornais da metrópole consideraram-na “toda vibrante de fé e de inspiração profética” e publicaram vários artigos sobre o acontecimento. O bispo dos emigrados agradeceu aos americanos, porque constataria que o desprezo em relação aos italianos estava diminuindo e que se começava a reconhecer os benefícios que eles traziam à sociedade americana, através de

seu heroísmo oculto, freqüentemente banhado por um tributo de sangue. Depois, falou sobre a emigração como um acontecimento grandioso que se insere na história dos povos. Deus está presente nesse acontecimento: a emigração faz parte da história da salvação e prepara o ser humano para a unidade.

A última etapa da visita pastoral aos emigrados deu-se em Newark, em 11 de novembro, para a inauguração de um orfanato masculino. Foi um espetáculo memorável. Quando o bispo saiu da igreja conduzindo o ostensório, a multidão ajoelhou-se com tanta fé que um senhor protestante ficou tocado e não pode deixar de exprimir ao bispo sua impressão: “*Se vir outro espetáculo como este, perco a fé e viro católico*”. Monsenhor Scalabrini embarcou dia 12 de novembro; dia 26 chegou a Nápoles. Dia 29 foi recebido por Leão XIII, a quem fez um relatório completo da viagem. Encontrou-se também com o Ministro do Exterior, Prinetti<sup>152</sup>, ao qual relatou sobre a situação da emigração italiana nos Estados Unidos e sobre os meios de proteção que a observação direta lhe havia sugerido.

Chegou a Piacenza em 4 de dezembro. O povo cercou-o com grande entusiasmo. Em uma entrevista concedida a um jornal de Gênova, Scalabrini declarou-se satisfeito com a viagem por ter constatado os progressos dos italianos e porque estava convencido, através de seus próprios olhos, daquilo que “*deviam fazer todos: sacerdotes, governo, cidadãos, legisladores.*”. “*As recompensas foram muito superiores às modestas penas. Por todos os lugares, encontrei uma verdadeira explosão de entusiasmo religioso e patriótico e cada vez mais me convenci de que é necessário que nossos emigrados conservem a nacionalidade para que conservem a religião católica, que, de outra forma, perderiam e vice-versa. A Religião e a Pátria são inseparáveis. É necessário que o emigrado encontre, em qualquer lugar, nossa igreja e nossa escola...*”.

A respeito da viagem de Scalabrini, o *Cristoforo Colombo*, órgão independente das colônias italianas (um jornal, portanto, que tinha entre seus leitores descrentes e anticlericais), publicou o seguinte comentário significativo: “*A obra de monsenhor Scalabrini é providencial. Que os laicos, os desconfiados e os opositores em geral do bispo de Piacenza tentem fundar uma outra obra por conta própria, igual ou melhor! Se conseguirem fazer algo igual ou melhor, terão também eles direito à pública admiração. Mas enquanto Scalabrini estiver sozinho, com suas missões que se preocupam com os emigrados e cuidam de sua sorte, sua obra está acima de qualquer censura. A ele, e somente a ele, vão os louvores e o encorajamento. E é justo, aliás, é patriótico, tributar ao apóstolo da emigração italiana a reverência e a gratidão a que têm direito os verdadeiros benfeitores da humanidade.*”

O impacto provocado pela viagem de monsenhor Scalabrini nos Estados Unidos foi forte: deixou traços notáveis. Estudiosos dos problemas sociais detiveram-se com curiosidade e interesse na aventura extraordinária de um bispo vindo da Itália, que deu a algumas centenas de milhares de emigrados o orgulho de serem italianos, fez com que saíssem das sombras e ajudou-os a ser um povo.

---

152 - Giulio Prinetti (Milão, 1851 - Roma, 1908) Político de extrema direita, foi Ministro do Exterior entre 1901 e 1903.

## Uma obra para os mondadores dos campos de arroz

**H**avia anos monsenhor Scalabrini pensava em um problema social de notáveis proporções: providenciar a saúde moral e material daqueles pobres infelizes que, por necessidade, vão à mondadura dos campos de arroz.

Era uma aventura que se repetia todos os anos. No início da primavera grupos de recrutadores percorriam os vales ao redor de Piacenza e cada um deles contratava entre 400 e 500 pessoas, em grande parte mulheres e jovens. No momento da monda do arroz, faziam com que chegassem em carroças, a pé ou de bonde à estação ferroviária de Piacenza, embarcavam-nos em vagões para animais e levavam-nos aos territórios da Lomellina<sup>153</sup> e do Novarese<sup>154</sup>.

*“Por 35 dias - lê-se em um documento - trabalham de sol a sol, até 14 ou 15 horas, sempre com as pernas imersas na água insalubre. Sua ração é composta de pão, arroz e ... água boa, quando há. Dormem nos estábulos, sobre o feno, todos juntos, e a moralidade fica exposta a muitos riscos. Quando chegam a casa, descontados os valores da viagem e as outras despesas e a quota do recrutador, têm sorte se conseguem guardar 30 liras... Mas, freqüentemente, mal acabam de chegar à própria habitação, a magra conquista termina em remédios, porque muitas vezes contraem a malária...”*

Monsenhor Scalabrini havia feito uma pesquisa e o resultado era que cerca de 170.000 pessoas participavam, a cada ano, da mondadura do arroz. A mola propulsora do fenômeno era, como sempre, a fome. E, como sempre, estavam envolvidos os recrutadores que espremiavam os pobres de modo revoltante. O Governo estava aperfeiçoando uma lei para regulamentar o problema, mas a demora parecia interminável. Scalabrini, em 1903, tomou a iniciativa. Reuniu em Piacenza os representantes das dioceses interessadas e traçou as linhas fundamentais de uma *Obra pró-mondadores* que deveria garantir a defesa jurídica dos trabalhadores e assegurar condições decorosas de trabalho.

Monsenhor Scalabrini, para essa tarefa, apelou a Toniolo, o qual, graças ao prestígio de que gozava, conseguiu envolver os organismos públicos interessados. A Obra desenvolveu uma ação eficaz junto ao Conselho do Trabalho e ao Ministério da Agricultura. Exigia que os mondadores, reunidos em associação, pudessem obter contratos de trabalho coletivos; que o horário de trabalho não superasse nove horas; que se estabelecesse uma quantidade mínima de alimentação diária; que a pessoa encarregada do preparo das refeições fosse escolhida pelos trabalhadores; que nos dormitórios houvesse locais separados para homens e mulheres; que os mondadores fossem munidos de uma carteira de trabalho pessoal; que fosse assegurada a distribuição gratuita de quinino para prevenir a malária etc. Essas propostas, apresentadas ao Conselho do trabalho, foram em

grande parte aceitas. A Obra pró-mondador desempenhou uma ação eficaz, merecendo o consenso das autoridades e dos trabalhadores interessados.

1903 - Morre, aos 93 anos, Leão XIII. Seu pontificado foi um dos mais longos da história: 25 anos de grandes lutas sociais, culturais e religiosas. Cultíssimo, escreveu algumas encíclicas memoráveis sobre o mundo do trabalho e sobre a liberdade humana. Conduziu a Igreja ao plano da renovação, abrindo-a à cultura moderna. Atenuou a intransigência negativa em que se havia fechado Pio IX em relação ao Estado italiano, mas a preocupação de salvaguardar a liberdade da Igreja impediu que ele chegasse a um acordo com o governo italiano.

Monsenhor Scalabrini saudou com entusiasmo as aberturas pastorais e culturais de Leão XIII, mas não compartilhou de certas idéias e atitudes rígidas do pontífice, ditadas - ao que lhe parecia - mais por uma política humana do que pelo Evangelho e pelas necessidades da Igreja.

O sucessor de Leão XIII à cátedra de San Pietro, com o nome de Pio X, foi o patriarca de Veneza, um bispo bondoso, simples, camponês. O novo Papa sente-se acima de tudo um pastor. Atua na política o mínimo necessário. Não cria embaraços ao Governo. Sua principal preocupação é defender a Igreja das insídias do mundo moderno, reconduzindo a sociedade às suas origens cristãs. Ainda que condicionado pelo clima intransigente em vigor no Vêneto, atenua em parte - graças também à influência de Scalabrini - suas posições. Favorece acordos locais nos planos político e administrativo, para salvar a paz social e preparar o retorno dos católicos ao comando do país.

---

153 - Lomellina: região agrícola da Lombardia que se insere na província de Pavia, entre os rios Sesia, Ticino e Pó (N.T)

154 - Novarese: região da Lombardia, ao redor da cidade de Novara (N.T)

## O milagre econômico italiano

A decolagem da indústria italiana deu-se às duras penas. Era esperada nos anos 80 do século XIX, explodiu com força na primeira década do século XX. Não poderia ter sido de outra forma, porque a Itália não tinha nem ferro nem carvão e os capitais disponíveis eram escassos.

Tudo começou em 1887 com a introdução das novas tarifas alfandegárias. O quadro tinha mudado. Era possível, finalmente, produzir e vender. Começava-se a investir. Chegavam capitais estrangeiros.

O primeiro passo foi a criação da aciaria Terni, desejada por um grupo de banqueiros vênéticos. Ali nasceu o modelo de desenvolvimento italiano, ou seja, uma indústria feita pela iniciativa privada mas protegida pelo Estado. Ali realizou-se a passagem da velha Itália rural e mercantil, nascida com o *Risorgimento*, à nova Itália que, em poucos anos, inseriu-se no grupo das grandes nações industriais. Dois são os elementos que mais incidiram sobre o desenvolvimento do capitalismo italiano: os bancos e a eletricidade.

O sistema bancário italiano era antiquado: vivia de rendas e especulação. Era tão desprovido de estímulos que Crispi sentira-se na obrigação de pedir ajuda a seu amigo Bismarck. Assim, da Alemanha chegaram alguns banqueiros que haviam ensinado aos italianos como deviam ser organizados os bancos modernos: não instrumentos de especulação, mas de estímulo, caixas que colocam o capital à disposição de empreendedores corajosos, aceitam riscos e calculam os lucros a longo prazo. Era o sistema que havia construído a formidável máquina industrial e comercial da Alemanha.

Foram esses banqueiros, mandados à Itália por Bismarck, os criadores da *Banca Commerciale*; e foi a *Banca Commerciale* que financiou as primeiras empresas italianas, da Edison à Breda, da Montecatini à Pirelli. Depois da chegada de um sistema bancário moderno, o segundo propulsor do sistema industrial italiano foi a energia elétrica.

Para um país como a Itália, pobre em matérias-primas, a descoberta do carvão branco foi como uma chicotada. A Itália já estava na vanguarda no campo da eletricidade, graças aos estudos de Ferraris<sup>155</sup> e de Pacinotti<sup>156</sup>. Em Milão surgira a primeira central elétrica; ainda em Milão, havia sido realizado o primeiro *transporte* de eletricidade, por 30 quilômetros, de Paderno, às margens do Adda, até a capital lombarda. Desde então a Edison, que se havia afirmado levando luz elétrica pelas estradas de Milão, transformara-se em uma grande sociedade e a Itália havia assumido em toda a Europa um lugar de destaque.

Depois, chegou a siderurgia: por iniciativa da Terni tinha sido constituída uma espécie de monopólio e haviam sido criadas as grandes instalações de Piombino (Livorno) e de Bagnoli (Nápoles). Para dar um empurrão na indústria mecânica, chegou o automóvel. Havia surgido a Lancia, a Isotta Fraschini, a Alfa Romeo, a Itala, a Bianchi e, naturalmente, a Fiat. Tinha sido um crescimento selvagem.

Em 1907, havia na península 70 fábricas que produziam veículos; deci-

didamente, um número demasiado para um país que tinha escassas possibilidades de absorção. Havia ocorrido uma grave crise e muitas fábricas tiveram que fechar as portas. A Fiat havia agüentado bem porque tinha sido elaborada desde o começo como uma verdadeira indústria, e, além de automóveis, fabricava aviões, trens e motores navais. Em seus estabelecimentos trabalhavam, então, cerca de 5.000 operários.

Concomitantemente, a indústria têxtil havia conhecido um grande desenvolvimento, enquanto a indústria do açúcar havia-se classificado entre as primeiras da Europa. Também o setor de armamentos tivera um notável impulso. As famílias Rubattino, de Gênova, e Florio, de Palermo, com a ajuda do Estado, criaram a Compagnia di Navigazione Generale Italiana, que era a segunda, por tonelagem, em toco o Mediterrâneo.

Era um período vibrante. A renda nacional havia-se duplicado; as economias, quintuplicado; a taxa de incremento do comércio exterior era superior à da Alemanha e à da Inglaterra. A Itália tornara-se o país mais dinâmico da Europa. Às vésperas da primeira guerra mundial era a sétima potência industrial do mundo.

Algumas cifras ajudam-nos a compreender as dimensões do milagre econômico italiano. No tempo da primeira guerra mundial, a indústria italiana abastecia os exércitos aliados de artilharia, aeronaves e veículos de guerra. Na primavera de 1918, os franceses e os ingleses tiveram de refrear a ofensiva porque esperavam da Itália mil caminhões que no último momento haviam sido desviados para o fronte italiano. Depois de Caporeto, quando todo o país tinha sido mobilizado para apoiar o fronte, a Ilva tinha 50.000 operários e a Ansaldo mais de 100.000. De suas fundições saíram em poucos meses 2.000 canhões e milhares de metralhadoras. Os aviões, que em 1915 eram 350, passaram a 6.000.

Como todos os desenvolvimentos industriais, também o italiano baseava-se na exploração dos trabalhadores. Os horários eram duros, os salários, baixos e o sistema de previdência, escassíssimo.

Uma única vantagem haviam tido os operários italianos: haviam entrado nas fábricas com um século de atraso em relação à Inglaterra, onde a exploração dos trabalhadores alcançara níveis de crueldade inacreditáveis. No momento da afirmação do desenvolvimento industrial, o movimento operário italiano havia-se reforçado de forma notável; isto salvou o jovem capitalismo italiano das culpas mais graves de que se tinha manchado nos outros países.

O *milagre italiano* apresentava, de qualquer maneira, suas sombras, algumas das quais muito negras. Não era fruto de um programa aperfeiçoado pela classe política atendendo aos interesses do país. Era apenas o resultado de uma grande vitalidade da classe empreendedora, ou seja, de pessoas como Alessandro Rossi, Stefano Breda, Giorgio Falk, Giovanni Agnelli, Camillo Olivetti, G. Battista Pirelli, Guido Doneganni, Cesare Pesenti e os irmãos Perone. O Estado ausenta-se. Não guia, não coordena, não controla. É a economia, o interesse da classe dominante, que toma a dianteira. O Estado deixa-se arrastar, cedendo às pressões dos poderosos.

A conseqüência é que a indústria italiana cresce demais em relação às exigências do país. A Itália dá a impressão de ser um corpo irregular. A indústria desenvolve-se apenas no Norte, devastando a agricultura, condenando mais uma vez o *Mezzogiorno*. Cresce sobre a pele dos emigrantes.

As fábricas multiplicam-se e a emigração não diminui; aliás, atinge dimensões ainda mais impressionantes. A Itália torna-se a sétima potência industrial do mundo e, ao mesmo tempo, centenas de milhares de pessoas emigram a cada ano em direção aos países da Europa e às Américas. Eram 300.000 em 1900; são 400.000 em 1905; 500.000 em 1908 e 900.000 em 1913.

Na Alemanha, a industrialização havia derrotado a emigração. Em Luxemburgo a descoberta de um procedimento que limpava o carvão demasiadamente rico em enxofre havia permitido a criação de novas instalações. A emigração tinha cessado e havia sido necessário chamar novos operários de toda a Europa. Na Itália, o *milagre industrial*, ao invés de refrear, estimula as partidas. A emigração torna-se, na ocasião, um rio em época de cheia.

As cifras terríveis da emigração denunciam, mas não justificam, este crescimento incorreto. Milhões de italianos foram expulsos da Península. Sua partida deveria ter sido um drama para o país, como é, de fato, para cada família a partida dos filhos. Os emigrados italianos, porém, deixaram sua pátria acompanhados por uma escandalosa indiferença. Não tinham peso político algum. Não serviam à indústria. Eram um peso morto também nos campos. Sua partida era cômoda para muitos. O silêncio era uma obrigação, como quando se acompanham os cadáveres ao cemitério.

---

155 - Galileo Ferraris (Livorno, 1847 - Torino, 1897): físico e eletrotécnico, foi pioneiro no uso da corrente trifásica e descobriu o campo magnético rotante; foi senador em 1895 (N.T.)

156 - Antonio Pacinotti (Pisa, 1842 - 1911): físico que estudou os problemas ligados à indução eletromagnética; projetou e construiu, em 1859, um dos primeiros geradores de corrente contínua, o *anel de Pacinotti* (N.T.)

## O retorno de Giolitti

**D**epois do assassinato do Rei Umberto, o país fica desorientado, como se estivesse à espera de um sinal que o ajudasse a sair do atoleiro. As vozes mais representativas são duas: a de Sonnino, que vê nos socialistas e nos clérigos duas forças subversivas e propõe um *fascio*<sup>157</sup> de todos os partidos nacionais para que se possa enfrentar o perigo com energia extrema, e a de Giolitti, que se coloca contra as soluções baseadas na força, porque *“um país que deve constantemente mobilizar o exército para manter a ordem não pode se sustentar por muito tempo”*. E acrescenta: *“Quando confronto nosso sistema tributário com aquele de todos os países civis, quando observo as condições das massas rurais em grande parte da Itália e faço comparações com os países vizinhos, fico surpreso com a indulgência e a tolerância de nossas plebes e penso com terror nas conseqüências de um seu possível despertar. Deploro a luta de classes. Mas, sejamos justos, quem a iniciou...?”*.

Depois de duas tentativas malsucedidas, o novo Rei dará a Giolitti a tarefa de enfrentar os problemas do país. E quando Giolitti apresenta seu programa e diz que o Governo não deve intervir nas discussões entre empregadores e operários, e que o direito de greve deve ser reconhecido, e fala de uma reforma tributária que finalmente atinja os ricos e poupe os pobres, a resposta é hesitante. Exprime o assombro do país diante de uma onda de greves, que, em um ano, passaram de 400 a 1.700. Giolitti sabe que esse é o preço do desenvolvimento industrial; a opinião pública, porém, acusa-o de fraqueza.

Giolitti encontra apoio junto aos socialistas, que consideram útil empurrar o Governo para o caminho das reformas; e encontra apoio também junto aos católicos, que não têm a intenção de deixar aos socialistas o monopólio da classe operária. Por cerca de dez anos, Giolitti será o árbitro da vida política italiana. Laico, mas tolerante, estabelece com a Igreja uma trégua que se assemelha à paz. Adverte o país para a necessidade de que se abram as portas às novas classes produtivas, de que a conciliação do Estado com o proletariado seja favorecida, de que a extrema esquerda seja levada à legalidade.

Introduz o sufrágio universal, porque está convencido de que, assim, pode afastar da Península a sombra da guerra. Mas os fogos do nacionalismo serão mais fortes. A guerra transferirá o sufrágio universal para as trincheiras. Nenhum equilíbrio político da velha Itália suportará essa prova.

Os italianos crescem. A população, que em 1861 era de 22 milhões (cerca de 89 habitantes por Km<sup>2</sup>), subira a 29 milhões (101 habitantes por Km<sup>2</sup>). Vinte anos depois, a cifra havido subido a 33 milhões (115 habitantes por Km<sup>2</sup>) e alcançará, em 1911, quase 39 milhões (126 habitantes por Km<sup>2</sup>). O aumento é impressionante: em apenas 50 anos a população da Pe-

nínsula havia-se praticamente duplicado, apesar do fato de muitos milhões de italianos, no mesmo período, terem se transferido ao exterior.

A situação apresenta-se particularmente dramática nas regiões meridionais, em que a indústria não consegue se estabelecer. Movidos pelo desespero, camponeses e trabalhadores braçais do Sul, em grande parte, começam justamente então a encontrar um meio de salvação que não seja apenas a revolta. No *Mezzogiorno* a emigração será o caminho da esperança para milhões de pessoas.

---

157 - *fascio*: feixe. Preferimos manter o nome no original, já que foi exatamente o uso *fascio* com conotação política de que deu origem, posteriormente, ao termo *fascismo* (N.T.)

## Monsenhor Bonomelli e os emigrados na Europa

**E**m nossa história, privilegiamos a emigração transoceânica porque na segunda metade do século XIX e nos primeiros anos do século XX ela constituía a onda maior do grande rio, a que apresentava problemas mais dramáticos e continha o germe de muitas esperanças. Por isso, o bispo de Piacenza havia prestado atenção sobretudo àqueles que partiam para o novo mundo.

Nos países da Europa Setentrional, porém, nossa emigração também estava presente de maneira maciça e apresentava um quadro repleto de sombras. De 1901 a 1915, mais de três milhões e meio de italianos haviam-se estabelecido no velho continente: um milhão na Suíça, 900.000 na França, 870.000 na Alemanha e 700.000 no império austríaco.

Era uma emigração diferente, composta prevalentemente de trabalhadores que iam e voltavam com uma cadência de maré incessante. Tratando-se prevalentemente de emigrados temporários, ligados à família e à cidade natal, também os problemas eram diversos. Nossos emigrantes não pediam igrejas, não participavam - como na América do Sul - da construção de novas cidades. Suas necessidades eram de caráter social: alojamentos, refeitórios, pontos de encontro, contratos de trabalho, assistência social etc.

Era, também aquela, uma emigração abandonada. Exposta a muitas violências. O socialismo e o anarquismo operavam com força nessa área, mas com uma carga anti-religiosa e anti-social que muitos consideravam alarmante. O Governo estava ausente. A opinião pública, alarmada e resignada. Mais uma vez, são os católicos que tomam a iniciativa; e é de novo um bispo que põe à disposição do projeto uma paixão ilimitada e todo o peso de um nome que se tornou famoso.

Já havia muitos anos que monsenhor Bonomelli se interessava pelos emigrados. As notícias que chegavam de Friburgo, de Baden, da Alsácia-Lorena e da zona do Simplon (onde alguns milhares de trabalhadores italianos estavam empenhados, sob condições duríssimas, na construção do túnel) convenciam-no da necessidade de intervir. Como seu amigo Scalabrini, também Bonomelli parte de uma preocupação pastoral. Fica angustiado pelo fato de que muitos emigrantes, em contato com um mundo diverso, com ideologias extremistas e atéias, voltem estragados sob o ponto de vista religioso e civil.

A obra, denominada *Opera Bonomelli*, nasce oficialmente em Cremona, em maio de 1900. Apresenta-se como uma emanção da *Associazione Nazionale per soccorrere i missionari italiani*, uma instituição composta de leigos que operava havia anos, vista com muita desconfiança por uma parte do mundo católico (inclusive pela Santa Sé), já que era considerada *nacionalista*. É justamente essa característica que causará à iniciativa, desde os primeiros dias, muitos problemas.

A *Opera Bonomelli* apresenta-se com uma elaboração original. O centro das iniciativas não é a igreja, mas o secretariado, onde trabalhadores e famílias têm à disposição um serviço gratuito para todos os problemas sociais. Junto ao secretariado, existe a capela, a escola, a biblioteca, o banco, um ponto de encontro e, onde é possível, também um refeitório econômico. Os locais alojam um ou mais missionários itinerantes, que têm a tarefa de visitar regularmente os centros de sua zona de atuação. O secretariado é para os emigrados, em suma, a paróquia, a família, a pátria.

A *Opera Bonomelli* fez muito pelos emigrantes. Em poucos anos, criou uma rede de missões e secretariados nos centros mais importantes da Suíça, da França, da Alsácia-Lorena e de Luxemburgo. Construiu um grande asilo em Chiasso, equipado para receber os trabalhadores de passagem, colocando a sua disposição informações e serviços. Outro grande asilo foi construído em Domodossola, no caminho de Simplon, e, sucessivamente um terceiro, em Milão, perto da velha estação ferroviária. Foram abertos secretariados de fronteiras, em Luino, Tezze e Ala, na região do Trentino e em Costanza, todos com escola e pontos de encontro anexos.

Uma das intervenções que deu grande notoriedade à *Opera Bonomelli* foi a denúncia da *tratta dei fanciulli*, ou seja, a venda de meninos italianos pelas própria família a mediadores, por pequenas somas, para que fossem utilizados como escravos na indústria do vidro, nas regiões de Lion e de Paris. Graças à intervenção dos missionários de Bonomelli, muitos desses meninos foram devolvidos à liberdade. A Itália e a França, posteriormente, chegaram a um acordo para regularizar o trabalho dos menores de idade emigrados.

A *Opera Bonomelli* enfrentou muitas dificuldades em seu percurso.

Por um lado, tornara-se vasta e eficiente; fazia, na Itália e no exterior, aquilo que o Governo não era capaz de fazer. Por outro lado, a presença e sacerdotes e laicos criava mal-entendidos e perigos. O bispo de Cremona, seguindo os conselhos de Scalabrini, havia procurado dar ao corpo de missionários, ainda que subordinado a um bispo, a autonomia necessária. A morte de Bonomelli (1914) não interrompera o processo de reorganização: para a preparação dos missionários, a Santa sé havia aberto um colégio em Roma.

O aspecto mais delicado era a assistência social, porque era original e incisiva, mas era considerada pelos católicos tradicionalistas como excessiva, combatida pelos socialistas e vista com reservas pelo Governo. O dissídio mostrara-se evidente entre 1922 e 1924, quando o deputado Jacini, um homem extremamente dinâmico, expoente do Partido Popular e antifascista declarado, chegou à secretaria da *Opera*.

Jacini queria servir-se da obra religiosa para estimular o Governo a fazer mais pelos emigrados. O *Commissariato per l' Emigrazione* tornara-se um organismo burocrático, sem alma; as intervenções mais dinâmicas, os estímulos e as propostas eram feitos pela *Opera Bonomelli*.

Jacini, ainda que com as melhores intenções, pisava em campo mi-

nado. Foi o próprio Mussolini quem quebrou o silêncio: a emigração tornou-se campo de batalha entre os fascistas e as forças católicas. O governo havia começado com a supressão dos contributos dados até então às associações de assistência católicas e socialistas; ao mesmo tempo, pedira aos missionários que apoiassem a propaganda desenvolvida entre os emigrados. Era evidente o projeto fascista de manipular a *Opera Bonomelli* e se apresentar aos italianos no exterior como interlocutor único.

A tentativa revelara-se impossível; o drama chegara a seu ato final.

Em novembro de 1927 a Santa Sé, para evitar que os missionários se tornassem instrumentos do regime fascista, decidira dissolver o corpo de religiosos da *Opera*. A grande obra de assistência com que o bispo de Cremona sonhara e levava adiante com tanto amor e esforço tinha sido fatalmente atingida.

Muitos missionários ficaram nos locais onde se encontravam, enfrentando com grande coragem uma longa estação cheia de tensões. Dom Martiroli, missionário em Esch (Luxemburgo), será ferido em um atentado. Dom Caravadossi, missionário em Joeuf (França), será assassinado por um anarquista em 1928. Monsenhor Torricella, missionário em Agen (França), será morto a tiros por dois jovens comunistas italianos em 1944, sob a acusação de ser - ele, desde sempre antifascista - um agente do fascismo.

## Mire!...Mire!... Mire!...

A construção do túnel de Lötschberg, na Suíça (uma galeria de 14 quilômetros e meio, na linha Berna-Briga) tinha, entre 1906 e 1911, mobilizado muitos milhares de trabalhadores, em sua maioria italianos. Apenas em Kandersteg a população subira repentinamente de 450 para 3550 pessoas. E em Kandersteg a *Opera Bonomelli* convidara um missionário e algumas freiras para que se ocupassem dos trabalhadores italianos e de suas famílias. O missionário abriu uma creche e um pequeno hospital. Havia também instituído um fundo para garantir aos operários uma cobertura econômica que não existia então.

As condições dos mineiros eram extremamente duras. A semana de trabalho, apesar do terrível pó, chegava a 60 horas. Não havia garantia alguma para as férias. Um operário especializado ganhava 30 centavos por hora, correspondentes ao preço de três ovos, ou de três quilos de batatas, ou de um litro e meio de leite.

Também o missionário e as freiras levavam uma vida duríssima, porque eram pobres e operavam em um ambiente hostil. O socialismo havia-se introduzido entre os mineiros; não aquele socialismo tolerante, mas a facção extrema, dominada por um anticlericalismo radical. Os socialistas com frequência levantavam-se contra o padre, ainda que mandassem seus filhos à creche ou à escola ou fizessem uso do serviço social da missão, cuja prestação era gratuita.

Cada funeral, em particular, era uma ocasião para humilhar em público o missionário. Chegavam a rasgar o pano negro estendido sobre o caixão, escondiam a cruz, despejavam a água benta dizendo horríveis blasfêmias. Não queriam, em suma, o padre: sua presença era tolerada apenas se a família fizesse um pedido por escrito.

Em 27 de julho de 1908, em Kandersteg, ocorre uma catástrofe: uma erupção inesperada de água e detritos sepultou 25 mineiros italianos. O corpo de apenas uma das vítimas foi recuperado sob a areia; das outras, pouco foi encontrado. Os funerais aconteceram em um clima de grande excitação: um grupo de socialistas havia decidido aproveitar a ocasião para matar o missionário.

Da distante Calábria e dos lugares de origem das vítimas chegaram as comunicações das famílias, que pediam os serviços funerários religiosos. Para evitar mal-entendidos, as comunicações haviam sido afixadas sobre cada poste da região. Não obstante a vontade precisamente expressa pelas famílias (e apesar da presença de autoridades suíças, francesas e italianas) a missa em nome das vítimas foi repetidamente perturbada. O missionário tinha sido advertido do perigo e pensou que seria imprudente ir com os outros ao cemitério; foram as freiras, angustiadas, porque precisavam cuidar de 200 meninos e a tensão ao redor era altíssima.

A freira que guiava o cortejo em certo momento viu diante de si, a

curta distância, um grupo de operários que, com comportamento alarmante, seguravam uma bandeira. Teve uma inspiração e revolveu voltar para a missão. Decidiu repentinamente bater em retirada, conduzindo os meninos a casa.

Os operários ficaram surpresos. Entreolharam-se, murmurando.

Um deles agarrou a ponta da bandeira, tentando se esconder. A freira ouvia quando ele dizia com tom emocionado ao companheiro: *Mire!... Mire!... Mire!... Mire!...* Não podendo matar o missionário, preparavam-se para matar a freira. Mas a freira já se havia girado, e os meninos ao redor seguiam-na. O diário escrito pela religiosa registra que, naquele mesmo momento, adiantou-se uma senhora desconhecida, de meia idade, alta, vestida de cinza, com um chapéu de abas largas na cabeça, a qual perguntou em francês: “*Minha freira, está voltando para casa?*”; “*Sim*”, respondeu a freira. E a senhora; “*Pois faz muito bem, também eu vou embora. Vim aqui só por você...*” Aquela senhora nunca tinha sido vista e nunca mais apareceu depois daquela ocasião.

Assim viviam (e morriam) os missionários e as freiras que se dedicavam à assistência aos emigrados em uma sociedade dividida por contrastes profundos, por ideologias irredutíveis e muitas vezes também por um ódio feroz.

## Monsenhor Scalabrini no país do café

Chegam do Brasil vozes contrastantes. Há aqueles que falam de fortuna e outros que anunciam falências, abusos e febre amarela. O país é imenso e as situações variam naturalmente de uma localidade a outra. Há, todavia, uma falta permanente de controle, seja nos portos de desembarque, seja, sobretudo, nas fazendas, aonde a lei dificilmente chega. A situação é tão crítica que o governo italiano vê-se obrigado a intervir: a partir de 1902 a emigração para o Brasil é bloqueada.

Monsenhor Scalabrini decide, em 1904, ir ao país do café. Não são apenas seus missionários que lhe pedem isso: há também o Papa, que faz a solicitação porque deseja uma avaliação e propostas sobre um grande país que, do ponto de vista religioso, está em plena transformação e é rico em contrastes. Por alguns meses o bispo trabalha duramente para concluir as visitas pastorais. As longas cavalgadas pelas montanhas da região de Piacenza fazem-no sofrer porque, já há alguns anos, tem uma doença que procura esconder. Atinge-o exatamente onde o corpo se apóia na sela. O movimento do cavalo, os saltos e a oscilação são, para ele, como o traspasar de um ferro em brasa.

Scalabrini estuda o português (possuía uma notável facilidade para as línguas), escreve o testamento e dia 13 de junho parte de Piacenza com seis missionários. Em Roma, é recebido por Pio X, que lhe promete pensar nele todos os dias. Marca com ele um compromisso: cada manhã, às sete horas em ponto, mandaria um bênção especial a ele, a seus missionários e aos emigrados.

Scalabrini embarca em Nápoles, no dia 17 de junho. A bordo, mais uma vez o bispo comporta-se como um simples capelão: vai regularmente visitar os emigrantes, ensina o catecismo, prepara um grupo de jovens para a Primeira Comunhão e para a Crisma. O abafamento é grande. Um dia, acontece uma briga entre um italiano e um turco, uma daquelas brigas que começam facilmente por falta de espaço e pela promiscuidade em que são obrigados a viajar os emigrantes. Há momentos de medo: teme-se uma rebelião por parte dos turcos. Muitos italianos correm à cabina em que está alojado *seu* bispo, prontos a defendê-lo...No fim, os dois litigantes são imobilizados e encarcerados. Scalabrini intervém junto ao comandante e faz com que sejam postos em liberdade.

O navio chega ao Rio de Janeiro no dia 7 de julho; posteriormente, a Santos. Um trem especial, posto à disposição pelas autoridades, leva o bispo a São Paulo, no coração da região onde antes se encontravam os escravos e onde agora vivem, em condições por vezes dramáticas, algumas centenas de milhares de italianos.

Scalabrini visita a grande cidade e encontra os órfãos pelos quais padre Marchetti havia combatido heroicamente. Inaugura um orfanato feminino que acabara de ficar pronto no Ipiranga e vê, um por um, seus missio-

nários. Passa muitos dias na região das fazendas e pode constatar pessoalmente a amarga realidade das coisas. Encontra lugares em que o patrão ainda se comporta como rei absoluto e não deixa entrar ninguém, nem mesmo o sacerdote, e outros aonde os missionários vão com frequência para levar aos italianos assistência e conforto.

A vida é muito dura. Também os missionários vivem entre privações e trabalhos incríveis. *“Agora que vejo as coisas como são - escreve o bispo - devo realmente considerá-los heróis. Passam meses e meses fora da missão, de uma fazenda a outra, com imenso desconforto. Se tivesse à disposição uma centena de verdadeiros sacerdotes, quanto bem poderia ser feito por essas pobres almas abandonadas que chegam quase ao milhão...”*

São necessários seis dias de viagem para se chegue ao Paraná, a terra mítica onde nossos camponeses tornaram-se proprietários e para onde padre Colbacchini sonhava transferir centenas de milhares de italianos. As colônias crescem rapidamente e tornam-se vilas e cidades. Há Curitiba, uma das primeiras cidadelas “italianas”; há Santa Felicidade, a mais bela e importante comunidade religiosa fundada pelos missionários de Scalabrini. No Paraná, a condição dos emigrados é satisfatória, promissora. A vida ainda é modesta, mas nada falta. Os italianos dão provas de possuir uma grande fé; os missionários são corajosos incentivadores. O bispo fica orgulhoso de sua generosidade.

Durante um de seus compromissos, monsenhor Scalabrini chega a Ponta Grossa, a última fronteira da civilização. O resto é só mato: no interior vivem os índios ainda em estado selvagem. São os descendentes daquelas populações que os Jesuítas, em 1700, haviam convertido e reunido em extraordinárias comunidades, as mesmas descritas no filme “A Missão”, com os canhões portugueses que, no fim, massacram índios e jesuítas...

Scalabrini encontra esses sobreviventes. Alguém lhe oferece duas galhetas que os Jesuítas utilizavam para a celebração das missa e que tinham sido salvas do massacre. Os índios demonstram seu apreço pelo bispo vindo de longe: o chefe, aliás, solicita-lhe que peça ao Grande Padre (o Papa) que lhes mande um sacerdote.

Scalabrini aceita o pedido. Fala sobre isso com o bispo local e designa dois missionários para Tobagi, uma paróquia imensa que compreendia 20.000 habitantes e 3.000 índios. Os dois missionários permanecerão a serviço dos homens da floresta até 1911. Também eles escreverão páginas admiráveis.

No dia 10 de setembro, Scalabrini chega ao Rio Grande do Sul, uma das zonas importantes da emigração italiana. Dias muito cansativos virão. Cada vez é mais difícil para o bispo andar a cavalo. Quando realmente não agüenta mais, fazem-no subir em uma espécie de charrete, puxada por dois ou três animais, que avança aos solavancos.

É inverno: as chuvas são contínuas. Parra chegar a Encantado, é necessário enfrentar uma cavalgada de sete horas. A charrete, neste caso, é

inútil. Um grupo de colonos, a cavalo, veio para acompanhar o bispo, que murmura uma prece e monta. Em Encantado, monsenhor Scalabrini abençoa a igreja e crisma cerca de 2.000 pessoas. Outras 1.500 pessoas são crismadas em Coronel Pilar. Depois, chega a Garibaldi e sucessivamente, sob uma chuva torrencial, a Veranópolis, onde visita uma por uma as muitas capelas e administra a crisma a um total de 5.000 pessoas. No santuário de Caravaggio, prega em português a uma multidão que havia passado a noite ao ar livre, à espera da chegada do bispo. Dia 18 chega a Caxias, a pérola das colônias italianas. A recepção é fantástica, porque nossos conterrâneos fazem questão de mostrar que sua cidade e “*a primeira e a mais civilizada das colônias italianas*”.

Dia após dia, Scalabrini leva adiante seu programa. Um pouco a cavalo, muito sobre pesadas carroças puxadas por seis mulas e cobertas por uma simples lona. A água entra por todos os lugares; mais de uma vez, a carroça quase capota. As refeições são constituídas, muitas vezes, de pão, queijo e muito leite. Alguns colonos falam até hoje daquela bizarra caravana que percorria estradas difíceis sob uma chuva interminável. Transportava um bispo ferido. Centenas de pessoas esperavam-no por muitas horas... A longa viagem finalmente termina. Mais um dia de carroça aos solavancos, mais dez horas de navegação pelo rio Caí para chegar a Porto Alegre. De lá, o bispo chega a Buenos Aires, onde abraça o irmão Pietro, que não vê há 36 anos. Dia 11 de novembro embarca no navio Sardegna; em 5 de dezembro chega a Gênova; dia 6 já está em Piacenza, na catedral, onde é recebido por uma população entusiasmada.

Pio X manda-lhe uma medalha de ouro, uma carta e convida-o a ir para Roma; em tal ocasião, Scalabrini entrega ao Papa as duas galhetas doadas pelos índios. O balanço religioso da visita é resumido pelo próprio Scalabrini em uma entrevista concedida a um jornal francês. “*Encontrei uma forte religiosidade. Crismei 40.000 pessoas. Rezei em italiano, em português... sempre fui ouvido com respeito. Nossos missionários são, cada vez mais, apóstolos, médicos, agricultores, artesãos, conselheiros. Este é segredo de sua influência. Conhecem uma por uma suas ovelhinhas...*”.

Durante a exaustiva viagem, monsenhor Scalabrini tinha emagrecido e, às vezes, parecia pálido. Mas logo se havia recuperado. Enriquecido pelas novas experiências, satisfeito com os resultados obtidos por sua instituição, pensava já em novos projetos. Ninguém imaginava que, em poucos meses, a doença que o atormentava havia dez anos conseguiria levá-lo para a tumba. A exaustão causada pela viagem apressou o ato final. É convicção de muitos: Scalabrini não foi só o apóstolo dos emigrados; foi também seu mártir.

## Para os emigrados de todo o mundo

**M**onsenhor Scalabrini havia amadurecido a idéia em 1904, durante a longa viagem ao Brasil. Conhecia como poucos os problemas que surgiam em torno da emigração, provocando mal-entendidos e conflitos. Por um lado, havia bispos americanos que queriam assumir a assistência católica aos emigrados, sem o empecilho de autoridades externas; por outro, impunha-se a exigência de que os emigrados, especialmente em sua fase inicial, fossem ajudados por seus sacerdotes e por suas organizações. Por trás desse quadro, afloravam problemas delicados, em particular o nacionalismo excessivo (inclusive no campo eclesiástico) que impunha a assimilação forçada dos emigrados, sem nenhum respeito por seus problemas e por seus direitos.

Monsenhor Scalabrini estava convencido de que a Igreja devesse fazer muito pela emigração. Sobretudo, acreditava que a santa Sé precisasse intervir com uma iniciativa tão ampla quanto fosse possível, mobilizando bispos de todo o mundo, mas conservando sua função de estímulo, de controle e de coordenação, acima dos nacionalismos locais, em relação às exigências concretas dos emigrados.

De São Paulo, onde se encontrava, monsenhor Scalabrini escreve uma longa carta ao Papa. *Por que a Igreja - observa - se sente mobilizada em relação à conversão dos infiéis e faz tão pouco pelos emigrados? Por que criou um organismo central que coordena todas as iniciativas dos católicos para favorecer as conversões dos infiéis e não faz a mesma coisa pelos emigrados que perdem a fé?*

A proposta do bispo de Piacenza é a seguinte: A Igreja, para salvar a fé dos emigrados, deve fazer o mesmo que está fazendo para a conversão dos infiéis. A Igreja deve cuidar dos emigrados de todas as nações e de todos os continentes: italianos, alemães, espanhóis, portugueses, canadenses... Deve criar um organismo central que se dedique com todo o empenho possível a este que é “o maior problema de nosso século”.

Os emigrados, abandonados à própria sorte, perdem-se. Calcula-se que apenas nos Estados Unidos, no arco de poucos anos, mais de dez milhões de emigrados tenham perdido a fé. Uma cifra assustadora, mais alta do que as conversões obtidas em todo o mundo nos últimos três séculos...

O Pontífice lê a carta e acha a idéia estimulante. Pede ao bispo que inicie um projeto propriamente dito. Scalabrini manda seu relatório no dia 5 de maio de 1905. É um texto importante. A emigração é vista como uma grande força social capaz de dar um rosto novo à sociedade. Sem recorrer a armas ou à violência, permite que o homem torne-se senhor do mundo. A Igreja é chamada para deixar sua marca neste grande movimento que estimula a economia e, ao mesmo tempo, une os povos,

Para enfrentar um problema *universal* - esta é a idéia de Scalabrini - é necessário um organismo também universal, situado no centro da ca-

tolocidade. Cabe a esse organismo fazer com que cada comunidade de emigrados tenha um sacerdote próprio, além de todos aqueles auxílios que se fazem necessários de acordo com as condições de cada país: associações de assistência e de tutela, médicos e escolas em que, além da língua do local, ensine-se também a língua da pátria.

Esse organismo central deveria ser composto de representantes das diversas nações que mais contribuem à emigração. As tarefas do organismo seriam: aprofundar o problema da emigração em seus aspectos sociais, culturais e religiosos; criar nas paróquias mais importantes associações especiais e mobilizar sacerdotes e leigos para que adotem iniciativas apropriadas. À frente desse organismo central, deveriam estar todos os sacerdotes que quisessem se dedicar à assistência aos emigrados.

Scalabrini sugere que se institua, em todo o mundo católico, uma Jornada para que se recolham fundos destinados aos missionários e para sustentar as óperas destinadas aos emigrados. “*Leão XIII fez isso para combater a exploração aos negros*” - é o comentário do bispo de Piacenza - *O Pontífice reinante deveria ordená-lo para combater a exploração aos brancos*”.

Na base da proposta feita por Scalabrini, estava uma análise de grande importância. O bispo de Piacenza havia compreendido como poucos que a industrialização estava modificando a sociedade a partir de seus fundamentos. O homem moderno havia-se levantado e tinha-se colocado em movimento. A época da estabilidade havia terminado. A máquina havia tirado o homem de sua casa e dos campos e o havia colocado sob uma tenda, fazendo dele um nômade, como tinha sido alguns milênios atrás. Também a igreja deveria mudar: deveria equipar-se com instrumentos novos que lhe permitissem seguir o homem moderno em suas intermináveis peregrinações. A Igreja também deveria tornar-se uma peregrina, e, portanto, assim como os homens, precisava de uma tenda. O porvir da Igreja - era a advertência de Scalabrini - estava em jogo mais nos frentes da emigração do que nas fronteiras missionárias ocupadas com os infiéis. Defender a fé dos emigrantes era mais importante do que converter os pagãos.

O relatório de Scalabrini foi recebido em Roma com grande interesse. Era um documento endereçado ao futuro: ajudava a Igreja a se preparar. Pio X leu e releu aquelas páginas preenchidas com uma caligrafia veloz, cheias de análises e propostas, extraordinariamente estimulantes. Repentinamente, o Pontífice viajou com o pensamento ao ano de 1887, quando era bispo de Mântova e via, com preocupação, comitivas de camponeses que emigravam. Lembrou-se da carta pastoral que lhes havia escrito, das preces que oferecera, das recomendações que fizera aos que partiam para que providenciassem uma cópia do catecismo e alguns devocionários. Naquela época ele, bispo de uma diocese atingida pela emigração, não tinha muito mais a oferecer a quem partia.

Depois chegara o bispo de Piacenza, que havia sacudido a Igreja e

o país e apresentara um programa concreto de intervenções. E Eis, agora, o mesmo bispo, indo ainda mais longe...Agora Pio X entendia que aquelas massas infindáveis que iam de um continente a outro estavam mudando o mundo e destinavam-se a durar no tempo.

O Pontífice não pôde deixar de experimentar um sentimento de admiração e reconhecimento. O bispo de Piacenza ajudara-o a entender um problema complexo do qual, inicialmente, havia captado apenas alguns sinais imprecisos. Agora, o mesmo bispo estava ajudando a Igreja a ver o problema em toda sua dimensão colossal, com seus riscos dramáticos e sua carga de promessas, e fazia propostas concretas. Graças a Scalabrini, a Igreja começava a entender a emigração.

Pio X ainda tinha, sob sua mesa de trabalho, o documento quando, de Piacenza, chegou uma notícia alarmante: “ *O bispo está doente...Mon-senhor Scalabrini está morrendo...*”.

## 1905: o bispo está morrendo...

**O** bispo está morrendo... O sino da catedral, com repiques lentos e duros, deu à população o doloroso anúncio. A cidade fica praticamente imóvel, entre sussurros e silêncios intermináveis. As pessoas fazem perguntas e a tristeza é sincera. Chega realmente a todas as casas. No leito do moribundo, há alguém que é da família.

O bispo está morrendo. Há cinco dias está fechado em seu quarto, com muitos médicos ao redor, o irmão, as irmãs e muitos sacerdotes inquietos. Tinha sido operado no dia 28 de maio. Uma operação fácil, daquelas que os médicos deixam aos assistentes. Mas o coração havia dado sinais de cansaço. Talvez a dose de clorofórmio tivesse sido excessiva. A respiração tornara-se logo ofegante e tinha sido necessário mantê-la com inalações de oxigênio.

O bispo agora está muito mal, mas extraordinariamente calmo. Assim diz o boletim médico: *A inteligência está perfeita; o moral, tranqüilo e sereno.* A forma justa de se preparar para um encontro esperado desde sempre. O bispo está morrendo e isso não o perturba. Sua serenidade suscita estupor e inveja. O bispo não tem medo da morte. Ele e a morte conhecem-se há anos. Fizeram juntos muita estrada e se olharam nos olhos, como fazem os amigos. A morte agora pega-o pela mão e ele se deixa levar, confiante.

A última noite chegou e o bispo sabe disso. Sente que precisa dizer alguma coisa, como que para se liberar de um peso incômodo. *“Peço o perdão de todos - diz - e abençôo todos. Adeus”.* Pede a Comunhão pela última vez, mas que lhe seja levada de forma solene, com tapetes nas janelas e flores ao redor, como se faz nas grandes ocasiões, para que as pessoas vejam como se pode morrer, com o coração sereno, recebendo antes um pouco de Pão para a última viagem.

Pede que levem a ele os indumentos sacros, porque quer morrer como um bispo. Foi escolhido por Deus, entre muitos, para ser pastor. Lentamente, ajudado pelos presentes, veste o longo roquete branco ornado com rendas, coloca sobre as costas a murça roxa e, no peito, a cruz que lhe havia sido dada por Pio IX.

Agora está pronto para receber o Viático, pronto para a Extrema-unção. As últimas preces, das quais todos participam, são as mais intensas. Depois, o bispo dá aos presentes o beijo de adeus. É alta noite e o quarto está iluminado por dois grandes círios. O silêncio é longuíssimo.

O bispo ofega e parece dormir. Em vez disso... galopa e galopa em seu cavalo branco...Galopa pelos caminhos difíceis do Rio Grande do Sul e pelas ruas das metrópoles norte-americanas, e encontra homens, mulheres e meninos em grande número...São milhares, dezenas de milhares, centenas de milhares...E todos se movem em uma incrível confusão, como ovelhas sem pastor...E vê os que não agüentam mais, os que choram, os que gritam, os que praguejam, os que suplicam...

No quarto quase escuro, fechado em um silêncio doloroso, o bispo deli-

ra. Os presentes ouvem claramente: “*E meus padres...? Onde estão meus padres...?*” São as últimas palavras. A noite chega ao fim. As primeiras cores da aurora anunciam um novo dia. É 1º de junho, festa da Ascensão. Agora o bispo pode morrer. Tudo está pronto, com o Óleo Santo sobre a testa, as mãos e os pés, com o longo roquete branco ornado com rendas, a murça roxa às costas, a cruz de Pio IX no peito imóvel. Um bispo escolhido por Deus entre muitos, para ser pastor.

O bispo morreu. O sino da catedral, com repiques lentos e duros, deu à população o doloroso anúncio. È manhã. As pessoas saem de casa. Algumas entram nas igrejas. Alguém chora e diz: “*Minha Nossa Senhora, e agora?...*”. O bispo morreu e Pio X foi um dos primeiros a receber a notícia. Havia alguns dias não fazia outra coisa senão telefonar para pedir informações sobre o amigo moribundo. Agora que sabe, chora sem controle e diz: “*Perdemos um dos melhores bispos*”.

O bispo morreu e toda a Itália se move. O corpo permanece exposto por três dias e de todas as ruas, de todos os quarteirões, dos lugares mais distantes da diocese, até das montanhas mais afastadas, as pessoas chegam para o último adeus. É um mar de gente: autoridades, personagens famosas, homens e mulheres do povo, emigrados que voltaram para casa para as férias. Passam mudos diante do corpo, e rezam, e choram, e apóiam os dedos delicadamente, como se faz com as porcelanas preciosas. Aquele é *seu* bispo, e vai embora para sempre...

Ao redor, em pequenos altares, os sacerdotes sucedem-se celebrando, ininterruptamente, missas. Cem, mil e mais missas para o bispo que morreu. Depois, ao fim de três longos dias, o corpo é fechado no esquife. Como havia pedido o bispo, as roupas que usa agora são de tecido pobre e o anel e a cruz peitoral são de metal simples ornado com vidros coloridos. Suas coisas de valor serão vendidas e a quantia arrecadada será dada aos pobres.

No ataúde, o bispo pediu que fossem colocadas todas as coisas necessárias para a celebração da Missa: o cálice, as galhetas, o vinho, a hóstia etc., como faziam antigas populações para enfrentar a última viagem. É enorme a multidão que o acompanha pelas ruas da cidade. E será sempre uma multidão impressionante que estará presente cada vez que será realizada alguma manifestação em memória do bispo, que muitos já chamavam de santo.

As pessoas saúdam: “Adeus, Giovanni Battista”; “Adeus mister Scalabrini”; “Adios”. De todo o mundo os emigrados saúdam seu bispo. Vêm de longe para homenagear sua tumba. Vem até a rainha Margherita, sozinha e incógnita. Vem também do Brasil, em agosto de 1906, monsenhor Camargo Barros, bispo de São Paulo. Na viagem de volta, morrerá no naufrágio do navio *Sirio*, cheio de emigrantes. Uma canção popular o recorda enquanto abençoa os que estão morrendo, porque quis ser o último a deixar o navio.

Em 1909, o Governo concede que os restos mortais do bispo sejam colocados na catedral. É algo que não se faz a ninguém, mas o Governo dá seu consentimento porque o pedido é apoiado pela rainha, por monsenhor Bonomelli, pelos ministros Carcano e Facta. A justificativa alega “*singulares bene-*

*merências patrióticas e civis*” e “*trinta anos de episcopado dedicado a nobres ideais*”, assim como “*infinitas obras de caridade a favor dos humildes e aflitos*” e, sobretudo, a obra realizada a favor dos emigrados “*com fé de apóstolo, com sentimento patriarcal de caridade, com elevados entendimentos civis...*”.

Participam da cerimônia numerosos bispos, homens políticos, personalidades da cultura, autoridades civis e militares. Estão presentes, entre outros, monsenhor Giacomo Della Chiesa (futuro papa Benedito XV) e monsenhor Roncalli (o futuro papa João), então secretário do bispo de Bergamo. A multidão é tão numerosa que monsenhor Della Chiesa comenta: a Basílica de São Pedro não seria suficiente...

Em 1935 começam as primeiras práticas para a beatificação de monsenhor Scalabrini. O processo propriamente dito começa em 1940. Alguma coisa bloqueia os trabalhos. Em 1982 a Congregação dos Ritos comunica que todos os obstáculos foram superados e dá a permissão para a Causa de Beatificação.

Em 1987, na presença do Papa, é promulgado o decreto que atesta que monsenhor Scalabrini “*exercitou em grau heróico as virtudes da Fé, da Esperança e da Caridade, a Prudência, a Justiça, a Temperança, a Força*”. Tudo está pronto para a beatificação. Cada dia pode ser o dia do grande anúncio.

## Observatório

A morte de Scalabrini encerra nossa viagem pela história da Itália.

Não porque o país tenha parado e não haja mais nada para contar, mas porque é o primeiro período que conta; são os primeiros cinquenta anos que permitem ver como cresceu a Itália.

Cinquenta anos bastam para entender o país: sua fragilidade, as divisões, os sonhos de grandeza, as escolhas erradas, as tragédias. O espetáculo é tão desolador e é tão alto o clamor das lamentações que o sentimento que invade o espectador é aquele de uma grande piedade. Os historiadores confirmam: a infância da Itália foi terrivelmente difícil.

A morte inesperada de Scalabrini impõe uma reflexão. O bispo de Piacenza sai de cena no exato momento em que Pio X prepara-se para torná-lo cardeal. Alguns já o viam como um futuro Pontífice, capaz de trazer a paz a uma Igreja dividida, em uma Península fragmentada. Mas se sua morte foi, para muitos, uma perda, para os emigrantes foi um drama.

Pensemos. Scalabrini havia entendido como poucos que a emigração constituía uma componente essencial da sociedade moderna. E havia trabalhado com grande paixão para colocar a nação diante dos problemas levantados por populações famintas, em movimento em direção às novas fronteiras. A última intervenção tinha sido feita pouco antes de sua morte: um documento enviado ao Papa, no qual se delineava aquilo que a Igreja, consciente de suas responsabilidades, deveria ter feito pelos emigrados de todas as nações.

Pois bem: cinquenta anos serão necessários para que a Igreja realize o programa recomendado pelo bispo de Piacenza. Esses cinquenta anos,

justamente, fazem a diferença: mostram como Scalabrini estava além de seu tempo e como é lento o caminho das instituições.

A ausência de Scalabrini tornará mais difícil a ação dos missionários, ainda em fase de ajustes. E fará com que seja menos eficaz a intervenção das autoridades civis, às voltas com uma lei sobre a emigração com a qual ainda não sabiam lidar. Aos emigrantes, resta a sorte de sempre: aquela de ter de se arranjar. Eles manifestam - mais do que outros - o sentido trágico da vida e suas potencialidades escondidas. Em um mundo que os repele, os emigrados encontram um modo de se salvar. Na sociedade industrial que os afasta, os camponeses exprimem sua vitalidade. A história serve-se deles para dar à luz um novo mundo.

O emigrado, assim, descobre que é um protagonista. Antes, era simplesmente um homem que acreditava não valer nada, porque assim lhe havia ensinado, até então, a vida. Mas no momento em que inicia a viagem, compreende que é alguém. A partida quebra o véu de névoa que o mantinha escondido. De repente, descobre a si mesmo, como nem ele próprio conhecia: mais corajoso, mais forte, capaz de sulcar os mares e escalar montanhas.

Há também um sabor de desafio em sua aventura, como ocorreu a Fogg na "Volta ao mundo em 80 dias". A personagem de Verne comete um erro de cálculo, mas vence igualmente a aposta porque ganha um dia indo do Oeste em direção ao Leste. O emigrado dirige-se ao Ocidente. Perde meio dia, mas segue o sol. E pode colher, assim, raios disseminados ao longo do caminho.

Quinta  
parte

## O Significado de uma história

**E**m alguns locais da Puglia, até não muito tempo atrás, quando a chuva faltava e as pessoas eram tomadas pelo medo de ficar sem água, as mulheres eram obrigadas a subir em direção aos santuários das montanhas levando grandes pedras às costas.

Cabia às mulheres, frágeis mas portadoras de vida, a tarefa de salvar o povo. E para se comunicar com Deus, precisavam deixar a casa, os homens, os filhos, os animais e ir para longe. Tinham de ir para o alto, acrescentando ao cansaço da viagem o peso cruel das pedras recolhidas nas torrentes. Porque é o sofrimento que faz crescer. E cada nova vida (cada dom e cada conquista) é fruto de grandes dores, longas peregrinações e gritos ásperos.

Quando uma nação está em crise e as pessoas têm medo, muitos são obrigados a partir. A tarefa de salvar o povo quase sempre caba aos pobres. São eles que carregam às costas as pedras recolhidas nas torrentes e, penado, dirigem-se aos santuários distantes.

Há algo de arcano na viagem que os emigrados fazem para pedir - para todo o povo - o dom da salvação. Há algo de incompreensível na cruel lei que obriga os fracos a carregar pedras para que sejam dignos de se comunicar com Deus. Mas é certo que, a partir desse êxodo, desse longo penar para ir ao longe e ao alto, nasceram coisas novas e admiráveis.

Seguindo as pegadas dos emigrantes, observando as tendas armadas de um continente a outro, os campos cultivados e os rebanhos, os palácios cheios de luz e as máquinas em movimento, os filhos que cantam e o riso dos recém-casados, entende-se que Deus não se esqueceu de seu povo. A emigração é uma tragédia difícil de aceitar. Não se compreende a trama ( as lágri-mas, os cadáveres, os enganos...)se não se conhece o final da ópera.

A dor foi fecunda. A salvação veio mais uma vez dos pobres. Nasceram novas cidades e novos campos. Muitas barreiras foram rompidas. Homens e mulheres, vindos do Oriente e do Ocidente, encontraram-se na mesma praça e cada um levou ao outro um pequeno dom. Muitos corações modificaram-se. O dia agora parece estar mais bonito.

Nem todos compreendem; alguns olham ao redor com grande susto. É por isso que Deus escolhe, em meio ao povo, um profeta e ordena-lhe que fale. Agora os olhos se enchem de maravilha porque o profeta disse:

“ As coisas velhas passaram.  
Eis que novas coisas estão nascendo.  
Vocês não se dão conta...?”.

## Por que esquecer?

**T**ive em mãos, por questões de estudo, a *Storia d'Italia* de Montanelli; oito grossos volumes, em fascículos semanais. Procurei as páginas dedicadas à emigração, mas encontrei apenas algumas linhas, dentro das quais vi traços de erros profundos.

Folheei a *Enciclopedia Garzanti*: quinze volumes dedicados à ciência, à técnica, à arte, à medicina, à geografia, à história, às informações gerais. Não há nem ao menos um aceno à emigração. Nunca existiu.

Procurei o nome de Scalabrini entre as personagens que deixaram marcas na história. Não há. Em seu lugar, encontrei os nomes de Boninsegna, Delia Scala, Fausto Gardini, Dacia Maraini, De André, Faggin, Parola, Gedda, Piero Ottone, Donat Cattin, Concetto Lo Bello...Muitos deles já são, nos dias de hoje, ilustres desconhecidos.

Peguei livros de história que são utilizados nas escolas, com textos que ensinam a nossas crianças como nasceu e cresceu a Itália. São livros errados: aos emigrados são dedicados apenas alguns fragmentos de página.

Por que os italianos apagaram a emigração de sua memória? Talvez porque tenha sido uma aventura traumática e é preferível submergi-la em sombras... Ou talvez porque os italianos sejam tão individualistas que não se sentem envolvidos nas aventuras de massa e os fatos coletivos deixam-nos incertos, cheios de dúvidas, incapazes de entender profundamente o que aconteceu.... Talvez ainda porque haja, na alma da nação, um sentimento de culpa, o remorso de ter afastado da Península milhões de pessoas sem lhes oferecer nem ao menos uma sacola...

Por que esta tremenda realidade da emigração é recusada pela cultura italiana? O que, então, é importante para a cultura italiana, se 27 milhões de emigrados nada representam? De que se nutre tal cultura? O que pode oferecer? Sobre quais problemas conduz suas reflexões?

Tentei reconstruir a história da Itália saltando a primeira guerra mundial, passando diretamente do empreendimento de Trípoli<sup>158</sup> à chegada de Mussolini. Não foi uma operação difícil. O nacionalismo que impôs ao país a conquista da Líbia é o mesmo que abriu as portas ao fascismo. A burguesia amedrontada diante de um socialismo ameaçador é a mesma que viu em Mussolini um homem capaz de restaurar a ordem no país.

Havia, porém, um problema: os cadáveres de 600.000 soldados caídos nas montanhas de Carso e do Trentino. E se, como ensina Hitchcock, ocultar um cadáver é uma tarefa difícil, esconder um exército inteiro é realmente impossível. Tive, assim, de renunciar a minha tentativa. A Grande Guerra retomou seu lugar nos acontecimentos da história da Itália e tudo ficou mais claro. Porque é a guerra que explica a desilusão dos soldados, a fome das populações, a raiva da classe operária. Sem a guerra, Mussolini não teria entrado na *Palazzo Venezia*<sup>159</sup>. Na história da Itália, os 600.000 soldados caídos na primeira guerra mundial tem um lugar preciso. Sem sua presença, a história da Itália não seria crível.

Também sem a emigração a história da Itália não é crível. Há 27 milhões

de emigrados a serem colocados e milhares de cadáveres que se devem ocultar. É uma coisa enorme. Não se pode fingir que não tenha ocorrido ou dizer que, no fundo, não foi muito importante.

É só a emigração que explica a *via italiana do desenvolvimento*: com uma burguesia que assegura para si o controle do Parlamento e da opinião pública, com as massas populares mantidas obstinadamente longe do poder; com impostos tão pesados a ponto de empurrar os pobres para a fuga; com uma agricultura propositadamente tão distraída a ponto de obrigar milhões de camponeses a abandonar suas terras e, finalmente, com uma classe dirigente que aposta tudo na indústria, servindo-se da emigração para manter baixa a pressão social, e que, ao mesmo tempo, cultiva sonhos de grandeza com empreitadas coloniais errôneas e guerras que terminam em tragédia.

A história da Itália é a história de um Estado que confiou sua construção à partida de um terço de sua população. Se isso não é importante para os manipuladores da cultura, se isso não merece ser ensinado nas escolas, então a história não é mais a verdade. Então, Concetto Lo Bello<sup>160</sup> é mais importante do que Scalabrini.

Por que esta pequena história? Porque a aventura de Scalabrini, bispo e italiano, é uma história muito bela que merece ser transmitida àqueles que não a conhecem. Mas também porque a emigração é um daqueles problemas com os quais a Itália está sempre às voltas.

Terminou nossa emigração, aquela das pessoas que deixaram Belluno, Lucca, Salerno, Trapano; e uma nova emigração começou: aquela dos egípcios, dos tunisinos, dos poloneses, dos filipinos, da África negra. A Itália, sem que percebamos, está-se tornando, rapidamente, um país multirracial. Como França, Alemanha, Inglaterra. Como todos os países da Europa opulenta. Esta nova emigração será, para a Itália, o problema social mais importante e dramático dos próximos anos. Pode melhorar o país ou criar tensões dramáticas.

Os estrangeiros presentes na Península já são mais de um milhão. Serão muitos milhões antes do ano 2000. Serão 70 milhões na Europa. E continuarão a crescer de modo irrefreável, mudando a face do novo continente. O problema já pressiona violentamente, mas o país está atrasado; exatamente como há cem anos, quando partiam os italianos de Belluno, de Lucca, de Salerno e de Trapano. Chegando entre nós, os egípcios, os tunisinos, os poloneses, os filipinos e os homens da África negra encontram abandono, exploração e humilhações. Não é justo que seja assim. Por isso, a Itália ainda precisa da experiência feita por Scalabrini. Uma personagem que pertence, ao mesmo tempo, a um futuro que já começou.

---

**158** - Tripoli: o autor refere-se à cidade da Líbia, capital do país desde 1951, antiga colônia romana e conquistada pela Itália em 1911 (N.T.)

**159** - Palazzo Venezia: erguido em 1455 para ser a residência oficial do Cardeal Barbo, foi, cem anos mais tarde, sede da embaixada da República de Veneza. Em 1797 passou a abrigar a embaixada austro-húngara junto ao Vaticano. O governo fascista de Mussolini fez do palácio sua sede. Atualmente, abriga o museu homônimo (N.T.)

**160** - Concetto Lo Bello: árbitro italiano de futebol, já falecido, que atuou na Copa do Mundo de 1966 (N.T.)

## Cem anos de emigração

Quando morreu monsenhor Scalabrini, em 1905, os italianos que haviam deixado a Península eram cerca de 8 milhões. No início da primeira guerra mundial, a cifra tinha subido a 15 milhões. Estas duas cifras, sozinhas, exprimem com extrema crueza a realidade econômica e social da Itália: um país que cresce e constrói um seu espaço no mundo e, todavia, despeja no exterior, a cada ano, centenas de milhares de pessoas.

A emigração, depois de 1905, cresce de maneira desmesurada: chegam a 400-500.000 os italianos que deixam anualmente a Península. Em 1913, as partidas chegam à impressionante cifra de 900.000. Uma avalanche.

O êxodo assume aspectos de uma fuga em massa. Partem prevalentemente das regiões meridionais, da Sicília (1.125.000 partidas em quinze anos), da Campania (um milhão). São sobretudo os Estados Unidos que absorvem a quota mais alta de nossa emigração: mais de três milhões e meio de pessoas, de 1901 a 1915. Na América Latina ainda é a Argentina que recebe o maior contingente; o Brasil, então, oferece possibilidades limitadas.

Nesse período, reforça-se um novo elemento da emigração: as economias que os emigrados enviam regularmente à pátria. São cifras altas: dois bilhões de liras por ano, de 1896 a 1900; mais de 4 bilhões ao ano, entre 1909 e 1914. As remessas dos emigrantes passam a fazer parte do quadro econômico da Itália: servem para fechar o balanço do Estado. A emigração não é vista apenas como uma válvula de escape para livrar o país de um número excessivo de trabalhadores, mas também como um instrumento que permite que a Itália arrecade dinheiro no exterior para enfrentar seus problemas monetários.

A emigração muda. Nas primeiras décadas após a unificação, o problema podia ser visto como uma doença passageira, causada pelas dificuldades de acomodação de um país que acabara de ser construído. Agora, descobre-se que a emigração é um fato permanente. A Itália cresce junto com a emigração. A Itália precisa da emigração.

A classe dirigente aceita essa solução como se fosse sua, porque é mais cômoda, menos dispendiosa, rendosa para muitos. O Estado não se empenha nem ao menos na assistência; embolsa os lucros e delega essa tarefa às organizações católicas, mais bem organizadas.

A emigração continua, até mesmo após a primeira guerra mundial: quatro milhões e meio de 1916 a 1942, dos quais a metade se dirige a países europeus. Continua, ainda, após a segunda guerra mundial: quase sete milhões e meio de emigrados, dos quais mais de cinco milhões em direção a países da Europa, entre 1946 e 1976.

No total, desde 1876 (ano em que apareceram as primeiras estatísticas sobre a emigração) saíram da Itália cerca de 27 milhões de pessoas. Mais de dez milhões e meio deixaram as regiões meridionais e as ilhas; cinco milhões saíram da Itália central; seis milhões, das regiões Norte-orientais (sobretudo do Vêneto) e cinco milhões e meio das regiões Norte-ocidentais: Piemonte, Ligúria e Lombardia.

A região que deu a maior contribuição à emigração foi o Vêneto, com mais de três milhões. Seguem-se a Campania, com dois milhões e setecentos mil, a Sicília,

com mais de dois milhões e meio, a Lombardia, com dois milhões e trezentos mil, o Piemonte e o Friuli com dois milhões, a Calábria com pouco menos de dois milhões.

A província com o percentual mais alto de emigrados é Udine. No Sul, a região mais atingida pela emigração é a Basilicata. Os países que receberam o maior número de italianos foram: os Estados Unidos (5.700.000), a França (4.300.000), a Suíça (4.000.000), a Argentina (2.950.000), a Alemanha (2.450.000) e o Brasil (1.450.000). No Canadá, estabeleceram-se 650.000; No Benelux, 550.000; Na Venezuela, 300.000 e na Grã-Bretanha, 250.000. De 1946 a 1976, 360.000 italianos escolheram a Austrália.

Uma citação particular merecem os repatriados: são cerca de dez milhões, dos quais três e meio das Américas. Hoje, é a América Latina, atingida por uma grave crise econômica e política, que descarrega em nossos cais os filhos e netos daqueles que fizeram parte, há cem anos, da colonização do novo mundo.

Atualmente, há no mundo cerca de cinco milhões de emigrados com o passaporte italiano. Os oriundos italianos são 60, talvez 70 milhões. Muitos deles descobrem somente agora, com uma mistura de curiosidade e orgulho, suas antigas origens.

Vinte e sete milhões de emigrados: um exército infindável...Por mais de vinte anos, a Itália foi, para todo o mundo, a principal fornecedora de reservas operárias; por mais de cem anos a emigração esteve subordinada às exigências de um certo tipo de desenvolvimento econômico. Ainda hoje o capitalismo selvagem provoca, de um continente a outro, colossais deslocamentos de populações.

É essa realidade, justamente, que deve ser destacada com força. Aqueles vinte e sete milhões de italianos que foram obrigados a deixar a Península não são apenas vítimas de um fato cruel; partiram, tão numerosos e melancólicos, porque sua saída era útil a muitos.

A classe dirigente nunca fez nada para reduzir o número dos que partiam: aquela *válvula de escape* ajudava a manter os salários baixos e a levar a classe operária com rédeas curtas. Os testemunhos a esse respeito são claros e documentados. Agora, a emigração praticamente terminou: ao exterior vão, cada vez mais, técnicos e especialistas. Terminou porque a economia italiana espalhou-se por mil caminhos, investiu em novas regiões e atingiu, em parte, também o Sul.

A emigração terminou não às custas de um plano desejado pela classe dirigente (governo, partidos, industriais), mas porque o rio secou; a água não mais desce das montanhas.

### ***A utilidade da imigração***

*Se, em casa, há uma torneira que pinga e depois de dois ou três anos ainda pinga, quer dizer que ninguém fez nada para consertá-la. Se depois de vinte ou trinta anos continua a pingar, isto significa que a água não incomodava ninguém. Aliás, assim estava bem. Era mais útil que a torneira continuasse a pingar.*

*A torneira da emigração continuou a pingar, ininterruptamente, por cem longuíssimos anos. Através daquela torneira passaram 27 milhões de italianos. Quando, finalmente, o vazamento parou, não foi porque os homens tornaram-se mais sábios. Simplesmente, não havia mais água.*

## Interrogações sobre a Itália

**A** emigração poderia ter sido vencida? A classe dirigente italiana não pôde domar o grande rio ou não quis realmente fazê-lo?

Não quis, respondem os estudiosos da área marxista. E o pensamento corre, inevitavelmente, a uma suspeita conjuração entre os homens do poder e os homens das finanças e da indústria. Na realidade, o problema da emigração é muito complexo e envolve altas cifras da população, a chegada impetuosa das máquinas, a miséria difusa e o chamado do novo mundo. Há também, certamente, os erros do governo e dos empregadores, além dos atrasos históricos que pesam como rochedos. Toda a geografia humana foi atingida pelos povos em movimento.

Nem mesmo o Rei Canuto<sup>161</sup> podia ordenar à maré que parasse, ou que mudasse seu curso. Em um fenômeno que põe em movimento milhões de pessoas, até o esforço mais gigantesco é ineficaz. O problema é outro. Ninguém pretendia que a classe dirigente italiana cancelasse o grande rio; simplesmente, pedia-se-lhe que interviesse para reduzir seu volume de água., para fazer de um rio em cheia um curso de água protegido por diques e dirigido a campos fecundos.

Todos os países da Europa tiveram suas emigrações, mas ninguém teve uma emigração tão numerosa, abandonada, explorada e miserável como a nossa. A culpa da classe dirigente italiana é a de ter assistido passivamente ao movimento das águas; e, já que conseguia tirar vantagens da situação, deixou que o rio continuasse a correr, impetuoso, arrastando seus cadáveres para o mar aberto.

Por que os italianos estão de tal forma divididos? Por que, a 130 anos da unificação, o Norte ainda está tão separado do Sul, as regiões de tal forma ligadas a sua diversidade e cada pequeno lugarejo agarrado a sua pequena aventura?

A resposta é dada pela história. É suficiente recordar que o último ano em que houve na Itália um governo único, antes de 1861, foi o ano de 596, quando na Península chegaram os Longobardos. Mil e trezentos anos antes! Foram necessários, portanto, treze séculos para dividir os italianos. Vamos dar-lhes um pouco de tempo para que aprendam a viver juntos.

Alguns se perguntam como é possível que na Itália as mudanças cheguem com uma lentidão tão exacerbada. É a história que caminha lentamente. Pensemos Na Sicília: nos tempos da Roma antiga, quando a cidade crescia e absorvia novos territórios, o Senado encontrara a necessidade de inventar um política econômica que desse conta tanto das exigências do centro quanto daquelas de regiões periféricas. Parecia útil desenvolver na Península uma agricultura mais produtiva, baseada na criação de gado e em algumas produções especializadas. Roma decidira, conseqüentemente, favorecer o cultivo de cereais na Sicília, fazendo da ilha o celeiro do Estado .

Com a conquista do Egito, tinha-se tornado mais fácil cultivar o trigo às margens do Nilo e a Sicília entrara em um período de decadência. Para enfrentar a crise, tinha-se decidido desviar a economia da ilha para o latifúndio: teria sido fácil para os senadores acompanhar, de Roma, o rendimento de suas terras, utilizando apenas escravos e alguns vigias.

Tudo isso aconteceu no tempo de César Augusto, por volta do ano zero. E basta para explicar a lentidão da história. Sob certos acontecimentos, usos e hábitos dos povos escondem-se, geralmente, raízes antiqüíssimas que atravessam os milênios.

Como terminou a corrida da Itália? Partindo com um atraso em relação à Inglaterra, à França e à Alemanha, nosso país (um país pobre, atrasado, castigado por males terríveis...) fez uma corrida honrosa. Poderia terminar como a Grécia ou a Bélgica, que largaram junto com a Itália; ao invés disso, classificou-se como uma das primeiras nações do mundo.

Os observadores estrangeiros são unânimes a respeito do sucesso da Itália, para o qual contribuíram algumas personagens de prestígio, mas do qual participou pessoalmente o povo todo, com sua infinita paciência e sua extraordinária capacidade de arranjar-se. Como se lê em certas fábulas, nem sempre quem guiou o país foram os príncipes: com freqüência, foi a gente humilde que levou às costas os governantes, arrastando o país para longe dos perigos.

O que teria acontecido na Itália se os emigrantes tivessem tido o direito ao voto? Como teriam expresso suas preferências? Os emigrantes, privados da cédula eleitoral, expressaram-se igualmente. O fato de terem partido em massa é já um voto de condenação. Porque um emigrado sozinho pode ser um aventureiro, cem emigrados podem ser oportunistas, mas dez ou vinte milhões de emigrados são um problema social e político de proporções gigantescas.

Quem emigra vota com os pés. Camponeses, operários e pequenos artesãos exercitaram assim seus direitos civis. O que fizeram foi claramente um protesto. Partindo, pediam um sistema econômico e social melhor. Votavam com as malas. Já em 1888 Giovanni Florenzano afirmava em pleno Parlamento: “*Eu chamaria a emigração de revolta conformada. Porque, se não fosse conformada, seria certamente uma revolução...*”.

Uma das coisas que chamam a atenção na história da Itália são os atrasos. Até a unificação chegou atrasada, o que implicou despreparo e lentidão inevitáveis.

Vejamos o caso da emigração. Scalabrini fez um apelo à nação em 1887, mas o país não estava pronto. Pedia uma *política da emigração*, mas poucos tinham idéias claras a respeito. Os primeiros estudos sobre a emigração saíram em 1900. E em 1900 a emigração era já um rio frenético que fugia de qualquer controle.

Um caso ainda mais significativo: Giolitti, tão sensível aos problemas das massas populares, não dedicou ao problema nem um apalavra. Para ele, a emigração não existia.

## A revolução que faltou

**H**á uma acusação que socialistas e comunistas levantam contra monsenhor Scalabrini e os católicos em geral: a de ter feito, a favor dos emigrantes, apenas um serviço de assistência, sem ter mudado o quadro político, econômico e social dentro de que se movia a emigração, ou seja, de não ter feito a revolução por eles considerada necessária. A essa acusação, é possível contrapor uma dupla resposta.

A primeira - fácil - é que na Itália ninguém fez revolução, nem comunistas e socialistas, que eram os revolucionários por excelência. Também eles, ao final, como os católicos, aceitaram o estado burguês e suas leis e entraram no Parlamento para mudar o país a partir de dentro, através da estrada das reformas democráticas.

Os católicos não podiam fazer muito em um país e em um tempo em que eram mantidos longe do poder. Tinham diante de si um Estado que não se limitava a proclamar-se leigo (ou seja, separado da Igreja), mas exprimia de diversos modos, com muita arrogância, sua alma anti-religiosa.

Os católicos fizeram, assim, a única coisa possível, ou seja, a assistência. E fizeram-na bem, ainda que tivessem podido fazer mais. A prova disso é o fato de que o Estado italiano, laico e anti-religioso, depois de algumas tentativas frágeis, acabou delegando esta sua tarefa (o dever que cada estado tem de assistir seus cidadãos) às organizações católicas, em particular àquelas fundadas por Scalabrini e Bonomelli.

A segunda resposta é mais difícil porque conduz às próprias raízes do cristianismo. Na verdade, monsenhor Scalabrini fez uma revolução. Não aquela que os marxistas queriam e que se baseia na ditadura do proletariado, mas a que está contida no Evangelho e que se baseia no amor.

Nem mesmo Jesus fez uma revolução social. Não deu a liberdade aos escravos. Não expulsou os romanos da Palestina. Não fez com que as mulheres saíssem da marginalização. Não aboliu a exploração, a fome, o sofrimento e a morte. Assim, aparentemente, seu fiasco foi colossal. Aparentemente, não mudou nada. Apenas escolheu doze pescadores humildes e ensinou que o que salva o homem não é a lei, ou a justiça, ou a sabedoria, ou o poder, mas o amor. Foi esse amor que o levou à Cruz e fez nascer novas criaturas livres do pecado, capazes de perdoar, de servir aos pobres e aos doentes, de doar-se sem fim. E é isso que muda o mundo. De modo lento, mas irrefreável. Não nas estruturas, mas dentro.

Também a intervenção de monsenhor Scalabrini no campo da emigração obteve resultados limitados. Aparentemente, Scalabrini não mudou muito. Apenas escolheu um punhado de padres e de leigos humildes e generosos. Apenas ensinou que o que salva a emigração não é a lei ou a justiça, ou a boa organização, mas o amor.

Monsenhor Scalabrini sempre apostou no amor. Quando falava a seus sacerdotes, dizia: *“Sejam doces com as pessoas, porque vocês não*

*estão anunciando um deus qualquer, mas um Deus que ama muito seu povo*". Quando se dirigia aos catequistas, recomendava: "*Façam com que os meninos percebam que são amados*". Assim, a seus missionários pedia, simplesmente, que amassem os emigrados.

Os emigrados, certamente, precisavam de proteção, de viagens seguras, de terras boas, de casas, escolas igrejas, cooperativas, orfanatos...; mas tinham a necessidade sobretudo (eles, os últimos...) de ser amados.

A verdadeira grandeza de monsenhor Scalabrini não está no fato de ele ter oferecido aos emigrados uma lei melhor, em estado mais responsável, uma igreja mais atenta, mas em ter ensinado que também na emigração é o amor que salva. Está em ter dado vida a uma dupla congregação religiosa, masculina e feminina, que possui uma vocação extraordinária, única em toda a Igreja: a de amar os emigrados.

Um engenheiro francês, que trabalhava na construção de uma linha ferroviária pelas terras do Brasil, fez um dia um descoberta significativa. Tinha entrado em uma casa humilde, feita de troncos e ramos; dentro, apenas alguns móveis rústicos. Via-se que era uma família que chegara da Itália havia pouco tempo, porque na casa não havia nada além de alguns pregos em que pendurar as roupas e alguns instrumentos de trabalho. Em uma parede, bem diante da porta de entrada, havia, porém, dois retratos: um do Papa, outro de monsenhor Scalabrini.

O engenheiro ficou surpreso, e não pôde deixar de pensar que aquele bispo deveria ter dado alguma realmente preciosa àquela gente humilde para que sua imagem merecesse o melhor lugar de uma casa desprovida de tudo, onde havia apenas instrumentos de trabalho e alguns pregos em que pendurar a roupa.

## Uma Igreja que não sabe perdoar

O sofrimento de monsenhor Scalabrini!... Representa um dos capítulos mais extraordinários de sua vida. Não o sofrimento físico (o cansaço tremendo imposto pelas visitas pastorais, a doença perturbadora que o levou à morte...) nem o sofrimento moral: as incompreensões, as acusações, as denúncias.

As verdadeiras aflições de monsenhor Scalabrini são de outro tipo: poderiam ser chamadas de *eclesiásticas*: São as aflições causadas por uma Igreja que parece dar mais importância à defesa dos princípios do que à defesa dos homens. Uma Igreja mais preocupada em condenar os erros do que em ir ao encontro dos pecadores. Uma Igreja que custa a perdoar e que não sabe amar.

Certo, a época de monsenhor Scalabrini era de profundas transformações; o século XIX foi um período de perturbações culturais e sociais. Os católicos estavam desorientados e muitas eram as tentações dos novos tempos. As divisões eram profundas. Talvez fosse necessário reafirmar com força a doutrina da Igreja, ajudar os fiéis a vencer suas dúvidas. Talvez a Igreja, para permanecer fiel a seu eterno patrimônio de verdade, deveria impor-se aos explosivos influxos do liberalismo, do marxismo e do modernismo. Talvez fosse justo recordar a todos os homens que *“apenas um Deus pode salvar-nos”*.

O que fazia com que monsenhor Scalabrini sofresse, no entanto, não era isso: eram as barreiras que cresciam entre a Fé e o mundo da cultura e tornavam cada vez mais difícil a reconciliação entre o homem e a Igreja. Eram os fossos que se escavavam em todos os lugares e que tornavam a comunicação entre os homens difícil. Era, sobretudo, a incapacidade da Igreja de encontrar a via de reconciliação em seu interior e o fato de muitos estarem mais preocupados em defender a lei do que em exercer a caridade, mais empenhados em impor as próprias convicções do que em entender as razões dos outros. E ainda: bispos que não dialogavam com outros bispos; laicos católicos que agrediam publicamente outros católicos, apenas por divergência de opiniões e cristãos que se empenhavam para obter condenações.

Que sofrimento!... Os cristãos, divididos entre si, incapazes de restabelecer o perdão, incapazes de abrir as portas do templo para que todos pudessem entrar. É à luz destas aflições que se entende o esforço realizado por monsenhor Scalabrini para levar sua Igreja à estrada principal da pacificação; o esforço para fazer triunfar não o domínio da política, (ainda que eclesiástica), mas a primazia das pessoas e de suas necessidades; o esforço de passar da oposição radical ao diálogo responsável com as novas ideologias.

Monsenhor Scalabrini levou à Igreja italiana um modo de estar presente à sociedade. Não escolheu a doutrina, ou ritos litúrgicos, ou as normas morais. Escolheu os emigrados e fez deles os protagonistas da história do país. Em torno dos emigrados, convocou todo o povo, até os mais distantes. E a todos pediu - simplesmente - que amassem. Que amassem os mais pobres, os mais necessitados, os últimos da terra.

Scalabrini ajudou a Igreja italiana a sair de uma certa nebulosidade de comportamento (das mesquinhas, dos pequenos programas) e colocou-a diante dos grandes problemas do mundo. Deu-lhe o sopro dos grandes ideais e dos grandes programas. Ajudou-a a ser uma Igreja que entra no coração das massas, junto aos pobres e aos fracos. Uma Igreja que aceita ser humilde, que aceita servir aos miseráveis sem cobrar um salário.

Monsenhor Sarto, patriarca de Veneza que ascendeu ao pontifício com o nome de Pio X, havia-se proposto como programa *restaurar todas as coisas em Cristo*. Havia-se proposto, entre outras coisas, limpar a igreja das contaminações modernistas. Tinha, assim, condenado, solenemente, uma doutrina que se definia moderna mas que estava contaminada por perigosos equívocos.

A condenação deveria ter sido limitada ao plano doutrinal: em vez disso, acabara envolvendo as pessoas. Na Roma católica, em certos ofícios da Santa Sé, havia eclesiásticos que perseguiram os *modernistas*; e faziam-no com uma maldade que assombrava. Em alguns daqueles monsenhores, havia o prazer perverso de humilhar e destruir.

Existe uma carta de monsenhor Bonomelli que ilumina de modo inquietante aquele doloroso período. Está endereçada a Pio X. Traz a data de 1911. Escreve o bispo de Cremona: “*Condenam-se sentenças e opiniões que, agora, a alguns, parecem audazes e errôneas; mas em vinte anos serão comuns. Isso era o que me dizia muitas vezes monsenhor Scalabrini, de quem Vossa Santidade apreciava altamente os méritos...*”.

A essa carta, que nos mostra um Scalabrini aberto às coisas novas, respeitoso do trabalho de pesquisa dos estudiosos, segue-se outra, dramática. Bonomelli está escandalizado pelo espetáculo oferecido por uma Igreja que condena cruelmente seus próprios filhos, e solta um grito de dor e rebelião: “*Não se ouve mais uma palavra de amor... - escreve - Censuras, excomunhões, interdito... Oh, se estivesse vivo monsenhor Scalabrini, talvez sua palavra fosse bem recebida por Pio X...*”

Também a Igreja caminha a passos lentos. Muitas décadas ainda deverão transcorrer antes que os católicos compreendam que seu isolamento é freqüentemente fruto de seu orgulho e de sua intolerância. Será necessário o Concílio Vaticano II<sup>162</sup> para que os bispos de todo o mundo proclamem que a temporada de condenações terminou. A Igreja finalmente descobriu que sua presença na sociedade passa pela pacificação e pelo diálogo. É sobretudo colocando-se a serviço dos pobres e dos marginalizados que a Igreja anuncia ao mundo, de modo humilde e, portanto, crível, que “*apenas um Deus pode salvar-nos*”.

Monsenhor Scalabrini está entre os que, de modo profético, traçaram a estrada que permita aos homens descobrir, junto de si, uma Igreja finalmente desprovida de qualquer poder, com exceção do maravilhosos poder do amor.

---

162 - Concílio Vaticano II: Vigésimo- primeiro concílio da Igreja Católica, ocorrido entre 1962 e 1965 (N.T)

## A árvore Scalabrini

A semente jogada pelo bispo de Piacenza nos sulcos da emigração não foi perdida. Conheceu invernos difíceis, mas cresceu, tornou-se árvore. Nunca cessou de produzir homens, idéias e programas. A história dos missionários de Scalabrini é um pouco a imagem do mundo que muda: é toda construída ao longo de estradas percorridas, ano após ano, por emigrantes, fugitivos e refugiados políticos.

Durante a última guerra, quando centenas de milhares de italianos, fechados nos campos de concentração, trabalham para os alemães, os missionários estavam entre eles. Depois do conflito, quando os trens partiam da Itália carregados de desempregados destinados às minas da Bélgica, os missionários estavam presentes. Estavam presentes também em Marcinelle<sup>163</sup>, quando uma terrível explosão sepultou nos poços negros 136 missionários italianos.

Quando nossos emigrados iam à Inglaterra para fabricar tijolos em Bedford e em Peterborough, os missionários de Scalabrini lá estavam. O mesmo acontecia na Suíça, onde se encontravam próximos aos emigrados que faziam trabalhos durante uma estação; na França, nos campos do Sudoeste, nas minas do Leste e nas grandes cidades; em Luxemburgo, na Alemanha e na Austrália, onde nasciam comunidades italianas cheias de problemas.

Quando monsenhor Torricella foi assassinado em Agen por dois jovens comunistas italianos, mandou-se um missionário de Scalabrini para que ocupasse seu lugar. O mesmo aconteceu em Genebra, em Paris, em Chambéry, em Hayange, em Esch-sur-Alzette e em muitos outros centros, à medida que os missionários de Bonomelli morriam ou se retiravam. Aos missionários da ordem de Scalabrini a Igreja confiou a direção do Colégio Pontifício que prepara os sacerdotes destinados à emigração e também a eles foi entregue a direção dos capelães de bordo.

Quando o bispo de Piacenza morreu, os *scalabriniani*, como já eram conhecidos seus missionários, dispunham de cerca de quarenta Obras concentradas prevalentemente nos Estados Unidos e no Brasil. Agora, as casas dos scalabriniani são cerca de 250, distribuídas em vinte países, com missões, paróquias centros de acolhimento nos portos e nas zonas de emigração, treze casas para emigrados anciãos, nove centros de estudo e mais de quarenta publicações periódicas.

Mas agora todo o panorama mudou. A emigração italiana estabilizou-se e outras populações colocaram-se em movimento em busca de novos espaços: espanhóis, portugueses, turcos, iugoslavos, haitianos, filipinos, tunisinos, os que fogem das regiões atingidas pela miséria e os que escapam das ditaduras.

A Congregação *Scalabriniana* percebeu essa mudança. Seguindo a inspiração do fundador, ampliou suas metas: os missionários para os emigrados italianos são agora missionários para os emigrados de todas as nações. Junto aos scalabriniani do Vêneto e da Lombardia, da regiões de Marche e da Calábria, há agora missionários brasileiros, portugueses, mexicanos e filipinos.

Os *scalabriniani* ajudam os filipinos que partem de suas mil ilhas, os portugueses que trabalham na França e em Luxemburgo, os americanos de língua espanhola que se estabeleceram nos Estados Unidos, os estrangeiros que vivem em Roma e os meridionais que se instalaram ao norte de Milão e têm problemas de inserção

Em Tiuyana, na zona de fronteira entre México e Estados Unidos, onde se verifica o maior êxodo de todos os tempos (através do rio Grande, além da floresta e da imensa grade, bem debaixo dos olhos impiedosos dos helicópteros) os *scalabriniani* estão presentes. No Brasil, ao longo dos 5.000 quilômetros da Rodovia Transamazônica, traçados em plena floresta, onde passam filas intermináveis de camponeses em busca de terras a serem cultivadas, encontram-se *scalabriniani*.

Os missionários ajudam muitos episcopados a entender os problemas dos emigrados e os parlamentares a preparar leis que tutelem seus direitos. Auxiliam as populações a acolher os estrangeiros e os estrangeiros a se inserir na comunidade em que chegam. Agora a atenção é dirigida à Península, que está se tornando para muitas populações a terra das promessas. Retornam os navios, trazendo de volta a casa os filhos e netos de nossos emigrados, expulsos por crises econômicas e políticas. Voltam também os *scalabriniani* porque a Itália se tornou um vasto empório onde se encontram abissínios e poloneses, senegaleses e iugoslavos, filipinos e egípcios. Nunca, como hoje, a obra criada pelo bispo de Piacenza encontrou tantos motivos para acreditar e operar.

Também as freiras *scalabriniane* viveram tempos difíceis; também sua história é um pouco a história das populações que atravessam fronteiras e se encontram em dificuldade. Saídas do Orfanato de São Paulo, seguiram as mesmas estradas percorridas pelos missionários, de quem sempre foram valiosas colaboradoras.

As *scalabriniane* são atualmente cerca de 800 e atuam em 130 centros, distribuídos em países e continentes diversos. Também as missionárias do bispo de Piacenza alargaram seu objetivo: estão a serviço dos emigrados de todas as nações, especialmente daquelas mais pobres e abandonadas.

A árvore Scalabrinini, sempre fecunda, gerou recentemente um ramo novo: as missionárias seculares *scalabriniane*, nascidas na Suíça, em uma comunidade de emigrados. Também há missionárias laicas que colaboram e estão presentes em vários países.

---

163 - Macinelle: cidade da Bélgica às margens do Sambre, caracterizada pela presença de minas de carvão e de siderurgias. O acidente a que o autor se refere aconteceu em 1958 (N.T)

## Uma assustadora “bomba demográfica”

**C**omo será a Itália em dez, vinte ou trinta anos? Quais serão suas condições de vida no início do próximo milênio? Quais serão os problemas?

Segundo uma pesquisa sociológica, a Itália, - que atualmente tem 57 milhões de habitantes- no ano 2.037 terá uma população de cerca de 45 milhões de pessoas. O número de jovens cairá pela metade: as pessoas com mais de 65 anos serão quase 30% da população, ou seja, uma em cada três. Toda a Europa está em diminuição: a população reduzir-se-á em muitos milhões. Mas é a Itália que apresenta a situação mais grave: onze milhões de habitantes a menos e três aposentados para cada quatro trabalhadores...

Segundo os especialistas, para que a população de um país se mantenha em equilíbrio, é necessário que cada casal produza dois filhos. A Itália já está abaixo de zero. Chegou à quota 1,3: um dos ritmos de reprodução mais baixos do mundo.

Um estudo feito no Vêneto (a região que por cem anos deu as cifras mais altas à emigração) adverte para o fato de que no ano 2000 haverá 200.000 habitantes a menos. Os jovens de até 14 anos, que agora somam 750.000, descerão a 480.000. Os anciãos, pelo contrário, aumentarão em 172.000, superando o número de jovens.

Segundo outra pesquisa, de agora até o ano de 2.007 (ou seja, em apenas doze anos) as regiões setentrionais perderão dois milhões de habitantes e as centrais, 600.000. Em vez disso, no *Mezzogiorno*, a população aumentará em dois milhões. Conclusão: a Itália sofrerá um rápido processo de *meridionalizzazione*; caberá ao Sul, mais fértil, sustentar o Norte, sofrendo de esterilidade.

A transformação da Itália, assim, dá-se em um ritmo irresistível. Depois dos anos de Cornélia<sup>164</sup>, que mostrava com orgulho seus filhos e os chamava de jóias, chegamos, em poucas décadas, à idade de Enéias<sup>165</sup>, que carrega às costas o velho pai Anquises e, juntos, lançam-se à procura de um novo mundo.

Por que essa mudança? A resposta é fácil. Na Itália vive-se em um modo prazeroso, atraente, mas trabalhoso. Ter mais filhos aumenta o trabalho e diminui o bem-estar. A situação agrava-se pela ineficiência dos serviços públicos; isto torna a vida da mulher, empenhada no trabalho e em casa, definitivamente dura. Assim, reduzem-se os filhos.

As perspectivas são assustadoras; e os protagonistas nem ao menos se dão conta disso. A mão-de-obra estrangeira aumentará em ritmo frenético, criando problemas sociais e culturais de extrema gravidade. Os ônus sociais serão multiplicados; ainda não se sabe como poderão ser pagas as aposentadorias quando dez trabalhadores deverão manter sete aposentados. Será, além disso, difícil assegurar um abrigo a todas as pequenas famílias e aos muitíssimos solteiros.

E ainda: milhares de escolas deverão ser fechadas e centenas de milhares de professores deverão ser encaminhados para outras atividades. Não será possível assegurar ao exército os 350.000 soldados de que necessita todos os anos, a menos que se chamem ao alistamento as mulheres...

Atenção! Não estamos descrevendo uma sociedade senil e decadente,

destinada a desaparecer. Simplesmente, traçamos uma sociedade pós industrial, que ainda deve ser inventada, em que a idade madura será vivida como um valor. São os jovens de hoje que viverão pela primeira vez essa experiência nova. Serão eles os velhos de amanhã, anciãos que pensam como jovens, ao mesmo tempo maduros e frescos.

O velho sábio antigo, que hoje é apenas um pobre aposentado, nem útil à sociedade nem autônomo, que vive sua idade como uma doença incurável, reencontrará o lugar perdido junto à lareira da sociedade futura.

Enquanto a Itália reduz vertiginosamente sua população, a *bomba demográfica* explode às nossas costas com uma carga impressionante. Mubarak<sup>166</sup> adverte para o fato de que a população do Egito passará, em uma década, de 53 milhões a mais de 70 milhões. Acrescenta, com angústia, que “*nenhuma reforma econômica, nenhuma intervenção é capaz de assegurar o pão a uma multidão infinita que cresce sem parar*”.

Ao longo de todas as bordas meridionais do Mediterrâneo, do Marrocos à Turquia e nos países da África negra, as cifras da população duplicaram-se em vinte anos. A bomba demográfica explode às nossas costas e se aproxima de nós. Todo o Terceiro Mundo expele seus filhos para as terras distantes.

Milhões de trabalhadores estrangeiros já chegaram à Alemanha, à França, à Inglaterra, à Itália. Serão dezenas de milhões no ano 2.000. Os arripes do racismo já atravessam os incultos e menos seguros. Acontece entre os continentes o que sempre aconteceu entre as estrelas, onde potências colossais nascem e explodem e dão vida a novas galáxias, difundindo ao redor milhares de fragmentos.

Cem anos atrás, empurrados pela fome, seguindo os itinerários traçados pelo capitalismo emergente, 60 milhões de europeus deixaram o velho continente para procurar, além do Atlântico *céus novos e terras novas*. Hoje os itinerários estão invertidos. São os estrangeiros (brancos, negros, amarelos, escuros...) que procuram abrigo na Europa. A economia européia em expansão precisa de novos braços para manter seus ritmos. Também a Itália, hoje, não pode abrir mão deles.

Nosso país, que por mais de cem anos foi o mais importante fornecedor de braços para a economia mundial, hoje, pela primeira vez, é obrigado a abrir suas fronteiras. Também a Itália, nos próximos anos, será atingida em cheio pela desconcertante maré humana que procura um porto seguro entre Bordeaux e Berlim, entre Trapani e Estocolmo. Talvez não seja por acaso que o Evangelho fala de povos que *virão do Oriente e do Ocidente, do Sul e do Norte*.

Entrevê-se, inclusive na Península, a imagem de uma nova realidade, diante da qual muitos escolhem fechar os olhos e outros começam a apertar o gatilho

---

164 - Cornélia (séc. II a.C.): filha de Cipião, o africano; mãe de Tibério e Caio Graco e de Simprônia. Foi celebrada por suas virtudes de mãe exemplar (N.T.)

165 - Enéias: herói troiano, nascido da união da deusa Vênus com o mortal Anquises. Suas aventuras foram cantadas por Virgílio (79 - 10 a. C.) no poema épico *Eneida* (N.T.)

166 - Hosni Mubarak (Kafrai -Musilha, 1928 -): político egípcio que sucedeu o Presidente Anwar el - Sadat depois de seu assassinato em 1981, dando continuidade a sua política de pacificação (N.T.)

## A grande invasão

O primeiro estrangeiro chegou a Villa Literno em 1981. Desceu do trem e apresentou-se na Prefeitura. Chamava-se Stefan Ighubudu. Era negro. Frequentava o colegial em Nápoles. As pessoas faziam-se fotografar com Stefan; os meninos conversavam com ele amigavelmente. Era uma coisa inédita na cidade: um negro.

Hoje Villa Literno (uma cidade de 10.000 habitantes na região de Casertano, onde a cada ano é recolhido um milhão de quintais de tomates) os estrangeiros são mais de 4.000. Um a cada dois habitantes. Chegam do Marrocos, do Senegal, da Nigéria. Trabalham sob o sol do verão; ganham mil liras por caixote. De noite, reúnem-se em um bar, Passam a noite em cabanas ou ao relento, protegidos de algum modo dos caixotes que, no dia seguinte, deverão encher.

Ao amanhecer, reúnem-se na *Piazza degli Schiavi*. O encarregado passa, testa os músculos e depois amontoa os homens no trator que os levará aos campos. Neste cenário foi massacrado Jerry Essan Masslo, um intelectual sul-africano que lutava pela liberdade de seu povo e se tinha refugiado na Itália. Ele também recolhia, sob o sol, tomates a mil liras o caixote e dormia em uma barraca junto a outros 30 negros desesperados como ele.

Masslo foi assassinado por quatro patetas por um punhado de dinheiro. Logo ele, que viera à Itália convencido de que em nosso país um negro poderia sentar-se à mesa com um branco, para comer e para rir. Uma tragédia para os emigrados. Uma tragédia para a Itália.

A história de Villa Literno tem valor de um símbolo. Um negro chega estendendo a mão e toda a cidade fica ao redor dele. Oito anos mais tarde, outro negro chega estendendo a mão e é assassinado porque o número de estrangeiros já é grande demais.

Quantas cidades como Villa Literno há na Itália? Quantas situações dramáticas, prontas a explodir? Quantos estrangeiros deverão morrer antes que o país abra os olhos? Os emigrantes chegam em grupos compactos. Cada terça-feira, em Trapani, o navio que vem da Tunísia desembarca norte-africanos destinados ao trabalho negro. Não é apenas a fome que os guia a nossos portos. É nossa indústria que precisa deles; são nossos campos.

Na região de Mântova, pátria das meias-calças italianas, as fábricas estavam em crise sem sua participação. O mesmo acontece em Brescia e em Vicenza, nas tecelagens nos arredores de Como e de Biella, nas fábricas de talheres do Vale de Lumezzane, nas fábricas de amianto, vidro e cerâmica dos arredores de Reggio Emilia. Onde há um trabalho perigoso ou um ambiente penoso, pode-se encontrar um estrangeiro.

Para manter as minas da região de Bergamo funcionando, foi necessário procurar trabalhadores na Polónia. Para salvar as fundições de Reggio Emilia e dos arredores, fez-se com que chegassem ao local operários do Egito. Também no *Mezzogiorno*, atingido por um antigo alto índice de desemprego, muitos recusam trabalhos braçais mal retribuídos.

A agricultura italiana, no momento da colheita, fica completamente nas mãos dos estrangeiros. Chamam-nos a Asti para a vindima, ao Vale Trebbia para a colheita de verduras, ao Trentino para a estação das maçãs. Procuram-nos na Sicília para apanhar os cachos de uva de Marsala, na região de Piacenza para colher tomates e beterrabas. Solicitam-se os estrangeiros em todas as regiões para as azeitonas, as laranjas, as alcachofras...

A agricultura dos arredores de Trapani está florescendo justamente por causa desses imigrados que aceitam trabalhar nas mesmas condições em que antigamente trabalhavam os escravos. Em Langhiranno, são necessários para trabalhar o célebre presunto. Os pesqueiros de Mazara podem funcionar apenas porque contam com milhares de trabalhadores da Tunísia.

Já são muitas as fábricas que, sem os estrangeiros, seriam obrigadas a fechar. Para tê-los e não os perder, alguns patrões já lhes constróem alojamentos. Especialistas calcularam que, apenas no Vêneto, antes do ano 2.000, o número de trabalhadores estrangeiros estará entre 200 e 400.000. Na Península, onde agora são mais de um milhão, serão, talvez, dois ou três milhões.

A chegada em massa de imigrados do Terceiro Mundo é o problema mais explosivo que a Itália deverá enfrentar nos próximos anos. Porque transformará a Itália e um país diferente, composto de muitas raças, culturas e religiões. E isto já provoca - em muitos - medo e revolta. A tragédia de Villa Literno é só uma amostra do que poderá acontecer.

Não sabemos se a Itália será capaz de superar a difícil prova que se coloca sobre a mesma linha dos difíceis obstáculos que o país enfrentou no passado. De fato, a história da Itália, vista através do filtro da emigração, mostra vestígios de um projeto surpreendente: é a aventura de um povo que foi obrigado, pelos acontecimentos, a aprender a difícil arte de *viver junto*.

Quando foi proclamada a unidade da Itália, em 1861, o país estava dividido: toscanos e vênets, naturais da Lombardia, da Sicília, da Sardenha e de Nápoles, tão diversos entre si, foram chamados a construir uma única nação. A unificação da Itália foi, para o povo, uma espécie de escola primária onde as regras da convivência foram, pela primeira vez, aprendidas.

Depois houve a emigração, que ofereceu a milhões de italianos a ocasião de se confrontar com o mundo aberto. E agora há uma prova ainda mais severa que exige a capacidade de aceitar os estrangeiros em casa, com dignidade, respeitando novas culturas e religiões. Mais uma vez, e sempre, a arte de *viver junto*.

Não sabemos se a Itália será capaz de vencer a duríssima prova. Sabemos apenas que o país não pode abandoná-la. O desafio já começou. Os estrangeiros que entraram em casa, aqueles que se reúnem de manhã nas *Piazze degli Schiavi* e aqueles que trabalham nas fábricas e nos campos olham em nossos olhos severamente.

“*Se o mundo de vocês é realmente livre - dizem (e são palavras que já ouvimos) - se a sua sociedade é realmente cristã, mostrem-nos. Agora, porém, vocês não têm mais saída: ou vão conseguir fazer com que sejamos felizes, ou nós faremos com que vocês sejam bárbaros. Nós, homens do terceiro mundo, temos o direito de dizer aos italianos: sua indiferença seria imoral e culposa; sua crueldade faria de vocês os bárbaros do ano 2.000...*”.

## Quando chegará Scalabrini?

**A**lguma coisa, na Península, se move. É um movimento ainda incerto, cheio de contradições. Dentro há fragmentos de luz e traços de sangue. Chegam notícias arrepiantes:

– Mohamed Hamed Diried, etíope, foi arremessado de um terraço por um bando de jovens.

– Ben Ali Tone Hassen, tunisino, foi assassinado pela associação mafiosa Camorra porque não se submetera a extorsões.

– Habib Ghannar levou tiros nas pernas e Nestor Condoul foi queimado vivo.

– Addikarin Makdad, marroquino de 27 anos, foi encontrado morto entre as ruínas de um velho edifício, onde cerca de vinte norte-africanos haviam encontrado um abrigo humilhante.

Mas chegam também anúncios de esperança:

– Luisa Fantoni, que perdeu um filho em um acidente de carro, acolheu em sua casa dois jovens da Eritreia.

– A família Cretti pôs à disposição dos emigrados sua segunda casa, onde agora vivem duas famílias senegalesas.

– Três padres, que deviam chegar às missões na África, interromperam sua viagem em Mazara: cuidam dos clandestinos que chegam do continente negro.

– O convento das franciscanas de Modugno (Bari) hospeda, faz tempo, dezenas de *vù cumprà*;<sup>167</sup> muitos outros foram hospedados em alojamentos particulares. A superiora, irmã Enza, é chamada pelos imigrados de *Mamma África* porque - explicam - “faz por nós aquilo que nossa mãe faria”. E acrescentam: “Se todas as 900.000 freiras católicas que há no mundo fizessem assim, seria uma revolução...”.

A Itália passa por dificuldades: não está preparada para a grande prova. Ninguém explicou ao povo que a sociedade de amanhã (uma sociedade que já começou) será formada por italianos e estrangeiros; que é necessário administrar, de modo pacífico, a passagem de uma pátria, animada por uma só cultura, à pátria do futuro, para a qual confluirão diversas culturas; que a solução do difícil problema está no consenso sobre um patrimônio comum de valores que devem ser encontrados nos direitos fundamentais do homem; que os italianos e os imigrados devem preparar juntos o caminho para o futuro que ligará os povos ricos àqueles famintos.

O Governo pena para encontrar leis eficazes; seu olhar não chega nem ao alto nem ao longe. O Estado já pensa em deixar às organizações privadas a tarefa de assistir os imigrados, simplesmente porque não é capaz de fazê-lo. Foi assim no tempo da emigração: um Estado que *tira o corpo fora*, como sempre fez.

Os sindicatos oscilam entre a vergonha e o medo. A defesa dos interesses corporativos é muitas vezes mais forte do que o dever de proteger os fracos. A Igreja, por sua vez, está cheia de dúvidas porque (é a primeira

vez que isso acontece na Itália) é obrigada a confrontar-se com o Islã em expansão. Alguns bispos foram capazes de gestos altamente simbólicos: mas não é fácil passar da análise lúcida e das exortações às participações operativas.

Os particulares - ignaros, distraídos...- observam. Apenas o voluntariado move-se aqui e ali, num impulso notável. É o mesmo voluntariado que fez as primeiras experiências justamente nos anos da grande emigração, por mérito de Scalabrini e Bonomelli.

Mas é evidente que falta um guia respeitável capaz de despertar a consciência da nação e de guiá-la para além dos egoísmos e dos medos, em direção a uma nova fronteira. O país está em dificuldades, como há cem anos, quando partiam os emigrados e ninguém se mexia para defendê-los.

Um sentimento de espera está no ar: o país está aguardando alguém. Sabemos o que Scalabrini faria se estivesse presente. Erguer-se-ia - como fez uma vez - e diria à nação, alto e em bom tom, que a imigração é o problema mais importante e dramático da Itália. Diria que Estado deve fazer sua parte; que a Igreja se deve encarregar desses estrangeiros, pobres e fracos, que vêm de longe; que os particulares não podem apenas ficar olhando. O bispo ainda diria que apenas mobilizando todo o país, trabalhando todos juntos, seria realmente possível ajudar os imigrados, salvando, ao mesmo tempo, a Itália do perigo.

Diria tudo isso em Torino, em Gênova, em Florença, em Roma, em Nápoles, em Palermo, em Milão, em Treviso... Depois interviria pessoalmente. Criaria uma congregação de missionários destinados a ajudar os imigrados e um patronato de assistência, solicitando aos leigos que oferecessem seus serviços aos novos irmãos.

Mandaria padre Maldotti ao porto de Trapani e padre Bandini à Tunísia. Padre Marchetti passaria de porta em porta, com uma criança no colo, e construiria um orfanato para os filhos dos imigrados. Padre Cobalchini e tantos outros iriam ao local e ajudariam na construção de casas, escolas e locais para as preces. Construiriam para os imigrados também vilas, com um mercado no centro decorado por esteiras e um prato cheio sobre cada mesa, para que houvesse sempre algo a ser oferecido aos recém-chegados. E padre Bandini levaria um grupo de famílias para os bosques da Sila<sup>168</sup> ou da Umbria para fundar um país *africano*, aberto às trocas e aos confrontos... E muitos diriam aos estrangeiros: *Queremos ser seus amigos. E muitos recordariam aos italianos: É necessário amá-los.*

Alguém grita: “*Mataram Masslo!...*”; “*Arremessaram Mohamed pela janela!...*”; “*Deram tiros nas pernas de Habib!... Queimaram Nestor vivo!...*”; “*Addikarin foi encontrado morto em sua barraca!...*”

A Máfia e a Camorra puseram suas mãos sujas nos imigrantes. Mandam-nos às ruas para vender mercadorias ilegais, sobre a qual ganham bilhões de liras. Os italianos custam a entender e esperam. Quando chega? Quando for mandado por Deus para um povo abandonado. Alguém que

ensine aos italianos, já postos à prova pela emigração, que somente poderão ser salvos se amarem os emigrados.

Os italianos esperam. Também os imigrantes esperam. Quando chega Scalabrini?

### *A espera*

*“ Quando, em uma família, alguém é obrigado a sair de casa ou é afastado, os que ficam se perguntam: “ Por quê? Como pôde acontecer?...”*

*Se ficam indiferentes, quer dizer que não se trata de uma verdadeira família. É apenas um grupo de pessoas que estão próximas umas das outras.*

*Partimos da Península aos milhões e ainda esperamos que as pessoas se perguntem: “Como isso pôde acontecer?...”*

*Faz mais de cem anos que - nós, emigrados - esperamos que a Itália se comporte como uma verdadeira família”.*

*Uma emigrada*

---

**167** - *vu cumprà*: vendedores ambulantes norte-africanos, que oferecem, em praças, praias e outros lugares públicos, mercadorias a baixos preços. O nome *vu cumprà* foi cunhado a partir do resultado da pergunta “*Vuoi comprare?*”, (“Quer comprar?”) feita com a pronúncia desses vendedores (N.T)

**168** - Sila: planalto situado na região da Calábria (N.T)

## Epílogo

*A emigração foi para a Itália  
uma grande tragédia.  
Agora pode-se tornar uma grande ocasião*

**S**e perguntarmos quantos habitantes a Itália tem, a resposta é fácil. O último censo (1991) precisou que os italianos são pouco mais de 57 milhões.

Essa informação, porém, está incompleta porque, na verdade, há 57 milhões de italianos que vivem na Península e outros 5 milhões que vivem na Bélgica, na França, na Alemanha, na Suíça, na Inglaterra, no Canadá, nos Estados Unidos, no México, na Venezuela, no Brasil, na Argentina, no Paraguai, no Uruguai, no Chile, no Peru, na África, na Ásia e na Austrália.

Mas também essa segunda informação está incompleta, porque a Itália é um país formado por 57 milhões de pessoas que vivem na Península, mais 5 milhões que vivem na Bélgica, na França, na Alemanha etc. ..., mais 60, talvez 70 milhões de filhos e de netos de italianos espalhados por todos os continentes, que têm com os italianos raízes comuns, afinidades culturais e uma instintiva solidariedade.

Se pensarmos que na Argentina mais da metade da população (quer dizer, entre 16 e 18 milhões de pessoas) é de origem italiana; que no Brasil os cidadãos com ascendência italiana chegam a mais de 20 milhões; que nos Estados Unidos 10 % da população (portanto, 25 milhões) são de origem italiana, estaremos diante de uma realidade grandiosa sobre a qual vale a pena refletir.

A primeira pergunta que deve ser feita é essa: por que uma parte tão grande da Itália cresceu fora de suas fronteiras? O que aconteceu para que milhões de camponeses, operários e pequenos artesãos fossem obrigados a sair da Península?

Entender isso é muito importante; ajuda a conhecer a verdadeira história de nosso país. Permite verificar - entre outras coisas - que a Itália é um país que se formou afastando da Península um terço da população. E esta já é uma descoberta extraordinária.

Mas há uma outra interrogação que emerge violentamente: o que fazer com cinco milhões de italianos que vivem no exterior? E com os 60 ou 70 milhões de filhos e netos que se encontram na Europa e nas Américas, na África e na Austrália? Vamos fazer de conta que não existem? Vamos nos limitar a lhes oferecer, como fizemos até hoje, festas típicas, misturando astutamente folclore e saudades? Ou vamos nos conscientizar de que eles existem e que devemos acolhê-los nesta realidade que se chama Itália? Não como hóspedes ocasionais, mas como parte viva de uma comunidade que ultrapassa os confins e alcança todos os continentes, até mesmo a longínqua Austrália?

Neste ponto, aflora outra interrogação, uma daquelas que ajudam a entender o “problema Itália”. Tentemos perguntar-nos quantas foram as guerras de independência da Itália. Todos conhecemos a resposta: são quatro. A última é a grande guerra, que para nós durou de 1915-1918, a qual levou a bandeira tricolor

às torres de Trento e Trieste. Com a quarta guerra de independência —está escrito nos livros escolares - a Itália terminou sua construção. Chegou, a 57 anos de seu nascimento, a sua unidade.

Tudo isso seria exato se não houvesse, no balanço da nação, aqueles cinco milhões de italianos que ainda se encontram além das fronteiras e aqueles 60 ou 70 milhões de descendentes de emigrados que estão presentes em todos os continentes. Essas cifras nos fazem lembrar que a Itália ainda não concluiu seu processo de unificação. Com a quarta guerra de independência, simplesmente “liberou” as populações que se encontram entre Brennero e a fronteira da Iugoslávia. Permanecem milhões de pessoas que ainda esperam ser “liberadas”, não no sentido que o nacionalismo dá a essa palavra, mas no sentido de *ligação*, de *comunicação*, de *raízes comuns*, de *civilização comum*, de *italianidade*. Falta, portanto, uma quinta guerra de independência que dê aos italianos no exterior a plena dignidade a que têm direito, aquela que todas as famílias concedem a seus filhos, sem excluir nenhum. Uma dignidade que se exprime através do exercício do voto e da presença real na vida cultural e social do país ao qual pertencem.

A Itália, conseqüentemente, encontra-se diante de uma escolha fundamental: ou aceita continuar a ser um pequeno país (57 milhões de pessoas apinhadas em uma península de recursos limitados...), ou reconhece que a emigração é uma parte essencial de seu corpo e de sua alma. Em outras palavras, decide dar direito de cidadania aos cinco milhões de italianos que vivem no exterior e de estabelecer, ao mesmo tempo, ligações vitais (presença, solidariedade, trocas...) com os 60 ou 70 milhões de pessoas de origem italiana que se encontram no mundo.

Com esta escolha, a Itália muda. Torna-se um país diferente, em parte supranacional, o único a ter ramificações profundas em todos os continentes, com perspectivas extraordinárias no plano cultural, social, econômico e político.

A conclusão é clara. Sem a emigração, o país condena-se à mediocridade. Modifica sua carga vital. Permanece como um país pequeno, condicionado por pequenos horizontes. Somente com a emigração a Itália atinge sua plenitude e pode garantir a si própria e a muitos um crescimento mais harmonioso.

Há, ainda, outra mudança em vista. Por mais de cem anos a Itália nutriu-se de emigração; graças às economias dos emigrados pôde equilibrar seus difíceis balanços. Agora os italianos no exterior podem oferecer muito mais: capacidade empreendedora, experiências adquiridas na direção de sociedades internacionais, conhecimento de mundos diversos, de sociedades diferentes, vontade de colaborar, de receber e de dar. E também os filhos e os netos de nossos emigrados têm muito a oferecer. Muitos deles ocupam lugares de grande responsabilidade.

Assim, fecha-se o cerco. A emigração, depois de ter sido para a Itália uma grande tragédia, pode-se tornar, agora, uma grande ocasião. As sementes levadas pelo vento ao Oriente e ao Ocidente geraram novas vidas. Muitos olhos agora voltam-se para a Península. Da Bélgica, da França, da Suíça, da Alemanha, da Inglaterra, dos Estados Unidos, do Canadá, da Venezuela, do Brasil, da Argentina, da Austrália...